

800CSA
URCAMP

Anais

**1ª Mostra
de Iniciação
Científica**

**1ª Jornada de
Pós-graduação**

2015

**I Mostra de Iniciação Científica e
I Jornada do Centro de Ciências Sociais Aplicadas
da Universidade da Região da Campanha
Bagé 05 e 06 de novembro de 2015**

Anais

**Bagé
Ediurcamp
2016**



Editora da Universidade da Região da Campanha
Av. Tupy Silveira, 2099
CEP 96400-110 - Bagé - RS - Brasil
Telefone: (53) 3242-8244
e-mail: ediurcamp@urcamp.edu.br

FAT - Fundação Áttila Taborda

Presidente:

Derli João Siqueira da Silva

URCAMP – Universidade da Região da Campanha

Reitora:

Lia Maria Herzer Quintana

Pró-Reitora de Inovação, Pós-graduação, Pesquisa e Extensão:

Elisabeth Cristina Drumm

Pró-Reitora Acadêmica:

Virgínia Paiva Dreux

Pró-Reitor de Administração:

Aurelino Rocha

Editor (a) Chefe:

Ana Cláudia Kalil Huber

Editor (a) Auxiliar:

Clarisse Ismério

Assessora Técnica:

Bibl. Maria Bartira N. Costa Taborda

Diagramação, projeto gráfico

Quélen Ximendes Leal

Capa:

Anderson Soares Ribeiro

CONSELHO EDITORIAL

Abner Guedes	M.Sc (Urcamp)
Ana Cláudia Kalil Huber	Dra. (Urcamp)
Clarisse Ismério	Dra. (Urcamp)
Dilce Elena Picolli	Dra. (Urcamp)
Elisabeth Cristina Drumm	M.Sc (Urcamp)
Fernando Pereira de Menezes	Dr. (Urcamp)
Graciela Maldamer	Dra. (Urcamp)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M916a Mostra de Iniciação Científica e Jornada do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade da Região da Campanha (1: 2015 5-6 nov.: Bagé)
Anais. / I Mostra de Iniciação Científica e I Jornada do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade da Região da Campanha. - Dados eletrônicos. - Bagé: Ediurcamp, 2016.

ISBN: 978-85-63570-39-0

1.Pesquisa multidisciplinar - Urcamp. 2.Iniciação Científica - Urcamp. I. Título

CDD: 001.43

**I Mostra de Iniciação Científica e
I Jornada do Centro de Ciências Sociais Aplicadas
da Universidade da Região da Campanha
Bagé 05 e 06 de novembro de 2015**

Anais

**Bagé
Ediurcamp
2016**

ORGANIZADORES

Prof. MSc. Marilene Vaz Silveira
Diretora do Centro de Ciências Sociais Aplicadas - URCAMP

Prof. MSc. Heron Ungaretti Vaz
Coordenador do Curso de Direito - URCAMP

Profa. MSc. Rita Luciana Saraiva Jorge
Coordenadora do Curso de Administração - URCAMP

Prof. MSc. Glauber Pereira
Coordenador do Curso de Comunicação Social - URCAMP

Prof. Esp. Marcus Vinicius Nunes Chaves
Coordenador do Curso de Ciências Contábeis - URCAMP

Prof. MSc. Rafael Bueno Da Rosa Moreira
Coordenador da I Mostra de Iniciação Científica e I Jornada de Pós-graduação do Centro
de Ciências Sociais Aplicadas da URCAMP

APRESENTAÇÃO

Os presentes anais reúnem os trabalhos apresentados pelos professores e alunos da graduação e pós-graduação na 1ª Mostra de Iniciação Científica e da 1ª Jornada de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, sendo resultado de pesquisas desenvolvidas em projetos de pesquisa e nas atividades acadêmicas junto a Universidade da Região da Campanha – URCAMP e em outras instituições de ensino do país. O evento contou, também, com a apresentação dos projetos de pesquisa dos professores do Centro de Ciências Sociais Aplicadas na 1ª Mostra Docente.

A obra teve a participação dos discentes e docentes dos Cursos de Administração, Ciências Contábeis, Comunicação Social e Direito (cursos integrantes do Centro de Ciências Sociais Aplicadas), assim como dos Cursos de Psicologia, Biologia, Pedagogia, Engenharia Civil e História, que apresentaram os seus trabalhos durante o evento.

O evento ocorreu nos dias 05 e 06 de novembro de 2015 no Complexo Cultural Museu Dom Diogo de Souza e buscou incentivar a iniciação científica e a pesquisa aos discentes e docentes dos Cursos de Direito, Administração, Ciências Contábeis, Comunicação Social e demais cursos da Universidade da Região da Campanha – URCAMP e demais instituições de ensino do país, mediante apresentação de pôsteres, resumos e artigos, que foram avaliados pelos docentes da URCAMP.

O evento teve por objetivos: oportunizar aos discentes da graduação o contato inicial com a pesquisa científica; desenvolver a iniciação científica; possibilitar aos docentes a orientação de trabalhos para a Mostra de Iniciação Científica; fortalecer as linhas de pesquisa dos cursos do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade da Região da Campanha – URCAMP; estimular o debate e o intercâmbio de ideias entre professores e acadêmicos; e apresentar as pesquisas dos docentes e discentes pós-graduandos na Jornada de Pós-Graduação.

Os debates sobre as evoluções da sociedade brasileira contemporânea são de extrema importância para o aperfeiçoamento acadêmico nacional. Os eventos de pesquisa possibilitam a apresentação de trabalhos sobre as investigações realizadas em relação a diversos temas, como: o sistema capitalista globalizado; direitos humanos e políticas públicas para sua efetivação; exclusão social, desigualdade social e pobreza; diversos ramos do direito; novos direitos; comunicação social na época da ditadura; aspectos contemporâneos do jornalismo; marketing; novas práticas na administração de empresas; liderança, endomarketing; teorias gerais; treinamento; controle; responsabilidade social; balanço patrimonial; custo contábil; mercado de trabalho e informática; inclusão social; o mundo cibernético; o webjornalismo; dentre outros temas atuais.

As abordagens buscaram a interdisciplinaridade e trouxeram reflexões teóricas peculiares ao contexto contemporâneo do Estado brasileiro e do mundo.

Dessa forma, convidamos todos a realizar a leitura e reflexão sobre as investigações científicas apresentadas na presente obra.

Boa leitura a todos.

Bagé, 15 de janeiro de 2016.

Prof. MSc. Marilene Vaz Silveira
Diretora do Centro de Ciências Sociais Aplicadas - URCAMP

Prof. MSc. Heron Ungaretti Vaz
Coordenador do Curso de Direito - URCAMP

Profa. MSc. Rita Luciana Saraiva Jorge
Coordenadora do Curso de Administração - URCAMP

Prof. MSc. Glauber Pereira
Coordenador do Curso de Comunicação Social - URCAMP

Prof. Esp. Marcus Vinicius Nunes Chaves
Coordenador do Curso de Ciências Contábeis - URCAMP

Prof. MSc. Rafael Bueno Da Rosa Moreira
Coordenador da I Mostra de Iniciação Científica e I Jornada de Pós-graduação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da URCAMP

I MOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

ADMINISTRAÇÃO

FERRAMENTAS DE ENDOMARKETING E A SATISFAÇÃO DO COLABORADOR: UM ESTUDO DE CASO

Gabriela Gomes Teixeira¹
Rita Luciana Saraiva Jorge²

RESUMO: A busca por um diferencial competitivo por parte das empresas é algo cada vez mais essencial para manter o negócio ativo e com sucesso, as organizações entenderam que elas não crescem sozinhas, pois são feitas por pessoas, ou seja, seus colaboradores que estão por trás de todo e qualquer tipo de resultado alcançado. Essa informação tem levado as empresas a investir em programas internos para qualificação de seus profissionais e ferramentas de integração entre os setores, gestores e colaboradores a fim de adequar seus processos melhorando o relacionamento das empresas versos cliente interno. O objetivo deste trabalho é identificar as ferramentas de endomarketing que influenciam na satisfação do colaborador. Este objetivo está operacionalizado através das ações de apontar as ferramentas de endomarketing adotadas pela empresa, identificar o perfil do colaborador, mensurar o grau de satisfação do colaborador e analisar o resultado do uso do endomarketing. A pesquisa foi desenvolvida de forma descritiva e abordou um estudo de caso realizado na unidade administrativa de uma rede de supermercados. A população alvo do estudo foi o gestor que desenvolveu as ferramentas de endomarketing utilizadas pela empresa e os colaboradores do administrativo da Rede de Supermercado PGL Distribuição de Alimentos que são as pessoas a quem são direcionadas essas ferramentas. Os colaboradores, segundo informação do gestor totalizam 106 pessoas. Destes aceitaram participar da pesquisa 96 colaboradores que compuseram a amostra do estudo. A coleta de dados para o desenvolvimento do estudo foi realizada através da aplicação de entrevista semiestruturada ao gestor e questionários que foram aplicados aos colaboradores no período de outubro do ano de 2015. Para a análise utilizou-se de procedimentos pertinentes, para isso foram feitas análise de conteúdo nas entrevistas e para o questionário será utilizada a planilha Excel®. Como resultado parcial deste estudo tem-se a entrevista realizada com o gestor: a) quando questionado sobre como a empresa vê o endomarketing, afirma que é visto como uma ferramenta importante para fazer com que os colaboradores tenham o mesmo sentimento para a empresa, com o objetivo de demonstrar a todos as diretrizes da empresa; b) quanto ao que estimulou a prática de endomarketing por parte da empresa, respondeu que foi a necessidade de envolver os colaboradores em suas ações e decisões como empresa; c) quando indagado se os colaboradores estão satisfeitos com o ambiente de trabalho em ambos aspectos, defendeu que acredita que estes estão, pois procura-se manter dentro da empresa um ambiente saudável e descontraído, apesar da cobrança que existe. Para finalizar este trabalho registra-se que o principal fundamento das ferramentas de endomarketing na empresa é promover a satisfação dos seus colaboradores e fazer com que isso reflita diretamente na melhoria da qualidade dos produtos ou serviços e conseqüentemente no atendimento direto ou indireto aos clientes externos.

Palavras-chave: Endomarketing – Ferramentas – Colaborador – Satisfação.

¹Acadêmica do Curso de Administração da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: gabiigt@gmail.com.

²Orientadora, Mestre em Administração, docente no curso de Administração da URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: ritajorge@urcamp.edu.br.

DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA GESTÃO DA EMPRESA FAMILIAR NO RAMO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE BAGÉ – RS

Patrícia Fernanda Schlesner Wille³

Ricardo Leal Cougo⁴

RESUMO: Este estudo tem por investigação identificar os possíveis desafios e oportunidades na gestão familiar, pois com as mudanças protagonizadas pelo movimento de globalização presente em várias partes do mundo, as empresas familiares precisam competir com empresas de alto nível de desenvolvimento. Através disso, as empresas familiares precisam reconhecer-se como empresas diferenciadas que possuem forças e também fraquezas, e com isso dar respostas rápidas ao mercado através dos seus produtos, com diversidade e buscar adaptarem-se tecnologicamente as mudanças do negócio. O objetivo deste estudo é apontar os desafios e oportunidades na gestão de uma empresa familiar no ramo de material de construção, a partir de um estudo de caso na cidade de Bagé – RS. O estudo foi classificado como bibliográfico e descritivo, o método utilizado foi o qualitativo, juntamente com uma pesquisa de campo. O delineamento de pesquisa deu-se através de estudo de caso. A população alvo do estudo foi o gestor de uma empresa familiar situada no município de Bagé - RS. A coleta de dados para o desenvolvimento do estudo deu-se através da aplicação de entrevista semi-estruturada ao gestor da empresa. A análise dos resultados foi realizada pelo método descritivo, e a resposta para o problema de pesquisa e os objetivos propostos, foi obtida através da analogia e comparação dos resultados com o referencial teórico referente ao tema. Dentre os principais resultados que foram encontrados são que a empresa possui alguns pontos fortes e fracos, que podemos citar, como, os pontos fortes da empresa é a união da família para o sucesso da empresa, e os pontos fracos é quando um dos integrantes da empresa não consegue cumprir a sua obrigação no desempenho das tarefas. Em relação às ameaças, destacam-se a concorrência com outras empresas, juros altos. Já em relação às oportunidades foi o bom atendimento ao cliente, materiais de boa qualidade e a entrega do produto ao cliente com agilidade. As empresas familiares são o alicerce do desenvolvimento econômico e muitas delas alcançam posições de liderança nos setores que atuam. A competitividade das empresas nos últimos anos vem sendo considerada um fator importante para a sobrevivência das organizações e a análise de pontos fortes, pontos fracos, ameaças e oportunidades se tornou uma ferramenta fundamental para que este processo aconteça.

Palavras-chave: Gestão de empresa familiar – desafios – oportunidades.

³Acadêmica do Curso de Administração da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: patriciaschlesner@hotmail.com.

⁴Orientador, Mestre em Administração, docente no curso de Administração da URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: cougo40@gmail.com.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUA INFLUÊNCIA PARA O CRESCIMENTO DO MUNICÍPIO DE BAGÉ/RS NA VISÃO DOS GESTORES

Gesnner Barreto⁵

Clarisse Ismério⁶

RESUMO: Atualmente a exigência cada vez maior dos cidadãos pela melhoria da qualidade de vida por parte da administração pública, significa em primeiro lugar, garantir o acesso aos direitos civis, à educação de qualidade e a oportunidades de trabalho e renda. Essa cobrança exigiu uma posição dos municípios, estados, países, frente às constantes mudanças tecnológicas, econômicas, sociais e culturais, buscando elaborar ações que proporcionem o desenvolvimento local endógeno. Este estudo tem como objetivo geral avaliar até que ponto na visão dos gestores, os objetivos do plano de desenvolvimento econômico influenciam no desenvolvimento do município de Bagé. Os objetivos específicos são os seguintes, identificar as principais metas e ações do Plano de Desenvolvimento Econômico (PDE) propostas para o município de Bagé, observar de que forma estas metas estão sendo implantadas, definir a contribuição de uma ou mais metas para o desenvolvimento do município, analisar a efetividade do plano frente às ações propostas, na visão dos principais responsáveis pela elaboração e implantação do mesmo. O método utilizado foi o indutivo, o tipo de pesquisa é explicativa descritiva, a abordagem do problema é qualitativa, tendo como procedimento técnico ser de caráter exploratório, através da realização de estudo de caso. O estudo se encontra em fase de coleta de dados, desta forma não tendo resultados finais apenas parciais. O município de Bagé pode ser considerado pioneiro no estado do Rio Grande do Sul no esforço de buscar alternativas de desenvolvimento local endógeno de forma planejada. A elaboração do plano está embasada na perspectiva de que comunidades locais conhecem melhor sua história e seus problemas e podem ter as soluções mais viáveis para seu futuro, desta forma, o envolvimento de toda a sociedade local, organizada na construção de seu plano de desenvolvimento representa o esforço coletivo de mobilização de energias, para diagnosticar a realidade e elaborar alternativas concretas para o crescimento da região. As constantes mudanças tecnológicas, econômicas, sociais e culturais, podem ser consideradas de certa forma como um dos problemas para implantação do plano, já que esse foi planejado com duração de 20 anos, desta maneira algumas ideias poderão sofrer algumas alterações ou até mesmo se tornarem obsoletas.

Palavras-chave: Desenvolvimento – Endógeno – Sustentabilidade.

⁵Acadêmico do Curso de Administração da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço Eletrônico: gesnnerbarreto@gmail.com.

⁶Orientadora, Historiadora, Doutora em História pela PUCRS, Professora e pesquisadora da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: claismerio@gmail.com.

A LIDERANÇA NAS ORGANIZAÇÕES

Bruno da Silva Chaves⁷
Joni Cordero⁸

RESUMO: A presente pesquisa apresenta a liderança nas organizações e como um líder age. A liderança é o processo de conduzir um grupo de pessoas, é a habilidade de motivar e influenciar os liderados para que contribuam, voluntariamente, da melhor forma com os objetivos do grupo ou da organização. O líder precisa ter a visão do que acontece a sua volta, de toda a sua equipe e também da empresa para qual trabalha, tendo pensamento estratégico, sendo capaz de inovar, criar, modificar e melhorar ao mesmo tempo. Com isso, o objetivo da pesquisa é identificar como as pessoas estão liderando nas empresas e se essa gestão está contribuindo para a organização. Há uma diferença em relação ao líder e o gestor, sendo que o líder opera sobre recursos emocionais que envolvem os valores e os comprometimentos de cada um da organização. Já o gestor opera sobre recursos físicos que envolvem o capital e habilidades humanas da organização. Suas características se relacionam com os atributos que cada líder deve obter no seu papel dentro da organização, assumindo responsabilidades e crescendo no seu modo de agir e compartilhar suas ações. Seus compromissos fazem o líder assumir responsabilidades com suas tarefas e atividades juntamente com seus seguidores. Os estilos de liderança abordam as atitudes do líder em relação aos seus seguidores na organização. As empresas de hoje ainda utilizam o método antigo de liderar, não havendo uma relação de líder e seguidor e isso pode prejudicar no rendimento do trabalho realizado nas organizações e com as pessoas que trabalham nela. Por fim, a metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica, realizada através de livros e artigos. No entanto as empresas atuais não podem estar presa ao passado e sim olhar para o presente, adotando novos métodos de liderar, trabalhando em equipe, cabendo ao líder adotar novas características e responsabilidades que irão contribuir para um trabalho eficiente na organização.

Palavras-chave: líder – seguidores - responsabilidade

⁷Acadêmico do Curso de Administração da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: brunochaves68@gmail.com.

⁸Orientador, Professor do Curso de Administração da URCAMP/Bagé.

O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO COMO FERRAMENTA DE OTIMIZAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS: UM ESTUDO DE CASO

Gabriel Porcellis de Andrade⁹
Ricardo Leal Cougo¹⁰

RESUMO: Este estudo tem por investigação identificar os possíveis desafios e oportunidades na gestão familiar, pois com as mudanças protagonizadas pelo movimento de globalização presente em várias partes do mundo, as empresas familiares precisam competir com empresas de alto nível de desenvolvimento. Através disso, as empresas familiares precisam reconhecer-se como empresas diferenciadas que possuem forças e também fraquezas, e com isso dar respostas rápidas ao mercado através dos seus produtos, com diversidade e buscar adaptarem-se tecnologicamente as mudanças do negócio. O objetivo deste estudo é apontar os desafios e oportunidades na gestão de uma empresa familiar no ramo de material de construção, a partir de um estudo de caso na cidade de Bagé – RS. O estudo foi classificado como bibliográfico e descritivo, o método utilizado foi o qualitativo, juntamente com uma pesquisa de campo. O delineamento de pesquisa deu-se através de estudo de caso. A população alvo do estudo foi o gestor de uma empresa familiar situada no município de Bagé - RS. A coleta de dados para o desenvolvimento do estudo deu-se através da aplicação de entrevista semi-estruturada ao gestor da empresa. A análise dos resultados foi realizada pelo método descritivo, e a resposta para o problema de pesquisa e os objetivos propostos, foi obtida através da analogia e comparação dos resultados com o referencial teórico referente ao tema. Dentre os principais resultados que foram encontrados são que a empresa possui alguns pontos fortes e fracos, que podemos citar, como, os pontos fortes da empresa é a união da família para o sucesso da empresa, e os pontos fracos é quando um dos integrantes da empresa não consegue cumprir a sua obrigação no desempenho das tarefas. Em relação às ameaças, destacam-se a concorrência com outras empresas, juros altos. Já em relação às oportunidades foi o bom atendimento ao cliente, materiais de boa qualidade e a entrega do produto ao cliente com agilidade. As empresas familiares são o alicerce do desenvolvimento econômico e muitas delas alcançam posições de liderança nos setores que atuam. A competitividade das empresas nos últimos anos vem sendo considerada um fator importante para a sobrevivência das organizações e a análise de pontos fortes, pontos fracos, ameaças e oportunidades se tornou uma ferramenta fundamental para que este processo aconteça.

Palavras-chave: Gestão de empresa familiar – desafios – oportunidades.

⁹Acadêmico do Curso de Administração da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: gporcellis@hotmail.com.

¹⁰Orientador, Mestre em Administração, docente no curso de Administração da URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: cougo40@gmail.com.

ENDOMARKETING: CONJUNTO DE AÇÕES VOLTADAS PARA A OTIMIZAÇÃO, MOTIVAÇÃO E COMPROMETIMENTO DOS COLABORADORES

Vanuza de Siqueira Almeida Rodrigues¹¹
Elisabeth Cristina Drumm¹²

RESUMO: Este estudo tem como principal objetivo analisar a contribuição do endomarketing no ambiente de trabalho como ferramenta necessária para promover a motivação e o comprometimento dos colaboradores da Empresa Amplexa Indústria de Cadeiras, Sarandi-RS. O endomarketing é definido como práticas que podem ser utilizadas para alcançar os objetivos da organização. É também considerado uma estratégia adequada, que tem como principal objetivo fazer com que todos os colaboradores tenham uma visão compartilhada do negócio da empresa, fortalecer as relações internas da organização, incluindo itens como a gestão, metas resultados, produtos e mercados. O estudo busca na literatura a fundamentação teórica, abordando as ferramentas de endomarketing de acordo com os principais autores que exploram o tema. A pesquisa em questão se caracteriza como um estudo de caso com abordagem qualitativa. Para coleta dos dados foram utilizados questionários aos colaboradores da organização e um roteiro de entrevista aplicado ao gestor com questionamento sobre os tipos de ações de endomarketing que são considerada mais importante e qual a percepção do Gestor em relação ao nível de satisfação dos colaboradores. Os dados foram analisados a partir da técnica de estatística descritiva e da técnica de análise de conteúdo. De acordo com a análise parcial dos resultados através da entrevista realizada com o gestor a empresa tem desenvolvido ações de endomarketing com o foco na eficácia das estratégias motivacionais desenvolvidas junto aos colaboradores com o objetivo de elevar o nível de satisfação dos mesmos por trabalharem na organização. Entende-se que quando a empresa observa e planeja as ações ligadas ao endomarketing, conseqüentemente essas ações refletem no comportamento de engajamento dos colaboradores em todas as atividades da organização.

Palavras-chave: Endomarketing - comunicação interna - comprometimento - valorização.

¹¹Acadêmica da Universidade da Região da Campanha – URCAMP, Bagé-RS. Endereço eletrônico: vanuzaroch@bol.com.br.

¹²Orientadora, Mestre, Pró-Reitora de Inovação, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão e Professora da Universidade da Região da Campanha – Campus Bagé/RS. Endereço Eletrônico: elisabethdrumm@ucamp.edu.br.

FAYOL E A TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO

Bernardo Jagmin Carretta¹³
Rita Luciana Saraiva Jorge¹⁴

RESUMO: A palavra administração vem do latim ad (direção, tendência para) e minister (subordinação ou obediência). A tarefa da administração é a de interpretar os objetivos propostos pela organização e transformá-los em ação organizacional por meio de planejamento, organização, direção e controle de todos os esforços realizados em todas as áreas e em todos os níveis da organização. O objetivo deste trabalho é apontar a contribuição da obra de Fayol para a Administração em seus diversos níveis. A referida teoria vigorou no início do século XX, tendo sido superada por outras. Engenheiro de mineração, Fayol apresentou e discutiu 14 princípios gerais de administração. Este achava que os princípios poderiam ser aplicados em qualquer ambiente organizacional. Os princípios básicos estão relacionados a seguir: 1.Divisão do trabalho; 2.Autoridade e responsabilidade; 3.Disciplin; 4.Unidade de comando; 5.Unidade de direção;6.Subordinação dos interesses individuais aos interesses gerais; 7.Remuneração do pessoal; 8.Centralização; 9.Cadeia escalar; 10.Ordem; 11.Equidade; 12.Estabilidade do pessoal; 13.Iniciativa; 14.Espírito de equipe. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e exploratória em torno dos aspectos introdutórios da Teoria Geral da Administração, decorrentes de um estudo acerca da obra de Fayol, realizado durante o 1º semestre de 2015, no curso de Administração da Universidade da Região da Campanha. Os dados obtidos foram extraídos das notas de aula, artigos da internet e livros disponíveis na biblioteca. Dentre os principais resultados destaca-se que para Fayol a função administrativa não se encontra exclusivamente no topo da empresa, nem é privilégio dos diretores, mas é distribuída proporcionalmente entre todos os níveis hierárquicos. Prever é visualizar o futuro e traçar o programa de ação; Organizar é constituir material e social da empresa; Comandar é dirigir e orientar o pessoal; Coordenar é ligar, unir e harmonizar todos os atos e todos os esforços coletivos e controlar é verificar que tudo ocorra de acordo com as regras estabelecidas e as ordens dadas. Torna-se imprescindível a aplicação destes conceitos na gestão de qualquer empresa para otimização da eficiência e alcance da eficácia organizacional.

Palavras-chave: Administração - Fayol - Princípios.

¹³Acadêmico do Curso de Administração da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

¹⁴Orientadora, Mestre em Administração, docente no curso de Administração da URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: ritajorge@urcamp.edu.br.

INFLUÊNCIA DO CLIMA ORGANIZACIONAL E DA MOTIVAÇÃO PARA A SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES

Juliane da Silva Acosta¹⁵
Rita Luciana Saraiva Jorge¹⁶

RESUMO: O clima organizacional é uma variável que interfere diretamente na produtividade das pessoas nas organizações. Um ambiente favorável, onde se encontra um clima de colaboração, comprometimento e relacionamentos saudáveis, é condição fundamental para que as pessoas se sintam mais satisfeitas com o trabalho que realizam. A motivação é um dos temas de grande relevância na atualidade. As organizações necessitam entender os mecanismos que geram motivação e devem procurar meios eficazes de colocá-los em prática. O objetivo deste trabalho é analisar a influência do clima organizacional e da motivação no grau de satisfação do colaborador de uma instituição de ensino particular da cidade de Bagé/RS. Para tanto foi necessário identificar a percepção sobre o clima organizacional existente na empresa; medir o grau de motivação e satisfação dos colaboradores; avaliar a influência do clima organizacional em relação aos graus de satisfação e motivação. O estudo foi classificado como descritivo e o método utilizado foi o quantitativo. O delineamento de pesquisa deu-se através de um estudo de caso. A população alvo do estudo foram professores e funcionários de uma instituição de ensino particular que totalizaram 45 pessoas. A coleta de dados foi realizada através da aplicação de questionário com questões objetivas que foram respondidas pelos colaboradores da instituição de ensino. A resposta para o problema de pesquisa foi obtida através da analogia e comparação dos dados coletados com o referencial teórico do estudo. Como resultado parcial deste estudo destaca-se que a maioria dos entrevistados é do gênero feminino, está satisfeito com a remuneração praticada pela empresa, estão motivados em relação a desenvolver trabalho em equipe e o que mais motiva este grupo de colaboradores é o tipo de clima de afiliação que refere-se à colaboração, cooperação, ao calor humano e apoio, existente no ambiente de trabalho. Acredita-se que este estudo alcançou seu objetivo, pois apontou a relação do clima organizacional com a motivação e satisfação dos colaboradores na organização.

Palavras-chave: Clima Organizacional - Motivação - Satisfação de colaboradores.

¹⁵Acadêmica do Curso de Administração da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

¹⁶Orientadora, Mestre em Administração, docente no curso de Administração da URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: ritajorge@urcamp.edu.br.

CLIMA ORGANIZACIONAL E MOTIVAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO

Afonso Calvete Brendler¹⁷
Rita Luciana Saraiva Jorge¹⁸

RESUMO: No contexto atual as pessoas estão tendo mais importância dentro das organizações, pois é o grande diferencial competitivo das mesmas, assim na busca por melhores resultados dos seus funcionários as empresas devem buscar um melhor clima organizacional, ou seja, o conjunto de valores, atitudes e padrões de comportamento, que influenciarão no seu psicológico. O presente estudo tem como objetivo analisar a influência no clima organizacional na motivação dos colaboradores da Cabanha da Maya. O estudo foi classificado como descritivo, utilizando-se o método quanti-qualitativo, por meio de um estudo de caso, tendo como população os colaboradores da Cabanha da Maya. A coleta de dados para o desenvolvimento do estudo foi por meio de entrevista com o gestor da empresa e após aplicado questionário com os colaboradores. A análise dos resultados foi realizada pelo método descritivo, e a resposta para o problema de pesquisa e os objetivos propostos, foi obtida através da analogia e comparação dos resultados com o referencial teórico referente ao tema. Os principais resultados parciais deste estudo, a partir da entrevista realizada com o gestor são os seguintes: a) o que motiva o colaborador a trabalhar na empresa é estrutura oferecida pela mesma, condições de trabalho e a visibilidade que a empresa oferece no mercado; b) o que desmotiva a trabalhar na empresa são as divergências administrativas na hora de alcançar os resultados/objetivos da mesma; c) O gestor considera que a maioria dos seus colaboradores sentem-se motivados para trabalhar; d) O gestor ainda afirma que o clima organizacional melhora os resultados da empresa, porque os aspectos do clima (liderança, comunicação, feed-back) melhoram a ligação entre os setores, permitindo um melhor fluxo de trabalho, motivando os colaboradores no momento em que oferece melhores condições de trabalho, e claro como resultado a empresa alcançando suas metas. Percebe-se que a empresa em questão possui um clima organizacional positivo na visão do gestor, bem como as ações praticadas pela empresa buscam a motivação como principal aliada no alcance dos objetivos organizacionais. O posicionamento dos colaboradores já foi coletado e será tabulado para posterior análise.

Palavras-chave: Clima organizacional - Motivação - Colaboradores.

¹⁷Acadêmico do Curso de Administração da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

¹⁸Orientadora, Mestre em Administração, docente no curso de Administração da URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: ritajorge@urcamp.edu.br.

TREINAMENTO REFERÊNCIA: PROGRAMA DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE LIDERANÇAS OBINO

Ana Paula de Freitas Peres¹⁹
Dener Micheli Francescato²⁰
Jéssica Butzker Costa²¹
Mariane Domenech Vargas²²
Murilo do Couto Silveira²³

RESUMO: Em recursos humanos há a premissa de que além de educar e motivar seus funcionários, as sessões de treinamento estimulam assumir compromisso com a empresa, assim sendo o treinamento é visto como uma via para melhorar o desempenho competitivo inclusive o compromisso e desempenho observados conferem uma lealdade entre os membros da empresa, que tomando o sentido de colaboradores passam até mesmo a ser fonte de indicação para novos funcionários. O cenário mercadológico tem estado em constante ascensão, trazendo novos significados a determinados conceitos: no âmbito administrativo; nas formas de atendimento; em estratégias e métodos; bem como novas funcionalidades aos diversificados produtos e serviços. Neste sentido atualizar-se significa capacitar-se. Da mesma forma a acirrada competitividade tem atingido os mais diversificados mercados, acentuando o valor das pessoas, consideradas como o mais importante capital da empresa, o capital intelectual, assim sendo compreende-se que o treinamento deva ser o enfoque nas distintas dimensões tomando para si o mérito como um diferencial competitivo. O objetivo deste estudo é apontar como o treinamento é desenvolvido em uma empresa do ramo de varejo. A pesquisa é descritiva e exploratória realizada através de um estudo de caso. A coleta dos dados foi feita através de uma entrevista com o gestor e após apresentada pela análise de conteúdo. Os principais resultados do estudo apontam que o primeiro passo para realização de um treinamento é a aplicação de uma Pesquisa de Levantamento de Necessidade de Treinamento. Após, desenhado o modelo de treinamento se inicia o processo de seleção. As etapas são: Indicações áreas Comercial e Gestão de Pessoas, validação gestor de loja, validação do gestor, prova de conhecimento da empresa, avaliação psicológica e entrevista. Quando questionado sobre quem faz o treinamento o gestor respondeu que as pessoas responsáveis por ministrar os treinamentos são gestores de área, coordenadores, supervisores, psicólogo e instrutores de venda. Também questionou-se sobre o programa de trainee e obteve-se a seguinte resposta: o programa é dividido por imersões. Ao término de cada imersão o trainee recebe missões que deverão ser trabalhadas em loja e apresentadas posteriormente a direção. Caso essas missões não sejam cumpridas, os trainees voltam em loja para novo trabalho e para que as metas sejam batidas. Após esses processos o trainee está apto ao cargo de Gerente de Loja. Entende-se que a empresa estudada atende aos princípios do processo de treinamento a fim de capacitar a mão-de-obra existente buscando uma maior eficiência das atividades desenvolvidas. O treinamento torna-se, portanto essencial a uma organização que busca excelência em um mercado cada vez mais competitivo.

Palavras-chave: Treinamento - Aperfeiçoamento - Trainee.

¹⁹Acadêmica da Universidade da Região da Campanha – Urcamp/Bagé.

²⁰Acadêmico da Universidade da Região da Campanha – Urcamp/Bagé.

²¹Acadêmica da Universidade da Região da Campanha – Urcamp/Bagé.

²²Acadêmica da Universidade da Região da Campanha – Urcamp/Bagé.

²³Acadêmico da Universidade da Região da Campanha – Urcamp/Bagé.

A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Sheila Macedo de Deus²⁴

Ricardo Leal Cougo²⁵

RESUMO: O Estado é constituído pelo território, pelo povo e pelo governo, desenvolvendo funções para o atendimento do bem público, consoante uma intensiva atividade financeira exercitada por intermédio dos órgãos públicos, os quais são geridos por agentes públicos, que devem pautar a sua ação mediante princípios constitucionais dirigidos à Administração Pública. Portanto, a ação estatal envolve a Administração do patrimônio e a utilização dos dinheiros públicos, que são atos de poder político praticados pelo governo, cujo exercício está afeto às autoridades governamentais. A autoridade estatal, como expressão é suprema e seu poder tem como fim o bem estar da sociedade. O objetivo deste trabalho é apontar a importância do controle interno na Administração Pública. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e exploratória, com a coleta de dados realizada em bibliografias pertinentes ao tema. A análise dos resultados deu-se de forma descritiva com análise de conteúdo. Dentre os principais resultados obtidos destaca-se que o Controle Interno compreende o plano de organização e todos os métodos e medidas adotadas na empresa para salvaguardar seus ativos, verificar a exatidão e fidelidade dos dados contábeis, desenvolver a eficiência nas operações e estimular o seguimento das políticas executivas prescritas. No que diz respeito ao controle de atividades e obras públicas o controle é fundamental na verificação do andamento da execução cronológica estabelecida no plano orçamentário. Outro ponto a ser destacado é o controle da aplicação correta dos recursos públicos previstos na Lei Orçamentária. Por fim evidencia-se o instrumento de transparência (Accountability), que inclusive hoje é Lei Federal, objetivando dar ampla e irrestrita visibilidade a todos os atos praticados pelo poder público. Considerando-se que o controle é elemento essencial ao Estado de Direito, sendo sua finalidade assegurar que a Administração atue de acordo com os princípios que lhe são impostos pelo ordenamento jurídico, pode-se afirmar que o controle constitui poder-dever dos órgãos a que a Lei atribui essa função precisamente pela sua finalidade corretiva; ele não pode ser renunciado nem retardado, sob pena de responsabilidade de quem se omitiu.

Palavras-chave: Controle Interno - Transparência - Poder Público.

²⁴Acadêmica do Curso de Administração da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

²⁵Orientador, Mestre em Administração, docente no curso de Administração da URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: cougo40@gmail.com.

DIFERENCIAÇÃO NO PRODUTO COMO VANTAGEM COMPETITIVA: UM ESTUDO DE CASO

Marcio Ritta Teixeira²⁶
Rita Luciana Saraiva Jorge²⁷

RESUMO: Este estudo aborda a diferenciação no produto como vantagem competitiva, de modo que o atual desafio das empresas para manter-se no mercado e conseguir atender a necessidade e as exigências dos clientes, é encontrar uma boa estratégia competitiva, para assim conquistar a fidelidade do público. A estratégia de uma empresa é definida como sua teoria de como obter vantagens competitivas. Uma boa estratégia é aquela que realmente gera tais vantagens. Cada uma das teorias de como ganhar vantagens competitivas no mercado é baseada em um conjunto de suposições e hipóteses sobre como a competição no setor tende a evoluir e, como essa evolução pode ser explorada para a obtenção de lucros. O presente trabalho tem o objetivo de apresentar uma pesquisa de satisfação do consumidor em relação a um produto diferenciado, suas vantagens competitivas, seu marketing e suas estratégias de venda, a qualidade e o valor agregado ao produto para atrair o consumidor, de forma a conquistá-lo. A pesquisa foi descritiva, o método utilizado foi o quali-quantitativo, com entrevista ao gestor e questionário aos clientes. A população são os clientes efetivos da empresa, e foi utilizada a referência de Barbetta para o cálculo da amostra. Destacam-se como principais resultados da análise SWOT desenvolvida na pesquisa, como forças o produto diferenciado, já como oportunidades a falta de concorrentes na região, pois são pioneiros e únicos. Ainda analisando-se a matriz SWOT, pode-se citar como fraquezas a falta de espaço para produção e como ameaças a distancia do centro, onde há maior fluxo de pessoas. Os resultados da pesquisa aplicada aos clientes, permitiram identificar um alto grau de satisfação em relação a empresa, destacando-se a qualidade, atendimento e a confiança nos produtos, fato este que ajuda a entender o destaque que a empresa vem adquirindo no mercado. Com o presente estudo de caso, compreendeu-se a importância de uma empresa possuir um diferencial para conquistar e reter clientes e assim adquirir seu lugar no mercado. Entendeu-se que o objetivo proposto pelo trabalho foi alcançado e, que a experiência de aliar os conhecimentos teóricos e práticos foram de suma importância para o desenvolvimento do referido estudo.

Palavras-chave: Vantagem competitiva - estratégia - Análise SWOT.

²⁶Acadêmica do Curso de Administração da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

²⁷Orientadora, Mestre em Administração, docente no curso de Administração da URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: ritajorge@urcamp.edu.br.

A RESPONSABILIDADE SOCIAL COMO FATOR DE DIFERENCIAÇÃO

Ana Daniela Braga²⁸
Franciele Machado²⁹
Maria Luiza Barbosa³⁰
Marília Teles³¹
Priscila Barbosa³²
Sandra Eslabão³³
Marilene Vaz Silveira³⁴

RESUMO: O crescente aumento da complexidade dos negócios, o avanço de novas tecnologias, o incremento da produtividade levou a um aumento significativo da competitividade entre as empresas e, desta forma, elas tendem a investir mais em processos de gestão de forma a obter diferenciais, competitivos, Ashley (2002, p3.) afirma que por outro lado, as crescentes disparidades e desigualdades sociais obrigam a que se repense o desenvolvimento econômico social e ambiental. Assim, para responder a este desafio é necessário buscar novas respostas visando um desenvolvimento econômico sustentável que englobe os aspectos sociais, econômicos e ambientais. É certo de que as empresas são as grandes fontes de geração de emprego e avanços tecnológicos, impulsionando a economia de todo um país. Empresa responsável socialmente e ambientalmente é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes, principalmente da comunidade. Mesmo com tantas vantagens, é bom lembrar que os indicadores nesse segmento ainda são baixos, mas em comparação há três anos, é possível observar um vertiginoso aumento das certificações ISO 14001. “O caminho para a sustentabilidade não é fácil”. Trata-se de um ideal que concilia o desenvolvimento econômico com a conservação do meio ambiente, sem esquecer-se do bem estar social. E importante observar que esta diferença pode se dar de varias formas no projeto do produto, na imagem da marca, na aplicação da tecnologia, nos serviços de pós- vendas e atendimento, no sistema de distribuição. Tem-se a partir do ensaio teórico exposto um guia para futuros estudos sobre a importância da responsabilidade social empresarial e sua relação com diferenciais competitivos sustentáveis, fontes de vantagem competitiva. Estes diferenciais podem se dar por imagem, associações com produtos ou serviços, atendimento, relação de satisfação do publico interno e externo, assim como o interessados. A comprovação científica desta relação pode ser realizada com levantamento qualitativo ou quantitativo, publico interno ou externo, fatores mais ou menos próximos da organização, porem sabe-se que a responsabilidade social como ferramenta da importância para qualquer organização não se trata de um modismo ou pratica de marketing, mas uma conscientização importante que deve estar vinculada a administração estratégica e fazer parte dos objetivos corporativos como um tópico irreversível e contínuo.

Palavras-chave: Responsabilidade Social - Estratégia de Diferenciação - Sustentabilidade.

²⁸Acadêmica da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

²⁹Acadêmica da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

³⁰Acadêmica da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

³¹Acadêmica da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

³²Acadêmica da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

³³Acadêmica da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

³⁴Orientadora, Mestre, Professora e Diretora do Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Endereço eletrônico: marileneurcamp@yahoo.com.br.

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ANÁLISE DE BALANÇO: ESTUDO DE CASO SICREDI FRONTEIRA SUL

Luiza Alves Scherer³⁵
Marcus Vinicius Nunes Chaves³⁶

RESUMO: As exigências do mercado mundial, faz com que as empresas se tornem cada vez mais competitivas e com isso, os tomadores de decisão precisam de ferramentas para que eles tenham auxílio para que sua decisão seja eficaz. As demonstrações contábeis por sua vez através da técnica de análise de balanço fornecem índices econômico-financeiros para avaliar sua situação patrimonial, pois muitas empresas encontram dificuldades em identificar sua situação financeira retardando o processo de tomada de decisão. Este trabalho tem como objetivo analisar o balanço patrimonial evidenciando os indicadores financeiros para avaliação da Instituição em estudo. A pesquisa foi elaborada na Instituição financeira Sicredi Fronteira Sul, sendo que os métodos e técnicas de análise de balanço foram estudados para melhorar o entendimento da evidência destes índices, consecutivamente calculando e comparando os indicadores econômicos financeiros dos anos de 2013 e 2014. A metodologia aplicada foi através de uma pesquisa qualitativa do tipo exploratória descritiva, cujos procedimentos técnicos foram desenvolvidos através de um estudo de caso e pesquisa documental, cujos dados foram coletados no Relatório técnico anual de 2014 da empresa. Com estes elementos foi possível elaborar a descrição da situação econômico-financeiro da empresa o que demonstrou crescimento patrimonial no comparativo efetuado.

Palavras-chave: Balanço - Indicadores - Avaliação Patrimonial.

³⁵Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: schererprates@hotmail.com..

³⁶Orientador, Professor do Curso de Ciências Contábeis da Universidade da Região da Campanha- URCAMP. Endereço eletrônico: audiconti@ig.com.br.

CUSTO NA PRODUÇÃO LEITEIRA DE UMA PROPRIEDADE NA COLÔNIA PIONEIRA – ACEGUÁ RS

Miriam Peters Esau³⁷
Jorge Luiz Sant'anna dos Santos³⁸

RESUMO: De acordo com os estudos bibliográficos analisados neste estudo, observou-se que como em qualquer atividade empresarial, na agropecuária não é diferente a importância de se utilizar ferramentas de planejamento e controle de gestão. Nesse sentido, uma boa Contabilidade de Custos é uma importante aliada para que o produtor possa tomar decisões acertadas. O objetivo deste estudo foi analisar o custo de produção de uma propriedade leiteira previamente selecionada, aplicando o método de análise do custeio como ferramenta para a tomada de decisão. Como metodologia para a coleta de dados foi utilizada uma planilha que normalmente o produtor atualiza, recomendada por extensionista da Emater Ascar - RS, Escritório Regional de Bagé, que acompanha o trabalho nesta propriedade. Percebe-se que o que mais incidiu no custo da propriedade foi à alimentação dos animais (44,39% do custo total). O item manejo de pastagem não consta da categoria alimentação dos animais. Procurou-se incluir aí os gastos com concentrados, rações para as vacas em lactação e terneiras, silagem, sal mineral e feno. Observa-se que na propriedade analisada esse índice atinge quase a metade do custo total. Geralmente esse percentual gira em torno de um terço do custo total, conforme pode ser constatado em consulta às tabelas publicadas no Anuário da Pecuária Brasileira sobre propriedades modelares de produção de leite, nas várias regiões do País. O segundo e o terceiro tipos de despesa que mais pressionaram o custo total foram a sanidade ou saúde animal (12,86%) e a mão-de-obra (9,65%). Esse produtor sem comprometer os resultados econômicos da propriedade poderia diminuir os seus custos. Para isso uma maneira seria reduzir em até 9% os gastos com a alimentação, sem prejudicar os resultados favoráveis na sua produção.

Palavras-chave: Custeio - Produção de Leite - Tomada de Decisão.

³⁷Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis - Universidade da Região da Campanha – Campus Bagé/RS, email: miriamesau@hotmail.com

³⁸Orientador, Pesquisador da Embrapa Pecuária Sul e Professor do CCSA - Universidade da Região da Campanha – Campus Bagé/RS. Endereço eletrônico: jorge.santanna@embrapa.br.

OS FUTUROS CONTADORES E O MERCADO DE TRABALHO

Samuel Pacheco Gonçalves³⁹

RESUMO: A contabilidade vive momento ímpar no Brasil, estando vinculada diretamente ao desenvolvimento econômico e comercial. A atuação do contador no mercado de trabalho torne-se muito ampla, com muitas opções de emprego que vão desde autônomo, professor, funcionários em órgãos públicos, entre outras. As pessoas que conseguem destacar-se nesse mercado são aquelas que têm o diferencial que a profissão e o mundo atual exige. O presente trabalho tem por objetivo chamar a atenção dos estudantes, de contabilidade, que o contador em tempos atuais deixou o título de guarda livros de lado e tornou-se peça de fundamental importância para empresas e sociedade. Este estudo mostra por meio de uma pesquisa bibliográfica a origem e evolução da contabilidade, como manter-se atualizado, e o vasto mercado de trabalho direcionado a estes profissionais. Verificou-se que a contabilidade é uma ciência em constante mudança, assim, se torna necessário a educação continuada, já que os contadores estão sempre sujeitos aos avanços tecnológicos da informática, as alterações da legislação impostos pelo governo, cabe a eles então, adequar-se da melhor maneira possível para o mundo globalizado. Por fim, verifica-se que a demanda que o mercado tem é por profissionais qualificados com capacidade de integrar equipes, como gestor que possui o conhecimento sobre a dimensão dos riscos ou vantagens na tomada de decisões importantes.

Palavras-chave: mercado de trabalho - desenvolvimento - contadores.

³⁹Acadêmico do curso Bacharel em Ciências Contábeis, Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai. Endereço Eletrônico: spgbage@bol.com.br.

AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E AS TOMADAS DE DECISÕES

Ana Paula Molina Machado⁴⁰

Diéssica Benito⁴¹

Jéssica de Brito⁴²

Jéssica Santos⁴³

Leandro Coelho⁴⁴

Valesca Sandim⁴⁵

Quelen Kopper⁴⁶

RESUMO: A problemática das empresas no contexto atual é a não utilização dos demonstrativos contábeis, tomando decisões imprecisas pela falta de informações corretas, contudo a justificativa do presente trabalho parte da importância e conscientização de se ter convicção de que as demonstrações contábeis refletem de fato a real situação financeira e patrimonial da empresa. Por isso se torna importante e necessário o uso correto das demonstrações contábeis. O trabalho proposto tem por objetivo enfatizar o quanto as demonstrações contábeis auxiliam na tomada de decisões. A presente pesquisa é bibliográfica e exploratória, utilizando-se do instrumento de entrevista, aplicada a um profissional da área administrativa e financeira com a intenção de buscar informações sobre a real influência das demonstrações contábeis na tomada de decisões. O trabalho traz uma comparação entre o demonstrativo de resultado do exercício gerencial e o demonstrativo de resultado do exercício contábil, relatando a necessidade de exatidão nas informações que estão em cada um dos dois demonstrativos, em especial na precisão em que os dados contábeis necessitam para que demonstrem coerência e assertividade na tomada de decisões. Por fim, pode se dizer que este trabalho possibilitou identificar demonstrativo contábil de resultado do exercício gerencial como sendo o que mais serve como um comparativo de todo o movimento financeiro da empresa gerindo possibilidades de assertividade nas decisões das empresas.

Palavras-chave: demonstrações - contábeis - decisão - importância.

⁴⁰Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Ideau. Endereço eletrônico: paulamolina_machado@hotmail.com.

⁴¹Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Ideau.

⁴²Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Ideau.

⁴³Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Ideau.

⁴⁴Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Ideau.

⁴⁵Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Ideau.

⁴⁶Orientadora, Professor da Faculdade Ideau.

A IMPORTÂNCIA DA INFORMÁTICA PARA A CONTABILIDADE

Alessandra Gonçalves da Silva⁴⁷

Janete Marlucci Dutra⁴⁸

Tais Garrido⁴⁹

Jorge Luiz Sant'anna dos Santos⁵⁰

RESUMO: A contabilidade antigamente registrava fatos contábeis em livros ocupando muito espaço e dias para serem calculados tendo assim uma demora para entrega dos resultados. Foi necessário adotar a informática como instrumento de trabalho obrigando tais estabelecimentos a investirem em recursos tecnológicos, a fim, de oferecer um serviço rápido e de melhor qualidade para seus clientes. O referido trabalho tem por objetivo investigar a aplicabilidade dos recursos da informação no meio contábil. A pesquisa realizada classifica-se em descritiva e de campo. A coleta de dados deu-se através de aplicação por um questionário e por conveniência de pesquisa. Foram escolhidos profissionais da área de contabilidade os dados foram tabulados em planilha de Excel e os resultados foram analisados de forma descritiva. Dentre os principais resultados, destaca-se que todos os entrevistados têm entre 23 e 74 anos, com uma média de tempo de serviço na área que varia de 2 a 30 anos. Os profissionais consideram a informática muito importante para a área por vários motivos, entre os mais comentados estão: agilidade, rapidez, clareza, redução de tempo, assertividade, facilidade nos lançamentos, segurança, confiabilidade, precisão nos resultados e automatização. No geral os entrevistados reconheceram que diminuiu consideravelmente a média de tempo, as respostas variaram entre um e dois dias e apenas um dos entrevistados informou que não houve redução, ele afirma que juntamente com a otimização das tarefas veio a evolução do mercado com novas exigências e perspectivas. Já quando o foco da pergunta foi à contratação de funcionários, os entrevistados variaram suas respostas entre três e nove, onde três é menos importante e nove é muito importante isso significou que o grau de importância da informática na contabilidade tem média de nota 7,1 quando estamos falando em contratação de novos colaboradores. Com este estudo percebe-se que a contabilidade conquistou seu espaço neste meio, estando diretamente ligado ao profissional contábil. O contador faz as análises necessárias com economia de tempo, aumenta a produtividade e a confiabilidade na sua prestação de serviço obtendo êxito em seu campo de atuação.

Palavras-chave: Custeio - Produção de Leite - Tomada de Decisão.

⁴⁷Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis - Universidade da Região da Campanha – Campus Bagé/RS, email: alessandra.goncalveskk@gmail.com.

⁴⁸Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis - Universidade da Região da Campanha – Campus Bagé/RS, email: janete.sor@hotmail.com.

⁴⁹Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis - Universidade da Região da Campanha – Campus Bagé/RS, email: jonatasetais@hotmail.com.

⁵⁰Orientador, Pesquisador da Embrapa Pecuária Sul e Professor do CCSA - Universidade da Região da Campanha – Campus Bagé/RS. Endereço eletrônico: jorge.santanna@embrapa.br.

A IMPORTÂNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA FINS GERENCIAIS: O CASO DA MARISOL.

Aderson Lacerda Barres⁵¹
Evelise Pinheiro Simões Martins⁵²
Pablo Bispar Madeira⁵³
Roberta Rocha Wouters⁵⁴
Vinícius Silva Marques⁵⁵
Rita Luciana Saraiva Jorge⁵⁶

RESUMO: Os dados básicos para a análise do desempenho econômico-financeiro são as demonstrações financeiras elaboradas pelas empresas. Com base nesse conjunto de informações complementadas com índices agregados de mercado, são aplicados os vários critérios de análise, visando-se obter conclusões sobre o desempenho retrospectivo, presente e futuro da empresa. A coleta e registro de dados, assim como elaboração das demonstrações financeiras é atribuição da contabilidade. As demonstrações contábeis contêm ferramentas muito importantes para o melhor desenvolvimento das empresas, que são fundamentadas pelas leis 6.404/76 e 11.638/07, que estabelecem as normas e obrigatoriedades das empresas. O objetivo deste trabalho é apontar a importância das demonstrações contábeis para fins gerenciais em uma empresa do ramo de vestuário. A Marisol Vestuário S.A. é uma Companhia de capital fechado e possui capacidade produtiva anual de 11 milhões de peças de roupas e 2,2 milhões de pares de calçados. A Marisol, hoje, representa 17% do mercado brasileiro de vestuário. A metodologia utilizada neste trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica e documental delineada em um estudo de caso. Os dados foram obtidos através do relatório anual de 2011 da empresa. A análise dos resultados foi do tipo descritiva. Dentre os principais resultados destaca-se que a empresa apresenta seu desempenho econômico e financeiro da seguinte maneira: a Receita Operacional Líquida Consolidada alcançou R\$ 431,4 milhões, resultando num crescimento de 6,1% sobre a realizada em 2010, de R\$ 406,7 milhões. O custo dos produtos vendidos totalizou no exercício de 2011 R\$ 276,2 milhões (64,0% da ROL), ante R\$ 256,6 milhões (63,1% da ROL) no exercício de 2010. O aumento de 0,9 pontos percentuais no Custo dos Produtos Vendidos, em relação ao exercício anterior, retraindo a margem bruta, decorre principalmente do aumento do preço do algodão e da alteração no mix de produtos ofertados, com presença de produtos de menor valor agregado, que impactam no aumento dos custos de produção e com menor diluição dos custos fixos. As despesas e receitas operacionais – despesas com vendas, gerais e administrativas e outras receitas e despesas – totalizaram neste exercício o montante de R\$ 109,6 milhões (25,4% da ROL), 9,5% menor as realizadas no exercício de 2010. Além da redução das despesas com vendas e administrativas, fruto da austeridade no controle dos gastos, a empresa obteve outras receitas operacionais extraordinárias em razão da alienação de ativos de operações deficitárias perfazendo o valor líquido de R\$ 5,2 milhões. A importância das demonstrações contábeis para fins gerenciais se dá a partir do momento em que é feita a análise dos dados apresentados definindo se a empresa é bem ou mal administrada, se merece ou não crédito, se tem condições de pagar suas dívidas, se é lucrativa, se irá falir ou continuar operando.

Palavras-chave: Gerência – custo – demonstrações contábeis.

⁵¹Acadêmico da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

⁵²Acadêmica da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

⁵³Acadêmico da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

⁵⁴Acadêmica da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

⁵⁵Acadêmico da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

⁵⁶Orientadora, Mestre em Administração, docente no curso de Administração da URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: ritajorge@urcamp.edu.br.

MARISOL SA/2014: UM OLHAR EM TORNO DO BALANÇO SOCIAL

Jaíne Teixeira Cortes⁵⁷
Richarles de Melo Gonçalves⁵⁸
Ângela Carreta⁵⁹

RESUMO: Considerando a necessidade das empresas demonstrarem à sociedade as suas inquietações e atuações para minimizar os problemas sociais das cidades em que estão localizadas as suas fábricas, justifica-se promover um estudo relacionado à importância do Balanço Social como instrumento de responsabilidade social. Trata-se de um recorte de uma pesquisa qualitativa, realizada pelo 3º semestre do curso de Ciências Contábeis da URCAMP/Bagé, realizado sob a forma de um estudo de caso, ou seja, numa abordagem metodológica de investigação, com vistas a compreender/descrever fenômenos nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos fatores. A investigação envolve a empresa Marisol, líder nacional no segmento de confecção e de franquias infantis. Os dados principais foram coletados a partir das informações disponíveis no relatório anual 2014 e em buscas em diversos sites. A referida pesquisa enfatiza o balanço social no período citado. Compreende-se por Balanço Social o mecanismo utilizado pelas empresas para tornarem públicas as suas intenções e compromissos, visando à transparência de suas ações no exercício da responsabilidade social corporativa (RSC), trazendo informações qualitativas e quantitativas. Durante a análise dos resultados foi possível tomar conhecimento dos projetos de responsabilidade social da empresa e dos respectivos relacionamentos com seus colaboradores, fornecedores, consumidores e clientes, comunidade, governo e sociedade, bem como com o meio ambiente. Dentre os projetos sociais destacam-se o Aperfeiçoamento e Emprego que se baseia em Uma parceria entre a Marisol e o Governo Federal que propicia a formação no curso de Costureiro Industrial do Vestuário, por meio do PRONATEC onde os alunos formados selecionados são convidados a fazer parte do quadro de funcionários da Empresa; Santa Catarina Moda e Cultura que nasceu em 2005 para estimular o desenvolvimento cultural da cadeia de valor da moda no estado promovendo o aprimoramento do segmento têxtil e o Projeto Evoluir que acredita que o esporte é um dos recursos utilizados com sucesso para a formação integral de crianças e adolescentes. Este projeto é uma parceria da Marisol com a Fundação Municipal de Esportes de Jaguará do Sul-SC e SESI. Portanto, foi possível constatar como é útil para as empresas e sociedade adotar a responsabilidade social e a publicação do Balanço Social. Conclui-se que pela demonstração do Balanço Social divulgado, a Empresa analisada está inserida no contexto sócio-econômico, pois aplica parte de seus resultados em ações direcionadas em prol da sociedade.

Palavras-chave: Empresa Marisol - Balanço Social - Responsabilidade Social.

⁵⁷Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis - Universidade da Região da Campanha – Campus Bagé/RS.

⁵⁸Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis - Universidade da Região da Campanha – Campus Bagé/RS.

⁵⁹Orientadora, Professora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade da Região da Campanha – Campus Bagé/RS.

MARISOL S.A.: UM COMPROMISSO COM A INCLUSÃO

Silvia Renata Araújo da Silva⁶⁰
Luíza Alves Scherer⁶¹
Carlos Alberto Silveira Artigas⁶²

RESUMO: Atualmente, algumas empresas no país têm divulgado seus balanços sociais, compartilhando com seus stakeholders dados e propósitos de amenizar dificuldades socioambientais através de projetos desenvolvidos junto à sociedade. Dentre estas empresas, destaca-se a Marisol, uma organização de capital fechado, atuante no ramo de confecções e franquia infantil, com sede em Jaraguá do Sul-SC e Pacatuba-CE, onde emprega mais de 3 mil colaboradores. Neste estudo abordam-se aspectos relacionados à diversidade étnico-racial e portadores de necessidades especiais, em busca da adaptação perante às leis de inclusão social. Diante disto, este trabalho objetiva estabelecer relações entre as leis vigentes e as ações efetivadas, juntamente com os dados estatísticos publicados no Relatório Anual 2014. Os dados obtidos foram extraídos do referido relatório, através de uma pesquisa qualitativa do tipo exploratória descritiva, cujos procedimentos técnicos foram desenvolvidos através de um estudo de caso e pesquisa documental. A análise dos dados revela que a empresa Marisol defende a igualdade de direitos, estimula a participação, a inclusão social, a diversidade, e repudia qualquer tipo de discriminação (por raça, sexo, cor, orientação sexual, religiosa, origem, classe social, idade, condição física, estado civil ou hierárquico), porém mantém em seus quadros menos de 2% de colaboradores pardos ou negros e menos de 3% de colaboradores com necessidades especiais. Com isso identificou-se a necessidade de um crescimento no que diz respeito ao cenário da inclusão social afim de buscar um maior desenvolvimento socioeconômico na organização.

Palavras-chave: Inclusão social, dados estatísticos, desenvolvimento socioeconômico.

⁶⁰Acadêmica da Universidade da Região da Campanha – Campus Bagé/RS.

⁶¹Acadêmica da Universidade da Região da Campanha – Campus Bagé/RS, Endereço eletrônico: schererprates@hotmail.com.

⁶²Orientador, Professor do Curso de Ciências Contábeis da Universidade da Região da Campanha – Campus Bagé/RS.

EMPRESA MARISOL S.A.: DESAFIO DA EMPREGABILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Raphael Abreu Silva⁶³
William Brasil Araújo⁶⁴
Ângela Carreta⁶⁵

RESUMO: O presente resumo constitui-se num recorte de um estudo de caso, proposto em uma pesquisa qualitativa, pelo curso de Ciências Contábeis da Universidade da Região da Campanha, com vistas a analisar as ações efetivadas pela empresa Marisol S.A. no que se refere à inclusão. Os dados foram obtidos do Relatório Anual de 2014 e analisados descritivamente. A referida empresa envolveu-se com a temática da inclusão social, tendo como slogan “Jeito de Ser e Fazer” e disponibiliza empregos para pessoas deficientes, tal como proposto pela lei 8.213, mais conhecida como Lei de Cotas, a qual estabelece a obrigação de empregos para pessoas deficientes (habilitadas) e para pessoas que sofreram acidentes de trabalho. As que estiveram envolvidas em acidentes de trabalho, tornam-se reabilitadas pela previdência social. A lei obriga, apenas as empresas com 100 ou mais colaboradores, a atingirem um percentual de 2% a 5% na inclusão de trabalhadores com deficiências. A empresa investigada, neste estudo de caso, atende aos critérios estabelecidos por lei, admitindo 61 pessoas portadoras de deficiência, no quadro de funcionários, na totalidade de 2.772, no período de 2014. Além destes aspectos, a Marisol S.A., importante empresa no ramo de confecções, assume como princípio, aplicar uma tabela salarial com base regional por cargo determinado e qualificado proposto a exercer na empresa, evitando a distinção por gênero, raça ou faixa etária, conforme proposto em lei.

Palavras-chave: Empresa Marisol - pessoas com deficiência - inclusão social.

⁶³Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis - Universidade da Região da Campanha – Campus Bagé/RS.

⁶⁴Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis - Universidade da Região da Campanha – Campus Bagé/RS.

⁶⁵Orientadora, Professora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade da Região da Campanha – Campus Bagé/RS

MARISOL: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO PARA ALÉM DA CRISE

Camila Silveira⁶⁶
Larissa Lemos⁶⁷
Ângela Carreta⁶⁸

RESUMO: Considera-se a Marisol S.A. uma empresa de vanguarda no setor do vestuário brasileiro, pois tem como característica antecipar tendências, ousar, inovar e fazer a diferença na vida de seus clientes, consumidores, fornecedores e, sobretudo na vida de seus colaboradores. Possui atualmente três unidades industriais nos estados de Santa Catarina e Ceará. Fundada em 1964, a empresa se renova constantemente, sempre valorizando as pessoas, em busca de um crescimento com marcas fortes e relevantes. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, na forma de um estudo de caso acerca do Balanço Social 2014, para a qual se analisou os aspectos econômicos disponíveis no seu Relatório Anual. A referida empresa está sempre atenta ao mercado, e atualmente investe em abrir franquias nas diversas regiões do país. Para ser uma franqueada Marisol, a exigência é de um investimento total de R\$ 400 mil, com faturamento estimado entre R\$ 90 mil a R\$ 100 mil por mês. A expectativa é encerrar 2015 com 15 franqueadas. O lançamento de franquias de marca própria vai ampliar a opção do consumidor, que hoje encontra os produtos da Marisol em 10 mil pontos de venda multimarcas no Brasil. Apesar do cenário difícil da economia do país, a Marisol S.A. espera crescer 10% em 2015, apoiada na expansão da participação do setor do vestuário no mercado brasileiro. A empresa responde por 0,6% da produção nacional do segmento, subindo para 4% na linha infantil. Em 2014, a indústria atingiu R\$ 633,6 milhões de receita bruta, em um crescimento de 4% sobre o ano anterior. Em 2013, o crescimento foi acima da média do mercado, com receita de 23%. O lucro líquido cresceu 50% e o Ebitda – lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização, 70%. No faturamento por marcas hoje, em primeiro lugar está a Marisol. Em segundo, quase empatada, a Lilica Ripilica. Depois, a Tigor (Tigor T. Tigre) e depois a Mineral. A empresa também se lançou com forte exportação e subsidiárias no exterior e foi golpeada com choques de culturas e pela crise de 2008. Agora, o foco se dirige para o público infantil, mercado interno e o fortalecimento e pluralidade dos canais de distribuição. O melhor desempenho da Marisol está no público infantil. No mercado em geral, a moda adulta representa 80% e a infantil, 20%, então não pode ser desconsiderado. O objetivo é melhorar o portfólio adulto, mas ter a liderança no segmento infantil.

Palavras-chave: Empresa Marisol - Balanço Social - infantil.

⁶⁶Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis - Universidade da Região da Campanha – Campus Bagé/RS.

⁶⁷Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis - Universidade da Região da Campanha – Campus Bagé/RS.

⁶⁸Orientadora, Professora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade da Região da Campanha – Campus Bagé/RS.

CONTABILIDADE AMBIENTAL - ECOEFICIÊNCIA

Jeziel Morais⁶⁹
Renan de Vasconcellos⁷⁰
Rosimere Oliveira⁷¹
Marcus Vinicius Nunes Chaves⁷²

RESUMO: A sustentabilidade está se firmando no mundo corporativo de tal forma que áreas específicas para lidar com a questão envolvem outros departamentos, como área financeira e comercial das corporações. Em tempos que a sociedade exige mais do que ostentação da bandeira da empresa sustentável apenas a título de marketing, as companhias começam a perceber que a sustentabilidade que dá resultado deve estar permeada nos negócios e adicionar valor. Evitar desperdícios de recursos, manter canal aberto com as comunidades, escolher fornecedor sócio e ambientalmente responsáveis e manter a cadeia produtiva sustentável. Tendo como objetivo compreender a responsabilidade social e ambiental nas organizações, destacando o balanço social como instrumento de gestão capaz de demonstrar o grau de comprometimento das organizações com projetos e ações sociais. Esta pesquisa é um Estudo de Caso, exploratório com análise documental acerca do Balanço Social 2014, trata-se de uma pesquisa qualitativa tendo como objetivo observar e analisar as ações das organizações empresariais não só apenas no âmbito de visar um custo ou questão de marketing, mas no sentido de se responsabilizar pelo impacto causado no meio ambiente e no entorno de suas instalações. Segundo Domeneghetti (2009), CEO da DOM Strategy Partners, explica que a sustentabilidade é um ativo intangível capaz de proteger e gerar valor. Gestão de risco e redução de desperdícios fazem parte da sustentabilidade que protege valor. Já a geração de valor acontece quando a sustentabilidade estimula a inovação em produtos, serviços e coloca novas propostas de valor nos mercados em que a empresa compete. A empresa em análise apresentou elementos fundamentais e várias medidas de ecoeficiência, colocando em prática seus projetos voltados para diversos setores visando melhorar seu processo produtivo, podemos notar que a empresa é ambientalmente responsável e ecoeficiente. A Ecoeficiência, define-se no âmbito da poluição ambiental, e defende que um sistema ecoeficiente é aquele que consegue produzir mais e melhor, com menos recursos e resíduos.

Palavras-chave: Contabilidade ambiental - Ecoeficiência - Sustentabilidade.

⁶⁹Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

⁷⁰Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

⁷¹Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

⁷²Orientador, Professor do Curso de Ciências Contábeis da Universidade da Região da Campanha- URCAMP. Endereço eletrônico: audiconti@ig.com.br.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

O MUNDO CIBER E OS JORNAIS REGIONAIS

Anderson Soares Ribeiro⁷³

Clarisse Ismério⁷⁴

RESUMO: A crescente demanda por recursos online requer investimento específico na formação de pessoas, capazes de torná-los qualificados para atuação dentro de uma perspectiva que explore o potencial comunicacional e dialógico das interfaces interativas presentes na web. A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar como os jornais da região da campanha, principalmente Bagé, Candiota e Dom Pedrito, estão se adaptando ao universo ciber. Caracteriza-se por adotar um método dialético, sendo uma pesquisa qualitativa, descritiva e analítica. Verificando que não existe um padrão, cada uma das empresas jornalísticas pesquisadas utilizam a web de maneiras diferentes. Porém, nenhuma da forma correta. A cibercultura, engloba o conjunto de tecnologias e processos sociais que mobilizam o ritmo das transformações sociais, culturais e políticas. Um dos “produtos” da cibercultura é uma possibilidade comunicacional diferenciada de outros meios midiáticos massivos por uma estrutura que vai além do zapping dos controles remotos, ou seja, não se tem apenas a liberdade de acessar sites e suas várias páginas, mas a participação na construção dos hipertextos. Nota-se que os jornais da região da campanha tentam de várias maneiras aderir ao mundo ciber, seja por meio de fan pages, sites, ou perfil em site de redes sociais. Porém o número de profissionais capacitados para executar essas tarefas é mínimo, a maioria desses jornais publicam no site, o mesmo material que é impresso, sendo que a web possibilita passar mais informações, postar áudio visuais, e maior número de imagens, a inserção de fotos na página chama mais a atenção e dá vida ao site, como diz a máxima popular: uma imagem vale mais que mil palavras. Páginas sobrecarregadas de informações demoram muitos minutos para carregar na tela do computador, então, edição tem que ser ágil, o público espera isso de um produto eletrônico, atraente graficamente, precisa ser leve de modo a poder se formar rapidamente na tela e precisa ser profunda, porque a internet permite isso e, quem não o fizer, vai ficar para trás nesse tipo de meio. Na região da Campanha, a adoção das redes sociais como parte integrante do contato entre fontes e para divulgação dos conteúdos não é bem utilizado, afinal, é um espaço globalizado e livre. O jornalismo online é um veículo que permite uma maior atualização dos leitores sobre o que se passa no panorama regional, nacional e internacional. Este tipo de jornalismo traz várias vantagens, como por exemplo, a acessibilidade e a rapidez na procura de informação, e desvantagens, pelo motivo que pode ser compartilhado qualquer informação, sem qualquer checagem de fonte, cabe ao internauta dar audiência ou não a estas páginas, contendo notícias atrasadas ou erradas. Cada veículo se defende como acha mais adequado para não perder leitores no impresso, e ainda disponibilizar conteúdos online. No mundo atual não há mais como fugir do espaço ciber. Seria como parar no tempo.

Palavras-chave: Cibercultura - Jornais - Online

⁷³Acadêmico do Curso de Comunicação Social da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: anderson_s_ribeiro@hotmail.com.

⁷⁴Orientadora, Historiadora, Doutora em História pela PUCRS, Professora e pesquisadora da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: claismerio@gmail.com.

ANÁLISE DAS EDITORIAS DE SEGURANÇA DOS JORNAIS FOLHA DO SUL E MINUANO

Anderson Soares Ribeiro⁷⁵
Cristiane Pereira⁷⁶

RESUMO: O jornalismo foi criado antes mesmo de existir o termo jornalismo. O ato de transmitir fatos e acontecimentos vem desde os primórdios e isso com o desenvolvimento da cultura e da própria comunicação foi, mais na frente, denominado como jornalismo. A busca por um serviço que atraia a atenção do receptor é primordial para o sucesso, reconhecido, de uma empresa jornalística. Para tanto, uma série de critérios são utilizados para definir o que é notícia e o que não é. Neste parâmetro, talvez, nada obtenha tanto retorno quanto a transmissão de uma tragédia. O jornalismo policial começou a ganhar notoriedade com o advento do jornalismo noticioso, no final do século XIX e início do século XX. A partir dos anos 80, o fenômeno de criminalidade urbana se multiplicou, trazendo aos meios a complexidade em trabalhar com informações consideradas de forte impacto para a sociedade. Assim, a cobertura policial é uma especialidade do jornalismo que vem se expandindo, consideravelmente, nas últimas décadas. Esse crescimento pode ser observado tanto no destaque que é dado às notícias desse tipo, quanto no aperfeiçoamento dos procedimentos utilizados pelos profissionais. O livro “A sangue frio” de Truman Capote, até hoje é considerado uma das mais importantes obras de reportagem policial. Foi publicado na década de 60, e é a prova de que este gênero de reportagem merece destaque e rende boas manchetes e grandes reportagens que vão além do que simples relatos de violência cotidiana. Na obra, o autor revela como é árduo o trabalho de fazer cobertura policial diariamente, produzir reportagens recheadas de sangue e morte, faz com que, muitas vezes, as notícias caiam no senso comum, e a arte de seduzir o leitor com palavras, seja esquecida. A presente pesquisa teve como objetivo geral avaliar as principais características da editoria de segurança dos jornais Folha do Sul e Minuano, ambos da cidade de Bagé, RS. A pesquisa quali-quantitativa realiza uma análise de conteúdo de matérias publicadas no período de 01º a 07 de outubro de 2015. Também, é feita uma pesquisa bibliográfica sobre fontes, jornalismo policial e linguagem jornalística. Para este trabalho, iniciou-se a análise das reportagens publicadas nos referidos jornais: os termos usados para descrever o sujeito acusado, a maneira como as ações são descritas, as fontes, e, principalmente, os órgãos de segurança como fontes. Como breve resultado, já é possível perceber a contradição em relação às teorias estudadas, enfatizando a questão da objetividade jornalística, o fato de ouvir todos os lados da história e apurar as reportagens antes de publicá-las. A técnica jornalística defende que ao lermos uma reportagem, haverá mais de uma fonte consultada. Isso, contudo, não acontece nas páginas dos jornais locais. Na maioria das reportagens, apenas uma fonte é ouvida, a Polícia, ou melhor, o que é registrado nos boletins de ocorrências.

Palavras-chave: Jornalismo Policial - Fontes - Jornal Impresso

⁷⁵Acadêmico do Curso de Comunicação Social da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: anderson_s_ribeiro@hotmail.com.

⁷⁶Orientadora, Mestre, Professora do Curso de Comunicação Social da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: cripereira@hotmail.com.

ELEMENTOS DO CINEMA NOVO E A IDENTIDADE NACIONAL NO DOCUMENTÁRIO GARRINCHA: A ALEGRIA DO POVO

Yuri Cougo Dias⁷⁷
Cristiane Pereira⁷⁸

RESUMO: Em 1952, no I Congresso Paulista de Cinema Brasileiro e no I Congresso Nacional de Cinema Brasileiro surge o movimento Cinema Novo. A proposta atendia os anseios de jovens que não tinham espaço nos estúdios cinematográficos paulistas e que gostariam de um conteúdo mais realístico, que aprofundasse dentro do contexto sócio-cultural brasileiro. No ano de 1962, as atenções do povo brasileiro estavam voltadas para a Copa do Mundo de futebol, que ocorreria no Chile. Utilizando o evento para a análise do fascínio da população pelo esporte, Joaquim Pedro de Andrade lança o documentário, intitulado Garrincha: a alegria do povo, que tinha como objetivo relacionar a imagem do craque com o povo brasileiro. A presente pesquisa tem como objetivo analisar os elementos utilizados do Cinema Novo no documentário, verificar como a identidade nacional é retratada e a forma como o personagem é tipificado. O método utilizado caracteriza-se por qualitativo e descritivo. Será feita a análise de conteúdo de cinco cenas do documentário, como também está sendo efetuada uma pesquisa bibliográfica sobre Cinema Novo e Identidade Nacional. O Cinema Novo se caracterizou pelo embate à produção estrangeira, como um sistema de linguagem cinematográfica que demonstrasse os problemas políticos, sociais, culturais e a identidade nacional. Os cinemanovistas contrapõem a narrativa hollywoodiana, também conhecida como decupagem clássica. Sobre a identidade, ela é uma forma de se reconhecer dentro do coletivo. É a visão do autor em si mesmo. Já a individualidade é formada por vários papéis e identidades, como familiar, religiosa, territorial, étnica, entre outras. Quanto ao personagem Garrincha, ele nasceu em 1933, na cidade de Pau Grande (Rio de Janeiro) e era descendente de índios da aldeia Fulniô. A inadequação para regras sociais provém de seus antecedentes étnicos e revela que o modelo de futebol que Garrincha praticava expressava-se na direção de uma ruptura estética. O futebol dele seria exuberante e criativo tal qual sua origem indígena e o ambiente em que fora criado. A figura de Garrincha é utilizada para traçar um retrato do povo brasileiro, aquele que não tem nada para dar certo, mas, sabe-se lá como, acaba triunfando. Até o momento, com a pesquisa bibliográfica, pode-se constatar que é impossível se referir à identidade brasileira sem aliar a paixão pelo futebol, que é o único esporte que abrange todas as classes sociais. Utilizado como reflexo da sociedade, o futebol se assemelha com a proposta idealizada pelos precursores do Cinema Novo. Se o referido movimento cinematográfico busca entender a identidade brasileira, não há como fugir da influência do futebol nos costumes da população. As universidades são uma ferramenta essencial para que esse paradigma seja concretizado, uma vez que é de responsabilidade das academias a disponibilidade de conhecimentos sociais, econômicos e científicos do país em que vivemos.

Palavras-chave: Cinema - Identidade - Garrincha.

⁷⁷Acadêmico do Curso de Comunicação Social da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: yuricdias@hotmail.com.

⁷⁸Orientadora, Mestre, Professora do Curso de Comunicação Social da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: cripereira@hotmail.com.

COMO O CONFLITO ISRAEL E PALESTINA VEM SENDO ABORDADO PELA IMPRENSA ATUAL

Érica Ingrid Baptista Eickoff⁷⁹
Cristiane Pereira⁸⁰

RESUMO: Um conflito se dá quando existe a necessidade de escolha, de ideias que são consideradas incompatíveis. Surge da discordância de duas ou mais partes e ou grupos. A cobertura de conflito não é fácil de se obter, por até mesmo serem proibidas em alguns países, tendo assim que, repórteres e equipes de mídia terem de se infiltrarem como membros de algum grupo, entrarem ilegalmente no determinado local, para fazer a cobertura e manter o mundo atualizado. Arriscando assim os seus bens mais preciosos, a vida. A guerra assim como outros fatos que acabam virando notícia, têm força pela agressividade de sua situação, pela brutalidade cometida dia após dia, no entanto tudo que acaba se tornando extensivo de mais, tende a ser esquecido, para dar lugar a novas histórias. Com o passar do tempo, novas notícias surgem, fatos novos aparecem, a mídia evolui e revoluciona e aperfeiçoam seu modo de divulgar e fazer notícias. As notícias consideradas antigas, vão perdendo seus lugares e sua importância. Desta forma só volta a ganhar um espaço mesmo que pequeno, por dois motivos: ou finalmente esse terror chegou ao seu fim, ou mais uma atrocidade foi revelada.

Diante de inúmeras guerras e conflitos, que fizeram parte da história da mídia e de grandes jornalistas, e ainda fazem, está a travada entre o povo israelense e palestino. Assim, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a cobertura da imprensa atual sobre o conflito, Israel e Palestina, através dos sites de notícia G1 e R7. Já como objetivos específicos estão: verificar os enfoques temáticos das notícias divulgadas e identificar as fontes utilizadas nas matérias. O conflito existente entre Palestina e Israel abrange múltiplas divergências, entre elas ocupação de território, política e religião, três temas bastante polêmicos que envolvem a dita “terra sagrada”, tanto para o povo palestino quanto aos israelenses. Porém este conflito não é recente e já dura muitos anos, por tanto tende a ser esquecido pelas comunicações de massa. É relevante dizer que um fato só vira notícia e entra na mídia se for de alguma forma “novo” ou que contenha um fato diversificado. Entretanto um conflito que perdura há tanto tempo e mata milhões de pessoas por ano, deveria ser divulgado com mais frequência, pois a população somente vê o que é divulgado nos meios de comunicação, e é de extrema importância saber o porquê do motivo de um conflito tão sangrento e que já causou e ainda causa milhares mortes. Por tanto, se dá a importância de analisar quais fatos a mídia atual vem analisando, em que consenso ela tem chegado, por qual motivo a comunicação divulga as diversas vidas perdidas, e ataques terroristas contra inocentes, que destroem diversas famílias em um piscar de olhos. Assim, a presente pesquisa quali-quantitativa realizará uma análise de conteúdo, baseada em Laurence Bardin, de matérias publicadas, neste ano de 2015, nos sites de notícias G1 e R7. Demais, realizará pesquisa bibliográfica sobre fontes de notícias e enfoques temáticos. Diante das notícias já analisadas, as mídias atualmente vêm se dividindo em questões diversas, perante aos motivos que levam adiante este conflito. Entretanto as questões ligadas à religião e ao território se confundem por estarem ligadas umas às outras, pois o território onde se localiza o estado de Israel é considerado sagrado para ambos os grupos. É válido lembrar que a presente pesquisa se encontra em pleno desenvolvimento, não estando ainda concluída.

Palavras-chave: conflito - meios de comunicação – guerra.

⁷⁹Acadêmica do Curso de Comunicação Social da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: erica.eickoff@hotmail.com.

⁸⁰Orientadora, Mestre, Professora do Curso de Comunicação Social da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: cripereira@hotmail.com.

ANÁLISE DO JORNALISMO DE METEOROLOGIA NO TELEJORNAL BOM DIA RIO GRANDE DA RBS TV

Claudenir de Souza Munhoz⁸¹
Cristiane Pereira⁸²

RESUMO: A presente pesquisa apresenta uma análise do jornalismo de meteorologia usado nos veículos de comunicação. O jornalismo de meteorologia, o qual é um serviço prestado nos meios, está ganhando muito espaço na mídia, principalmente em telejornais. O serviço abordado nos telejornais vem crescendo anualmente, pois as novas ferramentas disponibilizadas só fazem o gênero crescer e chamar ainda mais atenção do telespectador. Com isso, a audiência do telejornal aumenta, o comprometimento do veículo de comunicação continua e o serviço é transmitido diariamente com uma forma agradável de linguagem ao telespectador. Com isso, o objetivo da pesquisa é verificar o tempo destinado ao jornalismo de meteorologia no telejornal, identificar as características do jornalismo utilitário no telejornal, de acordo com os teóricos estudados e ainda observar a forma de apresentação, ferramentas e interação com o público nos quadros estudados. Para isso, a pesquisa tem sua grande importância e curiosidade, visto que pode trazer novos conhecimentos e experiências para futuros estudantes que desejam estudar a área ou verificar os serviços que o jornalismo oferece. A previsão do tempo está em todas as mídias, começando pelo rádio, jornal e principalmente na televisão, onde o gênero está tendo uma divulgação mais frequente. O jornalismo utilitário usado da forma correta e com uma responsabilidade só tem a ganhar a atenção do leitor/telespectador. Para analisar e estudar esse serviço foi necessário apresentar e discutir as funções e definições do telejornalismo e meteorologia. O serviço de previsão do tempo está diariamente na mídia, tendo flashes ao vivo a qualquer momento. Entretanto, a produção começa bem cedo e passa por um longo processo, principalmente quando se fala em meteorologia, pois o comunicador deve usar uma linguagem clara, objetiva e concisa para o leitor ou telespectador entender o fenômeno que irá provocar chuva ou temporais. Para obter resultados nessa pesquisa quali-quantitativa, a análise de conteúdo foi feita no telejornal que é exibido de segunda-feira a sexta-feira com uma hora e meia de duração. A análise estudou cinco edições da previsão do tempo, entre os dias 7 e 11 de setembro do corrente ano, com aplicação da técnica de entrevista, com a jornalista Maíra Gatto, responsável pela previsão do tempo do programa. A pesquisa continua em andamento, mas já se pode afirmar que o jornalismo de meteorologia está tendo mais espaço no meio televisivo e a interação com o público está cada vez maior, onde o telespectador ajuda na construção da informação e relata a situação do tempo em seu município.

Palavras-chave: RBS TV - Jornalismo Utilitário - Meteorologia.

⁸¹Acadêmico do Curso de Comunicação Social da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: claudenir.jornalismo@gmail.com.

⁸²Orientadora, Mestre, Professora do Curso de Comunicação Social da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: cripereira@hotmail.com.

DESIGN EDITORIAL E REFORMULAÇÃO DO PROJETO GRÁFICO IMPRESSO DO JORNAL FOLHA DO SUL

Diego Bernardes Almeida⁸³
Glauber Pereira⁸⁴

RESUMO: Fundado em 2009, o jornal Folha do Sul entrou no mercado bageense como uma nova opção de periódico jornalístico para o público na cidade de Bagé. Sob uma nova direção comercial, financeira e jornalística, tal jornal, conquistou uma significativa fatia do mercado, acrescentando em tais mudanças, no ano de 2012, um novo projeto gráfico equivalente ao padrão de design editorial encontrado nos demais jornais não só do estado, como do Brasil. Sua marca é caracterizada pela fita azul, dando suporte ao nome do jornal em caixa alta e em fonte serifada. Algo comum e providencial para uma marca de jornal, não fosse a importante função agregada de dividir o espaço da capa em uma parte inferior e superior, onde as chamadas principais e secundárias tomam seu espaço. Assim, basicamente, o jornal é composto graficamente com o azul predominante da marca, e duas fontes com peso simples compondo a massa tipográfica. O advento da internet, além de todas considerações que se pode ter sobre isso, tem claramente criado novas dificuldades para o velho negócio jornalístico. Assim como tal, não faz muito sentido se opor à onda da web, mas sim, os jornais verem isso como uma estratégia a fim de evoluírem seu produto e se adequar ao tipo de comunicação das novas mídias, seja em seu aspecto editorial, seja em seu aspecto gráfico. Os fatores que compõem o design editorial e a identidade da marca são vários, tais como tipografia, cores, grids e fotografia, e devem ser usados estrategicamente na intenção de propor uma harmonia visual nas páginas que o compõem. Tal estudo, se insere no contexto de atualizar o padrão gráfico do jornal Folha do Sul dentro de uma necessidade de mercado, que seja capaz de criar estímulos ou novas propostas para atrair leitores de jornais impressos. Há uma grande produção de novas propostas gráficas editoriais espalhadas pelo mundo no intento de tornar a comunicação e identidades visuais mais apropriadas e flexíveis para aplicação em diversos tipos de mídias, tanto físicas, quanto digitais. O jornalismo passou a estender sua prática além do papel, e embora tal estudo trata apenas da reformulação gráfica impressa, mesmo tais mudanças tem como consequência esse fenômeno. Como todo design é produzido pela tecnologia, sua produção é inseparável do desenvolvimento tecnológico. A remodelação de qualquer marca é necessária para sua sobrevivência no mercado competitivo, e tal estudo, é feito com o objetivo de estudar o processo de construção da capa jornalística, tal qual seu sistema de organização visual, analisar tipografias condizentes para compor visualmente as páginas do jornal e propor um projeto visual condizente com o discurso editorial da publicação. Tudo isso feito por uma metodologia que envolve um estudo bibliográfico que envolve os itens que compõem o design editorial como um todo.

Palavras-chave: Design editorial - Identidade de Marca - Jornal Folha do Sul.

⁸³Acadêmico do Curso de Comunicação Social da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: claudenir.jornalismo@gmail.com.

⁸⁴Orientador, Mestre, Coordenador e Professor do Curso de Comunicação Social da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: glauber.pereira@hotmail.com.

A COBERTURA DOS CAMPEONATOS DE FUTEBOL NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL ATRAVÉS DOS JORNAIS DIÁRIO POPULAR E JORNAL AGORA

Estefânia da Silveira Borges⁸⁵

Cristiane Pereira⁸⁶

RESUMO: O jornalismo esportivo é um meio que envolve e atrai cada vez mais a população em geral no Brasil. No período de Olimpíadas ou Copa do Mundo, o esporte é visto como entretenimento, mobilizando idosos, adultos, jovens e crianças. Apesar de o jornalismo esportivo abranger todos os esportes, a maior parte da grade de programação das emissoras e das páginas dos jornais impressos são dedicadas ao futebol. No Rio Grande do Sul, os clubes de maior relevância são o Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense e Sport Club Internacional. Entretanto, existem diversos times de qualidade espalhados pelo interior do estado que não recebem com frequência o apoio da mídia. Apesar da evolução tecnológica e a popularização da internet, que facilitou a produção e veiculação da notícia, os campeonatos futebolísticos realizados no interior do Rio Grande do Sul ainda ganham muito pouco espaço nos meios de comunicação. Hoje, existem no Estado, cerca de 40 clubes profissionais de futebol, que disputam campeonatos como Gauchão, Divisão de Acesso e Segunda Divisão. Entre eles, aproximadamente 20% contam com uma cobertura jornalística. Consequentemente a pesquisa a ser realizada será sobre a cobertura esportiva dos clubes de futebol no interior, nos jornais impressos diários da cidade de Pelotas, Diário Popular e da cidade de Rio Grande, Jornal Agora. O tema futebol é um assunto que desperta interesse de diversos públicos, como idosos, homens, mulheres e jovens, porém, diferente de grandes clubes, como a dupla Gre-nal, estes localizados no interior sofrem com a questão financeira e com a falta de cobertura da mídia. A presente pesquisa quali-quantitativa realizará uma análise de conteúdo das editoriais de esporte dos jornais Diário Popular, de Pelotas e Jornal Agora, de Rio Grande, tendo como objetivo geral, analisar a cobertura jornalística do futebol no interior do Rio Grande do Sul, e específico, verificar o espaço destinado à cobertura de futebol nos jornais analisados e observar o gênero textual mais utilizado pelos jornalistas. O propósito para este tema ter sido escolhido foi devido às dificuldades que os clubes de futebol profissionais do interior enfrentam em relação à cobertura da imprensa esportiva. A maioria do conteúdo das páginas esportivas dos jornais impressos da nossa região é direcionado ao público da capital, que agregam somente o conjunto dos chamados grandes clubes. Portanto sabemos que os espaços nestes veículos de comunicação não são grandiosos, e na maioria das vezes são ocupados com notícias de grandes clubes nacionais e até mesmo europeus. Deste modo é necessário buscar a valorização dos meios de comunicação para o futebol no interior, visando abranger a população de todos os cantos do estado e contribuir cada vez mais com estas entidades.

Palavras-chave: Jornalismo esportivo - jornal impresso - futebol.

⁸⁵Acadêmica do Curso de Comunicação Social da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: tetedasilveiraborges@gmail.com.

⁸⁶Orientadora, Mestre, Professora do Curso de Comunicação Social da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: cripereira@hotmail.com.

AS ESTRATÉGIAS DE MERCHANDISING NO UNIVERSO CINEMATOGRAFICO DA MARVEL: OS VINGADORES E OS VINGADORES: A ERA DE ULTRON

Camila Monteiro Patrocínio⁸⁷

Glauber Pereira⁸⁸

RESUMO: O cinema como forma de mídia teve seus primeiros passos dados com Thomas Edison, em 1891, o mesmo que já havia descoberto a lâmpada incandescente, inventou o cinetógrafo (kinetograph) e o cinetoscópio (kinetoscope). Em 1902, com o filme Viagem à Lua, o mágico e ilusionista George Méliès introduz no cinema a arte de sonhar. Passaram-se 120 anos, muita transformação aconteceu e, hoje, é impossível falar-se de produções cinematográficas sem que sejam lembradas canções, cidades, hotéis, lugares que acompanham personagens e, certamente, produtos que são vinculados a eles. A mídia e a apropriação de estratégias de difusão se fazem presentes em cada espaço da sétima arte. A editora Marvel Comics, criada em 1930, nos EUA, a partir de 1960 se torna conhecida por trazer um gênero novo: super-heróis. Em 1938, lança a revista Action Comics #1, da DC Comics, na qual apresenta o Superman. Foi com publicações de heróis como: O incrível Hulk, O Quarteto Fantástico, Homem-Aranha, Homem de Ferro, Thor e Os Vingadores - a maioria criados por Stan Lee -, que a Marvel Comics se consolidou como a editora que lançou os super-heróis modernos. A revista do grupo "Os Vingadores" foi criada em 1963, e sua primeira formação tinha Hulk, Homem de Ferro, Homem-Formiga, Vespa e Thor (sem o Capitão América). A iniciativa da editora Marvel Comics de lançar por conta própria as adaptações cinematográficas de suas HQs representou uma grande mudança de paradigma, não apenas do ponto de vista mercadológico, mas também midiático. Mas para migrar dessas histórias para o cinema, precisou se dividir, dando origem, assim, à Marvel Studios, que ficou responsável pelo mercado audiovisual, enquanto a Comics continuava tratando do editorial. Dessa maneira, a nomenclatura Marvel Cinematic Universe serve para se referir, especificamente, aos filmes e demais produtos derivados (o que inclui quadrinhos, mas de outro tipo) e o Universo Marvel, de maneira mais genérica, aos demais produtos culturais, os quais se baseiam mais no que ficou conhecido dos quadrinhos para produzir seus filmes. A partir da popularidade alcançada com as franquias de cinema, o merchandising, como técnica de marketing utilizada para promover os produtos, coloca-se como evidente apelo, pois tem a vantagem de garantir a difusão de marcas e produtos mesmo de maneira involuntária. O planejamento feito sobre o produto: designer, modelo, contribui para que a venda e a sua popularidade aumentem. Nesse caso, há três tipos de compras: a premeditada - a pessoa pensa bem antes e decide comprar; impulsiva - a compra é feita sem necessidade; sugerida: quando alguém dá uma dica. Analisando o merchandising pode-se observar a divisão: indústria - acontece o processo de gestão produtiva, levando ao ponto de venda e com todas as características exigidas pelo consumidor; promocional - promove ações no ponto de venda para ampliá-la por meio da exposição do produto; social -: caso em que uma novela promove uma atividade social dentro da história, com auxílio dos personagens. Dentro do marketing indireto encontramos o product placement ou merchandising editorial como é conhecido no Brasil, que é uma das técnicas mais utilizadas no meio cinematográfico e objeto de estudo, que se baseia em inserir uma marca, produto, de forma sutil sem que o espectador possa rejeitar as mensagens publicitárias. Sob a óptica da publicidade, a união do cinema com o merchandising representa uma possibilidade real de vendas de produtos e, por isso, evidencia-se como foco de estudos sobre eficiência e método de abordagem.

Palavras-chave: Cinema-Merchandising- Os Vingadores.

⁸⁷Acadêmica do Curso de Comunicação Social- Hab. Publicidade e propaganda da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/ Bagé. Endereço eletrônico: camilamonteirog@hotmail.com.

⁸⁸Orientador, Mestre, Coordenador e Professor do Curso de Comunicação Social da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: glauber.pereira@hotmail.com.

A EFICÁCIA DO JINGLE NAS CAMPANHAS ELEITORAIS DO VEREADOR PAULINHO PARERA NOS ANOS DE 2004, 2008 E 2012

Marcelo Robaina Dias⁸⁹
Melissa Porto⁹⁰

RESUMO: Este artigo revela a eficácia do jingle utilizado nas campanhas eleitorais do candidato a vereador Paulinho Parera nos anos de 2004, 2008 e 2012. O estudo deste caso e o resultado foram comprovados através de uma pesquisa quantitativa receptiva aplicada sobre eleitores da cidade de Bagé que fizeram parte do público alvo do planejamento de marketing os pleitos disputados pelo candidato nos referidos anos em que concorreu. Como base, usei como referência autores que possuem grande reconhecimento na literatura da comunicação mundial, são os autores: Pinho (2000), Kotler (2010), Manhanelli (1988), Las Casas (1997), Sant'Anna (1990), Hooley (1996), Cobra (1997), Levitin (2006), entre outros. Conforme o caso e o conteúdo dos autores é possível identificar que o jingle é uma ferramenta de suma importância em campanhas eleitorais. De acordo com a pesquisa, foram constatados vários dados como a eficácia da ferramenta jingle durante as campanhas eleitorais, a forma como ela foi aplicada durante a campanha, o público alvo atingido pela ferramenta, a forma como o eleitor idealizou o candidato e o identificou na hora do voto, o número de eleitores do candidato que se lembraram efetivamente do jingle, o crescimento no número de votos ao longo dos pleitos concorridos, como o jingle ajudou na lembrança do número do candidato durante o período eleitoral e demonstra.

Palavras-chave: Jingle - Campanha Eleitoral - Candidato - Planejamento - Público Alvo.

⁸⁹Acadêmico do Curso de Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

⁹⁰Orientador, Graduada em Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda e especialista em Comunicação e Educação na Universidade da Região da Campanha - URCAMP/Bagé.

ADAPTAÇÃO DOS DIÁRIOS IMPRESSOS DO INTERIOR À ERA DIGITAL: ESTUDO DE CASO DOS JORNAIS MINUANO E FOLHA DO SUL GAÚCHO

Josiane Medina⁹¹
Cristiane Pereira⁹²

RESUMO: O jornalismo impresso é uma atividade que garante informação, relata o cotidiano de uma sociedade e é sinônimo de veracidade pelos leitores. Atualmente a internet acelerou esse movimento de informações atingindo diversas pessoas em um curto espaço de tempo, devido a isso os diários impressos encontram-se confrontados por novos meios utilizados na era digital. A pesquisa realizada tem por finalidade analisar a adaptação dos diários impressos do interior à era digital, estudando os dois jornais diários da cidade de Bagé, Minuano e Folha do Sul Gaúcho. Dessa forma o estudo busca analisar quais os meios digitais que os jornais estão utilizando para a divulgação das suas notícias e verificar quais os impactos resultantes da introdução das novas tecnologias na atividade jornalística. Os avanços da internet geram novas capacidades de produção e operação, por se tratar de um tema que aborda o momento histórico de desenvolvimento das novas tecnologias, transformações na rotina jornalística e as preferências do público, esses são assuntos que atraem não somente jornalistas, mas também estudantes e leitores dos diários. A pesquisa quali-quantitativa, descritiva, realizará uma análise de conteúdo das postagens realizadas nos meios digitais utilizados pelos diários Minuano e Folha do Sul Gaúcho, no período de 30 de setembro a 30 de outubro de 2015, totalizando trinta e um dias de análise. Além disso, será realizada pesquisa bibliográfica sobre jornalismo online e jornalismo impresso. Também será aplicada técnica de entrevista com os responsáveis por alimentar o conteúdo desses meios digitais e com os editores de cada jornal. Com a pesquisa ainda em andamento pode-se perceber que com a mudança das novas tecnologias de informação ocorrendo nos últimos anos, o trabalho jornalístico está sofrendo diferentes transformações em relação à notícia, tempo, espaço e formas de interagir com os leitores. Os veículos impressos precisam inovar para conseguir atrair seu público diante dessas novas transmissões de notícias. A chegada da era digital trouxe consigo diversas plataformas e redes sociais online que estão a cada dia com mais adeptos. Essas mídias sociais já estão sendo utilizadas por veículos impressos como meios de produção e difusão de material jornalístico. Em relação aos jornais estudados é possível observar a pouca utilização das redes sociais como forma de divulgação de notícias. O interesse da sociedade pelos meios digitais não pode ser ignorado pelos diários impressos, por isso é importante a adaptação e o estudo para a produção e transmissão de conteúdo online. Deste modo a responsabilidade desses veículos impressos é não somente o comportamento a ser adotado pelo jornal, mas também a adequação do seu produto aos desejos e perspectivas do leitor atual.

Palavras-chave: Jornalismo Impresso - Jornalismo Online - Jornalismo do Interior.

⁹¹Acadêmica do Curso de Comunicação Social da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: josi.oliveira-medina@hotmail.com.

⁹²Orientadora, Mestre, Professora do Curso de Comunicação Social da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: cripereira@hotmail.com.

O SISTEMA MERCADOLÓGICO DA PRODUÇÃO DE CONTEÚDO NA INTERNET: DA INDUSTRIALIZAÇÃO DA AMIZADE AO TRABALHO GRATUÍTO NA WEB

Pedro Henrique da Costa Eslabão⁹³

Cristiane Pereira⁹⁴

RESUMO: Um sistema mercadológico capitalista extremamente agressivo é acionado toda vez que um usuário interage via um aplicativo ou site de rede social. Seria difícil de acreditar que um serviço que não cobra nada do usuário pode ter um dos maiores faturamentos mundiais como temos o exemplo do Facebook. Talvez não seja arriscado afirmar que em sua grande maioria os usuários destes serviços desconhecem o formato mercadológico que leva aos altos níveis de lucratividade obtidos por empresas deste segmento. Desta forma, este trabalho busca abordar as chamadas mídias sociais em seu contexto mercadológico, analisando como o Facebook, e tantos outros sites de redes sociais, transformam a produção espontânea de seus clientes em dados e padrões de consumo. Em outras palavras, como laços relacionais e interações são comercializados como produtos. A metodologia de pesquisa deste trabalho será uma abordagem qualitativa visando à compreensão ampla do fenômeno que estamos estudando, considerando que todos os dados possíveis são importantes e devem ser examinados. Faremos também uma abordagem quantitativa com o objetivo de quantificar graficamente o resultado de nossas pesquisas, visando facilitar o entendimento dos grupos que mais se destacam no universo que será estudado. Até o presente momento o trabalho apresenta resultados parciais e de fato já está visível que empresas como Facebook, Twitter e etc, são vendedores, e as empresas que anunciam através destas mídias sociais são os compradores. Neste cenário falta apenas falarmos do produto que é vendido. Por mais estranho que possa parecer em um primeiro momento o produto que é vendido são os próprios usuários que criam perfis dentro dos sistemas de mídias sociais. Na verdade estamos falando da venda do perfil de consumo destes usuários e de suas redes de relacionamento. Desta forma os laços sociais atribuídos a um perfil de usuário se tornam um produto valioso para os anunciantes. Em sua maioria os usuários de sites como, por exemplo, o Youtube, desconhecem que trabalham gratuitamente para o Google toda vez que postam seus vídeos na plataforma do site, e desta maneira toda vez que assistimos os vídeos e temos que esperar os 15 segundos de anúncios estamos sendo novamente lucrativos para o google pois estaremos sendo vendidos desta vez como produto de consumo. Sendo assim nota-se que o sistema mercadológico por traz das mídias sociais baseia-se na geração de dados de grandes padrões de consumo e rastreabilidade de grandes influenciadores dentro dos sistemas para em seguida vender estas informações por altos valores para outras empresas que desejam atingir clientes de um nicho em potencial de compra dos seus produtos.

Palavras-chave: Mídias Sociais - Facebook - Sites de Redes Sociais

⁹³Acadêmico do Curso de Comunicação Social da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: pedro.c@msn.com.

⁹⁴Orientadora, Mestre, Professora do Curso de Comunicação Social da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: cripereira@hotmail.com.

PROJETO EXPERIMENTAL EM RADIOJORNALISMO

Mauricio Goulart⁹⁵
Deivid da Silva Valente⁹⁶
Rodrigo Thompson Flores⁹⁷
Thais Brião Nunes⁹⁸
Julia Benitez⁹⁹
Glauber Pereira¹⁰⁰

RESUMO: O presente trabalho é resultado de um projeto realizado pela turma do oitavo semestre da disciplina de Projeto Experimental em Radiojornalismo, que descreve e analisa a programação de rádio feita pelos alunos entre os dias 11 a 18 de outubro de 2015 na 103ª Expofeira de Bagé. O projeto intitulado Rádio Urcamp Rural, buscou atender o objetivo pedagógico a fim de promover o ambiente de laboratório de atividade para os alunos, assim como estabelecer uma parceria com o evento, além de cumprir as demandas da disciplina associadas ao caráter informativo estabelecido pelo evento. Dessa forma, foram realizadas entrevistas com personalidades e lideranças do setor do agronegócio, entre elas, com o Vice Governador do estado, José Paulo Cairolí, Secretário da agricultura, Ernani Polo, Presidente da Assembleia, deputado estadual Edson Brum, Presidente da Associação Rural, Rodrigo Moura, entre outras lideranças que fizeram parte dos debates promovidos. Assim, a programação foi dividida em três segmentos com duas horas diárias, sendo eles: Debate Rural, às 14 horas; Espaço do campo, às 16 horas; Pampa, verso e prosa, às 18 horas, encerrando a programação diária. Para estabelecer os parâmetros a serem seguidos foi adotada a metodologia de pesquisa bibliográfica baseada em Ferraretto (2015), Barbero (2001) e MCLeisch (2001). A construção da programação da Rádio Urcamp rural foi feita buscando atender às características do rádio-jornalismo e isso refletiu na segmentação do projeto, na organização dos horários e em sua seleção musical, respondendo às demandas e características identificadas junto a produtores do agronegócio e público presente no evento. Quanto aos resultados, atingiu-se o objetivo no que diz respeito a criar um ambiente de laboratório para os acadêmicos que participaram do projeto, garantiu-se a cobertura do evento atendendo as demandas que surgiam à medida que a rádio entrava no ar, somaram-se 56 horas de programação divididas para trabalhar questões técnicas como roteiro, sendo esse flexível a quaisquer mudanças por se tratar de uma programação ao vivo. Além disso, proporcionou-se ao público do evento informações importantes tanto de caráter institucional quanto de utilidade pública. Portanto, conclui-se que o projeto em questão desenvolveu um trabalho importante tanto no âmbito pedagógico e acadêmico, quanto no que diz respeito à cobertura de um evento importante como foi a 103ª Expofeira de Bagé.

Palavras-chave: Radiojornalismo - Comunicação Social - Expofeira de Bagé - Rádio Urcamp Rural.

⁹⁵Acadêmico do Curso de Comunicação Social da Universidade da Região da Campanha – Bagé, integrante do Projeto de Radiojornalismo, Rádio Urcamp Rural desenvolvido na 103ª Expofeira de Bagé. Endereço eletrônico: mauriciogoulartmorales7@gmail.com.

⁹⁶Acadêmico do Curso de Comunicação Social da Universidade da Região da Campanha – Bagé, integrante do Projeto de Radiojornalismo, Rádio Urcamp Rural desenvolvido na 103ª Expofeira de Bagé. Endereço eletrônico: deividvalente3@hotmail.com.

⁹⁷Acadêmico do Curso de Comunicação Social da Universidade da Região da Campanha – Bagé, integrante do Projeto de Radiojornalismo, Rádio Urcamp Rural desenvolvido na 103ª Expofeira de Bagé. Endereço eletrônico: rodfloresbg@yahoo.com.br.

⁹⁸Acadêmica do Curso de Comunicação Social da Universidade da Região da Campanha – Bagé, integrante do Projeto de Radiojornalismo, Rádio Urcamp Rural desenvolvido na 103ª Expofeira de Bagé. Endereço eletrônico: thaisbnunes2011@hotmail.com.

⁹⁹Acadêmica do Curso de Comunicação Social da Universidade da Região da Campanha – Bagé, integrante do Projeto de Radiojornalismo, Rádio Urcamp Rural desenvolvido na 103ª Expofeira de Bagé. Endereço eletrônico: benitezjulya@hotmail.com.

¹⁰⁰Orientador, Mestre, Coordenador e Professor do Curso de Comunicação Social da Universidade da Região da Campanha – URCAMP, Orientador do projeto Rádio Urcamp Rural. Endereço eletrônico: glauber.pereira@hotmail.com.

MARKETING DE GUERRILHA NO POSICIONAMENTO DA MARCA

Camila Acosta Arruda¹⁰¹

Hugo Ustarroz Pegas¹⁰²

RESUMO: Todos os dias a população é bombardeada por propagandas vindas por todos os meios. Nem sempre dispostos a recebê-las, porém, falta a escolha. As propagandas estão no ônibus, na TV, rádio, nas revistas, nos e-mails, enfim, por todos os cantos elas estão espalhadas. A grande busca por mídias alternativas é um sinal de que a propaganda tradicional não está mais conseguindo obter os resultados esperados. O que todos sabemos é que os consumidores não conseguem mais captar as mensagens, pois o número de informações diárias é muito grande. Por todos esses fatores a propaganda vem se reinventando, e os profissionais de marketing também. As empresas buscam resultados, e quando a veiculação em mídias de massa não gera mais este efeito, está na hora de mudar. Por essa razão o Marketing de Guerrilha amplia a comunicação, usando profissionais multidisciplinares, e agências de comunicação, na qual há a integração de vários profissionais como o de relações públicas, jornalistas, sociólogos e outros. A apropriação do conceito de guerrilha para o marketing construiu uma série de possibilidades para as pequenas marcas lutarem contra as grandes. Ainda assim, o que todas as práticas de guerrilha conceitualmente devem possuir é a utilização de um montante pequeno ou médio de recursos financeiros para a veiculação de uma mensagem, como a promoção de um novo produto ou da empresa como um todo. Além disso, os canais utilizados para veicular a mensagem não podem ser canais tradicionais como a televisão, rádio, jornais e revistas. A guerrilha se utiliza da mídia espontânea de duas formas. Pode criar algo totalmente novo e inusitado, que chama a atenção automaticamente dos veículos de comunicação, ou trabalha pesado na questão de produção de releases e materiais editoriais, que são enviados aos veículos de comunicação. Não há certeza em que o material será publicado, como também, se sofrerá alterações ou acréscimo de informações, mas se for aceito irá transmitir com credibilidade as informações da empresa. A aceitação das práticas de guerrilha é grande, tendo em vista a simpatia demonstrada pelo público pesquisado quanto às ações de que participaram. Nota-se ainda que a internet exerce um peso significativo no Marketing de Guerrilha, atualmente, e que as mídias em mobiliários urbanos (arma forte de guerrilha) superam ligeiramente a mídia impressa, habitual meio de comunicação já estabelecido no marketing tradicional. O presente artigo proporciona um conteúdo conveniente para os interessados em marketing e que têm interesse especial em Marketing de Guerrilha considerada uma maneira inovadora, de baixo custo e desafiadora de comunicação com o público-alvo.

Palavras-chave: Marketing de guerrilha - marca - propaganda

¹⁰¹Acadêmica do 8º semestre de Comunicação Social – Hab. Publicidade e Propaganda da Urcamp-Bagé, e-mail: camilaarruda.ca@gmail.com.

¹⁰²Orientador, Professor do Curso de Comunicação Social da Universidade da Região da Campanha – URCAMP.

WEBJORNALISMO: A ATUAÇÃO E OS BASTIDORES DA PRÁTICA JORNALÍSTICA NAS MÍDIAS CONVERGENTES

Gabriel Bonilha¹⁰³
Thaís Nunes¹⁰⁴
Júlia Benitez¹⁰⁵
Josiane Medina¹⁰⁶
Reni Villamil¹⁰⁷
Marcela de V. Mello Padilha¹⁰⁸

RESUMO: Na era da tecnologia o profissional da comunicação está incumbido de desmistificar as informações que circundam a rede mundial de computadores. Num ambiente onde o cidadão é capaz de produzir conteúdos, um filtro precisa diferenciar o que é informação confiável do que não é. É preciso trabalhar com as ferramentas que beneficiam o homem e propiciam ao cidadão acesso móvel e instantâneo de conteúdos. O jornalista ou o profissional da comunicação é peça chave para que este cidadão cibercultural tenha acesso a conteúdos multimídia qualificados. Esta proposta chega para proporcionar prática neste universo multimídia, numa plataforma das mais acessíveis no campo da Internet, o blog. Unir tecnologia e profissionalismo, através dos materiais disponíveis, é que o pretendem realizar os acadêmicos do 8º semestre de Jornalismo da Universidade da Região da Campanha, ao construírem uma plataforma on line com conteúdos produzidos com ferramentas móvel (celular, notebook, tablet, etc). O diferencial deste projeto experimental é fugir da ideia de apenas propor um formato hipotético. Mas vai além, se constituindo em um projeto piloto que se faz e se estrutura a cada postagem do blog. Inclusive já permitindo acesso e difusão destes conteúdos. Os objetivos do projeto visam conhecer na prática como atua o profissional da comunicação em Bagé, mostrar os bastidores das reportagens e dos estúdios de criação, revelar os rumos da profissão e do mercado de trabalho e verificar como os veículos de comunicação de Bagé estão se adaptando às novas tecnologias. Desde tempos remotos, a comunicação está inserida nas relações dos homens, por meio de gestos, desenhos, escrita, entre outros. Com os avanços tecnológicos a comunicação ganha novas formas de se fazer e de se acessar. O papel do jornalista tem sido confundido ou simplificado pela comunidade em geral, que na grande maioria percebe apenas o profissional que atua na televisão ou no rádio. É por isso que, o presente instrumento pretende apresentar de forma simples e inédita como acontece a produção nas empresas comunicacionais, desde os grandes veículos, até as novas produtoras de informação que surgem a todo o momento. E também as expectativas de professores e alunos do Curso de Comunicação Social da Urcamp. Por se tratar de uma plataforma que se constrói a cada produção, os resultados estão ainda em análise. Mas, de antemão, o formato permite perceber que a prática do webjornalismo é acessível e que esta nova comunicação multimídia, que une conteúdos convergentes, é um dos caminhos para o novo perfil, tanto do profissional de comunicação, como de um público que quer ir além de mero receptor.

Palavras-chave: Webjornalismo - comunicação - jornalismo.

¹⁰³Acadêmico do Curso de Comunicação Social da Universidade da Região da Campanha – Urcamp/Bagé. Endereço Eletrônico: gabriel-bonilha@hotmail.com.

¹⁰⁴Acadêmica do Curso de Comunicação Social da Universidade da Região da Campanha – Urcamp/Bagé. Endereço Eletrônico: thais-bnunes2011@hotmail.com.

¹⁰⁵Acadêmica do Curso de Comunicação Social da Universidade da Região da Campanha – Urcamp/Bagé. Endereço Eletrônico: benitezjulya@hotmail.com.

¹⁰⁶Acadêmica do Curso de Comunicação Social da Universidade da Região da Campanha – Urcamp/Bagé. Endereço Eletrônico: josi.oliveira-medina@hotmail.com.

¹⁰⁷Acadêmica do Curso de Comunicação Social da Universidade da Região da Campanha – Urcamp/Bagé. Endereço Eletrônico: reni-villamil@hotmail.com.

¹⁰⁸Orientadora, Mestre, Professor do Curso de Comunicação Social da Universidade da Região da Campanha – URCAMP.

HOMEPAGE E SEU PODER NA COMUNICAÇÃO – ANÁLISE VISUAL E ERGONÔMICA DO SITE DA URCAMP

Vinicius Dorneles Audino¹⁰⁹
Patrícia Hofmann Costa¹¹⁰

RESUMO: A funcionalidade visual das interfaces na internet é um assunto que recentemente vem ganhando espaço dentro do design gráfico, através das tendências que vêm surgindo ao longo dos anos sempre aliadas a estudos de ergonomia e usabilidade. Uma boa ergonomia aplicada a websites através de seu design atua como facilitador na comunicação com seu público que caso fique satisfeito voltará a utilizar esse serviço novamente. Segundo autores a ergonomia é uma área de pesquisas parceira no processo de design. É a ergonomia que estuda a adaptação das coisas ao uso do homem, a usabilidade dos produtos e sistemas projetados pelos designers. Dessa maneira o design gráfico acaba se inserindo na internet não apenas por questões estéticas, mas para tornar a experiência do usuário uma situação mais prática, confortável e proveitosa. O design voltado para a web é recente, pois durante a década de 90 quando a internet ainda estava em seu começo, os próprios programadores que criavam o layout, sendo assim, não existia uma preocupação em como seriam distribuídas as informações de maneira a facilitar a visita do público. Mas a preocupação já existia e na mesma década Jakob Nielsen já começava a realizar pesquisas de usabilidade e mais tarde lançaria seu livro “Usabilidade na web” criando conceitos utilizados até hoje dentro do web design. Desde então, web design e design gráfico caminham juntos em relação às tendências artísticas que estão sendo utilizadas e que são mais eficientes na atualidade. No momento, o flat design surge com força em ambos, mas sua utilidade dentro da web está sendo marcante, por possuir um visual limpo e de fácil utilização ele acaba tornando o processamento de sites mais rápidos e eficientes. A web é uma realidade constante na vida de empresas e instituições há um bom tempo e se adequar a esse novo método na comunicação com seu público é uma obrigação nos dias de hoje. O usuário está cada vez mais exigente, e sendo ele o público dessas empresas e instituições, é necessário disponibilizar do máximo de recursos para que se consiga uma comunicação fluente com eles. A boa ergonomia do website é um fator crucial para que essa comunicação aconteça de maneira adequada e fará a diferença para o público que irá entrar no site em busca de satisfazer alguma necessidade, e caso consiga de maneira rápida e eficiente, com certeza ocorrerá sua fidelização. Sob essa proposta, o trabalho visa aplicar essa nova tendência ao site da Urcamp e analisar através de pesquisa se existe a opção de modernizar os portais universitários para essa nova vertente do design. Através de pesquisa qualitativa, com pessoas relacionadas ao público alvo da Urcamp, como professores, alunos, funcionários e futuros alunos, será possível definir qual dos dois modelos (o modelo atual e o proposto pelo trabalho) está mais confortável para a usabilidade do usuário. Já existem definições nesta área que possibilitam afirmar que os novos movimentos minimalistas aplicados a web possuem vantagens como maior intuição e resposta pelos usuários e o principal fator se dá na rapidez de execução dos dados, ou seja, maior velocidade para carregamento das páginas. Um site que abre mais rápido que os demais costumam estar nas preferências, pois usuários tendem a querer atender suas necessidades o mais rápido possível ao entrarem na página de onde desejam algo. Porém, um portal universitário costuma possuir muita informação, o que contraria o princípio de sites com designs minimalistas. Sob este desafio, o trabalho se propôs a criar um conceito até então ignorado em portais universitários do estado, e pelas pesquisas realizadas, no Brasil também, pois as maiores universidades ainda utilizam modelos antigos e padronizados.

Palavras-chave: Ergonomia – Web Design – Internet.

¹⁰⁹Acadêmico do Curso de Comunicação Social- Hab. Publicidade e propaganda da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: vinicius.audino@hotmail.com

¹¹⁰Orientadora - Professora do Curso de Comunicação Social e funcionária da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé

À LUZ DA SOCIEDADE: JORNALISMO E POLÍTICA NAS ENTREVISTAS DOS PRESIDENCIÁVEIS AO JORNAL NACIONAL

Gabriel Bonilha¹¹¹
Maria Zilma Karam¹¹²

RESUMO: A ligação entre pessoas por meio dos veículos midiáticos contribui para o desenvolvimento social, propiciando a potencialização do senso crítico e, assim, também o gozo da plena cidadania. O objetivo deste trabalho é refletir sobre o processo eleitoral e a participação da mídia na consolidação das escolhas dos cidadãos na hora de votar. Com efeito, esta pesquisa tem como objetivo geral avaliar as entrevistas do Jornal Nacional com os candidatos à Presidência da República no processo eleitoral de 2014. Para melhor compreensão, a pesquisa busca realizar a análise temática das entrevistas em questão: identificar características e técnicas do gênero de entrevista; além de averiguar a objetividade e a imparcialidade das entrevistas, bem como verificar o tipo de abordagem feita pelos entrevistadores durante as entrevistas. O trabalho se caracteriza por uma pesquisa quali-quantitativa, de caráter descritivo, que será realizada através de uma análise de conteúdo, baseada em Laurence Bardin, tendo como objeto de estudo as entrevistas do Jornal Nacional com os presidentiáveis no pleito eleitoral de 2014. Além disso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, sobre comunicação, política, manipulação da linguagem televisiva, técnicas de entrevistas, telejornalismo e decodificação da informação para o cidadão. Por fim, o estudo considerou que as entrevistas no geral, não buscaram esclarecer os fatos políticos que deveriam nortear os planos de ação de cada candidato. Foi mostrado um jeito negativo de entrevistar, que impactou os direitos de saber, conhecer e posicionar-se dos brasileiros, a partir do momento em que se instalou a inquisição dos entrevistados.

Palavras-chave: jornalismo - comunicação - política.

¹¹¹Acadêmico do Curso de Comunicação Social da Universidade da Região da Campanha – Urcamp/Bagé. Endereço Eletrônico: gabriel-bonilha@hotmail.com.

¹¹²Orientadora, Mestre, Professor do Curso de Comunicação Social da Universidade da Região da Campanha – URCAMP.

DIREITO

AS FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER SEGUNDO A LEI 11.340 DE 07 DE AGOSTO DE 2006

Maria Augusta Saraiva da Silva Tavares¹¹³

Luiza Gonçalves Quintana¹¹⁴

Carolina Monteiro do Amaral¹¹⁵

Rafael Bueno da Rosa Moreira¹¹⁶

RESUMO: A lei 11.340, de 07 de Agosto de 2006, foi criada com o intuito de prevenir e erradicar a violência contra a mulher. Este dispositivo legal tipifica no seu artigo 7º as formas de violência contra o sexo feminino que são elas: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. O estudo visa analisar a violência contra a mulher no contexto do direito brasileiro. O problema que orientou a presente investigação foi: Quais são as formas de violência tipificadas na lei 11.340/2006? A violência física é qualquer conduta que agride a integridade física da mulher; já a psicológica é entendida como qualquer dano emocional que o agressor possa causar em sua vida como, por exemplo, ameaças, perturbações, chantagens ou qualquer outro ato que interfira nas suas decisões através do constrangimento psicológico. Qualquer induzimento a manter relações sexuais não consentidas, a prostituição forçada, o impedimento de utilização de métodos contraceptivos para engravidar são entendidos como violência sexual. Quando existir uma destruição, subtração ou retenção de seus bens tanto pessoais, ou utilizados no seu trabalho, bem como dinheiro ou qualquer outra coisa com valor econômico caracteriza violência patrimonial. A calúnia, difamação ou injúria, que estão tipificados no Código Penal, também é considerada por essa lei como violência moral. Portanto, existem cinco tipos de violência contra a mulher segundo a lei estudada, que tipificam a conduta do agressor protegendo a pessoa do sexo feminino com medidas protetivas como, por exemplo, suspensão do porte de arma, afastamento do ofensor do lar ou qualquer outro lugar de convivência, proibição de aproximação com a ofendida e também restituição de bens subtraídos e proibição de contratos de compra e venda. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, por meio da análise de doutrina e legislação, utilizando do método dedutivo.

Palavras-chave: Proteção - violência - mulher

¹¹³Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: guta_sstavares@hotmail.com.

¹¹⁴Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: luizagquintana@hotmail.com.

¹¹⁵Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: carolinaamaral21@yahoo.com.br.

¹¹⁶Orientador, Mestre em Direito UNISC, Professor e Pesquisador do Curso de Graduação em Direito da URCAMP/Bagé e Coordenador do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: rafaelbmoreira2@yahoo.com.br.

O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL E O CRIME DE GENOCÍDIO EM RUANDA

Denise Elizabete Esau Harder¹¹⁷

Helaine Dias Junges¹¹⁸

Nur Rabay¹¹⁹

Verena Giesbrecht Peixoto¹²⁰

Rafael Bueno da Rosa Moreira¹²¹

RESUMO: No decorrer do século XX, os mais odiosos crimes foram cometidos e numerosas violações do direito internacional ficaram impunes, em decorrência de conflitos. Após a Segunda Guerra Mundial, foram criados os tribunais de Nuremberg e de Tóquio, ambos de caráter temporário visando o julgamento dos crimes guerra. Em 1948, durante a Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, a Assembleia Geral das Nações Unidas reconheceu a necessidade de se criar um tribunal internacional permanente, chamado a se pronunciar sobre as atrocidades semelhantes àquelas que foram cometidas anteriormente. O objetivo do presente trabalho foi estudar o crime de genocídio como um holocausto humano, oriundo de diversidades coletivas e a necessidade da formação de um Tribunal Penal Internacional, com seus respectivos efeitos. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, com o método de abordagem dedutivo. O termo genocídio foi criado por Raphael Lemkin, advogado polonês, descendente de judeus, ao tentar encontrar palavras que descrevessem as políticas nazistas de assassinato sistemático. Surgiu então, a palavra “genocídio”, uma junção da palavra grega “geno-“ que significa família, raça ou tribo, juntamente com a palavra latina “-cídio”, que quer dizer matar, assassinato. O artigo 6º do Estatuto de Roma define como genocídio o “homicídio” e as “ofensas graves à integridade física ou mental” de qualquer membro de grupo nacional, étnico, racial ou religioso, além da “sujeição intencional do grupo a condições de vida com vista a provocar a sua destruição física, total ou parcial”, “a imposição de medidas destinadas a impedir nascimentos no seio do grupo” e a “transferência, à força, de crianças do grupo para outro grupo”. Um exemplo foi o genocídio ocorrido em Ruanda no ano de 1994, praticado pelo grupo étnico majoritário “hutus” contra os “tutsis”, que fez de oitocentas mil a um milhão de vítimas. O Conselho de Segurança das Nações Unidas criou um tribunal ad hoc, unicamente para os crimes ocorridos em Ruanda e esses eventos contribuíram, de forma determinante, para a decisão de convocar, em Roma, em 17 de julho 1998, a conferência que instituiu o primeiro Tribunal Penal Internacional permanente. O tratado adotado nessa conferência é conhecido como o Estatuto de Roma, que definiu, entre outros assuntos, os crimes relevantes para a competência do Tribunal Penal Internacional, as regras de procedimento e os mecanismos de cooperação entre os Estados e o Tribunal. Os países que aceitaram tais regras são chamados de “Estados Membros” e possuem representantes na Assembleia Geral. O Tribunal Penal Internacional é competente para instaurar inquéritos e julgar pessoas acusadas de terem cometido os crimes mais graves que tocam a comunidade internacional: o genocídio, os crimes contra a humanidade, os crimes de guerra e o crime de agressão. Ele não substitui os sistemas nacionais de justiça penal, apenas os complementa, só podendo investigar e, quando for o caso, buscar e julgar as pessoas, se o Estado competente não tiver aberto inquéritos, não tendo a intenção de investigar, ou demorar injustificadamente em algum procedimento visando a isentar as pessoas de sua responsabilidade penal.

Palavras-chave: Tribunal Penal Internacional – Genocídio - Ruanda.

¹¹⁷Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: deniseharder@hotmail.com.

¹¹⁸Acadêmica do Curso de Direito. Endereço eletrônico: helainejunges@gmail.com.

¹¹⁹Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: nurrabay@gmail.com.

¹²⁰Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: verena.fgg@gmail.com.

¹²¹Orientador, Mestre em Direito UNISC, Professor e Pesquisador do Curso de Graduação em Direito da URCAMP/Bagé e Coordenador do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: rafaelbmoreira2@yahoo.com.br.

UMA ANÁLISE SOBRE O NOVO ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF) SOBRE ABORTO DE FETO ANENCÉFALO

Adso de Melk Crespo¹²²
Kárlen Silveira Leite¹²³
Karyn Santana Ferreira¹²⁴
Roberta Lopes Figueredo¹²⁵
Rafael Bueno da Rosa Moreira¹²⁶

RESUMO: Em abril de 2012, o Supremo Tribunal Federal decidiu que não pratica crime de aborto, tipificado no Código Penal Brasileiro, a mulher que optar pela “antecipação do parto” em caso de gravidez de feto anencéfalo. Diante disto, esse trabalho visa explicar a prática jurídica em casos diferentes e não em casos simples de aborto, para isso foi realizada uma pesquisa bibliográfica, utilizando do método dedutivo. O crime de aborto é um assunto polêmico na sociedade brasileira, de acordo com Sarrubbo (2012, p.12) o aborto seria “a interrupção da gravidez com a conseqüente morte do feto (produto da concepção)”. Tal crime encontra-se tipificado na legislação vigente nos artigos 124 ao 128 do Código Penal brasileiro, o qual prevê duas excludentes de ilicitude contidos no artigo 128, I e II. Porém, existe outra modalidade de aborto não tipificada, o aborto de feto anencéfalo. Conceitua-se a anencefalia, nas palavras de Gomes (2012) como “a má formação total ou parcial do cérebro ou da calota craniana”. A partir dessa pesquisa, pode-se chegar a conclusão de que embora a legislação brasileira apresente somente duas excludentes expressas de ilicitude no que tange o crime típico de aborto, e dentre os quais não se encontra a exclusão de ilicitude do aborto de feto sem encéfalo, o entendimento atual é de que abortar feto anencefálico não é crime, e sim conduta atípica, encontrando respaldo em decisão jurisdicional proferida pela suprema corte de julgamento, o Supremo Tribunal Federal.

Palavras-chave: Aborto - feto anencéfalo - jurisprudência - STF.

¹²²Acadêmico do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: adsocrespo@hotmail.com.

¹²³Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: karlensilveiraleite@hotmail.com

¹²⁴Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: karynferreira@hotmail.com.

¹²⁵Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: roberta.fl.figueredo@hotmail.com.

¹²⁶Orientador, Mestre em Direito UNISC, Professor e Pesquisador do Curso de Graduação em Direito da URCAMP/Bagé e Coordenador do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: rafaelbmoreira2@yahoo.com.br.

O DIREITO À SAÚDE E O DEVER DO PODER PÚBLICO DE FORNECER MEDICAMENTOS E TRATAMENTOS

Luiza Reiniger Severo¹²⁷
Marina Mafalda Fontes Bozzano¹²⁸
Paula de Oliveira Freitas¹²⁹
Rafael Bueno da Rosa Moreira¹³⁰

RESUMO: A judicialização do Direito Constitucional à Saúde em relação ao atendimento a pacientes que necessitam de medicamentos e tratamentos não fornecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no município de Bagé, tem sido alvo de diversas consequências, visto que muitas pessoas agravam suas enfermidades na espera de acesso aos tratamentos que nem sempre são garantidos pelo Estado. Conforme o disposto na Constituição Federal de 1988, em seu artigo nº 196, “o direito fundamental à saúde é dever de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. Com isso, cabe ao Poder Público, solidariamente, promover acesso igualitário a todos, para que sejam assegurados os medicamentos e tratamentos necessários no âmbito administrativo, através do Sistema Único de Saúde - SUS. O reconhecimento de que o fornecimento das medicações e tratamentos está limitado a um orçamento e não a um direito disponível a todos, é essencial para que se tenham mudanças significativas. Para desenvolver o presente artigo, buscou-se explicar sobre o seguinte problema: como tem ocorrido a efetivação do Direito Constitucional à Saúde frente a inércia do Poder Executivo em casos de pacientes não amparados pelo Sistema Único de Saúde – SUS no município de Bagé? Os medicamentos e tratamentos têm sido disponibilizados através de ações ajuizadas no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul por meio da Defensoria Pública da União e do Estado ou até mesmo pelo Ministério Público. Desse modo, a presente pesquisa é de suma importância para analisar as proteções jurídicas, os planos e políticas públicas voltados à saúde em Bagé/RS, bem como para contextualizar a proteção jurídica aos pacientes que necessitam de medicamentos indeferidos na via administrativa, verificando os limites do Poder Público em face das ações ajuizadas no âmbito da saúde pública, conferindo a medida em que as políticas sociais e econômicas podem assegurar o acesso à saúde e a efetivação desse direito à população. Diante disso, observa-se que a responsabilização pela saúde é solidária a todos os entes da Federação; porém, devido à negligência do Poder Executivo em prestar serviços essenciais à saúde, restou, assim, ao Poder Judiciário suprir eventuais falhas, ocasionando inúmeras ações, devido à necessidade de controle, bem como, da necessidade de garantir à população o direito fundamental tutelado em políticas públicas que já foram estipuladas. O presente trabalho foi elaborado através de uma pesquisa bibliográfica, utilizando do método dedutivo.

Palavras-chave: Direito à saúde - sistema único de saúde - decisões judiciais.

¹²⁷ Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: luiza.rsevero@outlook.com.

¹²⁸ Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: marinabozzano@hotmail.com.

¹²⁹ Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: freitas.opaula@gmail.com.

¹³⁰ Orientador, Mestre em Direito UNISC, Professor e Pesquisador do Curso de Graduação em Direito da URCAMP/Bagé e Coordenador do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: rafaelbmoreira2@yahoo.com.br.

UM ESTUDO SOBRE A CORRUPÇÃO POLÍTICA E O PODER JUDICIÁRIO

Alessandra Winter¹³¹
Clarissa Camargo¹³²
Júlia Azambuja¹³³
Kauana Desordi¹³⁴
Pablo Alves¹³⁵
Vitória Cardoso¹³⁶
Heron Ungaretti Vaz¹³⁷

RESUMO: Este trabalho abordará um tema importante e atual no Brasil, com embasamento na aplicação da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), amparado pelo artigo 37 da CF/88, cuja função é combater à improbidade administrativa e, como consequência, a corrupção, que atinge todas as esferas da Administração Pública. Salienta-se que tais práticas, ao contrário do que se pensa, são antigas, pois existem no país desde a chegada da família real portuguesa, e vem acompanhando o homem em toda sua trajetória, perdurando até os dias atuais. Este estudo volta-se para o controle jurídico, originando-se de preocupações no que tange ao importante papel do Poder Judiciário no Combate à Corrupção dos agentes públicos no Brasil. A eficácia da lei não depende somente de sua aplicação pura, pois, para que se possa reparar as suas falhas é necessário haver mudança primeiramente nos administrados. Afinal, a palavra “probidade” é sinônima de “moral”, e isso vem de cada ser humano. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, utilizando do método dedutivo.

Palavras-chave: Improbidade administrativa - corrupção - poder judiciário.

¹³¹Bacharelado do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

¹³²Bacharelado do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

¹³³Bacharelado do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

¹³⁴Bacharelado do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço Eletrônico: kauanadesordi@hotmail.com.

¹³⁵Bacharelado do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

¹³⁶Bacharelado do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço Eletrônico: pablo.urcamp@hotmail.com.

¹³⁷Orientador, Mestre, Professor e Coordenador do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: heron_vaz@yahoo.com.br.

CONSTITUCIONALIDADE DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

Bruno de Campos Moura¹³⁸

Micael do Couto Pereira¹³⁹

Zilomar Martins¹⁴⁰

Rafael Terra⁴

Heron Ungaretti Vaz¹⁴¹

RESUMO: Nos últimos tempos, têm crescido o número de jovens infratores e a sociedade clama por uma resposta por parte do Estado. Daí vem a primeira discussão, qual idade para apontar o início da chamada imputabilidade penal, ou seja, o marco que o sujeito seria considerado como imputável pelo direito penal. A punibilidade é a possibilidade de responsabilização pela prática de uma infração penal, é a capacidade do agente, no momento da ação ou omissão, entender o caráter ilícito do fato e de determinar-se frente a tal fato. Há uma corrente que defende que a redução da idade de inimputabilidade penal é inconstitucional por violar cláusula pétrea, no caso o art. 60, §4, IV, CF (os direitos e garantias individuais), pois esses não se encontram somente no rol do art. 5º da Carta Magna, mas por todo o texto da Constituição Federal, como é elencado no §2 também do art. 5º, CF. Dessa forma, o art. 228 traria um direito fundamental imutável sem uma nova constituição, a imputabilidade penal. No entanto, a sociedade evolui e se as cláusulas pétreas fossem, de fato, absolutamente “intocáveis” de qualquer forma, isso acabaria engessando todo o sistema constitucional Brasileiro, pois os direitos e garantias fundamentais estabelecidos na CF não poderiam acompanhar a evolução social, pois um direito estabelecido na Carta Magna pode ser suficiente para os dias atuais, mas talvez terá de sofrer alterações, a fim de se adequar ao seu tempo, pois a cultura, os costumes mudam com o tempo e a CF tem que acompanhar a evolução da sociedade. Ao realizar uma análise no artigo 228, CF, observa-se que o núcleo essencial do artigo seria um tipo especial de imputabilidade com legislação diferente aos inimputáveis afastando-os do procedimento criminal e da legislação penal. Dessa forma, somente uma regra de política criminal. Nos dias de hoje, um dos critérios para se definir se uma pessoa é ou não imputável é o biológico. O fato é que a sociedade evolui e uma pessoa de 16 anos hoje em dia não é mais como a de anos atrás, pois possui a completa lucidez do caráter ilícito de seu comportamento e capacidade de se comportar conforme tal entendimento. O acesso à informação, a liberdade de imprensa, a ausência de censura prévia aumentaram o discernimento aos jovens, para entender o caráter de ilicitude dos atos que praticam perante a sociedade, assim a idade para a imputação penal não é imutável, pois é um direito que muda na sociedade. Cristalizar a maioria penal seria não uma medida de proteção à sociedade, nem ao indivíduo, pois se evidenciado, através do estudo e da pesquisa, que a melhor política é a redução da maioria penal, esta deve ser feita. E o ordenamento jurídico não apresenta óbices a tal medida. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, utilizando do método dedutivo.

Palavras-chave: Constitucionalidade - regra de política criminal - inimputabilidade.

¹³⁸Acadêmico do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: bcamposmoura@hotmail.com.

¹³⁹Acadêmico do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: micaelcouto.direito@gmail.com.

¹⁴⁰Acadêmico do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: genesis72@bol.com.br

⁴Acadêmico do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: rafaeldebage@gmail.com

¹⁴¹Orientador, Mestre, Professor e Coordenador do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: heron_vaz@yahoo.com.br.

EMBRIAGUEZ NO TRABALHO MOTIVO DE JUSTA CAUSA OU DOENÇA

Gabriéli Vargas Rau¹⁴²
Vilmar Pina¹⁴³

RESUMO: O contrato de trabalho é consensual, subordinativo e oneroso, ou seja, estabelece direitos e obrigações recíprocas para empregador e empregado, submetendo assim, para a Consolidação das Leis do Trabalho para regulamentar as relações entre eles durante o contrato de trabalho e após o término da relação trabalhista. Assim, está disposto no artigo 482 as faltas graves, que causam a rescisão do contrato de trabalho por justa causa, estando presente na alínea f, o motivo de embriaguez habitual, fundado no entendimento que o funcionário embriagado fica com a capacidade motoras e psicológicas prejudicadas, podendo causar algum acidente de trabalho ou tornar-se indisciplinado, inconveniente, dando mau exemplo para os outros empregados. Contudo, atualmente o alcoolismo é considerado uma doença, inclusive na Classificação no Código Internacional de Doenças (CID) como “transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de álcool – síndrome de dependência”, desse modo não merece prosperar a solução drástica trazida pelo art. 482, f, da CLT, uma vez que por se tratar de doença, merece a assistência e apoio da sociedade, das políticas públicas e previdência social e não o desligamento motivado. Consoante o Tribunal Superior do Trabalho, vem se posicionando no sentido de afastar a embriaguez habitual como ruptura do liame empregatício e transformando inconstitucional tal alínea da CLT, uma vez que demissão de um empregado doente, não condiz com a responsabilidade social do empregador contida na Constituição Federal de 1988, além de ferir a dignidade da pessoa humana do trabalhador. Assim, devendo nestes casos o empregador encaminhar o empregado para realização tratamento médico, realizando a suspensão do contrato de trabalho enquanto o empregado estiver recebendo auxílio-doença. Portanto, só poderá haver a demissão por justa causa, conforme os motivos do art. 482, alínea f, quando o empregado já foi submetido a tratamento, e após retornar as atividades laborais voltar a efetuar esta causa geradora de desligamento motivado. Com o desenvolvimento da pesquisa buscou-se analisar todos os aspectos relacionados à demissão por embriaguez no trabalho nos dias atuais no Brasil, sendo realizada uma pesquisa bibliográfica e jurisprudencial utilizando do método dedutivo.

Palavras-chave: Embriaguez no trabalho - doença - justa causa - Tribunal Superior do Trabalho.

¹⁴²Acadêmico do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé, Endereço eletrônico: rau-gabi@hotmail.com.

¹⁴³Orientador, Professor do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: vilmar@urcamp.edu.br.

OS DIREITOS HUMANOS E A APLICAÇÃO DA LEI POSITIVADA FRENTE A PRECARIEDADE ESTATAL EM SUA TUTELA

Alessandra Pereira Wachholz¹⁴⁴
Jéssica Cunha Quincozes¹⁴⁵
Luíze Machado Duarte Martins¹⁴⁶
Milena dos Santos Pinheiro¹⁴⁷
Paula Ambrózio da Silveira¹⁴⁸
Rafael Bueno da Rosa Moreira¹⁴⁹

RESUMO: A atual cultura nacional traz uma característica marcante no que tange aos Direitos Humanos e o ordenamento jurídico, qual seja, a marginalização e precariedade de conhecimento quanto ao tema. É natural, atualmente, a mídia influenciar a população passando ideias errôneas quando a aplicabilidade das leis e dos direitos humanos, sendo comum se ouvir frases como “direito humanos é só para marginais”, etc. Com o desenvolvimento da presente pesquisa buscou-se analisar a proteção de direitos humanos frente a precariedade estatal em sua tutela, sendo realizada uma pesquisa bibliográfica utilizando do método dedutivo. O problema que orientou a pesquisa foi: Como se desenvolve a proteção aos direitos humanos em um Estado Democrático de Direito? Nota-se há conflitos explícitos ao redor do tema, e conforme Pinheiro e Neto (2015) “não há política sem contradição, não há luta pelos direitos humanos sem conflito, obstáculos e resistências, negar essa realidade é recusar a própria luta, na qual como a viagem do navegante na política e na democracia não há ponto final”. Vem-se travando uma batalha para preservação desses direitos, tanto no que se refere aos direitos de um indivíduo, quanto de uma nação, tendo em vista que na maioria das vezes os mesmos acabam sendo violados, no entendimento de Thering (2012, p.71). Tendo em conta que o Estado é quem deve garantir os direitos e estipular os deveres das pessoas é necessário que o mesmo determine quais são as garantias proporcionadas a sua população, segundo Guerra (2015, p.41). A lei deve ser aplicada de maneira globalizada, bem como o direito é concretizado para todos de uma forma igualitária, não fixando-se a limites territoriais, uma evidência disso são os Direitos Humanos na atualidade, que regulamentam, de modo universal, as principais garantias inerentes para uma vida digna. Os direitos humanos servem para proteger os valores mais importantes e preciosos da pessoa humana, ou seja, visam resguardar a igualdade, a liberdade, a dignidade entre outros. Eles existem para garantir que o Estado e suas instituições não abusem do poder contra o povo. Assim, é notável que os direitos humanos são de suma importância para o bom convívio em sociedade, pois zelam pela harmonia nas relações externas, pregando sempre o respeito de um para com o outro. Assim, sua importância não se estabelece apenas no sistema jurídico brasileiro, tendo relevância para o mundo todo. É importante mencionar sobre a ONU, entidade que foi criada após a Segunda Guerra Mundial, como resposta ao excesso de violações feitas aos direitos fundamentais, e tem por finalidade garantir confiança e união, devendo estar envolvida em todas as grandes crises existentes no âmbito da sociedade internacional. Dentro desse contexto fático se faz necessário uma batalha diária para a defesa desses interesses, aliás, encontra-se muito além de uma mera batalha externa por isso, é principalmente, uma luta pela mudança de conceitos já enraizados e que fazem parte do cotidiano da população em geral. Atualmente, observa-se, mesmo que tímida uma maior concentração de aplicação para os grupos fragilizados no que tange a tutela dos direitos da mulher, das crianças e dos adolescentes, dos idosos e refugiados. Essa atitude da uma aplicabilidade mais prática ao direito atual e extremamente globalizado, para uma maior valorização da dignidade da pessoa humana, havendo um papel especial para quem tutela esses direitos. Ante ao exposto, pode-se concluir que é dever do Estado sempre ter consideração em relação ao cidadão, sendo assim, é imprescindível que ele preste uma efetiva proteção à comunidade, atendendo suas necessidades básicas e buscando sempre melhorar a qualidade de vida de seu povo, bem como se faz necessário que o povo respeite tais normas aplicadas.

Palavras-chave: Direitos humanos - Estado - (des)cumprimento

¹⁴⁴Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: ale_wz@hotmail.com.

¹⁴⁵Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: jessicacunha_dp@hotmail.com.

¹⁴⁶Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: luizi.martins@hotmail.com.

¹⁴⁷Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: milipinheiro@hotmail.com.

¹⁴⁸Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: paula_ambrozio@hotmail.com.

¹⁴⁹Orientador, Mestre em Direito UNISC, Professor e Pesquisador do Curso de Graduação em Direito da URCAMP/Bagé e Coordenador do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: rafaelbmoreira2@yahoo.com.br.

LEI DE EXECUÇÃO PENAL 7.210/1984 E A APLICABILIDADE DOS REGIMES PENITENCIÁRIOS: ABERTO E SEMIABERTO NO MUNICÍPIO DE BAGÉ/RS.

Sabrina Bezerra de Oliveira¹⁵⁰

Aline Ribeiro Borges¹⁵¹

Lise Severo Bidone¹⁵²

Cíntia Pavani Motta Rocha¹⁵³

RESUMO: A aplicabilidade da Lei de Execuções Penais é um tema muito debatido no ordenamento jurídico, principalmente por não ser cumprida impreterivelmente. Em alguns casos, por falta de recursos financeiros se faz necessário adaptar a norma às condições condizentes à realidade. Doutrinadores e governantes procuram maneiras para solucionar inúmeras falhas no sistema carcerário, buscando chegar mais próximo do dispositivo legal. Portanto, mostra-se oportuno expor as adaptações nos regimes semiaberto e aberto na cidade Bagé, onde não é possível aplicar de forma plena a Lei de Execução Penal nº 7.210/1984. Sendo necessárias estas adaptações que por ora, beneficiam e por ora, são prejudiciais tanto para o apenado quanto para sociedade em geral. Neste sentido, a problemática se estabelece a partir do seguinte questionamento: “Os regimes penitenciários; aberto e semiaberto, no município de Bagé/RS, são aplicados de acordo com Lei de Execução Penal ou ainda são necessárias adaptações”? Para solucionar este problema far-se-á pesquisa de campo junto ao Presídio Regional de Bagé, aliado ao referencial doutrinário pertinente ao tema. Para que isso ocorra esta pesquisa tem como objetivo geral verificar a aplicabilidade da Lei de Execução Penal no que se refere aos regimes penitenciários: aberto e semiaberto da cidade de Bagé. E como objetivos específicos (a) identificar o número de apenados que estão atualmente em cada um dos regimes; (b) averiguar se efetivamente os apenados cumprem o regime conforme determinado na legislação; e em caso de negativo; (c) identificar os fatores que influenciaram nas adaptações feitas nos regimes prisionais no Presídio Regional de Bagé. O título IV da lei de execução penal prevê os tipos de estabelecimentos penitenciários em que devem ser cumpridas as penas privativas de liberdade em cada um dos regimes, ou seja, fechado, semiaberto e aberto, no entanto na ausência destes locais são feitas adaptações, no município de Bagé, por exemplo: inexistente Colônia Agrícola, Industrial ou Similar, prevista para o cumprimento da pena dos apenados que se encontram no regime semiaberto, já para o para o cumprimento de pena no regime aberto é exigível a casa de albergado, que existe na cidade de Bagé, este estabelecimento, no entanto não está em funcionamento devido à falta de verbas, para uma instalação elétrica adequada para o ambiente, sendo estabelecido para os reeducandos que se encontram no regime aberto, cumprirem sua pena em prisão domiciliar. Como resultado parcial, verifica-se que muitas adaptações foram necessárias para o cumprimento dos regimes penitenciários; semiaberto e aberto em Bagé. Em que pese a previsão legal na Lei de Execuções Penais, aliado de conceitos doutrinários e pesquisas de campo, na cidade de Bagé, não é cumprida impreterivelmente o dispositivo legal, no que se refere aos regimes penitenciários semiaberto e aberto. Ademais, conclui-se que o sistema prisional Bajeense, precisa evoluir, sendo necessário, sem dúvidas o apoio dos poderes judiciário e executivo, para que assim possa, se chegar ao mais próximo possível do dispositivo legal, a construção de estabelecimentos adequados para o cumprimento de penas nos regimes semiaberto e aberto, contribuirá para a diminuição da criminalidade, bem como para a ressocialização do apenado.

Palavras-chave: Lei de execuções penais - regimes prisionais - ressocialização

¹⁵⁰ Autora: Acadêmica do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

¹⁵¹ Coautora: Acadêmica do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

¹⁵² Coautora: Acadêmico do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

¹⁵³ Orientadora, Professora do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Bacharela em Direito (URCAMP), Advogada (OAB/RS), Especialista em Direito Público (FMP) e Mestre em Direito (UNISINOS) e Atualmente cursa Mestrado em Filosofia (UFPEL).

A INCIDÊNCIA DO ATIVISMO JUDICIAL NA “NORMA FECHADA”

Ingrid Brião Veiga da Silveira¹⁵⁴
João Leonardo Marques Roschildt¹⁵⁵

RESUMO: Na norma aberta, considerada por José Rodrigo Rodriguez, em “Como decidem as Cortes?: Para uma crítica do direito (brasileiro)”, como norma para a qual existem muitos sentidos, favorecendo a proliferação de alternativas interpretativas, há possibilidade de maior incidência do ativismo judicial, porque o Legislativo não a fez com delimitação, assim permitindo ao Judiciário maior criatividade ao interpretá-la. Diferente da norma fechada, que consiste em tentar restringir ao máximo o poder do juiz em decidir fora de seus quadros, trazendo limites que devem ser respeitados. Apesar de a norma aberta necessitar de maior interpretação, o Judiciário toma a forma de Legislativo quando decide da maneira que deseja: assim, aquilo que o Legislativo não fez, o Judiciário faz, sendo esta uma forma de ativismo judicial. Por exemplo, nos casos de fatos relativos ao tráfico e ao uso de entorpecentes, estes ficam à mercê da autoridade policial responsável pela autuação do flagrante delito, pois a norma feita pelo Legislativo, que tem a ele imputada a vontade do povo (agentes eleitos), não regulou com detalhes qual deveria ser a diferença entre traficante e usuário de drogas (por exemplo a quantidade de entorpecente encontrada como linha divisória entre aqueles). Já na norma fechada, supostamente, não deveria incidir qualquer tipo de ativismo judicial, pois o Legislativo já cumpriu seu papel em legislar limitando ao máximo as possibilidades de interpretação. Analisando-se a legislação, a doutrina e a jurisprudência, citam-se dois casos concretos para exemplificar ainda mais o tema aqui abordado. O primeiro diz respeito a decisões do TJRS que absolvem os agentes autores do crime de estupro de vulnerável por ter recebido o consentimento da vítima antes do ato sexual, ou seja, o TJRS acaba acrescentando à norma um consentimento inexistente, inovando o texto positivado que prescreve estupro de vulnerável o ato sexual praticado com menor de 14 anos. No segundo exemplo há a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que traz a determinação do valor de 1/4 do salário mínimo vigente para cada pessoa do grupo familiar para recebimento deste benefício. Porém o STJ, paralelamente ao STF, reforma as decisões previdenciárias que decidem com base no artigo do texto acima, pois julga indigno e insuficiente o valor para que uma pessoa sobreviva, já que uma família com quatro pessoas teria de sobreviver utilizando apenas um salário mínimo. Assim sendo, passaram a considerar o valor de até 1/2 salário mínimo vigente para cada pessoa do grupo familiar. Mais uma vez há incidência do ativismo judicial em norma fechada, em texto positivado que não necessita de aperfeiçoamento ou modificação nem de previsões acerca de futuros fatos que necessitem de adaptação. Assim, pretende-se demonstrar a incidência do ativismo judicial na norma fechada, o qual traz insegurança jurídica às relações do direito, pois quando nem a norma fechada é seguida dificulta-se a compreensão da decisão da lide.

Palavras-chave: ativismo judicial - delimitação da norma - alternativa interpretativa da norma.

¹⁵⁴Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé, integrante do Projeto de Pesquisa Legitimidade democrática na formação normativa do Supremo Tribunal Federal: a influência política nas decisões judiciais.

¹⁵⁵Orientador, Professor do Curso de Graduação de Direito na URCAMP (Sede Bagé). Bacharel em Direito (FURG), Mestre em Filosofia (UFPEL) e Mestre em Direito (UFRGS). Atualmente cursa Doutorado em Direito (UFRGS).

JUDICIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO: UM CONFLITO NA SEPARAÇÃO DOS PODERES?

Larissa Godoy¹⁵⁶
Cíntia Pavani Motta Rocha¹⁵⁷

RESUMO: As políticas públicas são adotadas desde o início das civilizações como meio de garantia de direitos. No quadro político atual, se dá através do Estado, por vezes em conjunto com empresas privadas, objetivando propriamente a garantia dos Direitos Sociais aos cidadãos mais necessitados. A realização de políticas públicas é mais complexa do que se imagina, pois é preciso entrar no centro da causa do problema para entender as possibilidades de como tentar resolve-lo, ou mesmo ameniza-lo. Um exemplo pode ser a luta contra o analfabetismo, que é uma cadeia de efeitos, pois, ao alfabetizar um cidadão é dado a ele a possibilidade de estudar, melhorando assim as suas possibilidades profissionais, que conseqüentemente melhora a moradia. Além disso, diminui o índice de patologias, gerando uma grande evolução a um indivíduo, que antes tinha uma baixa perspectiva de vida e passa a poder usufruir de seus direitos pelas próprias mãos, com uma pequena interferência do Estado, através de um projeto de aparência tão simples. Ao visualizar essa cadeia pode parecer muito simples e fácil de ser pensado e executado, mas, o analfabetismo não é o único nem o maior dos problemas na qual o Estado precisa intervir. Em uma análise mais ampla, são dois os principais entraves: primeiro a competição entre os governantes e segundo a má distribuição dos recursos. Os dois motivos para o entrave na efetivação das políticas públicas em educação, podem ser vistos como consequência um do outro, pois os conflitos acabam gerando o mau planejamento dos recursos, assim, não sendo estudado, planejado e tão pouco executado com êxito que poderia em caso de harmonia dos representantes. Portanto, o presente trabalho tem como objetivo geral o estudo das políticas públicas em educação, e como objetivos específicos determinar em que medida as políticas públicas são prioridade estatal ou apenas conseguem ser efetivadas com a intervenção do poder judiciário. Sabe-se que com a tripartição dos poderes determina-se que a função do judiciário é aplicar a lei ao caso em concreto. Ocorre que, quando não existe a efetivação dos direitos sociais as políticas públicas acabam sendo determinadas pelo poder judiciário, o que gera o seguinte questionamento: A judicialização das políticas públicas fere separação dos poderes? Para responder este questionamento utilizar-se-á a pesquisa bibliográfica, através da doutrina e jurisprudência e ter-se-á como método de abordagem o dedutivo. Como resultados parciais tem-se que as políticas públicas precisam ser prioridade em nome do futuro da nação brasileira, pois os entraves administrativos vão gerando consequências sociais e jurídicas cada vez maiores. Conclui-se preliminarmente que os indivíduos acabam precisando recorrer a judicialização das demandas para ter a garantia dos seus direitos fundamentais, acarretando assim a judicialização de políticas públicas, onde só através do judiciário é possível a efetivação de direitos como, por exemplo, ocorreu com as políticas públicas para educação básica.

Palavras-chave: Judicialização - políticas públicas - educação

¹⁵⁶Acadêmica do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço Eletrônico: laris_sag_g@hotmail.com

¹⁵⁷Orientadora, Professora do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Bacharela em Direito (URCAMP), Advogada (OAB/RS), Especialista em Direito Público (FMP) e Mestra em Direito (UNISINOS) e Atualmente cursa Mestrado em Filosofia (UFPEL).

LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA E SUAS MODALIDADES DE ESPÉCIE

Ainslan Vidigal Cougo Nunes¹⁵⁸
Bruno Holsbach Nunes¹⁵⁹
Darlan Barbosa Rocha¹⁶⁰
Jean Newton Barcellos Des Essarts¹⁶¹
Lucas de Andrade Maruri¹⁶²
Robson Polinni¹⁶³
Heron Ungaretti Vaz¹⁶⁴

RESUMO: A liquidação de sentença é o instrumento destinado a objetivação da tutela jurisdicional executiva, por meio da outorga, gerando a liquidez da obrigação, sendo esta liquidação um requisito obrigatório para a execução. De acordo com Rostagno “[...] a liquidação é o ato de executar uma determinação judicial exteriorizada em sentença. O cumprimento de sentença é a fase em que o que foi estabelecido pelo juízo seja realizado no mundo real”. Bastos, que foi um dos que desenvolveu o anteprojeto da Lei 11.232/05, destaca que “[...] a liquidação de sentença é um procedimento incidental, que decide o quantum debeat, impugnável por agravo de instrumento, sendo permitida também a liquidação provisória”. Para Carvalho a liquidação de sentença consiste em ser “[...] a fixação ou a determinação em quantidade certa do valor da condenação assentada em decisão judicial que não se mostra líquida”. Pontes de Miranda defende que a “[...] liquidação é ação de conhecimento e tem natureza constitutiva”. Assim, foi realizada uma pesquisa bibliográfica utilizando do método dedutivo que visou abordar o instituto da liquidação de sentença e suas espécies. Por fim, destaca-se que as modalidades de espécies da liquidação de sentença, segundo o CPC dividem-se em liquidação por cálculos (art 475-B), liquidação por arbitramento (475-C) e liquidação por artigos (475- E).

Palavras-chave: Liquidação - legitimidade - competência - momento modalidades.

¹⁵⁸Acadêmico do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: ainslanvidigal@gmail.com.

¹⁵⁹Acadêmico do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: brunoholsbachnunes@gmail.com.br.

¹⁶⁰Acadêmico do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: dbarbosarocha@yahoo.com.br.

¹⁶¹Acadêmico do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: jeannbde@gmail.com.

¹⁶²Acadêmico do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: lucasamaruri@yahoo.com.br.

¹⁶³Acadêmico do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: robson_bage@hotmail.com.

¹⁶⁴Orientador, Mestre, Professor e Coordenador do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: heron_vaz@yahoo.com.br.

A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NO TRIBUNAL DO JÚRI

Vanessa Budó Dias¹⁶⁵
Ana Carolina Trindade¹⁶⁶
Gabrielle de Bem¹⁶⁷
Cíntia Pavani Motta Rocha¹⁶⁸

RESUMO: A influência da mídia na atualidade é algo público e notório, no que diz respeito ao Direito Penal. A imprensa divulga o cometimento de crimes das mais diversas naturezas, dando maior enfoque aos que chocam e comovem a população. Assim, o presente trabalho se propõe a analisar a interferência da mídia nos julgamentos do Tribunal do Júri, atuando na formação da opinião dos jurados. Questionando a respeito da possibilidade da influência na decisão dos jurados e também na comoção social nos julgamentos de crimes dolosos contra a vida, com grande repercussão e se esta interferência fere algum princípio ou garantia constitucional. Tem-se como objetivo geral analisar os princípios constitucionais em conflito: princípio da liberdade de expressão e o princípio da dignidade da pessoa humana, em especial os referentes ao Tribunal do Júri, entre eles princípio da ampla defesa, do contraditório, e da presunção da inocência. Buscando assim conhecer os direitos e garantias dos acusados que devem ser respeitados e também à própria sociedade, com a finalidade de assegurar um julgamento justo. Partindo dos ensinamentos de Ronald Dworkin o conflito de princípios deve ser sanado a partir da ponderação destes princípios, pois, ao contrário do conflito entre regras, as quais devem ser aplicadas através do “tudo ou nada”, os princípios devem ser analisados levando em consideração o peso em que cada princípio possui para o caso em concreto. E como objetivos específicos este trabalho pretende identificar os direitos adquiridos pela imprensa, que são de igual forma garantidos pela Constituição Federal de 1988, bem como a possibilidade de abuso destes direitos, principalmente pela mídia por vezes sensacionalista, da mesma foram, as práticas com esse veículo de comunicação usa na manipulação da notícia e na influência da opinião pública, em confronto direto com outros princípios fundamentais de direito. A principal justificativa para a construção desse projeto é refletir sobre os principais pontos deste instituto tão importante, que é o tribunal do júri, sobre um aspecto da influência que a mídia tem sobre a opinião pública, tendo como teoria de base a ponderação de princípios de Ronald Dworkin. O referido trabalho utilizará da pesquisa bibliográfica e documental através do método dedutivo, que busca por meio do raciocínio lógico obter conclusões sobre determinadas premissas. Como resultados parciais desta pesquisa, tem-se a demonstração que existem indícios que designam a mídia como grande influenciadora da formação de opinião dos jurados, desde o momento que se recebe informações sobre o crime até a hora do julgamento. Desse modo, o presente trabalho previamente conclui que, um direito não é mais importante que o outro, e o que ocorre nesse caso é a colisão de princípios fundamentais. Assim em decorrência da influência que a mídia tem sobre a opinião pública, a liberdade de imprensa deve ser ponderada frente ao conflito com os princípios constitucionais afetados, para que as decisões proferidas pelos jurados não sejam fruto de um juízo de valor gerado pela mídia.

Palavras-chave: Tribunal do júri - princípios constitucionais - mídia.

¹⁶⁵Acadêmica do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço Eletrônico: vanessabudo@hotmail.com

¹⁶⁶Acadêmica do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

¹⁶⁷Acadêmica do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

¹⁶⁸Orientadora, Professora do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Bacharela em Direito (URCAMP), Advogada (OAB/RS), Especialista em Direito Público (FMP) e Mestre em Direito (UNISINOS) e Atualmente cursa Mestrado em Filosofia (UFPEL).

A PROTEÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL CONTRA A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Sthefany Vasconcellos da Silva Geyer¹⁶⁹
Rafael Bueno da Rosa Moreira¹⁷⁰

RESUMO: A universalização das normas de tutela à atividade laborativa ao ser humano foi surgindo ao longo das décadas, resultando de diversos movimentos que buscavam a regulamentação dos direitos trabalhistas, podendo-se citar como marco a Revolução Industrial, no fim do século XVIII. Tendo em vista o progresso social, o avanço do capitalismo e das relações de consumo, e após se estabelecerem regras gerais acerca do trabalho para o ser humano, houve a necessidade de uma proteção voltada especificamente às pessoas mais vulneráveis à exploração laboral e psíquica: crianças e adolescentes. O presente trabalho se atém, portanto, à proteção que é conferida à criança no cenário das relações internacionais e teve por objetivo analisar a construção da proteção jurídica contra o trabalho infantil em âmbito internacional, buscando resolver o seguinte problema: Como se desenvolveu a proteção jurídica internacional contra o trabalho infantil? Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e o método utilizado foi o dedutivo. Na busca por internacionalizar a proteção e a defesa dos direitos de crianças e adolescentes, as nações se uniram em combate ao trabalho infantil através de instrumentos normativos. A questão do trabalho infantil ainda não encontra respaldo concreto universal, restado em assunto polêmico, que se encontra em duas correntes: para uma trata-se de exploração humana, fruto do capitalismo; para outra, é fruto de uma falha social, tamanha as desigualdades. Visando proteger e promover melhores condições de vida aos seres que necessitam de um maior cuidado, em 1959 surgiu a Declaração dos Direitos da Criança para orientar a sociedade internacional a respeitar as necessidades básicas das crianças. No ano de 1989, visando a proteção da criança contra qualquer tipo de exploração econômica e laboral que seja nociva a esta, a Assembleia Geral das Nações Unidas aderiu a Convenção sobre os Direitos da Criança, afirmando a necessidade de os países definirem condições dignas de trabalho, bem como idade mínima para admissão, horários e as demais circunstâncias que o trabalho exige. Oficializada como lei internacional, a Convenção sobre os direitos da criança foi ratificada por diversos países, na busca de promover a universalidade da dignidade do ser humano, amparando as crianças e adolescentes com idade não superior a 18 anos. As Convenções nº 138 e nº 182 da Organização Internacional do Trabalho protegem especificamente contra o trabalho infantil na esfera internacional. A Convenção 138 instituiu, nos países que a ratificaram, a necessidade de uma idade mínima para o trabalho de acordo com a garantia do desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. Já a Convenção 182 consolidou entre os países signatários a definição das piores formas de trabalho infantil e as ações imediatas para a sua erradicação. O Brasil é signatário das Convenções sobre Direitos da Criança da ONU e das Convenções 138 e 182 da OIT, assumindo o compromisso de cumpri-las e adequar a sua legislação. Desde a Carta Magna o Brasil vem oferecendo proteção à criança em seu artigo 227, quando estabelece o dever da sociedade, do Estado e da família para com a criança. O Estatuto da Criança e do Adolescente também visa a proteção de crianças e adolescentes. Existe, também, a UNICEF que busca obter condições de vida mais dignas às crianças e adolescentes, podendo-se citar o combate à mortalidade infantil, à desnutrição e à falta de escolaridade.

Palavras-chave: Trabalho infantil - Erradicação - Proteção à criança.

¹⁶⁹Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé, integrante do Projeto de Pesquisas em Direitos Humanos: desafios no efetivo cumprimento dos direitos de 2ª geração no Brasil (URCAMP) e membro do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: sthefanyvg@urcamp.edu.br

¹⁷⁰Orientador, Mestre em Direito UNISC, Professor e Pesquisador do Curso de Graduação em Direito da URCAMP/Bagé e Coordenador do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: rafaelbmoreira2@yahoo.com.br.

A CONCENTRAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ACUSAR E INVESTIGAR: “PODERES” INVESTIGATÓRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

Luiza Reiniger Severo¹⁷¹
Marina Mafalda Pontes Bozzano¹⁷²
Paula de Oliveira Freitas¹⁷³
Rafael Bueno da Rosa Moreira¹⁷⁴

RESUMO: O poder de investigar, atualmente, encontra-se em tese sob o juízo dos delegados de polícia, podendo ser realizada pelo Ministério Público. Com a Proposta de Emenda Constitucional 37 foi discutida a possibilidade de passar exclusivamente a investigação às polícias civis e federais, retirando esta atribuição do Ministério Público. Ocorre que desde a criação da PEC vários doutrinadores se mobilizaram para criar teses e se posicionar a favor ou contra a criação. Primeiramente, existem aqueles posicionamentos os quais acreditam que a PEC estava correta em querer atribuir a investigação criminal exclusivamente às polícias. Mas, existem também os doutrinadores que entendem que não há necessidade de modificar o que já está ocorrendo com eficácia. Ocorre que com a diversidade de posicionamentos e as mais variadas argumentações, nada mais complexo do que se posicionar. Desta forma, torna-se necessário ressaltar as teses que serão abordadas em relação a PEC 37. A atuação exclusiva da polícia na investigação seria interessante, tendo em vista a prática que a polícia já possui em lidar com a sociedade, visto que trabalha sempre nas ruas, em meio destes. Há quem se preocupe com a dificuldade que os promotores terão de agir de forma imparcial após acompanhar toda a fase investigatória, bem como a acusatória, dado que estariam reunindo dois poderes diferentes em um único órgão. Sendo assim, a atuação do Ministério Público durante a investigação pode ser questionada em razão de que as polícias já possuem certa estrutura e sempre conduzem as investigações da melhor forma possível, possuindo uma equipe preparada para realizar esses atos e com o devido treinamento. No entanto, existem casos onde o Ministério Público tem a necessidade de buscar esclarecimentos, realizando a investigação. Assim, o Ministério Público poderá justificar a sua participação em algumas investigações, visando o ideal de justiça. Por fim, destaca-se que em razão de não ter sido aprovada a PEC 37, o Ministério Público segue tendo a oportunidade de no momento em que achar pertinente requerer diligências a polícia, como disposto na Constituição Federal, e assim estará realizando também o ato de investigar. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, utilizando do método dedutivo.

Palavras-chave: Acusar - Investigação criminal - Ministério Público - Poder.

¹⁷¹Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: luiza.rsevero@outlook.com.

¹⁷²Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: marinabozzano@hotmail.com.

¹⁷³Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: freitas.opaula@gmail.com.

¹⁷⁴Orientador, Mestre em Direito UNISC, Professor e Pesquisador do Curso de Graduação em Direito da URCAMP/Bagé e Coordenador do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: rafaelbmoreira2@yahoo.com.br.

POSSIBILIDADE DE IMPUTAÇÃO PENAL À PESSOA JURÍDICA NOS DELITOS ECONÔMICOS

Marina Mafalda Fontes Bozzano¹⁷⁵

Paula de Oliveira Freitas¹⁷⁶

Luiza Reiniger Severo¹⁷⁷

Rafael Bueno da Rosa Moreira¹⁷⁸

RESUMO: A impossibilidade da responsabilidade criminal em relação à pessoa jurídica nos delitos econômicos, por se tratar de um assunto extremamente importante, tem provocado debates e divergências face ao Direito Penal. O presente resumo teve por objetivo analisar a possibilidade de imputação penal à pessoa jurídica nos delitos de ordem econômica, buscando resolver o seguinte problema: Quais são as possibilidades de responsabilização da pessoa jurídica na esfera penal, em decorrência do cometimento de delitos de ordem econômica? As duas correntes existentes em relação ao tema se expressam argumentando suas teses de maneira distintas. De um lado a maioria que se expressa no preceito romano-germânico: é a inadmissível a punibilidade penal dos entes coletivos, neste caso, cabem apenas, sanções civis e administrativas. De outro, a Teoria da Ficção, onde seus defensores são favoráveis ao princípio da responsabilização penal, objetivando evitar a formação de monopólios que violam normas. À pessoa jurídica só se pode impor sanções administrativas ou civis, pois a culpabilidade decorre da vontade de seus representantes legais, a quem deve ser atribuídas as infrações penais. Mesmo tendo respaldo da Constituição Federal há, ainda, uma grande dificuldade em impor sanções a entidades coletivas. Faz-se mister salientar que, somente, o ser humano é capaz de responder pelos atos de um delito, diferente da pessoa jurídica que não expressa vontade de cometer determinado ato. Por fim, deve-se destacar que a responsabilização civil e administrativa é de extrema importância em decorrência do caráter educacional que poderá ocasionar a empresa, o que não ocorre com a responsabilização penal que não poderá ser imposta a pessoa jurídica. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, utilizando do método dedutivo.

Palavras-chave: Pessoa Jurídica - Direito Penal - Ser humano - Direito Civil - Direito Administrativo.

¹⁷⁵Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: marinabozzano@hotmail.com.

¹⁷⁶Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: freitas.opaula@gmail.com.

¹⁷⁷Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: luiza.rsevero@outlook.com.

¹⁷⁸Orientador, Mestre em Direito UNISC, Professor e Pesquisador do Curso de Graduação em Direito da URCAMP/Bagé e Coordenador do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: rafaelbmoreira2@yahoo.com.br.

PRINCÍPIO DA IDENTIDADE FÍSICA DO JUIZ

Eliana Eunice de Souza Lopes Pedroso¹⁷⁹
Elifelete Marjorye Cardoso da Silva Alves¹⁸⁰
Guilherme Manoel Tojo Mota¹⁸¹
Laura Lopes Brasil¹⁸²
Mirela Lopes Pedroso¹⁸³
Rafael Bueno da Rosa Moreira¹⁸⁴

RESUMO: A palavra princípio, derivada do latim: principium, significa: origem, começo. No âmbito do Direito, princípio é toda a fonte, origem, causa inicial de uma ação, ou, conforme entendimento de Reale (1991, p. 300), os princípios são “certos enunciados lógicos admitidos como condição ou base de validade das demais asserções que compõem dado campo do saber”. Dentro do Processo Penal, essas fontes tem a missão de limitar a aplicação de uma lei, assim como auxiliar a interpretação das normas do Direito. O presente artigo irá analisar o Princípio da Identidade Física do Juiz. Tal princípio aplicava-se somente no processo civil, não vigorando no processo penal, exceto no procedimento do júri popular, no qual o jurado que acompanhava a inquirição de testemunhas e debates no plenário, deveria ser o mesmo a julgar o caso. Com efeito, o princípio em debate só veio a ser aplicado no processo penal após a chegada da Lei n. 11.719/2008. Desde então, este é um tema bem questionado no meio jurídico, pois alguns acreditam que ele tem grande importância e outros defendem que ele pode trazer consequências negativas ao desenvolvimento do processo. O objetivo principal deste artigo é analisar a importância que o referido princípio tem no processo penal, buscando esclarecer o seguinte problema: qual a importância do Princípio da Identidade Física do Juiz para o direito processual penal? Antes da regulamentação expressa no Código de Processo Penal, para que pudesse ser utilizado o Princípio da Identidade Física do Juiz, aplicava-se, analogicamente, o disposto no art. 132 do Código de Processo Civil: “O juiz, titular ou substituto, que concluir a audiência julgará a lide (...)”. Com o advento da Lei n. 11.719/2008, além da mudança em vários artigos do Código de Processo Penal, o citado princípio foi incluído através do art. 399, §2º, com a seguinte redação: “O juiz que presidiu a instrução deverá proferir a sentença”. Em suma, o magistrado que presidiu a instrução deverá proferir a sentença, isto é, o juiz que acompanha o processo desde o início, deve ser o mesmo a julgá-lo. Uma parte dos doutrinadores do Direito entende que tal ideia se dá, pois acredita-se que o magistrado que manteve um contato direto com os depoimentos das partes, das testemunhas, enfim, fez a coleta das provas, julgará melhor. Por outro lado, existem doutrinadores que acreditam ser o princípio um grave inconveniente, isso porque, esse juiz pode estar contaminado, seduzido pelos seus prejulgamentos e sem alheamento suficiente para ponderar a prova colhida e julgar com serenidade (LOPES Jr., 2014). Portanto, embora havendo contras e prós, o Princípio da identidade Física do Juiz é importante para o Processo Penal, tendo em vista que o juiz no qual presidiu a instrução terá uma visão mais ampla do caso no momento do seu julgamento. No presente trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica, por meio de análise de doutrinas, bem como legislações, utilizando do método dedutivo.

Palavras-chave: Processo Penal - Identidade Física do Juiz - Princípios.

¹⁷⁹Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé-RS. Endereço eletrônico: elianaeunice@outlook.com;

¹⁸⁰Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé-RS. Endereço eletrônico: elifeletemarjorye@hotmail.com;

¹⁸¹Acadêmico do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé-RS. Endereço eletrônico: gui.tojo@hotmail.com;

¹⁸²Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé-RS. Endereço eletrônico: laura_brasil_lopes@hotmail.com;

¹⁸³Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé, integrante do Projeto de Pesquisas em Direitos Humanos: desafios no efetivo cumprimento dos direitos de 2ª geração no Brasil (URCAMP) e membro do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: lela_lopes@hotmail.com.

¹⁸⁴Orientador, Mestre em Direito UNISC, Professor e Pesquisador do Curso de Graduação em Direito da URCAMP/Bagé e Coordenador do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: rafaelbmoreira2@yahoo.com.br.

A CONDIÇÃO DE MILITAR PARA A PROCEDIBILIDADE E PROSEGUIBILIDADE DO FEITO NA AÇÃO DE DESERÇÃO DE PRAÇA SEM ESTABILIDADE

Mirela Lopes Pedroso¹⁸⁵
Rafael Bueno da Rosa Moreira¹⁸⁶

RESUMO: O crime de deserção, elencado no art. 187, do Código Penal Militar, é um crime propriamente militar, ou seja, o crime só ocorre se for praticado por militares. Destaca-se que, dentro das Organizações Militares, o crime de deserção é um dos mais habituais, sendo praticado, principalmente, por soldado Efetivo Variável (Sd EV), também conhecido como praça sem estabilidade, sendo que, nestes casos, um dos principais motivos que levam ao cometimento de tal delito é a obrigação constitucional de prestar o Serviço Militar Obrigatório (SMO) no Brasil. Com a consumação do crime de deserção, o praça sem estabilidade é excluído das fileiras das Forças Armadas e passa a ser chamado de desertor. Após tornar-se desertor, o agente poderá apresentar-se voluntariamente ao quartel, ou, caso não ocorra esta apresentação, serão feitas buscas para a sua captura. Conforme o art. 457, do Código de Processo Penal Militar, “o desertor sem estabilidade que se apresentar ou for capturado deverá ser submetido à inspeção de saúde e, quando julgado apto para o serviço militar, será reincluído”. Ou seja, o sujeito ativo do crime de deserção passa a ostentar novamente o status de militar a partir do momento em que, após julgado apto na inspeção de saúde, é reincluído às fileiras das Forças Armadas e perderá esse status no momento em que for licenciado. Atualmente, há uma grande divergência entre os Tribunais, quais sejam o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal Militar. Ambos divergem a respeito do momento processual em que o agente deverá ostentar o status de militar na ação de deserção. O objetivo do presente trabalho é analisar os posicionamentos dos Tribunais Superiores acerca da condição de militar na ação de deserção, verificando o que seria o crime de deserção, bem como o rito processual adotado neste tipo de ação processual. Para o desenvolvimento da investigação, buscou-se esclarecer o seguinte problema: como é levada em consideração a condição de militar para a procedência e prosseguimento da ação de deserção? O crime de deserção ocorre quando o militar ausenta-se, sem permissão, por mais de oito dias, de sua Organização Militar ou do lugar em que deveria permanecer. A pena para este tipo de delito varia de seis meses a dois anos, agravando-se nos casos em que o agente é oficial. O delito de deserção, assim como o de insubmissão, segue um rito processual especial, regulado no art. 451 até 465 do CPPM. Conforme entendimento atual do Superior Tribunal Militar, a condição de militar é um requisito para procedibilidade do feito, sendo necessária somente no momento da propositura da ação, ou seja, para responder ao crime de deserção, o agente deverá ostentar o status de militar apenas no momento do oferecimento da denúncia. Já o Supremo Tribunal Federal entende ser a condição de militar um requisito tanto para a procedibilidade, quanto para a prosseguibilidade do feito, ou seja, para responder ao crime de deserção, o agente deverá ostentar o status de militar desde o momento do oferecimento da denúncia, até o momento da aplicação da pena. Conclui-se que, tendo em vista a deserção ser um delito propriamente militar, bem como o status de militar ser um requisito essencial para o processamento da ação, após a perda do status de militar, passando o agente para o status de civil, a ação penal resta prejudicada, mostrando-se, assim, a posição do Supremo Tribunal Federal a mais adequada. O presente trabalho foi elaborado por meio de pesquisa bibliográfica, tendo como o método de abordagem, o dedutivo, e o método de procedimento, o monográfico.

Palavras-chave: deserção – status de militar – crime militar

¹⁸⁵Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé, integrante do Projeto de Pesquisas em Direitos Humanos: desafios no efetivo cumprimento dos direitos de 2ª geração no Brasil (URCAMP) e membro do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: lela_lophes@hotmail.com.

¹⁸⁶Orientador, Mestre em Direito UNISC, Professor e Pesquisador do Curso de Graduação em Direito da URCAMP/Bagé e Coordenador do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: rafaelbmoreira2@yahoo.com.br.

O ALUNO COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA: REQUISITOS MÍNIMOS DE INCLUSÃO E DE ACESSIBILIDADE ÀS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Jôse Storniolo Brasil¹⁸⁷
Anderson Ceolin¹⁸⁸
Rafael Bueno da Rosa Moreira¹⁸⁹

RESUMO: A inclusão e acessibilidade de alunos com deficiência auditiva que ingressam no ensino superior é um tema de extrema relevância na medida em que se assegura o direito à igualdade. A discriminação em relação às pessoas com deficiência ocorre o tempo todo, inclusive no meio acadêmico. Um dos princípios fundamentais da dignidade da pessoa humana, o da igualdade, estabelecido pela Constituição Federal em seu artigo 3º, inciso IV, nem sempre é cumprido. O artigo também prevê a proibição de qualquer forma de discriminação. O Brasil é signatário de um documento internacional que veio assegurar esses direitos, a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, Convenção da Guatemala, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 198 e promulgada pelo Decreto nº 3.956. Os movimentos sociais que trazem a bandeira da inclusão social ganham respaldo na legislação nacional, pois a Constituição Federal garante o princípio da igualdade e o da não discriminação. Entretanto, o Brasil vem se adequando para melhor atender as pessoas com deficiência, a exemplo disso, em 2015 foi instituída a Lei Brasileira de Inclusão, lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, na qual estabelece no artigo 1º que, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, visando a inclusão social e a cidadania. De suma importância é a proteção à educação, prevista no capítulo IV, artigo 27, da referida lei, que assegura um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de aprendizado ao longo de toda a vida. Já o artigo 28, inciso II, estabelece que o sistema educacional deverá se aprimorar para garantir a inclusão plena, ofertando recursos e serviços de acessibilidade. No que se refere às pessoas com deficiência auditiva, dados do IBGE de 2010 mostram um percentual de 5,1% da população brasileira com algum tipo de limitação auditiva. Com esse percentual o que se presume é que a maioria não consegue acessar o ensino superior. Embora exista uma proteção jurídica consolidada pelo ordenamento jurídico nacional no que tange à inclusão e acessibilidade, o acesso ao ensino superior ainda é tema de muita discussão. O presente artigo buscou analisar como as instituições de ensino superior estão se adequando para receber esse aluno, sendo realizada uma pesquisa bibliográfica utilizando o método dedutivo.

Palavras-chave: Aluno com deficiência auditiva - inclusão e acessibilidade - cidadania.

¹⁸⁷Acadêmico do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: josib37@gmail.com

¹⁸⁸Acadêmico do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: ceolinv@hotmail.com

¹⁸⁹Orientador, Mestre em Direito UNISC, Professor e Pesquisador do Curso de Graduação em Direito da URCAMP/Bagé e Coordenador do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: rafaelbmoreira2@yahoo.com.br.

A IMPORTÂNCIA DA DEFENSORIA PÚBLICA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA

Adriéli Freitas Delabary¹⁹⁰
Rafael Bueno da Rosa Moreira¹⁹¹

RESUMO: A Defensoria Pública é a solidificação do direito a todos ao acesso à justiça que se pretende na sociedade contemporânea, neste sentido percebe-se o quanto evoluiu a relação entre o Poder Judiciário e o assistido, fazendo assim com que o país não se espelhe apenas na economia e na tecnologia, mas sim, também nos dados do aparato judiciário. No Brasil, já havia acesso gratuito à justiça desde a Constituição de 1934 o que não se efetivava perante as condições de vida da época, e então, esse ideal apenas concretizou-se com a Constituição de 1988, em seus artigos 5º, inciso LXXIV e 134 que aduz: “A Defensoria é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do artigo 5º, LXXIV”, assim deixando assegurado aos desprovidos de recursos financeiros a assistência jurídica integral e gratuita. Nesse diapasão o presente resumo busca esclarecer o motivo pelo qual a Defensoria Pública tornou-se indispensável para a sociedade contemporânea brasileira, a fim de garantir um direito fundamental expresso em nossa Constituição vigente. Atualmente, no dia a dia as Defensorias Públicas vêm realizando um trabalho imprescindível para a sociedade desfavorecida financeiramente, o que dependeu de uma evolução histórica para acontecer, veja-se que em 1934 a assistência judiciária gratuita ganhou força como norma constitucional, em face da influência da Constituição Alemã de 1919. Porém, na época, os direitos fundamentais eram bastante estreitos e frágeis, uma vez que tornaram-se mais amplos, ou seja, voltados a sociedade com temas relacionados à família, à educação e à cultura, em 1943 quando surgiu a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT – que esmerava-se singularmente com a comunidade em grupo. Contudo, alguns fatos sensibilizaram o início dessa evolução, como por exemplo, a Ditadura Militar. Enfim em 1988 origina-se a atual Constituição Federativa do Brasil sobressaindo-se nessa os Direitos Fundamentais, tanto para um enfoque individual quanto coletivo, e, inclusive, abrangendo recursos para efetivá-los, neste brevíssimo tratou-se de um deles, qual seja: assistência judiciária gratuita, regulamentada pela Lei da Assistência Judiciária – LAJ – nº 1060/50. É dever do Estado amparar a dignidade da pessoa humana, as Defensorias Públicas objetivam o cumprimento severo desse compromisso, assim, esgotando-se a desigualdade social e garantindo uma sociedade motivada pela uniformidade e igualdade. Afirmando, desta forma, a efetivação da justiça para todos os cidadãos. Ainda, vale ressaltar o item importantíssimo que é o mínimo existencial (conjunto de necessidades ímpares para obter uma boa qualidade de vida) o que torna o acesso à justiça indispensável, como já supramencionado em nossa Carta Magna. Através da Defensoria Pública se oportuniza aos carentes o completo desempenho de seus Direitos. Foi realizada uma pesquisa regrada bibliografia, utilizando do método dedutivo.

Palavras-chave: Defensoria Pública; sociedade contemporânea; efetivação de direitos.

¹⁹⁰Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé, Endereço eletrônico: adrielibdelabary@gmail.com

¹⁹¹Orientador, Mestre em Direito UNISC, Professor e Pesquisador do Curso de Graduação em Direito da URCAMP/Bagé e Coordenador do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: rafaelbmoreira2@yahoo.com.br.

A POSIÇÃO DA NORMA INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS FRENTE À CONSTITUIÇÃO FEDERAL NA PRISÃO CIVIL DO DEPOSITÁRIO INFIEL

Mariane Porto Mendes¹⁹²
João Leonardo Marques Roshildt¹⁹³

RESUMO: A CF/88, em seu art. 5º, LXVII, veda a prisão civil por dívidas, à exceção do não adimplemento voluntário e inescusável do obrigado à prestação alimentícia e do depositário infiel, este acompanhado pelo Código Civil de 2002 em seu art. 652. No entanto, a ratificação da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) em 1992, pelo Brasil, que proíbe a prisão civil em seu art. 7º, § 7º – à exceção de inadimplemento de obrigação alimentar – trouxe o reexame da posição da norma de tratado internacional de direitos humanos frente à CF/88. Ainda, antes da ratificação do referido pacto, o Brasil foi signatário do Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos, promulgado em 1992, que em seu art. 11 vedou a prisão por não cumprimento de obrigação contratual. Apesar da jurisprudência, neste intervalo, ter dificuldades em subsumir todos os casos de depositários infiel à norma, não houve um padrão decisório. A partir disto, o entendimento fixou-se após o julgamento do HC 90.172, em 2007, no qual o Ministro Gilmar Mendes garantiu para a norma internacional sua supralegalidade sobre CF/88 no que tange à prisão do depositário infiel. Logo, em 2009 o STF editou a Súmula Vinculante n. 25 que definiu que “é ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade de depósito”. Ressalte-se ainda que três meses após a edição da súmula vinculante, o STJ editou a súmula 419, que decidiu como descabida a prisão do depositário (somente judicial) infiel. Desta forma, objetiva-se compreender a forma de adaptação da norma de direitos humanos relativa à prisão do depositário infiel dentro do ordenamento pátrio sem ferir as normas materiais e processuais internas, verificando se a prevalência da norma de direito internacional tem respaldo e respeita a soberania do país. Na metodologia da pesquisa, o método de abordagem adotado é o dedutivo, acompanhado da técnica de pesquisa de análise bibliográfica. A partir de então é possível identificar-se uma norma mais benéfica – constante nos tratados –, da qual pode-se extrair da preferência da sua aplicação: a teoria da supralegalidade dos tratados de direitos humanos ao ordenamento interno, chancelada pela Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados em seus art. 27 e 46; e a igualdade hierárquica de ambas as normas com a primazia da mais benéfica. Por outro lado, admitindo-se através da EC 45/2004 que as normas de direito internacional não são menos que equiparadas às ECs, ao concluir-se pela não preferência da norma internacional pelo dispositivo interno, não há que se falar em derrogação ou desconsideração, por se tratar de norma posterior temporalmente. Dessa forma, tem-se o controle de constitucionalidade por ADIN de EC como meio apropriado à resolução do conflito, não o descarte da norma da qual o Brasil é signatário, podendo ser internacionalmente responsabilizado pelo não cumprimento.

Palavras-chave: Depositário infiel - prisão civil - direitos humanos.

¹⁹²Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé, integrante do Projeto de Pesquisa Legitimidade democrática na formação normativa do Supremo Tribunal Federal: a influência política nas decisões judiciais. Endereço eletrônico: mari.anemendes@hotmail.com.

¹⁹³Orientador, Professor do curso de graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Bacharel em Direito na Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Mestre em Filosofia na Universidade Federal de Pelotas - UFPEL e Mestre em Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Atualmente cursa doutorado em Direito (UFRGS).

A LEGITIMIDADE DAS DECISÕES E A INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS JURÍDICAS

Mariane Porto Mendes¹⁹⁴
João Leonardo Marques Roschildt¹⁹⁵

RESUMO: A garantia de fundamentação das decisões tem status constitucional no ordenamento jurídico brasileiro a partir do art. 93, IX, na CF/88. Dessa forma, é importante salientar que são possíveis de identificar duas formas de normas, a partir do livro: “Como decidem as Cortes? Para uma crítica do direito (brasileiro)”, de José Rodrigo Rodriguez: i) normas abertas – são passíveis de interpretação por não serem constituídas de muita rigidez, a exemplo o conceito de boa-fé; e ii) normas fechadas – são aquelas que não possuem margem de interpretação, a exemplo o estupro de vulnerável, art. 217-A do CP, que exige que invariavelmente a vítima possua menos de 14 anos de idade. Porém, é notório que além da interpretação das normas abertas, estas ocorrem também com as normas fechadas, o que pode trazer o conceito de ativismo judicial. Há que se considerar que o processo legislativo não acompanha as mudanças sociais, e o ativismo judicial – a interferência dos órgãos julgadores fundamentalmente em questões políticas - é justificado como forma de o Poder Judiciário evitar injustiças, já que todos sofrem a ação da norma, ainda que esta não seja condizente com a atualidade política e econômica. No que se refere à limitação da interpretação da norma estar entregue à subjetividade do julgador, percebe-se que a Lei 13.105 de 2015, que altera o Código de Processo Civil, se atualiza, prevendo a fundamentação obrigatória das decisões em seu art. 498. Porém, há que se considerar que somente a fundamentação não é suficiente, o que se demonstra em casos de regras fechadas serem interpretadas de forma diversa, o que pode trazer insegurança jurídica. Os objetivos da presente pesquisa são: (i) demonstrar de que forma a arbitrariedade é constante na interpretação normativa dos dispositivos legais brasileiros; e (ii) analisar como se dá o processo de legitimação das decisões, aplicando-se a teoria a casos práticos. Na metodologia da pesquisa, o método de abordagem adotado é o dedutivo, acompanhado da técnica de pesquisa de análise bibliográfica, tendo como base o já mencionado livro de José Rodrigo Rodriguez, partindo-se dos conceitos à análise de casos concretos. Desta forma, pode se identificar possíveis causas que geram arbitrariedade às decisões, através: (i) da falta de fundamentação; e (ii) da judicialização da política, que visa unicamente o interesse do indivíduo que recorre ao poder judiciário e não possui legitimidade por não ser produto do devido processo democrático.

Palavras-chave: Fundamentação - arbitrariedade - legitimação.

¹⁹⁴Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé, integrante do Projeto de Pesquisa Legitimidade democrática na formação normativa do Supremo Tribunal Federal: a influência política nas decisões judiciais. Endereço eletrônico: mari.anemendes@hotmail.com.

¹⁹⁵Orientador, Professor do curso de graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Pelotas - UFPEL e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Atualmente cursa doutorado em Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

A PARTICIPAÇÃO INTERPRETATIVA CONSTITUCIONAL DE UMA SOCIEDADE ABERTA SOB O OLHAR DE PETER HÄBERLE E O CONTRAPONTO DE SUA COLABORAÇÃO PARA UM ARGUMENTO DE AUTORIDADE

Lucas de Sousa Trindade¹⁹⁶
João Leonardo Marques Roschildt¹⁹⁷

RESUMO: A interpretação constitucional não é privilégio apenas dos operadores jurídicos vinculados às corporações, como esmiúça Peter Häberle no livro “Hermenêutica Constitucional – A Sociedade dos intérpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista e procedimental da Constituição”. Após um complexo processo de democratização que se deu com o término do regime militar no Brasil e que indubitavelmente se solidificou com o advento da CF/88, permitiu-se a coexistência de participantes (grupos sociais) no processo de interpretação da Carta Magna: o que caracteriza uma sociedade aberta de intérpretes, não mais estando vinculados apenas os órgãos estatais, mas todos aqueles indivíduos que são cobertos pela incidência normativa, principiológica e cultural da lei fundamental. Assim, tem-se que enquanto a interpretação constitucional é funcionalmente concebida por uma sociedade fechada – de intérpretes jurídicos – de outro lado seus critérios hermenêuticos deverão ser tanto mais abertos quanto mais plural e diversificada (como ensina Häberle) for a sociedade em que tal processo constitucional ocorreu, como exemplo o Brasil. Deverá em verdade, ser mais um elemento da sociedade aberta. Isso porque quem vive a norma não poderá evadir-se de lhe co-interpretar. Tal pensamento é corroborado a partir de uma análise do que coloca Rodríguez no livro “Como Decidem as Cortes? Para uma crítica do direito (brasileiro)”: uma participação social e pluralística se consolida, por exemplo, com a realização de audiências públicas ou a formação de conselhos consultivos, através dos quais os cidadãos podem ter a oportunidade de serem ouvidos pelas autoridades e lhes auxiliarem nas tomadas de suas decisões, mediante a legitimidade imposta pela própria CF/88, em seu art. 1º, no ápice de uma democracia participativa. Rodríguez afirma que muitas vezes a participação de terceiros no processo decisório da autoridade induz a perder seu caráter pessoal, reforçando o ideal democrático. No entanto, utilizando a interferência externa da sociedade para reforçar um argumento pessoal, pode-se quebrar a suposta legitimidade participativa. Objetiva-se, dessa forma, demonstrar que o processo de interpretação constitucional, segundo o olhar de Häberle, não deve limitar-se apenas aos operadores jurídicos com tal incumbência funcional, mas à sociedade como um todo, por ser integrante de um processo democrático participativo, legitimado pela CF/88. Tal argumento recebe certa crítica quanto sua disposição no Brasil, pois traveste-se em elementos que corroboram com argumentos de autoridade. Na presente pesquisa, fez-se uso do método dedutivo, aliado a pesquisa de análise bibliográfica, vislumbrando-se os conceitos e sua aplicação aos casos práticos.

Palavras-chave: Hermenêutica - participação - sociedade aberta.

¹⁹⁶Pós-graduando em Direito de Família e Sucessões e Direito do Trabalho no Instituto Damásio Educacional. Bacharel em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé, integrante do Projeto de Pesquisa Legitimidade democrática na formação normativa do Supremo Tribunal Federal: a influência política nas decisões judiciais. Endereço eletrônico: lucas_souzatrinidade@hotmail.com
¹⁹⁷Orientador, Professor do curso de graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Pelotas - UFPEL e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Atualmente cursa doutorado em Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

FRAUDE À EXECUÇÃO

Caroline Regert Moreira¹⁹⁸
Paulo César Pereira¹⁹⁹
Heron Ungaretti Vaz²⁰⁰

RESUMO: A fraude à execução trata-se, basicamente, da oneração ou alienação de bens sem uma reserva de patrimônio suficiente para cumprir com uma obrigação pecuniária que configure objeto de discussão judicial. É instituto de natureza processual, com regulamentação legal das hipóteses no Código de Processo Civil, art. 593 e 615-A, §3º, e implica ineficácia do negócio jurídico, relativamente ao credor, o que poderá ser declarado no curso do processo de execução judicial. A Fraude à execução através de seus princípios e normas procura garantir o exercício do direito, buscando a resolução dos conflitos de interesses. Dentre esses princípios pode-se destacar o da livre disponibilidade da execução, previsto no artigo 569 do Código de Processo Civil, segundo o qual, a execução deve ser feita de modo a satisfazer o credor com o mínimo de prejuízo ao executado (artigos 620 e 716 do CPC), tendo em vista também o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, segundo o qual, o executado não poderá ser levado à condição de miserabilidade. A execução deve ser real, ou seja, incidir sobre os bens do executado e não sobre sua pessoa (art. 591 do CPC). A fraude à execução é considerada um ato voluntário do devedor para o descumprimento de uma obrigação e, também, um ato atentatório à dignidade da justiça, sendo implícita a intenção de lesionar os direitos do credor, ocasião em que o Juiz poderá fixar uma multa ao devedor em proveito do credor. Sempre que ocorrer um dos incisos previstos no artigo 393 CPC, será configurada a fraude à execução. Maior é a gravidade quando ocorre no curso do processo de condenação ou de execução, por exemplo, na alienação dos bens do devedor, onde já foi registrada a penhora do bem, e está sendo levado à venda em hasta pública. Constituindo, desta forma, um atentado contra o eficaz desenvolvimento da função jurisdicional, pois, houve a alienação do bem em que a execução deverá recair. Assim, após o juiz decretar a fraude à execução, a alienação feita pelo devedor a um terceiro de má-fé será anulada, não havendo a necessidade de uma ação para anular o ato, apenas a lei considera um ato ineficaz perante o exequente. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, utilizando do método dedutivo.

Palavras-chave: Execução - fraude - credor - devedor.

¹⁹⁸Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

¹⁹⁹Acadêmico do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

²⁰⁰Orientador, Mestre, Professor e Coordenador do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: heron_vaz@yahoo.com.br.

UM ESTUDO SOBRE INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS

Aline Pacheco²⁰¹
Larissa de Camargo²⁰²
Liane Dias²⁰³
Thais Valim²⁰⁴
Rafael Bueno da Rosa Moreira²⁰⁵

RESUMO: A relação obrigacional é dinâmica, podendo desembocar no adimplemento ou no inadimplemento da relação. Inadimplemento é o não cumprimento da obrigação pelo devedor. O inadimplemento pode ser absoluto ou relativo. O inadimplemento absoluto traduz o descumprimento total da obrigação, podendo ser fortuito ou culposo, no qual a obrigação poderá ser resolvida em perdas e danos. O instituto das perdas e danos está disposto no art. 402 e seguintes do Código Civil Brasileiro de 2002. Para o desenvolvimento do presente resumo buscou-se analisar o instituto de indenização por perdas e danos, sendo realizada uma pesquisa bibliográfica utilizando o método dedutivo. A realização da investigação procurou resolver o seguinte problema: como está sendo desenvolvido o instituto da indenização por perdas e danos no contexto do direito civil brasileiro? Pagar perdas e danos significa: “indenizar aquele que experimentou um prejuízo, uma lesão em seu patrimônio material ou moral, por força do comportamento ilícito do transgressor da norma” (GAGLIANO; FILHO, 2015, p.327). A fixação das perdas e danos deve abranger o dano emergente e o lucro cessante. Dano emergente consiste no prejuízo efetivo causado ao credor em razão do inadimplemento da obrigação e possui certeza e atualidade como requisitos para que o mesmo seja indenizável. Lucro cessante, todavia, consiste no que o credor deixou de lucrar devido ao descumprimento da obrigação (DINIZ, 2006, p.431). O exemplo utilizado por Gagliano e Filho para demonstrar a fixação das perdas e danos é o de acidente de trânsito em que um veículo colide culposamente em um táxi que estava devidamente estacionado. O dono desse veículo causador do acidente deverá indenizar o dono do táxi, pagando-lhe perdas e danos. O valor deverá conter o dano emergente (efetivo prejuízo material do veículo, gastos com a manutenção do mesmo, em virtude da batida) e o lucro cessante que irá ser o valor referente ao que o taxista deixou de lucrar enquanto o táxi estava em manutenção (GAGLIANO; FILHO, 2015, p.330). Nota-se que o dano emergente e o lucro cessante devem ser devidamente comprovados, de forma que o magistrado evite a ampliação de ações indenizatórias sem fundamento real, nas quais a vítima não visa o ressarcimento de um dano e sim a obtenção de lucro (GAGLIANO; FILHO, 2015, p.330).

Palavras - chave: Perdas e danos – adimplemento - inadimplemento.

²⁰¹Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: pachecoaline2_1@hotmail.com.

²⁰²Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: larissadecamargo7@gmail.com.

²⁰³Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: lianebertiele@yahoo.com.br.

²⁰⁴Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: thaisvalimb@hotmail.com.

²⁰⁵Orientador, Mestre em Direito UNISC, Professor e Pesquisador do Curso de Graduação em Direito da URCAMP/Bagé e Coordenador do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: rafaelbmoreira2@yahoo.com.br.

UM ESTUDO SOBRE O ARTIGO 213 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO – ESTUPRO

Danrlei Levandowski²⁰⁶
Felipe Barcellos Pacheco²⁰⁷
Gabriel Ribeiro Pinto²⁰⁸
Guilherme Tojo Mota²⁰⁹
Paulo Sérgio Gonçalves²¹⁰
Rafael Bueno da Rosa Moreira²¹¹

RESUMO: Primeiramente incumbe aclarar que, como um subproduto do patriarcalismo, a cultura do machismo, disseminada muitas vezes de forma implícita ou sub-reptícia, coloca a mulher como objeto de desejo e de posse do homem, o que acaba legalizando e estimulando múltiplos atos violentos, como por exemplo, o estupro, que está inserido entre os vários tipos de hostilidades. Este fato se dá por dois acessos: pelo ultraje da culpa na ação à própria vítima (ao mesmo tempo em que emprega o executor do delito como vítima); e pela propagação da infraestrutura e ícone da classe no interior do próprio Sistema de Justiça Criminal (SJC), que vitimiza duplamente a mulher. Atualmente, o Brasil possui uma proteção jurídica consolidada em relação à proteção contra a violência, tendo, entre outras proteções, instituído a mesma, cuja aplicação se dá de forma muito eficaz. Ela está consolidada no Título VI do Código Penal Brasileiro, este que trata Dos Crimes Contra a Dignidade Sexual, Capítulo I–Dos Crimes Contra a Liberdade Sexual. O estupro é um delito de conduta múltipla, sendo ele formado pela união de mais de uma conduta criminosa. Não obstante, a pessoa que, mediante um ato violento ou empregando a grave ameaça, obriga uma pessoa à prática de ato sexual, pratica um único crime: o de estupro, onde está inserido no art.213 do Código Penal Brasileiro. Nos delitos múltiplos, existe a diversidade de bens juridicamente protegidos, no qual não ocorre nos crimes simples, que protegem um único bem (ex.: no homicídio, o bem jurídico é a vida). O Brasil vem adequando sua legislação nacional de acordo com os compromissos internacionais de proteção à direitos da dignidade da pessoa humana, a coautoria e participação. Anterior a Lei 12.015/09, no crime de estupro, havia grande celeuma sobre a possibilidade de a mulher ser sujeito ativo do crime de estupro, que só podia ser praticado por homens, afinal, o delito baseava-se na introdução do pênis na vagina da pessoa violentada, o que é caracterizado como a conjunção carnal, sem o seu consentimento. Concluiu-se, que há a possibilidade de a mulher operar como participante, quando contribuisse para a ação do ato delituoso praticada pelo homem. Com a reestruturação operada no Código Penal Brasileiro, a discussão foi perdendo força, porque o estupro sobreveio a ser não só uma conjunção carnal, como também diversos atos libidinosos. Por conseguinte, recentemente, pode persistir a coparticipação entre diversas pessoas de sexos opostos, sejam eles homens ou mulheres, pois cada um deles, seja qual for, pode ser o agente do fato criminoso. Sendo assim, como é caracterizado o crime de estupro, conjuntamente com suas particularidades na legislação atual? Com o desenvolvimento da presente pesquisa buscou-se analisar todos os aspectos relacionados sobre a jurisprudência, doutrina e legislação em vigor, apontando os impactos dessas agressões à dignidade da pessoa, ao constrangimento dos exames para provar o fato criminoso, das penas, de como agem os criminosos em grande maioria, formas de aumento de pena e demais características e curiosidade sobre este tema muito conhecido por todos, pois traz grande repúdio a sociedade em geral a pratica de tal ato delituoso, sendo realizada uma pesquisa bibliográfica utilizando-se do método dedutivo.

Palavras - chave: Estupro - Mulher - Proteção Jurídica - Violência.

²⁰⁶ Acadêmico do Curso de Direito da URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: danlevandowski@gmail.com.

²⁰⁷ Acadêmico do Curso de Direito da URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: felipepacheco325@hotmail.com.

²⁰⁸ Acadêmico do Curso de Direito da URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: gabriel_r.p@hotmail.com.

²⁰⁹ Acadêmico do Curso de Direito da URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: gui.tojo@hotmail.com.

²¹⁰ Acadêmico do Curso de Direito da URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: paulo.sergio.dp@hotmail.com.

²¹¹ Orientador, Mestre em Direito UNISC, Professor e Pesquisador do Curso de Graduação em Direito da URCAMP/Bagé e Coordenador do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: rafaelbmoreira2@yahoo.com.br.

A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO PODER DE INVESTIGAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Ana Luísa Moro Pozzobon²¹²
Maurício Lopes de Oliveira²¹³
Lourdes Helena Martins da Silva²¹⁴

RESUMO: A constitucionalidade da investigação realizada diretamente pelo Parquet, tornou-se mira de incontáveis debates especialmente entre operadores do direito, justamente pelos entendimentos controversos que existem a respeito da Carta Magna. Frisa-se que o tema tomou grande enfoque, pelos mais diversos setores da sociedade, por conta da importância que a mídia dedicou ao assunto após a revelação da existência de diversas organizações criminosas, nas quais autoridades de alto escalão da Administração Pública Brasileira fazem parte. Identificar as primeiras manifestações de uma investigação criminal realizada pelo Ministério Público é algo complexo, visto que dos inúmeros estudos sobre este tema, nenhum apontou de forma exata o nascimento do órgão ministerial. Do mesmo modo, grande parte da doutrina, que busca a origem desse órgão, identifica-o como uma figura processual de tamanha complexidade, que seria quase impraticável identificar o surgimento com certa exatidão, acabando assim, a encarar como uma instituição que foi se lapidando aos poucos, acrescentando atribuições e extinguindo funções desnecessárias, até alcançar a forma que hoje o define. Pretende-se com este trabalho debater acerca da constitucionalidade do poder de investigação do Ministério Público na perspectiva do Direito Constitucional Brasileiro. Estuda-se o surgimento dessa instituição, analisando-se suas atribuições nas Constituições Brasileiras especialmente na Carta de 1988. Verificam-se os argumentos favoráveis e contrários à aprovação da PEC 37. De tal forma, como poderá ser (in)admitida na perspectiva do Direito Constitucional Brasileiro, a possibilidade do Ministério Público realizar investigações? À luz da “teoria dos poderes implícitos”, admite ser um direito constitucional a investigação de forma direta pelo Parquet, não excluindo essa atribuição da polícia judiciária, tendo em vista que, aqueles que contrariam a legitimidade do poder investigatório do Ministério Público, utilizam o argumento de que essa função, não se encontra expressa na norma constituinte. O Supremo Tribunal Federal em recurso extraordinário reconheceu o poder de investigação do órgão ministerial, afirmando que “o Ministério Público dispõe de competência para promover, por autoridade própria, e por prazo razoável, investigações de natureza plena, desde que respeitados os direitos e garantias que assistem a qualquer indiciado ou a qualquer pessoa sob investigação”. Portanto, percebe-se que, embora não esteja expresso no texto constitucional a atribuição do poder de investigação do Parquet, trata-se de um poder implícito, visto que a norma constituinte aduz que cabe ao Ministério Público exercer demais funções que lhe forem outorgadas, desde que condizentes com seu propósito. O trabalho foi elaborado por meio de pesquisa bibliográfica, tendo como método de abordagem, o dedutivo, e o método de procedimento, o monográfico.

Palavras - chave: Ministério Público – investigação – constitucional.

²¹²Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha –URCAMP/Bagé-RS. Endereço eletrônico: analumoro@hotmail.com

²¹³Acadêmico do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé-RS. Endereço eletrônico: mauricio-lop@hotmail.com.

²¹⁴Orientador, Especialista em Criminologia, Mestre em Ciências Sociais, docente da URCAMP das disciplinas de Direito Constitucional e Processo Penal. Endereço eletrônico: lhm@jfrs.gov.br

O DIREITO DE SUPERFÍCIE COMO ALTERNATIVA PARA O DEFICIT DE MORADIA NO PAÍS

Eduardo Brignol Brito²¹⁵
Elisson Corrêa²¹⁶
Guilherme Torma²¹⁷
Pedro Ávila²¹⁸
Rafael Bueno da Rosa Moreira²¹⁹

RESUMO: Com o objetivo de propor uma alternativa para a solução de um problema atual que atinge a falta de habitação no Brasil, será apresentado o direito de superfície, instituto jurídico pertinente para a otimização desta regularização. A presença do direito de superfície no ordenamento jurídico atual representa o ajustamento jurídico às exigências sociais. O direito de superfície tem as características de um direito real autônomo, e que seria possível através de seu uso, solucionar parte do problema de carência habitacional. Através deste estudo foi possível determinar limites do exercício do direito de propriedade, com base na Constituição Federal de 1988, no Código Civil de 2002 e no Estatuto da Cidade. Vale ressaltar que a igualdade social e o acesso à terra são questões primordiais enfrentadas pelo Brasil para atingir o desenvolvimento urbano. Foi demonstrada, também, a possibilidade do uso do instituto da superfície para a garantia do direito fundamental à moradia de grande parte da população, direito tutelado pela Constituição Federal de 1988. Ocorre que as políticas públicas, na maioria das vezes, não conseguem promover a regularização fundiária de forma devida, havendo a insuficiência da atuação do Poder Público na busca por esse fim. Com isso, o Estado poderia remediar alguns problemas por meio de medidas paliativas. O referido instituto é de grande utilidade econômica e social, não tendo a conveniência de que o beneficiado com esse direito tenha a perpetuidade da propriedade. Ele é benéfico ao proprietário e à coletividade, pois atende nitidamente ao princípio constitucional da função social da propriedade, sendo também verificado que em outros países também utilizar-se deste instrumento como forma de solução para problemas sociais. A superfície é uma propriedade contida dentro de outra propriedade, constituída com o objetivo social e solidário, havendo utilidade de um direito, a princípio individual, de forma coletiva. A propriedade deixa de ser limitada, sendo exigido pelo Poder Público o atendimento a uma função social pelo seu titular, conforme prevê os modernos conceitos relacionados ao direito. As dificuldades de acesso ao direito de moradia ficam demonstradas pela explosão demográfica nas cidades, principalmente nas metrópoles urbanas. O direito de superfície surge como uma alternativa a ser utilizada pelo Poder Público, ainda que requeira maiores estudos, como instrumento de Regularização Fundiária. Para a realização do presente resumo foi utilizado o método dedutivo e realizada uma pesquisa bibliográfica.

Palavras - chave: Direito de superfície - propriedade – Poder Público.

²¹⁵Acadêmico do Curso de Direito da URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: dudabrignol@gmail.com.

²¹⁶Acadêmico do Curso de Direito da URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: correaelisoares@gmail.com.

²¹⁷Acadêmico do Curso de Direito da URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: guilhermetorma@gmail.com.

²¹⁸Acadêmico do Curso de Direito da URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: pedro.avilaa@hotmail.com.

²¹⁹Orientador, Mestre em Direito UNISC, Professor e Pesquisador do Curso de Graduação em Direito da URCAMP/Bagé e Coordenador do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: rafaelbmoreira2@yahoo.com.br.

O CUMPRIMENTO DA OFERTA NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Aline Pereira dos Santos Nunes²²⁰

Diâner Caldas Gomes²²¹

Giordanna Rocha de Oliveira²²²

Júlio César da Silva Lucas²²³

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo abordar a oferta no Código de Defesa do Consumidor (CDC). O método a ser utilizado baseia-se na pesquisa doutrinária, bem como na jurisprudencial. Justifica-se o corrente estudo em razão da grande incidência de processos judiciais voltados para resolução de conflitos nas relações de consumo ocasionados pela oferta. A problematização concentra-se em torno do art. 30 do CDC, no qual, dispõe que “Toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado”, ou seja, é a famosa expressão “divulgou deve cumprir”. Segundo Nunes (2015, p. 468) “oferecida a mensagem fica o fornecedor a ela vinculado, podendo o consumidor exigir seu comportamento forçado nos termos no art. 35. Se o fornecedor quiser voltar atrás na oferta, não poderá fazê-lo até porque, a oferta tem caráter objetivo”. Nessa situação, percebe-se que, em regra, o citado Código obriga o fornecedor a cumprir toda oferta divulgada. Contudo, a jurisprudência majoritária entende que quando o preço ofertado for considerado vil, muito abaixo do valor de mercado, o fornecedor não fica mais obrigado a cumprir, uma vez que pode ter agido até mesmo por erro (p. ex., se for divulgado um produto ou serviço pelo valor de R\$ 5,00, quando é de conhecimento geral que este tenha o custo de R\$ 5.000,00). Dessa forma, conclui-se que apesar do Código de Defesa do Consumidor dispor acerca de normas para proteção contratual dos consumidores, a jurisprudência, já pacificada no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (Apelação Cível nº 70065569998, Recurso Cível nº 71005503958, nº 71005186705, etc), entende que para a proteção do fornecedor que divulgou o produto por equívoco, no tocante a um valor excessivamente baixo, para fins de evitar o enriquecimento sem causa e em observância aos princípios do equilíbrio e da boa-fé, o mesmo não será obrigado a cumprir a oferta, o que representa uma exceção ao princípio da vinculação.

Palavras-chave: Oferta - fornecedor - consumidor.

²²⁰Acadêmica do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: alinenunes96@hotmail.com.

²²¹Acadêmica do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: giordanna_rocha@hotmail.com.

²²²Acadêmica do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: dianifergomes@hotmail.com.

²²³Orientador, Mestre em Direito - UNISC, Docente do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha–URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: juliocslucas@ibest.com.br.

UM ESTUDO SOBRE OS EFEITOS DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO NO BRASIL

Bruno Carvalho Coradini²²⁴
Bruno Santos da Cunha²²⁵
Daniela Fernandes Monteiro²²⁶
Lucas Bruno Roos Gomes²²⁷
Rafael Bueno da Rosa Moreira²²⁸

RESUMO: O presente trabalho possui como tema os efeitos trazidos pelo Estatuto do Desarmamento e sua eficácia quanto ao seu papel na redução dos crimes de homicídio no Brasil, e tem como objetivo apresentar os resultados através de estatísticas. O estatuto do desarmamento (Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003) que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição no Brasil, foi criado para diminuir a criminalidade e a violência no país quando as autoridades revelaram que o Brasil possuía 17 milhões de armas de fogo em posse de civis, interpretando assim, de maneira simples, a relação entre a criminalidade e posse de arma de fogo, entendendo que o cidadão em posse desta arma, executaria seu desafeto por qualquer desavença. As razões dos crimes de homicídio por arma de fogo são muito mais complexas, pois mesmo que o número de homicídios por arma de fogo tenha diminuído, como dizem os dados levantados pelas instituições do Governo Federal, o crime de homicídio em geral não teve queda nos números, pelo contrário, aumentou, pois o crime continuou a ser praticado a partir de outros meios e armas, como, por exemplo, as armas brancas. No ano de 2012, no Brasil, a taxa de mortalidade por arma de fogo foi de 21,9 óbitos para cada 100,000 habitantes, conforme estudo da Unesco. Neste estudo estão incluídas as mortes por homicídio, suicídio, mortes por acidentes com a arma de fogo e causalidades indeterminadas. Os casos de homicídio do estudo registraram uma taxa de 20,7 casos para cada 100,000 habitantes. Segundo o mesmo estudo, o Brasil está em 11º lugar no ranking de mortes por arma de fogo em um levantamento feito entre 2008 e 2012 entre 90 países e territórios, ficando em primeiro lugar a Venezuela com 55,4 mortes por arma de fogo para cada 100,000 habitantes. Ainda de acordo com o estudo da Unesco, houve um aumento de 556,6% nas mortes por armas de fogo no Brasil entre os anos de 1980 a 2012, foram 880,386 óbitos por armas de fogo, sendo que 747,760 foram por assassinato. Outra fonte pesquisada para este trabalho foi Fabrício Rabelo, pesquisador em segurança pública, que afirma que o número de mortes por homicídio e por armas de fogo não diminuiu. O pesquisador demonstrou os seguintes dados: Total de homicídios: 319.412 (1997 a 2003) e 346.611 (2004 a 2010), Homicídios com armas de fogo: 211.562 (1997 a 2003) e 245.496 (2004 a 2010). Diz o pesquisador: “Nos nove anos anteriores ao Estatuto do Desarmamento a taxa média de homicídios no Brasil era de 26,44 por 100 mil habitantes. Nos nove anos posteriores ao Estatuto do Desarmamento essa taxa subiu para 26,80 a cada 100 mil habitantes.”. Com os números desta pesquisa, foi verificado que o Estatuto do Desarmamento não resolveu o caso da criminalidade nesse curto prazo e, conseqüentemente, das mortes causadas pelas armas de fogo. Talvez tenha sido uma medida ineficaz ou precise de mais tempo para trazer resultados positivos. Como solução para o problema da criminalidade e mortes por armas de fogo, se poderia acreditar na hipótese de uma reforma do penal, seguindo o exemplo do novo CPC, e uma reforma também das instituições policiais e do sistema prisional para combater o enfrentamento à impunidade dos assassinos.

Palavras-chave: Desarmamento - Homicídio - Criminalidade.

²²⁴Acadêmico do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: brunocoradinibage@hotmail.com.

²²⁵Acadêmico do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: bruno.cunha627@gmail.com.

²²⁶Acadêmico do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: danielafm598@gmail.com.

²²⁷Acadêmico do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

²²⁸Orientador, Mestre em Direito UNISC, Professor e Pesquisador do Curso de Graduação em Direito da URCAMP/Bagé e Coordenador do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: rafaelbmoreira2@yahoo.com.br.

DA COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO ESPECIAL DO QUILOMBOLA INTEGRANTE DO QUILOMBO DE PALMAS (Município de Bagé) COM AMPARO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIAL – ARTIGO 68 DO ADCT

Eliada Mayara Cardoso da Silva Alves²²⁹
Elifelete Marjorye Cardoso da Silva Alves²³⁰
Elisama Maryan Cardoso da Silva Alves²³¹
Ludmila Trassante Pires²³²
Mauro Lenine Ahlf²³³
Rafael Bueno da Rosa Moreira²³⁴

RESUMO: Primitivamente, imprescindível mencionar que o presente estudo gravitou em torno da condição de segurado integrante de comunidade quilombola e a possibilidade de, nessa condição, ser enquadrado como segurado especial da previdência social, devido à equiparação de características das atividades desempenhadas. A escolha do tema é deveras importante, vez que atinge direitos fundamentais, pois não há nada mais estreitamente relacionado à dignidade da pessoa humana do que o sentimento de pertencimento a um grupo identitário, especialmente em se tratando de grupos tradicionais. Assim, este estudo busca demonstrar que as decisões, em todo o país, hodiernamente, tem efetivado direitos da população quilombola, corrigindo históricas injustiças sociais, principalmente no campo das reformas territoriais. Todavia, não basta uma evolução de reconhecimento, concessão e demarcação de terras quilombolas, se não vier acompanhada da evolução no âmbito da seara previdenciária, pois após muito tempo laborando na terra, nada mais justo aos trabalhadores verem seus direitos albergados pelo Instituto Nacional do Seguro Social, até como forma de inclusão social. Nesse sentido, o direito encerrado no artigo 68 do ADCT - de conferir a titularidade das terras ocupadas por grupos remanescentes de comunidades quilombolas - busca, antes de tudo, preservar a identidade cultural do grupo-alvo, identidade essa que estaria ameaçada de extinção na ausência de políticas públicas voltadas para sua preservação e perpetuação. Analisa-se que a Egrégia Corte Especial do Tribunal Regional Federal da 4ª Região debruçando-se sobre o tema consigna o entendimento de rejeição a arguição de inconstitucionalidade do Decreto nº 4.887/2003. Veja-se que o art. 68 do ADCT deve ser reconhecido como garantia constitucional e, portanto, de aplicabilidade imediata, conforme determina o art. 5º, § 1º, da Constituição Federal. E assim, o reconhecendo como norma de eficácia plena e aplicabilidade direta, imediata, integral, resta afastada qualquer alegação de inconstitucionalidade formal do decreto. Mesmo que as características da mencionada comunidade tenham-se diluído na atualidade, é certo que os integrantes dificilmente terão documentos que comprovem que trabalham na lavoura,

²²⁹Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé, integrante do Projeto de Pesquisas em Direitos Humanos: desafios no efetivo cumprimento dos direitos de 2ª geração no Brasil (URCAMP) e membro do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: eliadamayara@hotmail.com.

²³⁰Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé, integrante do Projeto de Pesquisas em Direitos Humanos: desafios no efetivo cumprimento dos direitos de 2ª geração no Brasil (URCAMP) e membro do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: elifeletemarjorye@hotmail.com.

²³¹Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé, integrante do Projeto de Pesquisas em Direitos Humanos: desafios no efetivo cumprimento dos direitos de 2ª geração no Brasil (URCAMP) e membro do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: elifeletemarjorye@hotmail.com.

²³²Advogada. Graduada em Direito pela Universidade da Região da Campanha - URCAMP. Pós-graduanda em Direito Previdenciário pela Faculdade de Direito Professor Damásio de Jesus. Funcionária da Defensoria Pública da União de Bagé/RS - Cartório Previdenciário. Endereço Eletrônico: lutrassante@hotmail.com.

²³³Advogado. Graduado em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Pós-graduando em Direito Previdenciário pela Faculdade de Direito Professor Damásio de Jesus. Analista Administrativo da Defensoria Pública da União de Bagé/RS. Coordenador do Cartório Previdenciário. Endereço Eletrônico: mauro_ahlf@yahoo.com.br.

²³⁴Orientador, Mestre em Direito UNISC, Professor e Pesquisador do Curso de Graduação em Direito da URCAMP/Bagé e Coordenador do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: rafaelbmoreira2@yahoo.com.br.

uma vez que o titular do domínio das terras não é o quilombola, mas a associação que representa a comunidade. Assim, há uma desproporção entre a rígida exigência de documentos necessários para viabilizar o pedido de benefícios da seguridade social e a realidade das populações quilombolas, em geral desprovidas de acesso às sedes municipais, aos órgãos públicos, às políticas públicas, às informações básicas sobre direitos, ficando desprovida da efetivação de direitos fundamentais. A dificuldade de caracterização do quilombola como agricultor familiar por falta de documentos para provar tal situação, está na falta de documentação do território onde vivem. Diante da construção desse quadro, como se dá o acesso de grupos sociais tradicionais, como os quilombolas, a este direito? Em atenção ao princípio constitucional que trata da universalidade da cobertura e do atendimento da Seguridade Social (art. 194, Parágrafo único, I), atuam em favor de integrante de comunidade quilombola outros documentos, que servem de início de prova material, conforme determina a lei, para a comprovação do trabalho na lavoura em regime de economia familiar. Se há prova documental de que a pessoa reside em comunidade de remanescentes de quilombo, deve operar em seu favor o início de prova material de exercício de atividade rural. Posto isso, tendo em vista os fundamentos jurídicos apresentados, somada a autodefinição, que pode ser certificada pela Fundação Palmares, que constitui o critério legal para a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos (arts. 2º, § 1º, e 3º, § 4º, do Decreto 4.887/2003), está demonstrada a posse de terra e o labor rurícola de subsistência e, assim, resta suprido o início de prova material exigido pela Lei 8.213/91, o que constitui elemento suficiente a comprovar a qualidade de segurado especial. Deste modo, buscou-se analisar todos os aspectos relatados elaborando-se uma reflexão através de legislação nacional pertinente, levantamento bibliográfico inerente ao tema. A pesquisa é bibliográfica e o método é o dedutivo.

Palavras-chave: Segurado Especial - Quilombola - Artigo 68 do ADCT.

A INVERSÃO DO INTERROGATÓRIO DO RÉU NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR

Elisama Maryan Cardoso da Silva Alves²³⁵
Eliada Mayara Cardoso da Silva Alves²³⁶
Elifelete Marjorye Cardoso da Silva Alves²³⁷
Sandro Leal Costa²³⁸
Rafael Bueno da Rosa Moreira²³⁹

RESUMO: Inicialmente, cabe referir que o atual CPP em seu art. 400 determina que o interrogatório do réu seja o último ato da instrução processual. Contudo, na esfera militar, que se orienta por legislação própria, o rito processual determina a realização do interrogatório em primeiro lugar, conforme dispõe o art. 302 do CPPM. Na mesma linha, há a súmula 15 do STM afastando a possibilidade de postergação do interrogatório, sob o fundamento de que não há lacuna a ser preenchida na legislação castrense. Sendo assim, embora o art. 302 do CPM e a súmula 15 do STM venham sendo aplicados rotineiramente no âmbito da JMU, representam afronta às garantias constitucionais do acusado e à dignidade da pessoa humana, pois embora os citados precedentes não possuam efeito vinculante, o procedimento adotado no feito, acaba por macular o direito de defesa do acusado, na medida em que o primeiro meio de prova produzido foi o seu interrogatório, tendo de apresentar sua versão dos fatos antes que soubesse o que seria produzido em audiência de instrução. E, convém salientar ainda que a mera faculdade de, ao término das oitivas testemunhais, se oportunizar “novo interrogatório” do réu, ou “reinterrogatório”, em nada repara a violação ocorrida. Isso porque o réu já prestou seu depoimento, que foi ouvido pelos seus julgadores. Querer, após prestado um depoimento, diante das provas produzidas, trazer novo argumento defensivo em nada lhe favorece, pelo contrário, somente poderá influir negativamente na credibilidade de sua palavra perante o juízo. Portanto, a escolha do tema é deveras importante, uma vez que com o desenvolvimento da presente pesquisa se pode observar que existe a possibilidade de inversão do rito processual, com aplicação subsidiária das regras previstas na lei nº 11.719/08 ao rito ordinário castrense, tendo em vista que há alguns princípios basilares que devem permear toda a atuação coercitiva estatal. Dentre estes, destaca-se os princípios do devido processo legal e o princípio do contraditório e da ampla defesa, sem os quais as arbitrariedades e Juízos de exceção poderiam macular a legitimidade das atividades jurisdicionais e imposição das penas corporais. Nesta toada, tendo por base a dignidade da pessoa humana, ponto central e referência máxima da CF/88, construiu-se no Brasil um modelo jurídico-penal cujo amplo direito à defesa tem assento preferencial, assegurando-se aos réus os meios para que estes não tenham violado o seu estado de inocência durante a persecução penal. Para tanto, o método de abordagem é o bibliográfico e jurisprudencial, e o método de procedimento é dedutivo. Deste modo, busca-se analisar todos os aspectos relatados elaborando-se uma reflexão através de levantamento bibliográfico inerente ao tema, estudo dos documentos, pesquisa jurisprudencial e textos publicados na internet, bem como o que aduz a própria letra da lei. Dessa forma, como firmemente assentado pela jurisprudência do STM, o CPM, em face de sua natureza de livro de rito especial, não foi alcançado pelos ditames da Lei nº 11.719/08 que alterou a redação do art. 400 do CPP comum, dispondo sobre o interrogatório do réu. Em decisão recente em sede de habeas corpus, apreciado pela Corte em 1º de setembro de 2015, os ministros do STM ratificaram, mais uma vez, o posicionamento da Corte quanto a não inversão do depoimento do réu em ações penais militares em trâmite na JMU. Nada obstante, o interrogatório, como meio de defesa, no início da instrução

²³⁵ Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé, integrante do Projeto de Pesquisas em Direitos Humanos: desafios no efetivo cumprimento dos direitos de 2ª geração no Brasil (URCAMP) e membro do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: elisamaryan@hotmail.com.

²³⁶ Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé, integrante do Projeto de Pesquisas em Direitos Humanos: desafios no efetivo cumprimento dos direitos de 2ª geração no Brasil (URCAMP) e membro do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: eliadamayara@hotmail.com.

²³⁷ Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé, integrante do Projeto de Pesquisas em Direitos Humanos: desafios no efetivo cumprimento dos direitos de 2ª geração no Brasil (URCAMP) e membro do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: elifeletemarjorye@hotmail.com.

²³⁸ Advogado. Graduado em Direito pela Universidade da Região da Campanha – URCAMP em 2008, aprovado no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil no mesmo ano.

Pós-graduado em Direito Público pela Universidade Anhanguera. Professor de Direito Administrativo no Curso Preparatório da empresa Tchê Concursos de Bagé/RS. Técnico em Serviços Educacionais da Defensoria Pública da União de Bagé/RS. Coordenador do Cartório Criminal. Endereço Eletrônico: sandrolealc@hotmail.com

²³⁹ Orientador, Mestre em Direito UNISC, Professor e Pesquisador do Curso de Graduação em Direito da URCAMP/Bagé e Coordenador do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: rafaelbmoreira2@yahoo.com.br.

processual, obriga o réu a ter que antecipar fundamentos defensivos, antes mesmo que saiba o que será contra si produzido. Assim, em função da constitucionalização do processo penal, comum ou militar, não parece razoável que se mantenha vigente no processo penal militar um dispositivo desalinhado com as dimensões elementares do devido processo legal e do contraditório e ampla defesa, cânones essenciais do estado democrático de direito. É de se ter em vista que interrogatório é meio de defesa, e não exclusivamente de prova, pelo que a postergação para fase subsequente aos elementos colhidos no bojo do processo penal é consectário lógico.

Palavras-chave: Inversão do rito - Interrogatório do réu - Direito Processual Penal Militar.

ÔNUS DA PROVA E A PRODUÇÃO DE PROVA ILÍCITA

Alessandra Rayane Fagundes Paz²⁴⁰

Amanda Portella Ferreira Lopes²⁴¹

Cíntia Pavani Motta Rocha²⁴²

RESUMO: Ônus da prova é a essência mais usada dentro de um processo, pois é nela que se consegue concretizar os fatos alegados e dar fundamento para a sentença. Existem na legislação normas que limitam essa busca de provas. Porém, estudos doutrinários admitem a possibilidade do uso de provas obtidas por meios ilícitos. A prova ilícita poderá ser válida para alcançar a verdade dos fatos, porém ela diverge das normas legais. Portanto, o objetivo geral deste estudo é identificar na legislação a existência de leis que regulamentam a busca da prova, como ela funciona e se existem exceções. Como objetivos específicos têm-se: a) identificar em normas atuais a existência de classificações de prova ilícita. b) averiguar a possibilidade de alguma prova obtida por meios ilícitos ser aceita e mesmo assim influenciar na sentença final. Para isso, a metodologia utilizada será a bibliográfica e documental, bem como doutrinas de Direito Penal e Direito Processual Penal, conferindo especial atenção a Lei de Organização Criminosa. No Brasil não havia uma regra que impedia a busca de prova gerada por meio ilícito, ou seja, atravessa as transgressões de direito material. Nos dias atuais, segundo o inciso LVI, art.5º da Constituição Federal de 1988, será inválida a busca de prova por meio ilícito, pois ela não será válida no processo. Já a prova ilícita por derivação é aquela em que embora recolhida legalmente, foi empregada de força ilícita como por exemplo a busca domiciliar, escuta telefônica sem autorização do Juiz, etc. Porém a Suprema Corte vinha debatendo e por maioria dos votos, o Ministro Sepúlveda Pertence, que foi relator do caso, observou que se poderia proibir trazer ao processo as conversas telefônicas, porém admitiu que as informações colhidas na prova possam ser aproveitadas e seguir o andamento do processo e assim poder chegar a outras provas. É visível que sem essa busca, seria impossível chegar a outras provas e fatos ocultos. Preliminarmente conclui-se que a busca pela verdade é livre, porém limitada diante da lei. Ninguém poderá induzir alguém a produzir prova contra si mesmo, e nem ao menos invadir privacidade de outrem, todavia cabem exceções em crimes hediondos e se a prova buscada por meios ilícitos abrir portas para novos acontecimentos e descobertas, ela poderá sofrer influência no andamento do processo e no julgamento final.

Palavras-chave: Ônus da prova – ilícita - admissibilidade da prova.

²⁴⁰Acadêmica do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

²⁴¹Acadêmica do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

²⁴²Orientadora, Professora do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Bacharela em Direito (URCAMP), Advogada (OAB/RS), Especialista em Direito Público (FMP) e Mestre em Direito (UNISINOS) e Atualmente cursa Mestrado em Filosofia (UFPEL).

A RELEVÂNCIA DA OPINIÃO PÚBLICA COMO INFLUÊNCIA NAS DECISÕES DO JUDICIÁRIO

Elíbia Carolina Aires Braz²⁴³
Cíntia Pavani Motta Rocha²⁴⁴

RESUMO: As determinações geradas em torno do direito com a sua dinâmica participação na sociedade vêm trazer uma abordagem muito mais próxima das pessoas. Hoje o reconhecimento e a facilidade que os indivíduos têm em acessar os seus direitos, fazem deles muito mais populares e cada vez mais necessários para a vida em sociedade, consolidando a democratização do Direito. O Poder Judiciário dentro da sua locação na separação dos três poderes passa a existir com uma participação protagonista, tornando-se um personagem muito mais político e parcial, descaracterizando a sua função intermediadora na solução de conflitos. A incidência da intervenção desse poder, em ações instigadas pela especulação da mídia é muito mais presente do que o verdadeiro propósito no qual deveria se submeter. Desse modo, as atribuições de cada um dos poderes se descaracterizam, no judiciário, distorcendo as funções de juízes, no qual, são convocados a incorporar um novo papel, atuando estrategicamente para defender interesses políticos partidários. Para a sociedade, cabe tentar compreender qual é o peso político das decisões nos tribunais e quais são as consequências dessas intervenções. Atualmente é possível identificar situações que determinam uma crise entre os três poderes, desencadeadas com uma grande participação da mídia, que se encarrega de solicitar o poder judiciário, comprometendo a sua responsabilidade com a transparência e induzindo a opinião pública a influenciar em algumas decisões. Para o desenvolvimento deste trabalho, pretende-se utilizar um método de pesquisa qualitativo, no qual, será feito um estudo mais aprofundado com relação a compreensão dos profissionais que atuam no direito, buscando explicar o porquê desses acontecimentos transformadores. Utilizar-se-á como embasamento teórico a Teoria dos Princípios de Robert Alexy, que afirma que os princípios são como mandamentos e em caso de conflito um deve ceder lugar ao outro. Logo em caso de conflito entre princípios constitucionais a “lei de colisão” determina que não exista prioridade entre os princípios e, portanto, a argumentação terá papel fundamental na decisão. Portanto, como conclusões preliminares tem-se que é preciso prestar atenção quanto à qualificação das argumentações, porque nesse contexto de que decisões judiciais validam decisões políticas e argumentos de autoridade, que por vezes acabam por beneficiar um cidadão com uma decisão mesmo que isso acarrete o prejuízo de muitos. É possível dizer que corre-se um grande risco, quanto ao enfraquecimento dos elementos da democracia, pois, quando existe uma desqualificação nestes argumentos, destina-se a criação de soluções falhas, que não correspondem com as necessidades gerais da sociedade e finalmente com a proteção do Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: Judiciário - mídia - sociedade.

²⁴³Acadêmica do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

²⁴⁴Orientadora, Professora do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Bacharela em Direito (URCAMP), Advogada (OAB/RS), Especialista em Direito Público (FMP) e Mestra em Direito (UNISINOS) e Atualmente cursa Mestrado em Filosofia (UFPEL).

IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL E BANCO DE DADOS GENÉTICOS: ANÁLISE DA LEI Nº 12.654 DE 28 DE MAIO DE 2012

Everton Machado Costa²⁴⁵
Rafael Bueno da Rosa Moreira²⁴⁶

RESUMO: A lei nº. 12.654/2012 previu a coleta de DNA na identificação de pessoas investigadas e condenadas com a previsão da criação de um banco de dados genéticos. O objetivo do presente trabalho foi estudar a identificação criminal e o banco de dados genéticos. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e doutrinária, com o método de abordagem dedutivo. O Brasil trouxe a implantação de uma tecnologia utilizada em diversos países do mundo onde a coleta de DNA trouxe benefícios para resolução de crimes e para a verificação da correta autoria do delito. A criação da lei poderá trazer avanços na identificação de autoria junto a órgãos da área criminal, que poderão aperfeiçoar o combate a criminalidade em virtude da eficiência apresentada nas evidências encontradas no local do crime, sendo possibilitado identificar o perfil genético mediante a análise das amostras biológicas humanas coletadas na cena do crime e a comparação com o banco de dados genéticos a ser realizada pela perícia criminal. Mas ocorre que o sistema ainda não é aplicado em todos os Estados da Federação e sua aplicação no Brasil tem trazido um grande debate em decorrência de que no ordenamento jurídico nacional a lei de identificação criminal e a obrigatoriedade da coleta do DNA poderão contrariar garantias constitucionais vigentes em relação à defesa do acusado. A lei não apresenta de que forma será realizada a coleta do material genético dos envolvidos na prática criminal. Dessa forma, para a atual jurisprudência sua utilização não tem eficácia na esfera processual penal, pois em virtude do Artigo 155 do Código de Processo Penal, que prevê aos juízes sua livre convicção nos meios de prova utilizados na ação judicial, não está sendo reconhecida a utilização do banco de dados genéticos. Na doutrina há argumentos a favor e contra, pois a obrigatoriedade da pessoa coletar o material genético poderá ocasionar prejuízos processuais na sua defesa em razão do devido processo legal, não sendo utilizada a ferramenta como meio de prova durante processo judicial. Assim, foi verificado que o novo dispositivo legal poderá trazer prejuízos aos direitos fundamentais garantidos na Constituição Federal em relação à defesa dos interesses do acusado na investigação e indiciamento pela prática de infração criminal, que está prevista pelo sistema jurídico penal vigente, ocasionando indícios de inconstitucionalidade com a nova regra aplicada na identificação criminal brasileira. E somente quando o Poder Judiciário enfrentar a matéria poderá dirimir as várias dúvidas existentes em relação ao emprego do Banco de dados através da coleta obrigatória de DNA nos crimes cometidos pelos acusados na esfera penal.

Palavras-chave: Banco de Dados Genéticos - Identificação criminal - Coleta de DNA.

²⁴⁵Acadêmico do 8º Semestre do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: evertoncosta@bm.rs.gov.

²⁴⁶Orientador, Mestre em Direito UNISC, Professor e Pesquisador do Curso de Graduação em Direito da URCAMP/Bagé e Coordenador do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: rafaelbmoreira2@yahoo.com.br.

MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO: A EFICIÊNCIA DESTAS PRÁTICAS E SUAS DISTINÇÕES

Maria Valentina Olazabal Rivero²⁴⁷
Monique de Medeiros Brites²⁴⁸
Gabriel Verdum²⁴⁹
Patrícia Alves²⁵⁰
Rosana Umpierre²⁵¹
Rafael Bueno da Rosa Moreira²⁵²

RESUMO: O atual sistema judicial civil de resolução de conflitos vigente no Brasil não vem comportando a excessiva demanda, causando a insatisfação daqueles que buscam a solução de seus conflitos. O andamento processual é moroso, fazendo com que muitas pessoas se sintam prejudicadas. Diante disso, criou-se uma busca por soluções que resolvam, ou ao mesmo amenizem o problema da demora no andamento dos processos, visando que seja restaurada a credibilidade do Poder Judiciário brasileiro. Assim, diversas mudanças foram implantadas na legislação, a fim de acrescentar celeridade aos processos e disponibilizar um maior número de mecanismos de solução dos conflitos, como por exemplo, a instalação de Juizados Especiais Cíveis e Criminais. Porém, muitas destas medidas não vêm surtindo o efeito desejado, pois elas buscam soluções para a consequência dos conflitos, fato que as tornam ineficazes na diminuição do grande volume de demandas. Por outro lado, as medidas que priorizam as causas, ou seja, as que têm por objetivo enfrentar os motivos geradores dos conflitos tendem a ser mais eficazes no que tange a diminuição do grande número de processos ajuizados. Infere-se, portanto, que para haver maior eficácia na resolução de conflitos a cultura da judicialização deve ser modificada, devendo ser estimulada à utilização de outras formas extrajudiciais de resolução de conflitos. Tais formas têm o condão de ampliar o acesso à Justiça, melhorar sua efetividade, auxiliar na redução do número de demandas que tramitam pelo Judiciário, diminuindo, assim, o tempo de resolução da lide, propiciando enfim, que haja um “desafogamento” da Justiça. Contudo, para que prosperem, é preciso que estes meios alternativos sejam mais difundidos, conhecidos e utilizados. Nesse sentido o Conselho Nacional de Justiça instituiu a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário que visa estimular, apoiar e difundir a sistematização e o aprimoramento das práticas já adotadas pelos tribunais. Assim, para a efetivação do novo modelo é necessário que ocorra uma mudança cultural, sendo essencial que seja reconsiderada a errônea visão de que o acesso à justiça se dá somente por meio da judicialização de toda e qualquer demanda, postura que gerou a sobrecarga existente nas varas judiciais do país. Em vista disso, este trabalho possui como objeto de estudo destacar a eficiência, bem como as principais distinções existentes entre duas importantes práticas alternativas de resolução de conflitos: a mediação e a conciliação. Por meio do presente, verificou-se que ao serem utilizadas as referidas práticas contribuem de forma positiva para uma adequada prestação jurisdicional, a qual somente deve se ocupar de causas que, de fato, não podem ser solucionadas por meio de formas alternativas de resolução de conflitos como as citadas. Na elaboração do presente trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica, sendo utilizado o método dedutivo.

Palavras-chave: Mediação e conciliação - distinções - eficiência.

²⁴⁷ Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: mariavalentina.dto@hotmail.com.

²⁴⁸ Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: brites.monique@hotmail.com.

²⁴⁹ Acadêmico do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: gabrielv499@gmail.com.

²⁵⁰ Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: patriciaalves.2505@gmail.com.

²⁵¹ Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: ro.umpierre@hotmail.com.

²⁵² Orientador, Mestre em Direito UNISC, Professor e Pesquisador do Curso de Graduação em Direito da URCAMP/Bagé e Coordenador do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: rafaelbmoreira2@yahoo.com.br.

ABANDONO AFETIVO INVERSO

Amanda Portella²⁵³

Alessandra Paz²⁵⁴

Cíntia Pavani Motta Rocha²⁵⁵

RESUMO: Ocorre o “abandono afetivo inverso” quando os filhos não cumprem o dever de cuidar de seus pais. Ultimamente a prática dessa conduta tem sido discutida na sociedade e possui uma notória importância para esclarecer os aspectos em volta do tema. O presente trabalho tem como objetivo geral esclarecer as penalidades para esta prática e como objetivos específicos a) determinar se existe fundamento legal na própria Constituição Federal; b) identificar no Estatuto do Idoso suas penalizações; c) estabelecer como os direitos dos idosos são protegidos na sociedade brasileira. Segundo IBDFAM (Instituto Brasileiro de Direito de Família) o abandono afetivo inverso pode ter como consequência danos morais e gerar indenização. A ausência de responsabilidade dos filhos em relação aos pais pode dar causa ao abandono moral, afetivo e abandono material, principalmente nos idosos precisam de uma estrutura de vida digna e com todos os seus direitos resguardados. O Estatuto do Idoso, em seu art. 98 identifica o abandono de idosos em hospitais com penalidade específica que é estabelecida em meses ou pode chegar a uma penalidade até em anos e com a aplicação de multa. Também é mencionada no dispositivo legal a questão do perigo em relação à pessoa idosa. A Constituição Federal em seu art. 229, defende os direitos dos pais na velhice, esclarecendo que os responsáveis têm o dever de cuidar e amparar os incapazes que precisam de ajuda. Na Jurisprudência, os Tribunais brasileiros têm decidido a favor da responsabilidade em relação aos idosos que precisam de cuidados. Em um caso específico os desembargadores cederam mandado de segurança para minimizar o tempo de trabalho de um filho para dar a assistência que seu pai precisava, porque se tratava de uma pessoa idosa e doente com poucas condições para se cuidar sozinha. Portanto, para a consecução do presente estudo tem-se como metodologia a pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, aplicando o método de abordagem dedutivo. Como resultados parciais pode-se verificar que existem direitos que devem ser garantidos aos idosos e também penalidades cabíveis em caso de descumprimento da responsabilidade dos filhos em relação aos pais, como a indenização. Como conclusão preliminar foi possível observar que os filhos precisam ter consciência de cuidar dos seus pais, proporcionando-os uma vida saudável e obedecendo as normas legais. Já que apesar de não haver legislação específica que trate sobre o tema (abandono afetivo inverso) os princípios constitucionais fundamentam a responsabilização civil, dentre os quais o princípio *neminem laedere* que corresponde a não lesar ou não ofender a ninguém, além do princípio da dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: abandono - deveres - direitos.

²⁵³Acadêmica do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

²⁵⁴Acadêmica do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

²⁵⁵Orientadora, Professora do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Bacharela em Direito (URCAMP), Advogada (OAB/RS), Especialista em Direito Público (FMP) e Mestra em Direito (UNISINOS) e Atualmente cursa Mestrado em Filosofia (UFPEL).

UM ESTUDO SOBRE OS CRIMES HEDIONDOS

Érica dos Santos Vigil²⁵⁶
Kauana Nunes Gularte²⁵⁷
Marina Soares Sousa Rocha Ritta²⁵⁸
Natália Machado de Escobar²⁵⁹
Cíntia Pavani Motta Rocha²⁶⁰

RESUMO: Anteriormente à abordagem do termo no âmbito penal, esclarece-se que “hediondo” é tudo aquilo que causa repulsa ou é considerado muito feio, que se rejeita claramente ao ponto de vista moral. E foi nesta lógica que, com a promulgação da Lei n° 8.072/90, veio ao mundo jurídico os crimes denominados hediondos. Para diferenciar de crimes cometidos de maneira mais “branda”, que não causassem maior aversão à coletividade, taxou-se no art. 1° da referida Lei o rol de delitos considerados hediondos, ou seja, aqueles que, pelo extremo potencial ofensivo e expressiva lesividade causada ao sujeito passivo do delito, passaram a sujeitar seus agentes aos agravantes constantes na lei. Os crimes que pela lei receberam tal status são os de homicídio simples quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente; homicídio qualificado; latrocínio; extorsão qualificada pelo resultado morte; extorsão mediante sequestro simples e suas formas qualificadas; estupro simples e qualificado pela lesão grave ou morte; estupro de vulnerável em sua forma simples ou qualificada pela lesão grave ou morte; epidemia com resultado morte; falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais; e genocídio. Salienta-se, oportunamente, também, que crimes hediondos são apenas aqueles relacionados nos incisos do artigo 1° da já dita lei. Dessa forma, não é qualquer crime que, somente pela sua grande reprovação social, nas circunstâncias que tenha ocorrido, será classificado e tratado legalmente como hediondo. Apenas ao legislador cabe enunciar tal crime como hediondo. Praticamente, os crimes hediondos e outros crimes assemelhados a hediondos constantes na lei (prática da tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo) são insuscetíveis de anistia graça, indulto e fiança e a pena cominada em razão do cometimento desses crimes será cumprida inicialmente em regime fechado. Outra circunstância prática trazida pela lei é a progressão de regime diferenciada da regra geral, dando-se após o cumprimento de 2/5 da pena para réus primários e após 3/5, caso reincidentes. Ocorre que com o advento da lei 12.720/12 surgiram novas figuras típicas que não foram integradas a lei dos crimes hediondos, e como principal delas destacam-se os crimes praticados por grupos de extermínio ou milícias privadas. Portanto, esta pesquisa tem como problemática o seguinte questionamento: Os crimes praticados por milícia privada são considerados hediondos? Para tanto, a metodologia desta pesquisa será bibliográfica e documental, utilizando-se do método dedutivo de abordagem. Portanto, o objetivo geral é estabelecer se o rol de crimes hediondos é considerado taxativo doutrinariamente ou se é possível mesmo que a legislação não tenha feito este enquadramento, equiparar crimes cometidos por grupos de extermínio a crimes hediondo, tendo em vista a reprovação social e a sua ofensividade.

Palavras-chave: Crimes hediondos - milícia - grupo de extermínio.

²⁵⁶ Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: ericavigils@hotmail.com.

²⁵⁷ Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: kauanang@hotmail.com.

²⁵⁸ Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé, integrante do projeto de pesquisa em Legitimidade Democrática na Formação Normativa do Superior Tribunal Federal (URCAMP). Endereço eletrônico: marina-sousasrr@hotmail.com.

²⁵⁹ Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: nataliadeescobar@hotmail.com.

²⁶⁰ Orientadora: Professora do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Bacharela em Direito (URCAMP), Advogada (OAB/RS), Especialista em Direito Público (FMP) e Mestra em Direito (UNISINOS) e Atualmente cursa Mestrado em Filosofia (UFPEL). Endereço eletrônico: profcintiarochaurcamp@hotmail.com.

A UTILIZAÇÃO DA INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA COMO PROVA EMPRESTADA

Elifelete Marjorye Cardoso da Silva Alves²⁶¹

Eliada Mayara Cardoso da Silva Alves²⁶²

Elisama Maryan Cardoso da Silva Alves²⁶³

Maurício Lopes de Oliveira²⁶⁴

Mirela Lopes Pedroso²⁶⁵

Rafael Bueno da Rosa Moreira²⁶⁶

RESUMO: A prova emprestada possui amplo questionamento dentro do processo penal, um deles refere-se em saber se o ordenamento jurídico permite que a interceptação telefônica obtida de forma lícita em processo criminal sirva como prova emprestada em processo distinto do principal. Segundo a doutrina majoritária, a utilização da prova emprestada só é possível contra aquele que participou do primeiro processo, observando-se assim os princípios do contraditório e da ampla defesa em ambos os processos. Para uma corrente minoritária, também é obrigatória a observância do princípio da identidade física do juiz. Tendo em vista que a gravação telefônica, uma vez transcrita, constitui meio de prova documental, conservando o mesmo valor da prova originalmente produzida, discute-se, também, se essa prova pode ser utilizada para instruir processo civil, administrativo, etc. A interceptação telefônica somente pode ser autorizada para fins de investigação criminal ou instrução processual penal, constituindo, portanto, a quebra de sigilo telefônico uma exceção ao direito ao sigilo das comunicações. Sobre esse procedimento, vigora o segredo de justiça, o qual foi assegurado pelo artigo 1º da Lei 9296/96. Assim, sustenta-se que, ao se admitir que a prova colhida com a medida cautelar seja utilizada em processo distinto, haverá burla às regras disciplinadoras da Lei supracitada (GOMES; CERVINI, 1997). No entanto, existem argumentos contrários a esse segmento da doutrina, assegurados pela corrente majoritária já mencionada anteriormente. Ademais, convém aqui mencionar que, embora a prova colhida com a interceptação telefônica seja considerada ilícita, isso não impede que o juiz do processo principal a analise juntamente com os demais elementos probatórios colhidos para formar a sua convicção. Deste modo, busca-se verificar os aspectos relacionados ao empréstimo da prova obtida através da interceptação telefônica, elaborando-se uma reflexão através de legislação nacional pertinente, levantamento bibliográfico inerente ao tema, estudo do material doutrinário, seleção e análise de textos alternativos referentes ao tema em questão, sendo realizada uma pesquisa bibliográfica, utilizando do método dedutivo.

Palavras-chave: Interceptação telefônica - prova emprestada - processo penal.

²⁶¹ Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé, integrante do Projeto de Pesquisas em Direitos Humanos: desafios no efetivo cumprimento dos direitos de 2ª geração no Brasil (URCAMP) e membro do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: elifeletemarjorye@hotmail.com.

²⁶² Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé, integrante do Projeto de Pesquisas em Direitos Humanos: desafios no efetivo cumprimento dos direitos de 2ª geração no Brasil (URCAMP) e membro do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: eliadamayara@hotmail.com.

²⁶³ Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé, integrante do Projeto de Pesquisas em Direitos Humanos: desafios no efetivo cumprimento dos direitos de 2ª geração no Brasil (URCAMP) e membro do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: elisamaryan@hotmail.com.

²⁶⁴ Acadêmico do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé, integrante do Projeto de Pesquisas em Direitos Humanos: desafios no efetivo cumprimento dos direitos de 2ª geração no Brasil (URCAMP) e membro do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: mauricio-lop@hotmail.com.

²⁶⁵ Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé, integrante do Projeto de Pesquisas em Direitos Humanos: desafios no efetivo cumprimento dos direitos de 2ª geração no Brasil (URCAMP) e membro do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: lela_lophes@hotmail.com.

²⁶⁶ Orientador, Mestre em Direito UNISC, Professor e Pesquisador do Curso de Graduação em Direito da URCAMP/Bagé e Coordenador do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: rafaelbmoreira2@yahoo.com.br.

O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL REGULAMENTA O ATIVISMO JUDICIAL?

Marcus Gabriel Nunes Quintana²⁶⁷
Cíntia Pavani Motta Rocha²⁶⁸

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo analisar o impacto do decisionismo e ativismo judicial na separação dos poderes e democracia. Utilizando como metodologia pesquisa bibliográfica e como método de abordagem o dedutivo. O tema foi proposto no programa televisivo “Direito & Literatura”, exibido semanalmente na TV Justiça que analisou a obra “Medida por Medida” de Shakespeare. O livro exemplifica a distinção entre dois tipos de magistrados: O Duque de Viena delega a Ângelo, homem íntegro, o dever de aplicar a lei. Ocorre que uma dessas leis proibia ter relações sexuais antes do casamento. Então Ângelo condena um homem por ter relações sexuais. Isabela irmã do condenado vai até Ângelo para interceder por seu irmão. Assim, Ângelo diz a Isabela que não foi ele quem condenou, mas a lei. Que não poderia fazer nada, pois era um escravo da lei. No entanto, Ângelo desenvolve sentimentos por Isabela e propõe que caso ela deite-se com ele não condenaria seu irmão. No primeiro momento Ângelo atua de forma extremamente positivista apenas como um aplicador da lei. No segundo momento, Ângelo atua de forma solipsista de acordo com sua consciência. Isabela lhe responde fazendo-nos refletir sobre as decisões baseadas na consciência: “Oh bocas cheias de perigos, que, com uma língua apenas, tanto podem matar como dar vida, dobrando a lei com tais e tais caprichos, que o justo e o injusto espetam no apetite que os maneja à vontade!” Este breve relato nos leva a concluir que alguns magistrados reduzem o ato de julgar à sua consciência e interpretação. Primeiro se tem a solução, depois se busca a lei para fundamentá-la. Assim a lei torna-se apenas um argumento de autoridade com o objetivo de confirmar a posição pessoal do juiz como alibi persuasivos fortalecendo o protagonismo judicial. Também podem utilizar como argumentos de autoridade, princípios, casos julgados e conceitos doutrinários. Os argumentos técnicos têm por objetivo apenas ratificar a opinião pessoal. Um problema debatido por Streck L. L. é quando o próprio legislativo abre margem para o decisionismo ou ativismo como é o caso da ponderação prevista no novo Código de Processo Civil promulgado em 2015. Portanto a problemática desta pesquisa parte do seguinte questionamento: O novo Código de Processo Civil autoriza colocar a tese do “Juiz Hércules” de Dworkin no texto do CPC regulamentando o solipsismo, não obtendo a superação plena dos Códigos Processuais historicamente baseados no livre convencimento e livre apreciação judicial. Para tanto, buscar-se-á desenvolver uma análise crítica à doutrina Dworkiana da teoria dos princípios, em que os princípios devem ser aplicados numa concepção de peso, logo, cada decisão deve levar em consideração o caso em concreto, permitindo ao julgador a ponderação entre os princípios. Preliminarmente conclui-se que mesmo no julgamento de casos difíceis “hard cases” é preciso superar o solipsismo e o decisionismo judicial como forma de estabelecer segurança jurídica em um Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: Código de Processo Civil - decisionismo - ativismo judicial.

²⁶⁷Acadêmico do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Integrante do Projeto de Pesquisa: Legitimidade Democrática na formação normativa do Supremo Tribunal Federal: a influência política nas decisões judiciais.

²⁶⁸Orientadora: Professora do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Bacharela em Direito (URCAMP), Advogada (OAB/RS), Especialista em Direito Público (FMP) e Mestra em Direito (UNISINOS) e Atualmente cursa Mestrado em Filosofia (UFPEL). Coordenadora do Projeto de Pesquisa: Legitimidade Democrática na formação normativa do Supremo Tribunal Federal: a influência política nas decisões judiciais.

UM ESTUDO SOBRE A DECADÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO ATUAL

Felipe Ianzer de Souza Bittencourt²⁶⁹

Paula Silva Chiesa Freitas²⁷⁰

Bruno Proença dos Santos²⁷¹

Jessica Dutra Fagundes²⁷²

Luani Pimentel²⁷³

Rafael Bueno da Rosa Moreira²⁷⁴

RESUMO: A precariedade do Sistema Penitenciário Brasileiro não é um problema novo aos olhos da sociedade, mas é um problema por muitas vezes esquecido e deixado de lado. De acordo com dados do Departamento Penitenciário Brasileiro (DEPEN), o Brasil é o país com a quarta maior população carcerária do mundo com cerca de 548 mil detentos, isso em um sistema com capacidade para 260 mil pessoas, além desses, conta com mais de 150 mil que estão sob prisão domiciliar. A superpopulação nos presídios representa uma grande afronta aos direitos fundamentais, tendo em vista que no art. 5º, XLIX, da Constituição Federal é garantido aos presos o respeito à integridade física e moral e a dignidade da pessoa humana. A superlotação nada mais é que uma violação de normas e princípios constitucionais, que tem como consequência para o apenado à detenção uma pena ainda maior, pois a convivência no presídio trará uma moléstia mais pesada que a própria sanção. A principal função da pena é a ressocialização do detento, procurando reduzir os níveis de reincidência e fazendo com que os mesmos reaprendam a viver no meio social não mais como delinqüente, e sim de maneira proba e conforme os padrões estabelecidos pela sociedade. A ressocialização tem o intuito de trazer a dignidade do detendo e reintegrá-lo a vida em sociedade, sem novas práticas ilícitas. Logo uma reforma neste sistema se torna algo não só necessário, mas indispensável para que não se chegue a um ponto irreversível, caso o nível de reincidência de presos continue aumentando de forma alarmante, em um futuro não muito distante não restaram mais vagas nas penitenciárias já superlotadas, podendo vir a ocorrer desventuras similares as que constam no passado do país, como chacinas em presídios. A desestruturação do sistema prisional traz o descrédito da prevenção e da reabilitação do condenado. O abandono, a falta de investimento, assim como o descaso ao longo dos anos veio por agravar esse estado caótico. Com o desenvolvimento da presente pesquisa buscou-se apresentar com fatos a necessidade de uma reforma no sistema penitenciário brasileiro, sendo realizada uma pesquisa bibliográfica utilizando do método dedutivo.

Palavras-chave: Sistema penitenciário - dignidade da pessoa humana - autorizações judiciais.

²⁶⁹Acadêmico do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: fianzers@live.com.

²⁷⁰Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: pschiesafreitas@hotmail.com.

²⁷¹Acadêmico do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: bruno.bage@outlook.com.

²⁷²Acadêmico do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: jessicadutra1@live.com.

²⁷³Acadêmico do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico:

²⁷⁴Orientador, Mestre em Direito UNISC, Professor e Pesquisador do Curso de Graduação em Direito da URCAMP/Bagé e Coordenador do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: rafaelbmoreira2@yahoo.com.br.

O DIREITO PENAL DO INIMIGO E SEUS REFLEXOS NO DIREITO PENAL BRASILEIRO

Maurício Lopes de Oliveira²⁷⁵

Ana Luísa Moro Pozzobon²⁷⁶

Elifelete Marjorye Cardoso da Silva Alves²⁷⁷

Laura Lopes Brasil²⁷⁸

Mirela Lopes Pedroso²⁷⁹

Rafael Bueno da Rosa Moreira²⁸⁰

RESUMO: O Direito Penal brasileiro visa, precipuamente, proteger os bens jurídicos, impondo-se medidas coercitivas às pessoas que os violarem, ou seja, são aplicadas sanções aos indivíduos que praticaram condutas tipificadas no ordenamento jurídico, tanto crimes quanto contravenções. Sob a ótica do Direito Penal máximo, o jurista alemão, Gunther Jakobs, desenvolveu a teoria do Direito Penal do Inimigo, a partir da qual se evidenciam duas tendências, o Direito Penal do Cidadão e o Direito Penal do Inimigo. Na primeira situação, há uma espécie de instrumento de controle social, pois o indivíduo é punido de acordo com o previsto em lei, a partir da apuração da prática do delito, observando-se todas as garantias fundamentais e processuais, com a finalidade de reinseri-lo socialmente. Nesse caso, o cidadão é visto como o autor de crimes normais, que conserva sua qualidade de pessoa portadora de direitos e não se opõe ao sistema social. De outra banda, o Direito Penal do Inimigo consiste em penalizar o infrator pelo “o que ele é” e pelo perigo que representa em relação à sociedade, objetivando-se evitar o perigo de fatos futuros. O inimigo é o agente que pratica reiteradamente crimes de alta periculosidade, motivo pelo qual deve ser interceptado prontamente, em estágio prévio, sendo-lhe suprimidas algumas garantias legais. De acordo com Jakobs, a punição prévia do inimigo, a desproporcionalidade de penas, bem como a supressão de algumas garantias processuais e a criação de leis severas à classe específica dos inimigos, são os principais aspectos que fundamentam a aludida teoria, pois, a partir dessas medidas, seria possível que o indivíduo delinquente comum retornasse ao seu status quo ante, o de “cidadão”. Assim, pode-se afirmar que o Direito Penal do Inimigo é inaplicável ao Brasil, pois vai de encontro à Constituição Federal de 1988, tendo em vista a inobservância dos direitos e garantias fundamentais elencados na referida Carta. Contudo, alguns doutrinadores afirmam que, para possibilitar a instauração da ordem social, em casos exclusivos, é necessária a aplicação de mecanismos diferenciados aos agentes criminosos, denominados de inimigos pelo jurista alemão. Embora a teoria não seja aplicada no Brasil, verificam-se alguns reflexos subentendidos na legislação, como, por exemplo, a Lei dos Crimes Hediondos (Lei n.º 8.072/90), que aumentou significativamente a pena de vários delitos, bem como estabeleceu o regime inicial fechado com lapso de tempo superior para progressão de regime para os crimes desta natureza, havendo a supressão de certas prerrogativas processuais. Do mesmo modo, pode-se citar o Regime Disciplinar Diferenciado, instituído pela Lei n.º 10.792/2003, que passou a estipular sanções especiais ao indivíduo em cumprimento de pena. Com a realização do presente trabalho buscou-se analisar as influências do Direito Penal do Inimigo incidentes sobre o Direito Penal Brasileiro, por meio de pesquisa bibliográfica utilizando-se o método dedutivo.

Palavras-chave: Direito Penal – Cidadão – Inimigo.

²⁷⁵Acadêmico do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé, integrante do Projeto de Pesquisas em Direitos Humanos: desafios no efetivo cumprimento dos direitos de 2ª geração no Brasil (URCAMP) e membro do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: mauricio-lop@hotmail.com.

²⁷⁶Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: analumoro@hotmail.com.

²⁷⁷Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé, integrante do Projeto de Pesquisas em Direitos Humanos: desafios no efetivo cumprimento dos direitos de 2ª geração no Brasil (URCAMP) e membro do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: elifeletemarjorye@hotmail.com.

²⁷⁸Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: laura_brasil_lopes@hotmail.com.

²⁷⁹Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé, integrante do Projeto de Pesquisas em Direitos Humanos: desafios no efetivo cumprimento dos direitos de 2ª geração no Brasil (URCAMP) e membro do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: lela_lophes@hotmail.com.

²⁸⁰Orientador, Mestre em Direito UNISC, Professor e Pesquisador do Curso de Graduação em Direito da URCAMP/Bagé e Coordenador do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: rafaelbmoreira2@yahoo.com.br.

ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E O JULGAMENTO COLEGIADO

Laura Lopes Brasil²⁸¹
Everton Machado Costa²⁸²
João Vainer Cunha²⁸³
Maurício Lopes de Oliveira²⁸⁴
Mirela Lopes Pedroso²⁸⁵
Rafael Bueno da Rosa Moreira²⁸⁶

RESUMO: Este trabalho se volta ao estudo do julgamento colegiado pelos crimes praticados por organizações criminosas, destacando a importância desse colegiado com suas fundamentações. O surgimento da lei 12.694/2012 deixou clara algumas dúvidas antigas, como a definição de organização criminosa e suas caracterizações como crime. Porém, o que mais se destaca é que a lei nova permite o julgamento colegiado para os crimes praticados por organizações criminosas. Com isso, ao longo do estudo será demonstrado como é o funcionamento do colegiado, sua composição e suas principais características. Também está contida a grande preocupação com a segurança de magistrados e membros do Ministério Público, sujeitos que fazem parte do combate ao crime organizado. Uma das novidades acrescentadas com a instituição da lei é a divulgação das decisões do colegiado sem a referência a possíveis votos divergentes. O objetivo principal é desenvolver um estudo para aprimorar o conhecimento a respeito do funcionamento do julgamento colegiado pelos crimes praticados por organização criminosa, de acordo com a lei 12.694/2012. O funcionamento do julgamento por colegiado é feito por um grupo de juízes de primeiro grau que tratam especificadamente sobre os crimes praticados por organizações criminosas. A organização criminosa é composta por quatro ou mais pessoas para praticar vários tipos de crimes em um determinado lugar, conforme determina o artigo 1º, parágrafo 1º da lei, conceito distinto da atual conceituação de associação criminosa, prevista no artigo 288 do Código Penal, que dispõe que a associação criminosa é a reunião de três ou mais pessoas, onde essas pessoas dividem as suas tarefas para obter algo. Portanto, a conceituação de organização criminosa é distinta da associação criminosa. A nova lei que vigora desde 23 de outubro de 2012 trouxe claramente o conceito de organização criminosa, não havendo mais dúvidas a respeito desse tema. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, por meio de pesquisas em legislações, artigos publicados referentes ao tema proposto, analisando seus principais tópicos e estudo mais específico à Lei 12.694 de 2012, tendo sido utilizado o método dedutivo. Por fim, entende-se que a nova Lei 12.694/2012 foi positiva, pois trouxe o conceito de organização criminosa, na qual não se confunde mais com o conceito de quadrilha ou bando. E ressaltando que há o julgamento colegiado para os crimes praticados por organizações criminosas, sendo composto pelo juiz da causa e mais dois escolhidos por sorteio eletrônico.

Palavras-chave: Organização Criminosa - Julgamento colegiado - Direito Processual Penal.

²⁸¹ Acadêmico do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: <laura_brasil_lopes@hotmail.com>.

²⁸² Acadêmico do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: <evertoncosta@bm.rs.gov.br>.

²⁸³ Acadêmico do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: <joaocunha436@hotmail.com>.

²⁸⁴ Acadêmico do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé, integrante do Projeto de Pesquisas em Direitos Humanos: desafios no efetivo cumprimento dos direitos de 2ª geração no Brasil (URCAMP) e membro do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: <mauricio_lop@yahoo.com.br>.

²⁸⁵ Acadêmico do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé, integrante do Projeto de Pesquisas em Direitos Humanos: desafios no efetivo cumprimento dos direitos de 2ª geração no Brasil (URCAMP) e membro do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: <lela_lophes@hotmail.com>.

²⁸⁶ Orientador, Mestre em Direito UNISC, Professor e Pesquisador do Curso de Graduação em Direito da URCAMP/Bagé e Coordenador do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: rafaelbmoreira2@yahoo.com.br.

O ADOLESCENTE INFRATOR NO BRASIL E AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS QUE PODERIAM AMENIZAR A REINCIDÊNCIA

Bruno dos Santos Martins²⁸⁷
Camila Silveira Médici²⁸⁸
Fernanda Cavalheiro Granato²⁸⁹
Rafael Bueno da Rosa Moreira²⁹⁰

RESUMO: O adolescente em conflito com a Lei no Brasil é um dos temas mais discutidos tanto pelo âmbito legislativo como pelo âmbito pedagógico. A necessidade de uma abordagem multidisciplinar faz-se necessária principalmente quando é abordado o Estatuto da Criança e o Adolescente. As medidas socioeducativas propostas pela legislação vigente não são suficientes para que o jovem seja reintegrado a sociedade de maneira adequada, a deficiência na criação de políticas públicas e a eficácia das existentes dificultam a reinserção social. O Brasil, através da Lei 12.594/12, instituiu o SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, regulando as medidas a serem tomadas nos casos envolvendo adolescentes que cometeram atos infracionais em consoante com a Lei 8.069/90 (ECA), que versa sobre as medidas a serem tomadas quando se tratarem de crianças e adolescentes. O SINASE foi criado com a intenção de normatizar a aplicação de medidas socioeducativas, garantindo a defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes. A necessidade de rever os métodos, muitas vezes, violentos e desumanos que o Estado se utiliza para garantir a ordem pública, buscando novas maneiras de melhorar o atendimento do Estado a estes indivíduos é um fim que vem sendo buscado pelo ramo do direito da criança e do adolescente. O adolescente tende a se tornar infrator, conforme Fonseca (2012, p.1815) devido a décadas de falhas constantes na criação de políticas públicas, principalmente no que concerne a renda das famílias em nível social mais baixo, tornando difícil a redução das desigualdades sociais e, por fim, o acesso a uma base educacional sólida. O sistema adotado pelo Brasil é precário e incapaz de atingir as comunidades com índice econômico baixo, o que se torna um incentivo para que o adolescente adentre a vida do crime. A concentração de renda nas camadas superiores da sociedade traz como reflexo um déficit econômico e educacional na outra extremidade, fazendo com que a desigualdade e a miséria imperem sobre as comunidades localizadas nas classes mais pobres. O crime se torna um meio de ascensão fácil e rápida, recrutando sujeitos que estão em fases de desenvolvimento. O Estado falha vergonhosamente em proteger e orientar os adolescentes, sendo que falta efetividade as políticas públicas que subsidiem instituições básicas para a formação educacional e que propiciem ao sujeito a capacidade para competir com os demais. Toda a medida socioeducativa tem a intenção que o adolescente faça uma avaliação da sua conduta. O Estado tem criado políticas públicas no que concerne ao âmbito da educação básica, necessitando aperfeiçoá-las, para que se obtenha um melhor atendimento. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) criada em 1996, conforme Vieira (2014, p.66), tornou a educação básica compulsória, possibilitando uma melhor atenção das políticas públicas no que concerne a função social da educação. Já houve uma pequena evolução, no entanto, deve-se buscar uma maior atenção com relação a qualidade da mesma. Este estudo buscou elencar alternativas para diminuir o grau de reincidência através de um atendimento socioeducativo de qualidade tanto na esfera do SINASE, como após o cumprimento da medida socioeducativa, possibilitando uma efetiva reabilitação. Este assunto amplo e complexo em que permeiam dúvidas, muitas opiniões e deixa evidentes as falhas do Estado e das políticas em reabilitar o adolescente em conflito com a lei de forma a evitar sua reincidência. A pesquisa tem por finalidade analisar as políticas públicas que são abrangidas pelas leis supracitadas, bem como buscar alternativas pedagógicas eficientes na reabilitação do adolescente. Foi realizada pesquisa bibliográfica utilizando o método dedutivo.

Palavras-chave: Reincidência - adolescente infrator - políticas públicas.

²⁸⁷Acadêmico do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé, integrante do Projeto de Pesquisas em Direitos Humanos: desafios no efetivo cumprimento dos direitos de 2ª geração no Brasil (URCAMP) e membro do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: gunterrs@gmail.com.

²⁸⁸Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé, integrante do Projeto de Pesquisas em Direitos Humanos: desafios no efetivo cumprimento dos direitos de 2ª geração no Brasil (URCAMP) e membro do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: camilamedici@gmail.com.

²⁸⁹Acadêmica do Curso de Letras da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA/Bagé. Endereço eletrônico: granato.fc@gmail.com.

²⁹⁰Orientador, Mestre em Direito UNISC, Professor e Pesquisador do Curso de Graduação em Direito da URCAMP/Bagé e Coordenador do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: rafaelbmoreira2@yahoo.com.br.

A EXPLORAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO TRÁFICO DE DROGAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Bruno dos Santos Martins²⁹¹
Camila Silveira Médici²⁹²
Fernanda Cavalheiro Granato²⁹³
Rafael Bueno da Rosa Moreira²⁹⁴

RESUMO: A violência praticada nos centros urbanos, pela qual diariamente é verificada nos noticiários, é em sua grande parte praticada por jovens em situação social e econômica desfavorável. O Brasil aponta taxas alarmantes de crimes de violência praticados por jovens. A população infanto-juvenil é a maior prejudicada por desigualdades socioeconômicas no país, por estar em fase de desenvolvimento do caráter, o mesmo se torna suscetível a manipulações, acabando por ver no crime uma falsa oportunidade de ascensão social. A pobreza e a violência estão intimamente ligadas, pois a desigualdade social e a falta de oportunidades servem como meio de entrada para o mundo do narcotráfico. Tendo em vista essa condição de falta de oportunidade para os jovens em situação de abandono social e desprezados pelo Estado e suas políticas públicas ineficientes, que teriam por finalidade garantir os seus direitos, visto a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente. A falha do Estado em suprir tais direitos, abriu espaço para que o mercado do tráfico de drogas e de armas começasse a recrutar esses meninos em situação de abandono social. Os primeiros estudos sobre a exploração do jovem no mundo do tráfico, no Rio de Janeiro, reportam ao início dos anos 1980, com o livro “A Máquina Revolta” e, posteriormente, “O Condomínio do Diabo” ambos escritos pela socióloga Alba Zaluar, citando a temática do jovem com a criminalidade. Apenas nesse período a sociedade começou a tomar maior conhecimento do aumento gradativo de homicídios nesse ramo ilegal de comércio. Para Zaluar (1994), as desigualdades sociais estão intrinsecamente conectadas a violência urbana, fazendo a seguinte reflexão: “culpar a pobreza tem o efeito de fazer dos pobres, principais vítimas da violência e da criminalidade, seus autores e bodes expiatórios” (ZALUAR, 1994, p.23). Segundo a autora, os jovens observam no mercado do tráfico a possibilidade de ascenderem tanto em nível econômico como em relação ao nível social. O jovem negro e pobre enfrenta problemas de inserção social de várias ordens, devido à necessidade financeira é retirado da escola e impulsionado a vida adulta prematuramente, muitas vezes, adentrando num ramo laboral insalubre ou perigoso que trará risco a sua saúde e integridade física (RUZANY, 1996). A distância entre as expectativas laborais e as possibilidades reais de incorporar-se ao mercado de trabalho de forma digna, proporcionadas por uma formação precária fornecida pelo Estado, muitos jovens acabam tendo como única oportunidade na vida, o ingresso na atividade do narcotráfico. No Brasil, a principal causa de mortalidade entre jovens negros e pobres é a utilização de armas de fogo, sendo o tráfico de drogas responsável por 90% desses casos. Cabe ao Estado a criação e fiscalização de políticas públicas que modifiquem o atual panorama encontrado, fiscalizar a execução das políticas públicas é de suma importância para que estes indicadores sejam modificados positivamente, bem como uma análise mais criteriosa das instituições responsáveis por fornecer as mínimas condições dignas de sobrevivência, sustento e educação básica faz-se necessária. Foi realizada a pesquisa bibliográfica, utilizando-se do método dedutivo.

Palavras-chave: Narcotráfico - crianças e adolescentes - políticas públicas.

²⁹¹Acadêmico do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé, integrante do Projeto de Pesquisas em Direitos Humanos: desafios no efetivo cumprimento dos direitos de 2ª geração no Brasil (URCAMP) e membro do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: gunterrs@gmail.com.

²⁹²Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé, integrante do Projeto de Pesquisas em Direitos Humanos: desafios no efetivo cumprimento dos direitos de 2ª geração no Brasil (URCAMP) e membro do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: camilamedici@gmail.com.

²⁹³Acadêmica do Curso de Letras da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA/Bagé. Endereço eletrônico: granato.fc@gmail.com.

²⁹⁴Orientador, Mestre em Direito UNISC, Professor e Pesquisador do Curso de Graduação em Direito da URCAMP/Bagé e Coordenador do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: rafaelbmoreira2@yahoo.com.br.

CRIME IMPOSSÍVEL: ENTRADA DE DROGAS EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL

Melissa Catarino Ferreira²⁹⁵
Luiz Felipe A. Pozzebon²⁹⁶
Mariane Hernandez Goulart²⁹⁷
Bruna Trindade Tavares²⁹⁸
Helena Vian²⁹⁹
Heron Ungaretti Vaz³⁰⁰

RESUMO: A entrada de drogas em estabelecimento prisional é um problema de ordem pública, pois muitas mulheres e homens vêm sendo contratados para servirem como meio para que seja ingressado drogas ilícitas nos estabelecimentos penais, configurando o crime de tráfico ilícito de drogas, disposto no artigo 33, da lei 11.343/06. Os quais utilizam para isso o próprio corpo, introduzindo na cavidade genital e ou anal, drogas, os quais ao serem submetidos à revista íntima ferem, muitas vezes, o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. Tais pessoas são conhecidas vulgarmente como “mulas”. O tema é relevante, pois atualmente no ordenamento jurídico há um crescente entendimento que a pessoa ao ser submetida à revista íntima, na entrada do estabelecimento penal, estaria cometendo crime impossível, uma vez que sua conduta não foi considerada crime de tráfico de drogas em face do entendimento do Tribunal de Justiça do RS, onde uma mulher foi absolvida, após tentar ingressar no Presídio Central de Porto Alegre, com drogas escondidas na cavidade vaginal, tendo o relator reconhecido tal prática como crime impossível, capitulado no art. 17, CP, haja vista a ineficácia absoluta do meio empregado. Levantando uma grande polêmica a cerca do instituto como também nos procedimentos adotados para busca pessoal nas visitas. A meta desse trabalho é analisar as perspectivas e fundamentos do reconhecimento da prática de crime impossível em virtude da tentativa da entrada de drogas em estabelecimentos penais. Este tema tem por finalidade expor as ideias dos doutrinadores e juristas sobre o tema, bem como a dificuldade de aplicar o princípio da dignidade da pessoa humano quando o Estado é ineficaz no meio de coibição de tal ilícito. Assim, quando a entrada de drogas em estabelecimentos penais, através das visitas, poderá configurar a prática do crime impossível? Com o desenvolvimento da presente pesquisa buscou-se analisar o posicionamento no campo jurídico relacionado à entrada de drogas em estabelecimentos penais o que para alguns doutrinadores e juristas constitui tráfico ilícito de drogas, porém há uma crescente corrente que entende tratar-se de crime impossível, e que a submissão das visitas ao procedimento de revista íntima viola a dignidade da pessoa humana, uma vez que o Estado não é suficientemente provido de recursos para modernizar tal procedimento, utilizando para tanto técnicas arcaicas, sendo realizada uma pesquisa bibliográfica utilizando do método dedutivo.

Palavras-chave: Crime impossível; Tráficos de drogas; Dignidade da pessoa.

²⁹⁵Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: melissacatarino@bol.com.br.

²⁹⁶Acadêmico do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: luiz16felipe@hotmail.com.

²⁹⁷Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: marihgoulart@hotmail.com.

²⁹⁸Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: bruttav@hotmail.com.

²⁹⁹Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: helenavian.dto@hotmail.com.

³⁰⁰Orientador, Professor e Coordenador do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: heron_vaz@yahoo.com.br.

COLABORAÇÃO E DELAÇÃO PREMIADA

Gomercindo Chibiaque Jr³⁰¹
Tony Alves Pintos³⁰²
Rafael Bueno da Rosa Moreira³⁰³

RESUMO: Há institutos previstos em vários diplomas legais, e incorretamente tratados unicamente por Delação premiada, constituem algumas das ferramentas contemporâneas do Direito Penal de maior eficácia ao combate a impunidade dos Crimes do Colarinho Branco e da prática de Corrupção, em algumas leis está estabelecido que este comportamento exige a espontaneidade, enquanto que em outros é exigido apenas a voluntariedade. Segundo a Doutrina a delação premiada seria uma espécie onde a colaboração seria o gênero, conforme Vladimir Aras, e tendo por base a Lei 12.850/13 (Lei do Crime Organizado), Art. 4º, as espécies se subdividem em cinco conforme o resultado pretendido e alcançado. É necessário convir que as ferramentas coercitivas, Leis e Códigos, aos atos lesivos a Sociedade, precisam acompanhar os avanços tecnológicos e metodológicos adotados por aqueles que não hesitam em prejudicar milhões de cidadãos em benefício próprio, pois, creem eles que não haverá provas de suas ações criminosas, ações estas que atentam contra o próprio princípio do Estado Democrático de Direito. A Doutrina, não toda, mas grande parte parece estar empenhada em estigmatizar, principalmente, a Delação premiada. Ao analisar os artigos e críticas sobre o assunto na imprensa atual notar-se-á que expressões como delator, traição, lesão á eticidade do Estado e meios imorais são amplamente divulgados para imputar aos colaboradores uma pecha negativa perante a sociedade maior do que a daqueles que seguem a negar e muitas vezes a praticar os crimes que lhe são atribuídos. Outro fator importante a ser salientado e desmistificado é quanto a possibilidade de alguém ser condenado com base somente no conteúdo de uma colaboração/delação premiada, quem ler a Lei 12.850/13, Art.4º, irá verificar que é vedado ao juiz proferir uma sentença condenatória com fundamento apenas nas declarações de agente colaborador. Acredita-se que a intenção do Legislador, quando da criação destes instrumentos foi o de oportunizar a Sociedade ferramentas que possibilitassem um combate mais eficiente aos crimes que tanto têm prejudicado o seu desenvolvimento, e que a maior preocupação não foi com o rótulo que seria imposto aos delatores e sim com a sua segurança. Com o desenvolvimento da presente pesquisa foi realizada uma pesquisa bibliográfica, utilizando do método dedutivo.

Palavras-chave: Colaboração premiada; criminalidade; delação.

³⁰¹Acadêmico do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: gomercindochibiaque@bol.com.br.

³⁰²Acadêmico do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: tonycondesp@hotmail.com.

³⁰³Orientador, Mestre em Direito UNISC, Professor e Pesquisador do Curso de Graduação em Direito da URCAMP/Bagé e Coordenador do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: rafaelbmoreira2@yahoo.com.br.

MEDIAÇÃO: UMA SOLUÇÃO PARA O SISTEMA JUDICIÁRIO?

Lise Severo Bidone³⁰⁴

Aline Borges³⁰⁵

Sabrina de Oliveira³⁰⁶

Cíntia Pavani Motta Rocha³⁰⁷

RESUMO: Em função do generoso crescimento na demanda nos casos que chegam ao Poder Judiciário, ocorreu um acúmulo muito grande de ações, surgindo à necessidade de atualização dos métodos, mais a necessidade de encontrar outro meio para a solução dos conflitos, originados pela forte relação entre os países nas esferas social, econômica e política criaram-se novas espécies de vínculos. Os conflitos são fatos naturais do dia-a-dia e muitos podem ter uma solução rápida e hoje não é o que acontece quando existe a judicialização de uma demanda, pois muitos processos que deveriam ser resolvidos imediatamente demoram anos para ter uma resolução. Assim então, justifica-se a relevância desta pesquisa, já que a mediação é um ato de resolver as divergências de uma maneira simples e positiva e que tenta trazer a pacificação nas relações, utilizando um método de facilitação do diálogo entre as partes, ou seja, colocando uma parte no lugar da outra. Não esquecendo também que quanto mais demorada à decisão, mais cara ela se torna, então os custos da mediação são mais acessível que as do Poder Judiciário. Muitas vezes, entendemos que a mediação é uma simples oportunidade de encontro e conversa das partes, mas não podemos esquecer se elas estão em uma audiência é porque elas possuem uma divergência, estão em oposição, com uma discórdia, por isso uma simples conversa não adiantaria. Na mediação as partes expõem as suas explicações dos fatos, dialogando, discutindo as suas divergências, estando sempre com o terceiro, o mediador, e no caso das partes necessitarem é autorizada a participação dos advogados. Diante disso, tem-se como problemática dessa pesquisa responder aos seguintes questionamentos: a) Como se realiza o processo de mediação? b) Quais os casos que podem ser mediados? Essas são perguntas comuns a respeito desse assunto. Uma das características da mediação que se difere do Poder Judiciário, é que nesse processo cada detalhe do caso será exposto e observado, tornando a conversa mais aberta, atingindo o desejo, o interesse das partes envolvidas. Neste processo deverá o terceiro, o mediador, levar em consideração o princípio da confidencialidade, ou seja, sempre manter sigilo do ocorrido nas audiências e na decisão. Outro questionamento importante é: o mediador decide ou determina a sentença do conflito? Não, o mediador é imparcial, apenas auxilia e orienta. O resultado, a solução do litígio será dado através das próprias partes quando entrarem em acordo. Caso elas não consigam chegar a um acordo e precisem ou queiram uma decisão encaminhada um terceiro, o litígio poderá ser encaminhado normalmente a um tribunal. Em razão do exposto, esta pesquisa tem por objetivo analisar quais os fundamentos e benefícios a mediação traz para os cidadãos, expondo os motivos que levaram a mediação a ser um tema bastante abordado na atualidade. A metodologia empregada será pesquisa bibliográfica e documental, utilizando-se do método dedutivo de abordagem. Preliminarmente se pode concluir que a mediação traz benefícios tanto para os cidadãos, tanto para o Poder Judiciário, que poderá ter uma redução nos processos acumulados, e caso esse método se torne popular, além de ser também um meio de fácil acesso à justiça.

Palavras-chave: mediação - conflito - solução.

³⁰⁴Acadêmica do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

³⁰⁵Acadêmica do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

³⁰⁶Acadêmica do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

³⁰⁷Orientadora: Professora do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Bacharela em Direito (URCAMP), Advogada (OAB/RS), Especialista em Direito Público (FMP) e Mestre em Direito (UNISINOS) e Atualmente cursa Mestrado em Filosofia (UFPEL).

AÇÕES CAUTELARES: UM PARALELO ENTRE O ATUAL CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Luciana Menezes Vieira³⁰⁸

Luciane de Almeida Pinto³⁰⁹

Mauro Barbosa Camargo³¹⁰

Nathaly Miranda N. C. Barcelos³¹¹

Rafael Bueno da Rosa Moreira³¹²

RESUMO: Atualmente, o Código de Processo Civil traz a previsão de Ação Cautelar no Livro III, do artigo 796 ao 889, tratando-se processo que pode se iniciar antes da ação principal ou no curso da mesma, sendo, porém, um procedimento autônomo, ainda que dependa de um processo de conhecimento para que o mesmo possa existir. Com o advento do novo Código de Processo Civil esse procedimento deixa de existir, não necessitando de uma ação principal ou procedimentos especiais. Os pedidos ficam reunidos em um único processo, constando no pedido inicial, o que visa dar maior celeridade e duração razoável ao processo, conforme prevê o artigo 5º inciso LXXVIII, CRFB. A partir destes dados já podem ser verificadas grandes mudanças previstas no novo código, pois este extinguiu as ações cautelares, sendo substituída pela tutela de urgência e tutela de evidência, não havendo necessidade de processo de conhecimento, execução ou de ação cautelar, necessitando apenas comprovar a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (artigo 300 do Novo CPC). Pretende-se, desta forma, aplicar o dispositivo constante no artigo 5º, inciso LXXVIII da CRFB. O presente estudo teve por objetivo traçar um paralelo entre as Ações Cautelares previstas na Lei 5.869/1973 – Código de Processo Civil e o Novo Código de Processo Civil que entrará em vigor, em tese, em março de 2016. Busca apontar as principais diferenças que este novo diploma traz em relação ao que ainda está em vigor, seus avanços e sua maior celeridade em relação ao processo, conforme previsto na CRFB de 1988. Para o estudo foi realizada uma pesquisa bibliográfica, utilizando o método dedutivo.

Palavras-chave: Ações cautelares; celeridade; Novo Código de Processo Civil.

³⁰⁸Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: mvieira_6@msn.com

³⁰⁹Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: lucianealmeida@tj.rs.gov.br

³¹⁰Acadêmico do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: maurobcamrgo@hotmail.com

³¹¹Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: nathaly.barcelos@hotmail.com

³¹²Orientador, Mestre em Direito UNISC, Professor e Pesquisador do Curso de Graduação em Direito da URCAMP/Bagé e Coordenador do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: rafaelbmoreira2@yahoo.com.br.

O EMPREGO DA TEORIA DO DIREITO PENAL DO INIMIGO NO JULGAMENTO DOS CRIMES HEDIONDOS BRASILEIROS

Aline Ribeiro Borges³¹³
Sabrina Bezerra de Oliveira³¹⁴
Lise Severo Bidone³¹⁵
Cíntia Pavani Motta Rocha³¹⁶

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo o debate a respeito da necessidade de observância do aspecto comportamental do indivíduo para o “direito penal do inimigo”. Como objetivos específicos investigar-se-á o réu reincidente, para que se considere de forma mais direta o *modus vivendi* do acusado nos julgamentos de casos de crimes repugnantes no Brasil com a finalidade de garantir a segurança da coletividade. Utilizar-se-á a Teoria do Direito Penal do Inimigo de autoria de Günther Jakobs, que é duramente atacada pela sua suposta incompatibilidade com os direitos necessários do cidadão como o marco teórico da pesquisa. Já que tônica de seu discurso é a necessidade de criar mecanismos de punição preventiva e uma maior rigidez na aplicação de castigos para aqueles que além dos crimes cometidos, demonstrem claramente terem adotado um estilo de vida que coloque em risco a integridade da sociedade. Claramente à luz desta teoria, foi criada a lei 8.072/90 dos crimes hediondos, onde o réu também perderia garantias processuais, anistia e o indulto seriam proibidos, além do aumento do prazo de progressão. Ocorre que em junho de 2015, no interior do município de Bagé, um idoso foi assassinado pelo mesmo autor de outro homicídio seguido por esgarçamento ocorrido em outro município. O magistrado encarregado pelo caso entendeu que o criminoso não oferecia riscos para a sociedade, liberando-o no mesmo dia que foi entregue ao Estado. Sem a devida avaliação psicológica, impossibilitando assim qualquer averiguação sobre os verdadeiros motivos e objetivos do delinquente, se houve arrependimento, se há remorso ou não por parte do mesmo, conclui-se que obviamente existe a possibilidade do criminoso vir a repetir a mesma espécie de crime. Diante desse relato surge o seguinte questionamento: A lei dos crimes hediondos é compatível com o Direito Penal do Inimigo, e, além disso, as questões comportamentais do indivíduo podem ser pautadas para maior rigor na aplicação da lei, mesmo que de forma preventiva. Para tanto, a metodologia utilizada será a bibliográfica e documental para a análise do homicídio quando cometido por um indivíduo com motivações obscuras ou com tendência a reincidência, que não apresenta remorso ou sentimentos que induzam ao bom comportamento dentro dos parâmetros considerados adequados pelo Estado ou pela sociedade, que ganha contornos mais graves quando julgado sob o ponto de vista do Direito Penal do Inimigo quando comparada à análise amparada nos direitos fundamentais do cidadão. Uma vez que a lei dos crimes hediondos apenas caracteriza o crime e pune, já a Teoria do Direito do Inimigo avalia o potencial risco que o criminoso oferece à sociedade, e se considerar que o mesmo não apenas cometeu um crime, mas adotou um estilo de vida que coloca em risco a cautela do Estado e do coletivo, o categoriza como inimigo e permite a prisão e punição antecipada e mais rigorosa, priorizando a segurança da sociedade em detrimento dos direitos individuais do inimigo. Portanto, como resultados preliminares é possível apontar no caso citado, que o criminoso de nenhuma forma seria posto em liberdade, e em fase de julgamento seria consideradas suas verdadeiras motivações para a prática do crime e em caso de uma avaliação psicológica que considerasse o criminoso um risco em potencial para a sociedade a pena aplicada seria mais rigorosa, prolongada e carente de direitos garantidos ao criminoso comum. Após esta consideração, conclui-se que a teoria não é um meio convencional do Estado, mas sua importância é de grande relevância tratando-se de um combate mais eficaz a criminalidade e a segurança das possíveis vítimas em potencial.

Palavras-chave: Direito Penal do Inimigo - Lei dos crimes hediondos - crime.

³¹³Acadêmica do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

³¹⁴Acadêmico do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

³¹⁵Acadêmico do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

³¹⁶Orientadora, Professora do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Bacharela em Direito (URCAMP), Advogada (OAB/RS), Especialista em Direito Público (FMP) e Mestre em Direito (UNISINOS) e Atualmente cursa Mestrado em Filosofia (UFPEL).

A FORMAÇÃO DOS CONCEITOS DE CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL PÚBLICA MUNICIPAL DE ACORDO COM EMBASAMENTOS LEGISLATIVOS, TEÓRICOS E A PRÁTICA

Luma Costa Minotto Pereira³¹⁷

Maria Helena Dias de Oliveira³¹⁸

RESUMO: A partir de uma reflexão inicial que analisa a importância imediata e urgente da educação infantil na formação e desenvolvimento das crianças como futuras cidadãs conscientizando a forma da legislação e o suporte que esta presta aos membros da rede e a comunidade em geral é como o presente trabalho se apresenta. Ao analisarmos a educação infantil brasileira a partir dos marcos de 1988 com o reconhecimento dos direitos das crianças à educação pela Constituição Federal e com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996, uma evolução notável ao longo de seus poucos anos de criação até o seu momento atual pode ser percebida, passaram a ser reconhecidos seus valores de formação social e sua importância para uma boa base educacional, bem como uma maior demanda quanto a legislação específica para o tema. A metodologia trabalhada ao longo desde projeto de pesquisa foi bibliográfica e legislativa, uma vez que muito do material foi encontrado após pesquisas sobre o tema em livros, artigos e sites relativos ao tema abordado, além da pesquisa de campo, cuja prática foi a observação do fenômeno sem alterá-lo, apenas narrá-lo e descrever com exatidão seu processo. O resultado da análise da formação dos conceitos de cidadania e inclusão social com crianças que são alunas da educação infantil pública municipal da cidade de Bagé e como isso afeta seu desenvolvimento social se deu pela compreensão da forma de ensino utilizada na rede municipal de ensino sobre valores sociais, cidadania e inclusão social na teoria e na prática e a influência desses ensinamentos para as crianças e a forma de crescimento social dos mesmos de acordo com a legislação base da mesma, que se mostra bem estruturada outrossim não fiscalizada corretamente. Tomando como ponto de partida e tendo o entendimento esclarecido de que as políticas públicas nacionais a respeito da necessidade de uma educação infantil de qualidade foram somente questões levantadas após a Constituição Federal de 1988 e a LDB, a interrogação que resta é acerca da educação oferecida nas escolas públicas municipais, a falta de fiscalização do bom trabalho pedagógico e, do padrão utópico e escasso de legislação específica para o tema nos remete ao abandono destas classes. Em seu artigo 208, a Constituição reconhece como dever Estatal a educação a todas as crianças menores de sete anos, a crítica é quanto a execução da mesma. A educação infantil é a base da escolaridade nacional, portanto não se pode admitir espaço para falhas nesta.

Palavras-chave: LDB - Educação Infantil - Política Públicas.

³¹⁷Acadêmica do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: lumacostaminotto@hotmail.com.

³¹⁸Orientadora, Doutora, Professora do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

EXISTE ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO PARA OS APENADOS BRASILEIROS?

Luma Costa Minotto Pereira³¹⁹
Cíntia Pavani Motta Rocha³²⁰

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo explicitar a falta de avanço do Estado Democrático de Direito adotado pelo Brasil em relação ao tratamento dos apenados do país e ao sistema carcerário quanto a sua fase de execução, fiscalização e combate a reincidência. Trago como fontes os resultados das pesquisas do Ministério da Justiça e do IBGE quanto ao cárcere e sua população bem como o conceito de democracia utilizado por Bobbio e a forma como Loic Wacquant trata o encarceramento em massa. O estabelecimento do Estado Democrático de Direito pelo Estado brasileiro e a forma de tratamento social e físico dada aos apenados do sistema carcerário que se estende até a fase pós cumprimento é o ponto de contraste da finalidade do cumprimento da pena no país (que na teoria é a reinserção do indivíduo na sociedade) com o que se presencia na prática da execução penal. Objetiva a exposição do incomensurável desencontro da realidade de tratamento penal quanto a pessoa do reeducando (não apenas quanto ao seu delito) com a teoria utópica presente nas doutrinas. Especificamente reconhece as falhas do sistema carcerário, a forma falha de reeducação e reinserção do cidadão na sociedade e a distorção de valores presente na sociedade quando confrontada com a execução penal e seus procedimentos. Quanto a metodologia utilizada para o desenvolvimento do presente tema, desde sua elaboração até sua fase final, tem-se a doutrina utilizada por Bobbio quanto a democracia em paralelo as reflexões Loic Wacquant sobre o encarceramento em massa juntamente com a minha experiência pessoal como estagiária da Defensoria Pública Estadual na parte da Vara de Execuções Criminais. O sistema carcerário como uma das formas aplicadas após a sentença condenatória transitada em julgado e a fiscalização realizada pela Vara de Execuções Criminais na teoria formam uma utópica concepção de ressocialização decorrente do cárcere e do cumprimento de pena. Os índices de reincidência são alarmantes, atualmente no contato com os apenados é perceptível a falta de esperança relativa aos reeducandos quanto a sua cidadania, bem como o grau de humilhação ao que se encontram esses cidadãos que em tentativas inúmeras de ressocialização e reinserção em qualquer âmbito da sociedade são falhas e praticamente ridicularizadas pela taxativa falta de um sistema prisional que funcione não apenas em deixar os réus presos, “pagando por seus crimes”, mas sim aptos a responsabilizarem-se por suas posições na sociedade, o que falta no sistema carcerário é confiança e empatia, tanto por parte dos legisladores como dos cidadãos comuns, o preconceito quanto aos reeducandos e a falta de crédito depositada aos mesmos precisa se extinta por prejudicar o processo de ressocialização.

Palavras-chave: Cárcere - apenados - ressocialização.

³¹⁹Acadêmica do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: lumacostaminotto@hotmail.com.

³²⁰Orientadora, Professora do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Bacharela em Direito (URCAMP), Advogada (OAB/RS), Especialista em Direito Público (FMP) e Mestra em Direito (UNISINOS) e Atualmente cursa Mestrado em Filosofia (UFPEL).

A CORRUPÇÃO DECORRENTE DE PROCESSOS LICITATÓRIOS E A APLICAÇÃO DA LEI Nº 8. 429/1992 E LEI Nº 11.846/2013

Everton Machado Costa³²¹
Rafael Bueno da Rosa Moreira³²²

RESUMO: Objetivo da divulgação de um tema atual que causa prejuízos aos cofres públicos pela atuação de servidores públicos corruptos e empresas desonestas que participam das modalidades licitatórias e causam impacto direto nos direitos fundamentais que estão elencados no Artigo 6º da Constituição Federal de 1988 e que são tão necessários e obrigatórios para a sociedade brasileira. Onde os procedimentos sobre as licitações públicas tem base constitucional que prevê a sua realização como obrigatória dentro de todos os órgãos no serviço público conforme previsto no Art 37, XXI da Carta Magna de 1988 e os principais institutos legais que embasam a realização dos procedimentos licitatórios estão previstos na Lei nº 8.666/1993 que prevê os tipos de modalidades de licitação tem diretrizes que são tratadas como regra geral na sua realização dentro serviço público nas esferas federal, estadual e municipal e Lei nº 10.520/2000 sobre a realização de pregão presencial e eletrônico. Fica comprovada a necessidade de combate e fiscalização rígidos para evitar que um processo que deveria ser de total transparência por envolver dinheiro dos cofres públicos, não fosse atingido por atos de corrupção por servidores públicos e empresas que participam desse tipo de certame que envolve a compra de materiais e serviço necessários para a manutenção e continuidade do serviço público. Diante dessa abordagem, o papel dos agentes públicos é fundamental na realização de um processo idôneo e total transparência para a realização dos procedimentos licitatórios no Brasil. E a ocorrência dos atos corruptivos de improbidade administrativa são alcançados pela Lei nº 8.429/1992 que tem no seu Art 2º, o conceito de servidor público como “todos aqueles que têm uma vinculação profissional com o Estado, mesmo que em caráter temporário ou sem remuneração” (MAZZA, 2014. p.23). Com relação às empresas que fraudam as modalidades de licitação no país foi aprovada a Lei nº 12.846/2013 já possui diversas decisões na jurisprudência que confirmam sua eficácia contra empresas que fraudam os procedimentos licitatórios e causam enormes danos ao erário público com quantias vultosas que deixam ser investidas nos direitos fundamentais previstos na Carta Magna de 1988 conforme pesquisa jurisprudencial. Os atos corruptivos decorrentes de processos licitatórios têm ocorrido com maior frequência nos municípios do Brasil conforme verificado em julgamentos dos Tribunais no país e houve “a divulgação de um relatório do Conselho de Justiça Nacional onde apenas 31% dos processos de corrupção tem condenação dos réus nas justiças estaduais do país” (RODRIGUES, 2014). Foi verificado que há grandes prejuízos em investimentos públicos, pois sua eficiência fica comprometida pelos atos corruptivos de empresas e servidores públicos desonestos que prejudicam a qualidade do serviço público prestado no país.

Palavras-chave: Corrupção, Agentes Públicos e Pessoas Jurídicas e Processos Licitatórios.

³²¹Acadêmico do 8º Semestre do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé. Endereço eletrônico: evertoncosta@bm.rs.gov.

³²²Orientador, Mestre em Direito UNISC, Professor e Pesquisador do Curso de Graduação em Direito da URCAMP/Bagé e Coordenador do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: rafaelbmoreira2@yahoo.com.br.

O TRABALHO INFANTIL EM TORNO DE GRANDES EVENTOS

Ana Paula Costa de Jesus³²³

Grazielle Dall Omo Puiatti³²⁴

Pedro Gabriel da Silva Fua³²⁵

Sthefany Vasconcellos da Silva Geyer³²⁶

Rafael Bueno da Rosa Moreira³²⁷

RESUMO: O trabalho infantil é um problema que afeta o Brasil e o mundo. Desde o ano de 1988, com a redemocratização do país, o Brasil vem enfrentando a exploração de crianças e adolescente em atividades de trabalho infantil. A proteção jurídica nacional foi influenciada por convenções internacionais de proteção à infância, dentre elas a Convenção sobre Direitos da Criança, do ano de 1989, da Organização das Nações Unidas – ONU e as Convenções 138/1973, sobre idade mínima para iniciar a trabalhar, e 182/1999, sobre as piores formas de trabalho infantil e ação imediata para o seu enfrentamento. A Constituição Federal em seu artigo 227 assegurou inúmeros direitos fundamentais a crianças e adolescentes, garantindo proteção integral durante a infância, tendo em vista a situação peculiar de pessoa em desenvolvimento, e assegurando proteção contra todas as formas trabalho infantil, de acordo com o artigo 7º, XXXIII. Em consonância com o dispositivo constitucional há dispositivos infraconstitucionais que protegem contra o trabalho infantil, dentre eles o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que assegura proteção integral ao desenvolvimento na infância e o desenvolvimento de políticas públicas de garantia de direitos a crianças e adolescentes, e a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, que assegura uma idade mínima para se iniciar a trabalhar. Porém, em decorrência da desigualdade social existem crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade e que, conseqüentemente, são exploradas exercendo atividades de trabalho infantil. Em torno de grandes eventos, as crianças e adolescentes, devido às necessidades econômicas para sobrevivência, são alvos fáceis de toda forma de exploração de mão de obra infantil. O enfrentamento ao trabalho infantil em torno de grandes eventos atualmente no Brasil se dá com políticas públicas executadas durante a realização do evento. No entanto, estas atividades são insuficientes, se perpetuando a exploração de crianças e adolescentes em torno de grandes eventos. A presente pesquisa foi realizada mediante uma pesquisa bibliográfica utilizando do método dedutivo.

Palavras-chave: Trabalho infantil - crianças e adolescentes - grandes eventos.

³²³Bacharel em Direito pelo Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Alegrete, integrante do Projeto de Pesquisas em Direitos Humanos: desafios no efetivo cumprimento dos direitos de 2ª geração no Brasil (URCAMP) e membro do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: anacosta92@gmail.com.

³²⁴Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Alegrete, integrante do Projeto de Pesquisas em Direitos Humanos: desafios no efetivo cumprimento dos direitos de 2ª geração no Brasil (URCAMP) e membro do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: graziellepuiatti@hotmail.com.

³²⁵Acadêmico do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Alegrete, integrante do Projeto de Pesquisas em Direitos Humanos: desafios no efetivo cumprimento dos direitos de 2ª geração no Brasil (URCAMP) e membro do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: pedro1903@bol.com.br.

³²⁶Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé, integrante do Projeto de Pesquisas em Direitos Humanos: desafios no efetivo cumprimento dos direitos de 2ª geração no Brasil (URCAMP) e membro do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: sthefanyvg@urcamp.edu.br.

³²⁷Orientador, Mestre em Direito UNISC, Professor e Pesquisador do Curso de Graduação em Direito da URCAMP/Bagé e Coordenador do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: rafaelbmoreira2@yahoo.com.br.

DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL: SEGURANÇA, EDUCAÇÃO E TRABALHO COMO QUALIDADE DE VIDA

Natália Cuello³²⁸
Thayna Garcia Machado³²⁹
Tiago Mathei³³⁰
Vinícius da Roza Silva Neto³³¹
Luis Felipe Flores Oliveira³³²
Pâmela dos Santos³³³
Kaline Centena Scholant³³⁴
Victória Costa Silveira³³⁵
Maria Helena Dias de Oliveira³³⁶

RESUMO: Tomamos por base o Artigo 6º da constituição federativa do Brasil, que trata sobre os direitos sociais que o Estado tem a obrigação de oferecer e, administrar para com a sociedade, tendo como ênfase os necessitados, para criar uma discussão sobre a verdadeira influência destes direitos sociais na qualidade de vida. Dentre todos os direitos elencados no Art. 6º da CF brasileira, trataremos de apenas três deles: segurança, trabalho e educação. Segurança, no âmbito de como a existência de conflitos e a sua dissolução se dá a partir das regras que temos impostas na sociedade e como isso afeta nossa qualidade de vida; Educação, por tratar-se de um direito extremamente fundamental a qualquer indivíduo e que embasa a capacidade do indivíduo de exercer sua cidadania e pleitear seus demais direitos; E, por fim, trabalho, que rumo ao propósito de todos serem capazes de gerir sua vida da melhor forma possível, tendo sempre em vista a qualidade de vida almejada pela massa.

Palavras-chave: Segurança – educação – trabalho – qualidade – vida.

³²⁸Acadêmica do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

³²⁹Acadêmica do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

³³⁰Acadêmico do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

³³¹Acadêmico do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

³³²Acadêmico do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

³³³Acadêmica do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

³³⁴Acadêmica do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

³³⁵Acadêmica do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

³³⁶Orientadora, Doutora, Professora do Curso de Graduação em Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

OUTROS CURSOS

O SIMBOLISMO ATRAVÉS DA TATUAGEM DENTRO DA COMUNIDADE BAGEENSE

Fernanda Dambrosio Mansour³³⁷
Clarisse Ismério³³⁸

RESUMO: Há um forte crescimento do uso da tatuagem nos dias de hoje, sendo, inclusive, cada vez mais introduzida à moda. O que antes era um sinônimo de pessoa que está ligada ao crime, atualmente é visto como uma forma pessoal de expressão pela maior parte de uma população. Mesmo se tratando de uma cidade fronteiriça e com um pensamento conservador como Bagé, nota-se um crescimento significativo deste modismo, uma vez que se tornam representações de tribos urbanas. Diante destas considerações a presente pesquisa tem como objetivo geral avaliar as representações simbólicas presentes nas tatuagens de jovens e adultos em Bagé. E específicos: contextualizar a tatuagem na história e sociedade; elencar os principais tipos de tatuagem e seus significados; analisar as representações simbólicas presentes nas tatuagens bageenses. Caracteriza-se por ser uma pesquisa que utiliza o método dialético, sendo descritiva, qualitativa, social, levantamento e analítica. Os dados foram coletados a partir de entrevistas semi-estruturadas num universo de 20 respondentes. Através dos dados levantados com as 20 entrevistas, cujos respondentes de diversas faixas etárias entre 19 e 35 anos, e profissões variadas, tendo como a grande maioria dos entrevistados pessoas ligadas ao meio musical, percebeu-se que a maioria possuía tatuagem que obviamente remetesse à música, também à pessoas significativas, jogos, animais de estimação e símbolos egípcios. Apesar de alguns desenhos repetirem, os significados variam conforme a história de vida das pessoas. Desde os tempos mais remotos observa-se a tatuagem presente como forma de identificação das mais diversas tribos. A cidade de Bagé de maneira geral já está recebendo positivamente esta forma de expressão e arte. A tatuagem pode ser considerada um reflexo do mundo interno da pessoa para o mundo externo.

Palavras-chave: tatuagem - simbolismo - jovens - adultos

³³⁷Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: fefe.mansur@hotmail.com.

³³⁸Orientadora, Historiadora, Doutora em História pela PUCRS, Professora e pesquisadora da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: claismerio@gmail.com.

PERFIL ESCOLAR DOS ADOLESCENTES COM PAIS SEPARADOS

Ysis Thereza Queque Monteiro³³⁹

Clarisse Ismério³⁴⁰

RESUMO: As separações tornaram-se bastante frequentes na sociedade atual e, em alguns casos, os problemas resultantes do rompimento prejudicam os filhos em seu processo de desenvolvimentos aprendizagem. Portanto a presente pesquisa tem como objetivo geral avaliar o perfil escolar dos adolescentes filhos de pais separados do ensino médio estadual. E os específicos: contextualizar através da literatura científica o adolescente filho de pais separados; caracterizar os problemas escolares apresentados; avaliar o perfil dos adolescentes filhos de pais separados. A pesquisa se caracteriza por trabalhar com método dialético, tendo como tipicidade exploratória e descritiva. A abordagem do problema consiste em primeiro momento quantitativa sendo aplicado um questionário fechado com alunos do ensino médio. No segundo momento será realizada uma abordagem qualitativa que será uma entrevista semiestruturada com funcionários do SOE da escola. Os procedimentos técnicos são de caráter social, levantamento e estudo de caso. A pesquisa encontra-se ainda em fase de coleta e análise de dados e devido a isto possui ainda resultados finais.

Palavras-chave: Adolescente – separação – escola

³³⁹Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: ysisenghaw@hotmail.com.

³⁴⁰Orientadora, Historiadora, Doutora em História pela PUCRS, Professora e pesquisadora da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: claismerio@gmail.com.

VULNERABILIDADE DAS MULHERES PROTEGIDAS PELA LEI MARIA DA PENHA EM BAGÉ-RS

Elisandro Lima de Freitas³⁴¹

Robinson Michel Bica³⁴²

Clarisse Ismério³⁴³

RESUMO: Os transtornos psicossociais sofridos por mulheres protegidas pela Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, atualmente é considerado um fator preocupante, porque além da própria mulher, também tem seus dependentes menores vulnerabilizados, vindo alterar seu desenvolvimento e a dificuldade de inserção na sociedade. A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar os transtornos psicossociais sofridos por mulheres protegidas pela Lei Maria da Penha em Bagé-RS. E como objetivos específicos contextualizar a Lei Maria da Penha através da literatura científica; caracterizar as mulheres em condição de vulnerabilidade que são protegidas pela Lei; identificar os tipos de violências sofridas por estas mulheres em estado de vulnerabilidade e analisar o perfil das vítimas. Na metodologia a pesquisa se caracteriza por trabalhar com método dialético, tendo com tipicidade o caráter descritivo e explicativo, a abordagem do problema é qualitativa, cujos procedimentos técnicos são de caráter social e levantamento. Os dados estão sendo coletados através de entrevistas semiestruturadas, constituída por 11 questões abertas cujas respondentes são 7 mulheres em estado de vulnerabilidade que encontram-se na Casa Abrigo. No momento a pesquisa encontra-se em face de coletas e análise de dados e devido a isto, não temos resultados finais, somente parciais. Nos dados preliminarmente coletados podemos observar que as mulheres que encontram-se na Casa Abrigo foram agredidas verbalmente, fisicamente e psicologicamente pelos seus companheiros, isto ocorreu porque são e alguns começaram a serem usuários de drogas ilícitas e lícitas, vindo a terem comportamentos anormais e desagradáveis com as abrigadas. As abrigadas não podem ficar por mais de 90 dias no estabelecimento, devido ter apenas 14 leitos e haver uma necessidade de desocupação para as novas, porém a maioria não ocupa até os 90 dias porque retornam para seu companheiro, exceto duas abrigadas que tiveram que ficar mais tempo porque não tinham para onde ir com segurança. A coordenação busca mecanismo de sigilosidade para assegurar a segurança e a vida das abrigadas, pois sem condições para garantir a segurança da vida das abrigadas, dos profissionais e do local, acabaria reafirmando a superioridade do agressor. Estes dados ainda são preliminares, por isso, não temos os dados conclusivos.

Palavras-chave: Mulheres - Proteção - Lei Maria da Penha.

³⁴¹Acadêmico do Curso de Psicologia da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: elisandro-freitas@bm.rs.gov.br.

³⁴²Acadêmico do Curso de Psicologia da Universidade da Região da Campanha – URCAMP.

³⁴³Orientadora, Historiadora, Doutora em História pela PUCRS, Professora e pesquisadora da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: claismerio@gmail.com.

NÍVEIS DE ANSIEDADE EM ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA REGIÃO DA CAMPANHA – URCAMP – NO MUNICÍPIO DE BAGÉ

Michel Alves³⁴⁴
Loide Lampert³⁴⁵
Clarisse Ismério³⁴⁶

RESUMO: A ansiedade apresenta-se por episódios de medo excessivo que perturbam o comportamento do indivíduo. No qual, se entende por medo a resposta emocional a ameaça iminente real ou percebida. Já a ansiedade é a antecipação de ameaça futura. Diante dessas afirmações este trabalho tem como objetivo geral avaliar os níveis de ansiedade dos alunos de graduação da URCAMP no município de Bagé, RS. Conta ainda com os objetivos específicos; contextualizar e conceituar a ansiedade, caracterizar os principais fatores causadores de ansiedade, descrever ansiedade traço e ansiedade estado, identificar se há a presença de sintomas de ansiedade nos estudantes da instituição. A pesquisa estrutura-se a partir do método dialético, sendo do tipo exploratório e descritivo, cuja abordagem do problema será de forma quantitativa e qualitativa e se caracteriza enquanto procedimentos técnicos como social, levantamento, estudo de caso. Os dados estão sendo coletados através de questionário fechado, contendo 9 questões fechadas e uma discursiva, que estão sendo aplicadas num universo de 350 acadêmicos da URCAMP.

Palavras-chave: sintomas - ansiedade traço - ansiedade estado.

³⁴⁴Acadêmico do Curso de Psicologia da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: michel5416@gmail.com.

³⁴⁵Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade da Região da Campanha – URCAMP.

³⁴⁶Orientadora, Historiadora, Doutora em História pela PUCRS, Professora e pesquisadora da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: claismerio@gmail.com.

AS CARACTERÍSTICAS COMPORTAMENTAIS DE ADOLESCENTES COM TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO/ HIPERATIVIDADE (TDA/H)

Aluízio Martins³⁴⁷
Clarisse Ismério³⁴⁸

RESUMO: O transtorno de déficit de atenção/ hiperatividade (TDA/H) atualmente é considerado um fator preocupante, em especial no meio educacional. Normalmente as características comportamentais e alguns sintomas deste transtorno aparecem, inicialmente, na infância e perpassa pela adolescência influenciando o processo de formação no ensino médio. Diante dessas afirmações este trabalho tem como objetivo geral analisar as características comportamentais de adolescentes com TDA/H em escolas estaduais de Ensino Médio na cidade de Bagé. Tendo como objetivos específicos contextualizar o TDA/H na literatura científica; diferenciar os tipos de TDA/H; caracterizar quais os tipos de TDA/H apresentados pelos adolescentes em escolas de Ensino Médio na cidade de Bagé. A pesquisa estrutura-se a partir do método dialético, sendo do tipo e descritiva e exploratória, cuja abordagem do problema é feita de forma qualitativa e se caracteriza, enquanto procedimentos técnicos, como levantamento e estudo de caso. Os dados estão sendo coletados através entrevistas semiestruturada, composta por 8 questões, que estão sendo respondidas pelas orientadoras pedagógicas das escolas de Ensino Médio da rede estadual da cidade de Bagé. A pesquisa encontra-se ainda em fase de coleta e análise de dados e devido a isto não possui até o momento resultados finais.

Palavras-chave: comportamento - déficit de atenção - ensino.

³⁴⁷Acadêmico do Curso de Psicologia da Universidade da Região da Campanha – URCAMP.

³⁴⁸Orientadora, Historiadora, Doutora em História pela PUCRS, Professora e pesquisadora da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: claismerio@gmail.com.

A PERCEPÇÃO DO PSICÓLOGO EM RELAÇÃO AO TRATAMENTO DE VÍTIMAS VULNERÁVEIS DE ABUSO SEXUAL

Ana Paula Machado Silva³⁴⁹
Clarisse Ismério³⁵⁰

RESUMO: O presente estudo trará uma análise da percepção dos profissionais que atendem crianças vítimas de violência sexual em relação ao tratamento psicológico utilizado com essas crianças. Tendo como objetivo geral analisar a percepção do psicólogo no tratamento com vítimas vulneráveis de abuso sexual. E os objetivos específicos são: contextualizar através da literatura científica o tema abuso sexual de vulneráveis; caracterizar as vítimas vulneráveis; analisar a faixa etária das vítimas; identificar índices de abuso sexual a vulneráveis no Brasil; verificar se para tais profissionais existem diferenças e dificuldades no atendimento com vítimas vulneráveis de abuso sexual. A violência sexual infantil vem crescendo nos últimos anos, isso pode ser efeito da cultura que por muito tempo não tratou e não deu a devida atenção que o assunto necessita, talvez a dimensão que o problema ganhou na atualidade, seja um reflexo do que por muito tempo não foi mostrado pela mídia nem divulgado através das denúncias realizadas. A presente pesquisa de campo tem por base o método dialético, sendo de caráter descritivo, qualitativo e exploratório relacionando aspectos teóricos que possibilitem uma melhor compreensão sobre o abuso sexual de vulneráveis no contexto histórico identificando-se a percepção dos psicólogos em relação ao tratamento das vitimas. Foram entrevistadas três profissionais observou-se que o abuso acontece mais no âmbito intrafamiliar praticado por pais, padrastos, avós e tios. Diferente do que é abordado na literatura, que ocorre mais frequentemente com meninas, no município de Bagé – RS os casos de abuso sexual são mais recorrentes com meninos. Existem dois momentos no processo quando a criança é retirada de casa é rápido. Mesmo trabalhando todos os dias com esses casos os profissionais abordam que não tem como ficar no automático sempre que recebem a notícia ficam mobilizados coma a situação e para eles tem que mobilizar mesmo para trabalhar com uma criança em tamanho sofrimento. Sendo assim a importância de estudar este tema que está se evidenciando cada vez mais, devido ao grande aumento dos casos de abuso sexual, identificados nas denúncias, onde o Psicólogo tem que estar preparado para lidar com os diversos casos de abuso sexual que surgem.

Palavras-chave: abuso - vulneráveis - psicólogo.

³⁴⁹Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço Eletrônico: ana89paula@hotmail.com.

³⁵⁰Orientadora, Historiadora, Doutora em História pela PUCRS, Professora e pesquisadora da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: claismerio@gmail.com.

A IMPORTÂNCIA DO ESTÍMULO NA VIDA DE UM INDIVÍDUO COM SÍNDROME DE DOWN

Helena Marins Mendonça³⁵¹

Maíra Dorneles Maças³⁵²

Clarisse Ismério³⁵³

RESUMO: A Síndrome de Down é um trissomia no cromossomo 21 a qual afeta o desenvolvimento cognitivo e intelectual. Frequentemente o nível de acometimento dos sintomas é inversamente proporcional ao estímulo proporcionado ao mesmo. A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a importância do estímulo na vida dos indivíduos com Down no processo de desenvolvimento educacional. E os objetivos específicos, buscam contextualizar através da literatura científica a Síndrome de Down e suas variantes, caracterizar os principais estímulos que são utilizados no desenvolvimento da aprendizagem dos indivíduos com Síndrome de Down, identificar quais estímulos que são mais utilizados pela APAE no processo de ensino a aprendizagem. Na metodologia a pesquisa caracteriza-se por trabalhar com o método dialético, com tipicidade descritiva e exploratória, cuja abordagem do problema é qualitativa, cujos procedimentos técnicos são social e levantamento. Os dados serão coletados através de entrevista semiestrutura que serão aplicadas nos profissionais da saúde da APAE. A pesquisa encontra-se ainda em fase de coleta e análise de dados e devido a isto, não temos resultados finais.

Palavras-chave: estímulo – importância - Síndrome de Down.

³⁵¹Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade da Região da Campanha – URCAMP.

³⁵²Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço Eletrônico: mairamacas@hotmail.com.

³⁵³Orientadora, Historiadora, Doutora em História pela PUCRS, Professora e pesquisadora da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: claismerio@gmail.com.

O PROERD E A TEORIA DE APRENDIZAGEM SOCIOEMOCIONAL COLABORANDO PARA FORMAÇÃO DO ALUNO

Edinara Rodrigues Gomes³⁵⁴
Marlisa Alagia Fico³⁵⁵

RESUMO: O trabalho trata dos aspectos pedagógicos do Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência – PROERD – diante da Teoria de Aprendizagem Socioemocional, com base na qual o currículo do 5º ano está projetado sendo desenvolvido por Polícias Militares, dentro das escolas. O Programa conta com um diversificado currículo, todos adaptados do país americano para a realidade brasileira, sendo este pedagogicamente estruturado em dez lições. O objetivo geral centrou-se em observar a contribuição do PROERD na formação social dos alunos do 5º ano do ensino fundamental, assim como descrever o referido programa analisando o manual do instrutor, identificar as estratégias e os recursos utilizados pelo instrutor na mediação do conhecimento e verificar a sua contribuição na formação do aluno. Como metodologia, foi realizada uma pesquisa qualitativa, descritiva em uma escola estadual do município de Bagé/RS, onde teve o programa desenvolvido em suas três turmas de 5º ano no 2º semestre de 2014, tendo como instrumentos de coleta de dados, observação participante, textos dos alunos e entrevista semiestruturada, realizada com as professoras. Os resultados obtidos foram analisados utilizando a técnica de Análise de Conteúdo, descritos pela triangulação por fontes e reflexiva. O currículo do PROERD, do 5º ano denominado “Caindo na Real”, começou a ser desenvolvido no estado do Rio Grande do Sul em 2012 com base na Teoria de Aprendizagem Socioemocional, buscando estimular a inteligência emocional, a qual agrega a inteligência interpessoal e intrapessoal da teoria das inteligências múltiplas. O Programa desempenha um papel fundamental na formação social do aluno, além de agregar-se aos conteúdos previstos no currículo escolar. Como relataram as professoras, nas disciplinas de português, auxilia na expressão oral, leitura e escrita, assim como em ciências, quando trata sobre saúde ter hábitos saudáveis e em história trazendo fatos e acontecimentos da atualidade. Percebeu-se que o modelo de tomada de decisão é uma estratégia que vai além da sala de aula, pois os alunos demonstraram, em seus textos, a utilização desse modelo, no seu dia a dia, para tomarem decisões mais seguras e responsáveis, respeitando o próximo, sendo confiante em suas escolhas e comunicando-se de forma clara. Com a pesquisa, ficou evidenciado que o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência está em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e com os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, como Tema Transversal, contribuindo de forma significativa para a formação do aluno, tanto no aspecto social, como nos aspectos cognitivo e afetivo. Conclui-se que o programa contribui de maneira significativa para a formação social do aluno, no que diz respeito aos valores morais e éticos, agregando-se aos conteúdos desenvolvidos pelo professor, por meio da transdisciplinaridade, contribuindo, dessa forma, também para aprendizagem cognitiva.

Palavras-chave: Aluno - Socioemocional - PROERD.

³⁵⁴Acadêmica da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: edinarar.gomes@gmail.com.

³⁵⁵Orientadora, Professora do Curso de Direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: marlisafico@hotmail.com.

A POSTURA POLÍTICA DO JORNAL CORREIO DO SUL NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR

Diênifer Alves Ramos da Rosa³⁵⁶

Amanda Lemos Cougo³⁵⁷

Bruna Gaddi Gasparoni³⁵⁸

Alessandro Carvalho Bica³⁵⁹

RESUMO: O presente trabalho de pesquisa, está sendo desenvolvido junto ao GEEHN (Grupo de Estudos em Educação, História e Narrativas) da Unipampa (Universidade Federal do Pampa), campus Bagé, sob orientação do Profº Drº Alessandro Carvalho Bica e tem como objetivo identificar as principais mudanças ocorridas na história política do município de Bagé e na região da campanha durante o período dos anos de chumbo ou ditadura militar (1964-1985), bem como analisar o posicionamento político dos editoriais presentes no jornal Correio do Sul neste período. Entendemos que a pesquisa histórica focalizada nos periódicos, semanários e jornais publicados pela imprensa brasileira, possibilitam uma série de indagações teóricas e novas operações individuais da pesquisa historiográfica, pois estes são permeados por singularidades que permitem uma visão mais complexa e rica do passado, resgatando vozes e contextos muitas vezes suprimidos pelos documentos tidos como oficiais. Portanto, as pesquisas em jornais demonstram a centralidade deste tipo de fonte para as pesquisas em história e história da educação, visto que nos autoriza a vislumbrar as histórias da cotidianidade, dos aspectos sociais, econômicos, culturais, políticos e educacionais, construídas pela multiplicidade de seus indivíduos. O lócus desta pesquisa é o jornal Correio do Sul que se encontra disponível para consulta no acervo do Arquivo Público Municipal Tarcísio Tabora do município de Bagé. Este jornal iniciou sua circulação em setembro de 1914 no município de Bagé, e, sempre se posicionou como o “arauto da verdade e na defesa dos ideais republicanos”. Este trabalho usou como metodologia a análise documental, bem como, os documentos-fontes pesquisados estão sendo abordados sob o prisma da metodologia histórico-crítica, entendemos que o uso destas fontes na construção de narrativas da história política da Ditadura Militar (1964-1985), como uma possibilidade de constituir um arcabouço empírico capaz de articular as relações entre o escrito e o não-escrito dos documentos oficiais. Este trabalho analisa o posicionamento político do Correio do Sul, assim, como resultado do desenvolvimento deste trabalho perceberemos que é possível dividir sua postura política em dois momentos: No primeiro momento (1964-1969), o jornal pareceu se manter apático aos acontecimentos no país agindo apenas como transmissor das falas dos dois primeiros governantes, Castello Branco e Arthur Costa e Silva. Neste período, demonstrava seu desgosto pelos comunistas e enaltecia a crença da “revolução” e no caminho da ordem e da progresso. O segundo momento (1969-1985) é clara a mudança do papel do jornal, com Médici, Geisel e Figueiredo, ele passa a adotar em seus editoriais a propaganda institucional em massa. Enfim intensificando-a quando o bageense Emílio Médici, chega ao governo em 1969, transmitindo a imagem de um “bageense autêntico e ilustre” ignorando os horrores repressivos que se intensificaram em seu governo. Neste processo, construi-se a admiração e o culto ao Presidente Médici, que ainda possuem escolas, complexos culturais e esportivos com seus nomes em forma de homenagem em todo Brasil. Neste processo, construi-se a admiração e o culto aos presidentes militares e em especial ao bageense Médici, que ainda hoje possuem escolas, complexos culturais e esportivos com seus nomes em forma de homenagem em todo Brasil. Sendo assim, precisamos promover um número maior de pesquisas sobre estas temáticas, para contribuir na compreensão deste período da história política brasileira.

Palavras-chave: política - jornal impresso – ditadura militar.

³⁵⁶Acadêmica da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Endereço eletrônico: dienifer6663@gmail.com.

³⁵⁷Acadêmica da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Endereço eletrônico: amandalemoscougo@gmail.com.

³⁵⁸Acadêmica da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Endereço eletrônico: brunaggasparoni@gmail.com.

³⁵⁹Orientador, Doutor, Professor Universidade da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA. Endereço eletrônico: alessandro.bica@unipampa.edu.br.

OS RELACIONAMENTOS AMOROSOS SEGUNDO A VISÃO DOS UNIVERSITÁRIOS DA URCAMP

Bárbara Machado da Silva³⁶⁰
Flaiane Machado Nogueira³⁶¹
Luiza Feijó Batista³⁶²
Clarisse Ismério³⁶³

RESUMO: Na sociedade atual os relacionamentos amorosos passaram a ter um papel de relevância sob o aspecto social e científico. Na visão psicanalítica, na qual o trabalho foi embaçado, acredita-se que a busca pelo objeto de amor se dá referente as relações primárias que é estabelecida com os cuidadores, sendo esses a mãe e o pai ou seus representantes. Para entender essa abordagem foi utilizada algumas teorias como: complexo de Édipo, teoria do apego e identificação. Após analisar as teorias, tem-se por objetivo principal verificar se os alunos da Universidade da Região da Campanha (URCAMP) procuram ou já encontraram o seu objeto de amor com as características que foram expressas nas teorias, assim como, conceituar e contextualizar as relações primárias através da literatura científica; destacar algumas teorias que tratam dos relacionamentos amorosos; comparar as teorias em que o trabalho foi embasado com a análise os dados dos questionários e verificar se os resultados da comparação condizem com as teorias trabalhadas. A presente pesquisa se caracteriza por trabalhar com método dialético, tendo como tipicidade o caráter exploratório, descritivo e explicativo. Cujas abordagens do problema é feita de forma quantitativa e qualitativa, sendo essa realizada através de dados coletados por meio de 350 questionários cujos respondentes serão os acadêmicos da URCAMP, logo após será feita uma análise transversal dos dados coletados nos questionários, consistindo em uma pesquisa social, estudo de caso e levantamento. A pesquisa encontra-se ainda em fase de coleta e análise de dados e devido ao grande número de questionários não tem-se resultados finais.

Palavras-chave: Relacionamentos - Amorosos - Psicanálise.

³⁶⁰Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço Eletrônico: barbara_machado11@hotmail.com.

³⁶¹Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade da Região da Campanha – URCAMP.

³⁶²Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade da Região da Campanha – URCAMP.

³⁶³Orientadora, Historiadora, Doutora em História pela PUCRS, Professora e pesquisadora da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: claismerio@gmail.com.

ASPECTOS EDUCACIONAIS E SOCIAIS DA DITADURA MILITAR: OLHAR SOBRE O JORNAL BAGEENSE “CORREIO DO SUL”

Diênifer Alves Ramos da Rosa³⁶⁴

Amanda Lemos Cougo³⁶⁵

Bruna Gaddi Gasparoni³⁶⁶

Alessandro Carvalho Bica³⁶⁷

RESUMO: O presente trabalho de pesquisa, está sendo desenvolvido junto ao GEEHN (Grupo de Estudos em Educação, História e Narrativas) da Unipampa, campus Bagé, sob orientação do Prof^o Dr^o Alessandro Carvalho Bica e tem como objetivo identificar aspectos educacionais e sociais presentes no jornal bageense Correio do Sul durante o período da ditadura militar (1964-1985), bem como compreender as especificidades e particulares presentes nos discursos escritos nas páginas deste periódico. Entendemos que os estudos e pesquisas focalizados na imprensa periódica revelam uma rede de tencionamentos políticos e ideológicos que não sustentam ou criticam os discursos educacionais, sociais e culturais presentes na República Brasileira. Os jornais sempre foram usados para descrever ações e mudanças pretendidas pelos dirigentes do Estado e/ou por seus signatários, possuindo assim, uma importância como meio de divulgação das suas práticas cotidianas. Compreende-se então que nos jornais houvesse a defesa de discursos e ideologias políticas, de tendências educacionais, das características pedagógicas, e das práticas morais, cívicas, sociais, como também das escolares. Nesse viés, as notícias encontradas no jornal Correio do Sul, foram percebidas como um “retrato em preto e branco” da realidade educacional e social bageense, capaz de desvelar um espaço do passado e do tempo, que não fora descrito nas pesquisas sobre história e história da educação. O lócus desta pesquisa é o jornal Correio do Sul que se encontra disponível para consulta no acervo do Arquivo Público Municipal Tarcísio Tabora do município de Bagé. Este jornal iniciou sua circulação em setembro de 1914 no município de Bagé, e, sempre se posicionou como o “arauto da verdade e na defesa dos ideais republicanos”. Este trabalho usou como metodologia a análise documental, bem como, os documentos-fontes pesquisados estão sendo abordados sob o prisma da metodologia histórico-crítica, entendemos que o uso destas fontes na construção de narrativas da história política da Ditadura Militar (1964-1985), como uma possibilidade de constituir um arcabouço empírico capaz de articular as relações entre o escrito e o não-escrito dos documentos oficiais.

Verificamos que o documento pesquisado demonstra sua posição política de apoio aos militares, reproduzindo apenas reportagens que fizessem apologia ao Regime Militar. Nota-se que neste período a liberdade de expressão, manifestações e passeatas de jovens, universitários e trabalhadores não eram bem-vindas aos olhos dos governos locais, pois sempre que tentavam manifestar suas opiniões e seu posicionamento político sobre o regime eram censurados e, muitas vezes, punidos. Muitos estudantes que haviam recebido bolsas de estudo no exterior e se colocavam em oposição ao regime brasileiro foram punidos, além de serem chamados como desmoralizadores da revolução brasileira. Ao decorrer da pesquisa, de fato eram divulgados muitos projetos relacionados à educação e, felizmente, foram mostrados resultados preliminares dos projetos. Como por exemplo, foi realizado um projeto de alfabetização de adultos na Região da Campanha, na cidade de Bagé, foi divulgada a ação e o público alvo, os adultos. Também havia as informações para quem ainda não estaria frequentando alguma escola, deveriam procurar a Secretaria de Educação e Cultura e seriam imediatamente encaminhados para alguma instituição de ensino. Também era mostrada a experiência e citações de alunos bageenses que viajavam para fora do país, sendo bolsistas com a ajuda do governo. Era muito importante este ato, pois os alunos poderiam conhecer outras línguas, outras culturas e terem mais conhecimento, tudo através de um programa. Também, após retornarem de suas viagens, os estudantes contavam o que mais gostaram de conhecer, o quão importante é a o conhecimento sobre outras culturas e etc. Também ouve um dado confirmado, em que existe mais de vinte milhões de estudantes brasileiros nas escolas brasileiras, o que corresponde à população de um país de dimensões médias. E, foi confirmado que mais de 700 mil alunos foram matriculados no ensino superior, e que há 10 anos atrás, nesta época, havia

³⁶⁴Acadêmica da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Endereço eletrônico: dienifer6663@gmail.com.

³⁶⁵Acadêmica da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Endereço eletrônico: amandalemoscougo@gmail.com.

³⁶⁶Acadêmica da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Endereço eletrônico: brunaggasparoni@gmail.com.

³⁶⁷Orientador, Doutor, Professor Universidade da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA. Endereço eletrônico: alessandro.bica@unipampa.edu.br.

apenas 120 milhões de matriculados. Ou seja, o número subiu e isso foi um marco na história da educação. Foi também anunciado uma estudante bageense que conquistou seu primeiro lugar em um concurso literário, uma aluna da quarta série, foi citado seu nome e uma homenagem à mesma. Eram divulgadas bolsas de estudos para bageenses nos Estados Unidos, disponibilizadas por um Curso de Idiomas da cidade, porém, muitas vezes as vagas não eram preenchidas. No início do período, podemos perceber que havia estudantes paulistas a favor da Democracia do país, cerca de quinhentos alunos manifestantes de adesão formal às forças da legalidade comandadas pelo general Amaury Kruel. Concluimos que somente eram apontados os pontos positivos da Ditadura Militar, pois eram censurados qualquer tipo de críticas aos governos militares, eram divulgadas também medidas educacionais mas, no início da pesquisa, notava-se a falta de divulgação dos resultados. Porém, como foi citado acima, os resultados educacionais eram divulgados e sendo assim, chega-se a conclusão de que sim, eram divulgados projetos educacionais e, na maioria das vezes eram exibidos seus resultados e também havia as bolsas para os estudantes irem para o exterior, visando a facilidade do acesso à cultura de outro país. Os pontos negativos seria a falta de liberdade de expressão dos jovens, sendo assim, tendo que aceitar todo o proposto sem a capacidade de expressarem opiniões e objetivos, não podendo ir contra o governo local.

Palavras-chave: história - jornal - ditadura militar.

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS

Alice Gabriele Oliveira d'Ávila³⁶⁸
Clarisse Ismério³⁶⁹

RESUMO: A inclusão nas escolas deve ser feita sem distinções, a todas as crianças e adolescentes com ou sem algum desenvolvimento atípico. Ao se deparar com alunos autistas qual a metodologia que os profissionais usam para que ocorra um bom desenvolvimento no aprendizado deste aluno. Tem como objetivo geral: analisar como é feita essa inclusão nas redes municipais. E os específicos: contextualizar o que é autismo na literatura científica; verificar se existe formação para os docentes que trabalham com os autistas; analisar métodos utilizados na inclusão dos alunos com autismo nas redes municipais. Esta pesquisa tem como se caracteriza por trabalhar com método, dialético tendo como tipicidade descritiva e explicativa. A abordagem do problema será feita através de uma entrevista qualitativa com os profissionais das escolas municipais de Bagé. A pesquisa encontra-se ainda em fase de coleta e análise de dados e devido a isto possui ainda resultados finais.

Palavras-chave: Autismo - Inclusão - Aprendizado

³⁶⁸Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade da Região da Campanha – URCAMP.

³⁶⁹Orientadora, Historiadora, Doutora em História pela PUCRS, Professora e pesquisadora da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: claismerio@gmail.com.

CONCRETO COM SUBSTITUIÇÃO PARCIAL DE AGREGADO MIÚDO POR CINZA PESADA

Fábio G. Oliveira³⁷⁰
Leonardo D. de Vasconcellos³⁷¹
Carlos A. Barcellos Bellinaso³⁷²
Daniela Giffoni Marques³⁷³

RESUMO: O consumo de energia elétrica no Brasil tem crescido consideravelmente nos últimos anos, consequentemente, o volume de recursos naturais extraídos, como carvão mineral, utilizados para a geração de energia, também tem crescido. A preocupação em minimizar os impactos ambientais e fornecer um apropriado destino aos subprodutos oriundos do processo produtivo de energia elétrica tais como as cinzas das Usinas Termoelétricas, tem merecido uma maior atenção dos pesquisadores. A substituição parcial do agregado miúdo (areia) por cinza pesada, nos traços de concreto, possibilita a correta destinação dos subprodutos sem reduzir a resistência do concreto. Este estudo tem como objetivo reduzir o impacto ambiental da extração dos recursos minerais, agregado miúdo (areia), bem como, dar um destino sustentável para os subprodutos da produção de energia elétrica, mantendo a característica de resistência a compressão axial do concreto. Foram realizados ensaios de abatimento do tronco de cone para estimar a sua trabalhabilidade e consistência e moldagem de 10 corpos de prova com dimensões 10x20cm para determinação da resistência à compressão ao longo das idades de 3, 7, e 28 dias. Os traços de concreto foram calculados pelo método CIENTEC de dosagem para um concreto com F_{ck} equivalente a 28MPa (280kgf/cm²) com abatimento do tronco de cone 100+-20 mm. O traço com 10% de cinza pesada (B) precisou acrescentar 0,5 l de água, porém a resistência a compressão superou a resistência a compressão do traço de referência, onde teve um aumento de resistência de 10% em relação ao traço de referência. O traço com 30% de cinza pesada (C) precisou acrescentar 1 litro de água, para obter a consistência estabelecida, e a resistência a compressão ficou dentro dos parâmetros em relação ao traço padrão. Já o traço com 50% de cinza pesada (D), precisou acrescentar 2 litros de água, para obter a consistência estabelecida, onde ocasionou uma queda da resistência à compressão de 27% conforme tabelas acima, devido ao significativo acréscimo de água ao concreto. Ao substituir o agregado miúdo (areia) por cinza, fez-se necessária a adição de mais água para o correto adensamento dos corpos de prova. Dos traços com melhor desempenho, o traço com a mistura de 10% de cinza foi o traço que se destacou em todos os tempos de cura, superior até mesmo ao traço padrão com slump de 10 cm. Com isso, podemos concluir que a substituição da areia pela cinza além de contribuir social e ambientalmente, pode resultar em desempenho melhor que o padrão.

Palavras-chave: cinzas - concreto - meio ambiente.

³⁷⁰Discente do Curso de Engenharia Civil, Universidade da Região da Campanha – URCAMP, Bagé-RS. Endereço eletrônico: fabiooliveiragarcia@yahoo.com.br.

³⁷¹Discente do Curso de Engenharia Civil, Universidade da Região da Campanha – URCAMP, Bagé-RS.

³⁷²Orientador, Professor da Universidade da Região da Campanha – Campus Bagé/RS.

³⁷³Orientadora, Doutora, Professora da Universidade da Região da Campanha – Campus Bagé/RS. Endereço eletrônico: daniela@urcamp.edu.br.

CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Etiene Nunes³⁷⁴
Clarisse Ismério³⁷⁵

RESUMO: A violência é considerada, mundialmente, violação dos direitos, embora tenha maneiras variadas em diferentes contextos. No Brasil, o conhecimento sobre a dimensão da violência infantil é ainda escasso. Diante do que foi relatado a pesquisa tem como objetivo geral analisar como é o atendimento e acolhimento às crianças e vítimas de violência doméstica na cidade de Bagé/RS. E como específicos contextualizar a violência sofrida por crianças através da literatura científica; caracterizar as principais formas de violência sofridas pelas crianças; Verificar como ocorre o processo de atendimento e acolhimento das crianças vítimas de violência pelo conselho tutelar local. A pesquisa utiliza o método dialético, se caracteriza por ser exploratória e descritiva, cuja abordagem do problema estrutura-se qualitativamente e como procedimentos técnicos caracteriza-se por ser estudo de caso e documental. Os dados estão sendo através dos registros do Conselho Tutelar e também através de entrevista semiestruturada aplicada aos conselheiros e psicólogos. As variáveis que estão sendo analisadas referem-se a gênero, a idade, a procedência e a classificação. Para as vítimas, será estudada: tipo de abuso, local (doméstico/urbano), duração (aguda/crônica) e notificação ao conselho tutelar. A presente pesquisa encontra-se em fase de desenvolvimento, pesquisa e coleta de dados, e por tal motivo todos os resultados são parciais e ainda não são efetivos. Entendemos que compreender estas questões nos possibilita encontrar caminhos que vão além de medidas protetivas, como comumente se utiliza a violência infantil, mantendo crianças em abrigos. Queremos ir além. Enfrentar esse flagelo de frente e potencializar uma ação que possa desenvolver uma melhor condição psicossocial à crianças vítimas de violência doméstica.

Palavras-chave: Violência – Infantil - instituições de abrigo

³⁷⁴Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: nunes_etienef@hotmail.com.

³⁷⁵Orientadora, Historiadora, Doutora em História pela PUCRS, Professora e pesquisadora da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: claismerio@gmail.com.

INSERÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

Amanda Almeida³⁷⁶

Taiana carvalho³⁷⁷

Clarisse Ismério³⁷⁸

RESUMO: A lei estabelece que toda a empresa com mais de cem funcionários deve destinar de 2% a 5% dos postos de trabalho a pessoas com deficiência. O princípio da legislação é a tentativa de assegurar a igualdade de oportunidades ao trabalho das pessoas com deficiência. A pesquisa está sendo realizada com base nas cotas que dão preferência a pessoas com deficiência que a partir de uma lei federal os inclui no mercado de trabalho. Assim possibilitando a inclusão social e uma vida profissional ativa. A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar os benefícios da inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho no Brasil, destacar os benefícios de inserção profissional na vida dos deficientes, verificar a influência do mercado de trabalho na vida deficientes. A pesquisa utiliza método dialético, de forma descritiva e explicativa, com a abordagem do problema de forma qualitativa, através dos procedimentos técnicos social e levantamento. Os dados estão sendo coletados através de entrevista semiestruturada que será aplicada com o diretor do SINE, a psicóloga de uma empresa de Bagé e o presidente de uma empresa de Bagé. Observa-se que nas empresas de Bagé existe uma boa inserção de deficientes, embora não sejam dados conclusivos. A pesquisa ainda se encontra em fase de coleta e análise de dados e devido a isto não existem resultados finais, somente parciais.

Palavras-chave: inserção - deficientes - trabalho.

³⁷⁶Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: nunes_etienef@hotmail.com.

³⁷⁷Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: nunes_etienef@hotmail.com.

³⁷⁸Orientadora, Historiadora, Doutora em História pela PUCRS, Professora e pesquisadora da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: claismerio@gmail.com.

AS INFLUENCIAS DAS TEORIAS DE SIMONE DE BEAUVOIR NO DISCURSO DAS FEMINISTAS DO COLETIVO DE BAGÉ

Jéssica Mathias D'ávila³⁷⁹
Clarisse Ismério³⁸⁰

RESUMO: Podemos verificar uma onda de um feminismo estereotipado que teve influência de pessoas sem o devido conhecimento do assunto. As feministas radicais de hoje alegam que o gênero masculino deve ser desvalorizado e que o feminino deve ser considerado “o melhor”. No entanto como vemos na essência do movimento feminista o objetivo é a igualdade. Este trabalho tem como objetivo verificar a influência das teorias de Beauvoir nos discursos das mulheres que participam do coletivo feminista Atena de Bagé. Que tem como objetivos específicos, contextualizar feminismo através da literatura científica, caracterizar as ideias feministas difundidas por Simone de Beauvoir, identificar na teoria de Simone as principais ideias que nortearam o feminismo mundial, caracterizar as ideias feministas difundidas por Simone de Beauvoir; compreender como o feminismo de Beauvoir é visto hoje pelas jovens feministas; analisar as narrativas das jovens feministas sob a perspectiva do significado do ser feminista na atualidade. A presente pesquisa utilizará método dialético, qualitativa, descritiva, exploratória e analítica de cunho social. Os dados da pesquisa foram coletados de duas formas, primeiramente foi apreciada a página do coletivo Atena no facebook, na qual foi analisando o conteúdo discursivo presente nas postagens, nesse momento utiliza-se a metodologia de Bardin na referida análise. E num segundo momento foram enviados questionários abertos para serem respondidos pelas integrantes do coletivo. O que podemos afirmar é que o feminismo acabou por se tornar um escudo de defesa para se defender do gênero masculino. Através dos dados coletados observa-se que é predominante o perfil do feminismo radical sem embasamento teórico. As jovens intituladas de feministas, que participam do referido coletivo, visam influenciar com suas ideias a população local, porém desconhecem os preceitos básicos do feminismo construídos e difundidos por Beauvoir. A falta de conhecimento acaba por fomentar um estereótipo que viriliza a falsa proposta de que o feminismo seja uma revolução vazia de mulheres que não sentem atração por homens e que desejam sua aniquilação.

Palavras-chave: Feminismo – feministas – Beauvoir – estereótipos -igualdade.

³⁷⁹Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade da Região da Campanha – URCAMP.

³⁸⁰Orientadora, Historiadora, Doutora em História pela PUCRS, Professora e pesquisadora da Universidade da Região da Campanha – URCAMP. Endereço eletrônico: claismerio@gmail.com.

A IMPORTÂNCIA E A IDENTIFICAÇÃO DE ESPÉCIES ARBÓREAS DO BIOMA PAMPA NAS PRAÇAS DE BAGÉ.

Paulo Roberto Soares Nunes³⁸¹
Simone Paiva da Silva³⁸²
Rita de Cacia Kerpen Barcellos³⁸³
Luciéle Medina³⁸⁴
Helen da Cruz Miranda³⁸⁵

RESUMO: A realização desse trabalho é de extrema importância enfatizando arquitetura paisagística da cidade e para a população bajeense, pois esse estudo trará uma noção da nossa flora urbana e espécies arbóreas do Bioma Pampa. A flora desempenha, simultaneamente, várias funções essenciais à vida humana, melhorando notadamente às condições do meio urbano. Este trabalho teve como objetivo principal a identificação e a classificação de espécies arbórea do Bioma Pampa nas praças da cidade de Bagé. A pesquisa foi desenvolvida no perímetro urbano da cidade de Bagé Rio Grande do sul. Localizada entre as coordenadas de latitude: 31° 19' 43" Sul Longitude: 54° 6' 26" Oeste, altitude de 214m, nadas área de 4 095,534 km² e uma população de 116 794 habitantes (IBGE, 2012).A presente pesquisa foi realizada em 4 praças principais da cidade de Bagé: Praça Barão do Rio Branco, Praça João Pessoa, Praça Julio de castilhos e Praça Carlos Telles, por meio de contagem numérica. Em seguida foram pesquisados dados referentes das espécies florestais e nome científico. Reuniram-se informações botânico-dendrológicas e paisagísticas sobre as principais espécies, a partir de observações visuais e de consulta a bibliografia técnica especializada, avaliando, em função das características, seus potenciais usos na arborização urbana. As espécies que foram encontradas em comum em todas as praças foram: Angico Vermelho, Butiá, Ipê-amarelo, Ipê-Roxo, Jerivá. Foi possível verificar a pouca variabilidade arbórea nativa nas praças públicas de Bagé Existe uma necessidade de rever os reais objetivos das áreas verdes em espaços urbanos, fazendo-se necessário um olhar mais atento ao papel ecológico e paisagístico destes ambientes e preservação de nativas do Bioma Pampa.

Palavras-chave: Nativas - praça - pesquisa.

³⁸¹Acadêmico da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

³⁸²Acadêmica da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

³⁸³Acadêmica da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

³⁸⁴Acadêmica da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

³⁸⁵Orientadora, Professora da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé.

**I JORNADA DE PÓS-GRADUAÇÃO
DO CENTRO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS APLICADAS**

ADMINISTRAÇÃO

CUSTO DO CESTO BÁSICO EM BAGÉ-RS: UM ESTUDO DA VARIAÇÃO DE PREÇOS EM RELAÇÃO AO VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO

Ricardo Leal Cougo³⁸⁶
Rita Luciana Saraiva Jorge³⁸⁷

Disponibilizar à comunidade os valores e as variações nos preços dos produtos essenciais ao consumo familiar constitui um dos mais relevantes objetivos de integração Universidade/Comunidade e, exercitando os alunos na investigação científica, complementando o ensino do curso de Administração buscou-se formalizar a pesquisa do custo do cesto básico através de instrumentos e métodos adequados.

Este estudo tem por objetivo analisar as variações do custo do cesto básico na cidade de Bagé-RS nos três trimestres de 2015 em relação ao valor do salário mínimo. A Cesta Básica Nacional relaciona um conjunto de alimentos que seria suficiente para o sustento e bem-estar de um trabalhador adulto ao longo de um mês, tomando como base o Decreto Lei nº. 399, de 30 de abril de 1938, que regulamenta a Lei n.º 185 de 14 de janeiro de 1936 – da instituição do Salário Mínimo no Brasil.

Este Decreto estabelece que o salário mínimo é a remuneração devida ao trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, capaz de satisfazer, em determinada época e região do país, às suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.

Os procedimentos metodológicos deste estudo baseiam-se em uma pesquisa do tipo descritiva, exploratória e documental. O delineamento da pesquisa foi através de um estudo de caso na cidade de Bagé-RS. Para a coleta de dados utilizou-se uma amostragem por período compreendendo os três primeiros trimestres de 2015. Através da pesquisa documental obteve-se os dados referentes ao custo do cesto básico no período já mencionado. A análise foi realizada comparativamente em relação aos três trimestres e o valor do salário mínimo nacional vigente.

As informações a seguir referem-se ao referencial teórico pertinente ao assunto e trazem um esclarecimento sobre os índices de preços, além de informações sobre o início do cálculo do custo do cesto básico para o município de Bagé e a evolução dos dados obtidos ao longo dos três (3) últimos trimestre de 2015.

Como já foi destacado, a inflação é definida como um aumento generalizado nos preços, tendo como consequência a perda de poder aquisitivo da moeda e conseqüente perda do poder de compra do trabalhador. Este aumento não ocorre de forma constante para todos os preços, ou seja, alguns têm variações maiores, outros menores. Isto pode ser encontrado no trecho a seguir: “A necessidade de construção de índices de preços aparece quando se precisa saber a variação conjunta de bens que são fisicamente diferentes, e/ou que variam a taxas diferentes.” (GREMAUD, 2006, p.122)

Conforme o Banco Central do Brasil (2010, p.4), “Índices de preços são números que agregam e representam os preços de uma determinada cesta de produtos. Sua variação mede, portanto, a variação média dos preços dos produtos da cesta.” Estes índices calculam a variação do custo geral dos bens e serviços que um consumidor necessita. Ainda segundo o BC (2010) para que se possa identificar essa variação são necessárias algumas medidas: uma região ou cidade específica; uma Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) para identificar a renda e a cesta de consumo das famílias; a metodologia empregada para a realização do cálculo; definição das fontes para a coleta de preços.

Em relação ao salário mínimo no Brasil tem-se que surgiu no Brasil em meados da década de 30. A Lei nº 185 de janeiro de 1936 e o Decreto-Lei nº 399 de abril de 1938 regulamentaram a

³⁸⁶Mestre em Administração, docente no curso de Administração da URCAMP, Campus Bagé/RS, cougo40@gmail.com

³⁸⁷Mestre em Administração, docente no curso de Administração da URCAMP, Campus Bagé/RS ritajorge@urcamp.edu.br

instituição do salário mínimo, e o Decreto-Lei nº 2162 de 1º de maio de 1940 fixou os valores do salário mínimo, que passaram a vigorar a partir do mesmo ano. O país foi dividido em 22 regiões (os 20 estados existente na época, mais o território do Acre e o Distrito Federal) e todas as regiões que correspondiam a estados foram divididas ainda em sub-região, num total de 50 sub-regiões. Para cada sub-região fixou-se um valor para o salário mínimo, num total de 14 valores distintos para todo o Brasil. A relação entre o maior e o menor valor em 1940 era de 2,67.

Em dezembro de 1951, o Presidente Getúlio Vargas assinou um Decreto-Lei reajustando os valores do salário mínimo, dando início a um período em que reajustes mais freqüentes garanti-ram a manutenção, e até alguma elevação, do poder de compra do salário mínimo. Da data deste reajuste até outubro de 1961, quando ocorreu o primeiro reajuste do Governo de João Goulart, houve um total de seis reajustes.

Com a estabilização após o Plano Real, o salário mínimo teve ganhos reais ainda maiores, totalizando 28,3% entre 1994 e 1999. Neste mesmo período, considerando-se a relação do valor do salário mínimo e da cesta básica calculado pelo DIEESE na cidade de São Paulo, o crescimento foi de 56%.

Para 2015, o valor do salário mínimo ficou em R\$788,00. O valor foi definido graças ao decreto Nº 8.381/2014 de 23 de dezembro de 2014. O aumento foi de 6.78% em relação ao último ano, passando de R\$ 724 para R\$ 788 em 2015. O novo valor do salário mínimo entrou em vigor dia 01/01/2015 (quarta-feira). O valor foi calculado com base no percentual de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do ano retrasado mais a reposição da inflação do ano anterior pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Em relação a pesquisa do custo da cesta básica o Centro de Ciências Sociais Aplicadas, desenvolveu à partir de 2012 um projeto de pesquisa com o intuito de calcular mensalmente a evolução de uma cesta de produtos para o município de Bagé. Foi desenvolvida então, uma Pesquisa da evolução dos preços dos produtos da Cesta Básica para identificar o padrão de consumo das famílias do município.

A cesta básica de Bagé é composta por 13 produtos. Como já mencionado, a pesquisa de preços é feita levando em conta a evolução dos preços trimestralmente, em 04 estabelecimentos espalhados pelo município. Após isso é feita uma média aritmética dos preços dos produtos dos quais é coletada. Os dados são passados para o programa Excel, onde são calculadas as variações e o custo total da cesta no Trimestre. Após isso é feita uma divulgação nos meios de comunicação do município e da universidade.

Na Tabela 1 pode-se identificar a estrutura que compõe a cesta de produtos básicos calculada pelo CCSA-URCAMP com os produtos, as quantidades mensais analisadas e a unidade de medida do produto.

Tabela 1 – Estrutura da Cesta Básica de Bagé.

	Produtos	Unidade de medida	Quantidade mensal
1	Açúcar Cristal	2 Kg	1,5
2	Café solúvel	200gr	3
3	Carne	1 Kg	6,6
4	Farinha de trigo	1 Kg	1,5
5	Banana	1 dúzia	7,5
06	Batata inglesa	1 Kg	6
07	Tomate	1 Kg	9
08	Leite em saco	1 Lt	7,5
09	Margarina	250gr	3
10	Óleo de soja	900ml	1,2
11	Pão francês	1 Kg	6
12	Arroz tipo 1 /parboilizado	1 Kg	3
13	Feijão preto	1 Kg	4,5

Fonte: Dados Primários, 2015.

A Cesta Básica Nacional relaciona um conjunto de alimentos que seria suficiente para o sustento e bem-estar de um trabalhador adulto ao longo de um mês, tomando como base o Decreto Lei nº. 399, de 30 de abril de 1938, que regulamenta a Lei n.º 185 de 14 de janeiro de 1936 – da instituição do Salário Mínimo no Brasil. Este Decreto estabelece que o salário mínimo é a remuneração devida ao trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, capaz de satisfazer, em determinada época e região do país, às suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.

Os resultados deste estudo estão discutidos a seguir.

Quadro 1- Custo do cesto básico nos trimestres

PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	Unidade medida	Quantidade de medida	1º Trim/2015	2º Trim/2015	3º Trim/2015
SETOR DE HORTI FRUTI					
Banana	1 dúzia	7,5	21,05	29,85	34,93
Batata inglesa	1 Kg	6	14,15	16,39	17,74
Tomate	1 Kg	9	30,22	42,21	41,54
SETOR DE CEREAIS					
Arroz tipo1 /parboilizado	1 Kg	3	10,98	7,62	6,64
Farinha de trigo	1 Kg	1,5	3,17	3,04	2,87
Feijão preto	1 Kg	4,5	17,92	16,55	14,63
SETOR DE MATINAIS					
Café solúvel	200gr	3	17,20	29,56	28,34
Açúcar Cristal	2 Kg	1,5	5,23	4,89	4,79
SETOR DE ENLATADOS					
Óleo de soja	900ml	1,2	3,66	3,04	3,10
SETOR LATICÍNIOS					
Leite em saco	1 Lt	7,5	15,65	15,45	15,25
SETOR DE REFRIGERADOS					
Margarina	250gr	3	6,51	5,73	5,76
SETOR AÇOUQUE					
Carne	1 Kg	6,6	133,27	143,01	157,19
SETOR PADARIA					
Pão francês	1 Kg	6	43,38	51,74	49,35
TOTAL			322,39	369,07	382,14

Fonte: Dados Primários (2015)

Analisando-se o quadro acima pode-se constatar que no primeiro trimestre houve variações de altos e baixos, senão vejamos: produtos como a banana, farinha de trigo, café solúvel, óleo de soja, leite em saco e até mesmo a carne, tiveram redução de preços. O produto carne, que no mês de dezembro/2014 teve um grande pico de elevação alcançando o percentual de 12%, agora no primeiro trimestre de 2015 teve queda de 10,73% em relação àquele período.

De outra forma, observa-se pelos dados coletados, que houve aumento de preço, consideravelmente, em produtos como o Feijão Preto e o Tomate, especialmente o Feijão que alcançou o percentual de 73,14% de aumento, já o tomate que também teve um razoável aumento obteve 13,82% em relação ao último mês de 2014. De qualquer forma, mesmo verificando a instabilidade econômica que marca o atual quadro geral da Economia, a análise numérica percentual geral do Cesto básico deste primeiro trimestre/2015, comparativamente ao mês de Dezembro/2014 teve uma redução no custo total na casa de 7,66%.

Destaca-se ainda como o grande vilão do aumento de preços no primeiro (1º) trimestre de 2015, os combustíveis. Este produto relevante na Economia teve uma elevação no preço em média de 11,43% nos Postos de Combustíveis da Cidade de Bagé-RS.

Em relação ao segundo trimestre deste ano de 2015, o custo da cesta básica dos bageenses teve uma suba na casa de 14,46%, nesse período houve aumento em praticamente todos os itens que compõem a lista. Os produtos com maior elevação foram Café, Banana, Tomate, Pão e Carne.

Por fim no terceiro trimestre deste ano de 2015, o custo da cesta básica dos bageenses teve um aumento de 3,6%. Nota-se uma estabilização com relação ao custo dos produtos da Cesta Básica, o que nos permite uma análise neste setor de crucial importância aos consumidores, no sentido de verificar que nos dois primeiros trimestres do ano de 2015, houve uma elevação dos preços em razão do ímpeto com que a crise econômica vinha afetando os segmentos produtivos, atingindo frontalmente o Plano de estabilização econômica REAL.

No comparativo dos preços do cesto básico e o salário mínimo nacional vigente fixado em R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) pode-se afirmar que no primeiro trimestre o trabalhador comprometeu 41% de seu salário para adquirir a cesta básica de produtos na cidade de Bagé. Esse percentual aumentou no segundo trimestre onde foram necessários 47% do seu salário para adquirir os mesmos produtos.

A situação se agrava ainda mais no terceiro trimestre quando houve um comprometimento de 48% do salário mínimo do trabalhador bageense com a aquisição da cesta básica, ou ainda comprometendo 106 horas de sua jornada de trabalho mensal.

REFERÊNCIAS

BLEIL, S.I. O **Padrão Alimentar Ocidental**: Considerações Sobre Mudança de Hábitos no Brasil. Cadernos de Debate. 1998. 6:1-25

FISCHER, C.; OMNÍVORO, **el gusto, la cocina y el cuerpo**. Barcelona: Anagrama, 1995

FIGUEROA, Villi . Disponível em: <<http://www.Cresecaico.ufrn.br/mneme/pdf/mneme09/hábito.doc>>. Acesso em: 11 nov. 2008

DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA GESTÃO DO FUTEBOL NOS CLUBES PROFISSIONAIS DE BAGÉ-RS

João Roberto de Lima Gaffrée³⁸⁸

Rita Luciana Saraiva Jorge³⁸⁹

A gestão é um ramo das ciências humanas porque é tratada, com um grupo de pessoas, procurando manter sinergia entre elas, a estrutura da empresa e os recursos existentes.

Pressupõe a existência de uma instituição a ser gerida, ou seja, uma organização constituída de pessoas e recursos que se relacionem num determinado ambiente, orientadas para objetivos comuns. Um dos desafios do esporte brasileiro é a implantação de uma gestão, que se concretize, na prática mudanças. Sendo o objetivo, o de crescimento, estabelecido pela empresa através do esforço humano organizado, pelo grupo, com um objetivo específico.

O planejamento, as estratégias, as ferramentas a serem aplicadas, passando pela liderança e pelo processo de gestão de pessoas, são algumas das atribuições, que um administrador, ou seja, um gestor terá que aplicar. Portanto, seu papel passa a ser fundamental nesta estrutura, pois, sendo assim, uma diretriz para os que compõem a organização.

Diante do exposto acima se propõe um estudo cujo objetivo consiste na análise dos desafios e oportunidades na gestão do futebol na cidade de Bagé-RS. A pesquisa tem como foco demonstrar o trabalho da administração no esporte, mais especificamente no futebol.

Quanto aos procedimentos metodológicos a pesquisa realizada classifica-se como descritiva e exploratória, e o método utilizado foi o qualitativo delineado em um estudo de caso. A população alvo do estudo foram os gestores, ou seja, os presidentes dos clubes de futebol profissional da cidade de Bagé-RS.

Para a coleta de dados da pesquisa, foi realizada aplicação de entrevista aos gestores dos clubes profissionais no período de setembro e outubro de 2014. O instrumento de coleta de dados foi à entrevista semi-estruturada e em profundidade aos gestores a fim de responder ao objetivo proposto. O meio empregado para a obtenção dos dados foi uma pesquisa de campo.

Os dados foram tabulados com a utilização da técnica análise de conteúdo. A análise dos resultados foi realizada pelo método descritivo, que têm o objetivo de proporcionar informações sumarizadas dos dados contidos no total de elementos da amostra estudada. A resposta aos objetivos propostos foi obtida através da analogia e comparação dos resultados com o referencial teórico do estudo.

Uma empresa é uma iniciativa que tem o objetivo de fornecer produtos e serviços para atender a necessidades de pessoas, ou de mercados, e obter lucro com isso. Para obter lucro e atender o compromisso com sua prosperidade, o empreendedor precisa adquirir recursos, estruturar um sistema de operações e assumir um compromisso com a satisfação do cliente (MAXIMIANO, 2011).

Certo (2010), o ambiente de uma organização é geralmente dividido em três níveis: geral, operacional e interno. Os administradores devem estar cientes desses três níveis ambientais, conhecerem quais fatores eles incluem entender como cada fator e as relações que lês têm entre si afetam o desempenho organizacional e, então, administrar as ações

³⁸⁸Pós-graduando e Graduado da URCAMP, Câmpus Sede Bagé/ RS. E-mail: joaorobertogaffree@urcamp.edu.br

³⁸⁹Professora Orientadora Mestre do Curso de Administração da URCAMP, Câmpus Sede Bagé/ RS. E-mail: ritasaraivajorge@gmail.com

organizacionais à luz desse entendimento.

Na concepção de Kuper e Szymanski (2010), o amor ao futebol se expressa principalmente de três formas: jogar, ir ao estádio e assistir a jogos pela televisão, que aliado à, diversos fatores, dentre eles: força, persistência, liderança, satisfação, inspiração, a paixão tem bastante importância no meio futebolístico.

Segundo Drucker (2010), os que escrevem sobre administração, os profissionais da área e os leigos nem mesmo sequer ouvem a palavra administração sozinha, eles automaticamente ouvem administração de negócios.

WHITMORE (2012), as pessoas procuram se engajar em atividades que ajudem a satisfazer suas necessidades. Provavelmente, estão apenas parcialmente conscientes desse processo, porque seu trabalho naturalmente se desenvolveu em formas que ajudam a satisfazer essas necessidades. No entanto, quanto mais nossos sistemas de motivação se voltam para os níveis das necessidades das pessoas que desejamos motivar, assim tornando-se todos mais felizes.

Conforme Soriano (2010), se no esporte o fato de se manter no topo depende em boa parte da capacidade de continuar se sacrificando, para uma empresa essa necessidade de sacrifício equivale o esforço de se adaptar constantemente às circunstâncias voláteis do mercado e às demandas dos clientes, compreendendo em profundidade o que eles querem.

No mundo econômico, o futebol é um agente fomentador dos mais dinâmicos e atrativos. Para eles, são destinados recursos privados e públicos que resultam na construção de arenas e complexos esportivos, estádios, centros de treinamento, centros comunitários, academias, estacionamentos, refeitórios, hotéis, estações de esporte técnico-ecológicos e restaurantes, entre outros (CARRAVETTA, 2006).

A seguir será apresentada uma síntese da entrevista realizada com os gestores, tendo como base a aplicação da Análise SWOT:

Quadro 1 - Matriz SWOT

FORÇAS <ul style="list-style-type: none">- Cumprimento de metas nos setores de direção e comissão técnica- Torcida- Patrimônio- Disputa de Torneios, Campeonatos, Copas	FRAQUEZAS <ul style="list-style-type: none">- Falta de recursos financeiros- Agregar à equipe de jogadores para um objetivo em comum- Falta de infra-estrutura- Isenções
OPORTUNIDADES <ul style="list-style-type: none">- Investimentos em categorias de base- Montar uma infra-estrutura adequada- Investimento de empresários, comércio e indústrias locais- Investimento em marketing pelo clube	AMEAÇAS <ul style="list-style-type: none">- Falta de apoio da FGF (Federação Gaúcha de Futebol)- Perda do subsídio do pagamento da arbitragem pela FGF- Defasagem e diminuição do quadro associativo- Falta de administração

Fonte: Dados Primários (2014)

Verifica-se na elaboração da matriz SWOT, que as forças devem se intensificar e as fraquezas serem tratadas, a fim de se transformarem em forças. Oportunidades devem ser desenvolvidas e estudadas e, ameaças devem ser diagnosticadas para converterem-se em oportunidades.

Entende-se que todos os fatores que envolvem gerir uma empresa, podem e devem ser levados para dentro de um clube de futebol profissional, tais como gestão financeira, de pessoas, entre outros diversos setores que devem ser abordados e aplicados pelo gestor de um clube.

Nota-se que na região abordada pelo estudo de caso, um dos principais pontos a ser elencado é a situação financeira dos clubes, pois apesar de haver alguns subsídios e patrocínios, o mesmo não é suficiente para manter um clube de futebol profissional em alto nível e disputando campeonatos, em todos os níveis desde as categorias de base até o futebol profissional.

Entende-se que para haver um trabalho bem feito e conseguir atingir os objetivos planejados, deve-se começar desde o início, ou seja, pela formação inicial dos atletas nas categorias de base, investimentos nos clubes, planejamento adequado para a realidade e prospecção do clube de futebol profissional, entre outros fatores.

Destaca-se como principais resultados da análise SWOT desenvolvida na pesquisa, como forças a união do clube e apoio dos torcedores, já como oportunidades o investimento em categorias de base e o apoio do comércio e indústrias locais. Ainda analisando-se a matriz SWOT, pode-se citar como fraquezas a falta de recursos financeiros e a falta de infra-estrutura e como ameaças a falta de apoio da Federação Gaúcha de Futebol (FGF) e a defasagem e diminuição do quadro associativo.

Constatou-se que para haver êxito nos objetivos e metas traçados, deve haver um planejamento estratégico adequado para determinado clube. Visando principalmente, para o futuro dos clubes profissionais do município de Bagé, o qual são as categorias de base, portanto deve haver investimento neste quesito e apoio de todas as esferas desde a municipal até a federal e, também contando sempre com patrocínios e parcerias locais para que o clube continue funcionando por todo ano.

Como contribuição do estudo, analisou-se a gestão de uma empresa, no caso, de um clube de futebol profissional do município de Bagé-RS. Ao final da década de 90, com o aumento de patrocinadores, maior evolução do mercado, exposição da marca de forma positiva, aumento do público e consumidores foi necessário o surgimento da função do executivo de futebol, ou seja, do gestor do clube para gerir de forma profissional o departamento.

Com o presente estudo de caso, compreendeu-se um pouco mais deste instigante e apaixonante esporte que é o futebol. Entendeu-se que o objetivo proposto pelo trabalho foi alcançado e, que a experiência de aliar os conhecimentos teóricos e práticos foi de suma importância para o desenvolvimento do referido estudo.

REFERÊNCIAS

CARRAVETTA, Elio Salvador Praia. **Modernização da Gestão no Futebol Brasileiro: perspectivas para a qualificação do rendimento competitivo**. Porto Alegre, RS: AGE, 2006.

CERTO, Samuel C. **Administração Estratégica: planejamento e implantação de estratégias**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Gestão: management**. Rio de Janeiro: AGIR, 2010.

KUPER E SZYMANSKI, Simon e Stefan. **Soccernomics: Por que a Inglaterra perde, a Alemanha e o Brasil ganham, e os Estados Unidos, o Japão, a Austrália, a Turquia – e até mesmo o Iraque – podem se tornar os reis do esporte mais popular do mundo.** Rio de Janeiro: Tinta Negra Bazar Editorial, 2010.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Administração para empreendedores: fundamentos da criação e da gestão de novos negócios.** 2ª edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

SORIANO, Ferran. **A bola não entra por acaso: estratégias inovadoras de gestão inspiradas no mundo do futebol.** São Paulo: Larousse do Brasil, 2010.

WHITMORE, John, Sir. **Coaching para aprimorar o desempenho: os princípios e a prática do coaching e da liderança.** São Paulo: Clio Editora, 2012.

A GESTÃO DA QUALIDADE NO PROCESSO DE LOGÍSTICA DA CARNE NO PAMPA GAÚCHO

Rodrigo Verdi³⁹⁰
Daniela Giffoni Marques³⁹¹

O objetivo deste estudo foi analisar a gestão da qualidade da carne em um Frigorífico em Bagé-RS e a relação existente entre a forma de gerir o sistema de logística de transporte e os prejuízos causados pelo número de lesões no abate do frigorífico.

O Brasil possui um dos maiores rebanhos comercial de bovinos de corte do mundo, colocando assim o país entre os grandes produtores e exportadores mundiais. A cadeia produtiva é um segmento de grande valia para a economia brasileira, pois não se limita apenas na venda de animais para frigoríficos abatedouros, estão também, as empresas que produzem rações, insumos e equipamentos que fornecem produtos e serviços aos frigoríficos, Filho (2010).

Dada a relevância que este setor tem nos país, fica evidente o grande número de serviços que estão ligados, assim como, a grande cadeia de mão de obra que movimenta, até chegar ao consumidor final, Scalco & Machado (2009).

Os produtos e serviços estão com grandes exigências em termos de qualidade e se faz necessário um conhecimento mais aprofundado da gestão destes negócios, buscando a excelência em qualidade em toda negociação e em todo e qualquer produto a ser comercializado, principalmente se este produto for para consumo.

O escopo principal de uma empresa, independentemente do seu porte ou setor, é oferecer produtos ou serviços que atendam as necessidades e expectativas dos seus clientes e de suas partes interessadas. Para que um negócio possa lucrar e tornar-se sólido e sustentável, é preciso que esteja estruturado por processos – principais e de apoio. Estes devem estar documentados e padronizados por meio de políticas, procedimentos, rotinas e normas. Além disso, devem ser compartilhados e aprendidos por todos os colaboradores, Martins da Silva (2009).

Gerenciar qualidade significa focar as metas em objetivos de planejamento e ação objetivando fabricar (criar) produtos de qualidade e no caso do abate animal, a carne bovina perdeu nos últimos anos mercado para a carne de aves, o que obriga os frigoríficos de maior porte, gerenciarem com mais eficiência sua logística de escolha, transporte e abate da carne bovina, Fernandes (2011).

O gado é a principal matéria prima da indústria frigorífica, a falta de qualidade nesta matéria prima compromete o produto final. A inspeção antes do abate, pelos veterinários do Serviço de Inspeção Federal - SIF, as compras de animais de qualidade e as técnicas utilizadas pré-abate, visando a não exposição do animal ao estresse antes de abatê-lo, são a maior preocupação dos gestores atualmente, Scalco e Machado (2009).

A carne bovina é um alimento importante na composição de uma dieta equilibrada, nutritiva e saudável. O consumo per capita, no Brasil, situa-se ao redor de 36 kg/ano, quantidade que demonstra a importância da carne na alimentação humana. Importante no consumo interno e também com grande potencial de exportação, para aqueles Países desenvolvidos,

³⁹⁰Administrador, Universidade da Região da Campanha - URCAMP, Bagé, RS, rodrigoverdi2014@hotmail.com

³⁹¹Prof^a. Dr^a., Engenheira Agrônoma, Universidade da Região da Campanha - URCAMP, Bagé RS, daniela@urcamp.edu.br.

onde a área ou as condições de produção são restritas. Porém, o Brasil não é o único país nessas condições. Outros países do primeiro mundo são bons consumidores de carne bovina, e também produtores, razão para a importância que se dá à atividade de pecuária de corte, onde esse agronegócio tem um peso significativo na economia, Filho (2004).

O estresse, imposto ao animal na fase antes morte, pode desencadear reações, que interferem diretamente na qualidade da carne. O melhor animal, produzido da melhor forma possível, se não forem tomados os cuidados devidos por ocasião do abate, resultam em cortes de qualidade inferior, Toledo (2009).

É muito importante que esses cuidados sejam tomados desde o manejo dos animais na fazenda, passe pelo transporte ao frigorífico, e vá até o momento do atordoamento, já dentro da sala de matança, Scalco e Machado (2009).

Na fronteira com o Uruguai é culturalmente grande o consumo da carne bovina, o churrasco principalmente e a educação do consumidor, com informações gerais sobre a pecuária no município são temas de interesse do nosso consumidor interno devido à importância da carne na alimentação, as formas de conservação e preparo das carnes.

A principal dificuldade encontrada pela empresa para a melhoria da qualidade do produto final é a qualificação da mão-de-obra, seguido do preço matéria-prima (gado) e má conservação de estradas.

O município de Bagé apresenta ruas e avenidas pavimentadas, com paralelepípedo, com asfalto e com bloco de cimento. São cerca de 40% das ruas com pavimentação. Hoje, conta com 725 km de estradas vicinais, entre as vias principais de escoamento da produção e seus "corredores". Estas estradas são utilizadas para o escoamento de mais de 96% da produção agrícola e pecuária, e, atualmente, encontram-se quase em péssima condição de trafegabilidade. Salienta-se que as duas principais estradas vicinais totalizam mais de 120 km de extensão.

As estradas vicinais estão localizadas na zona oeste do município, com fronteiras com o município de Dom Pedrito e a República Oriental do Uruguai.

As estradas vicinais também são utilizadas para acesso às comunidades da zona rural, para a prestação de serviços de educação e saúde. Nos meses mais chuvosos a trafegabilidade fica comprometida o acesso torna-se precário, bem com, impede o escoamento da produção agrícola e pecuária.

Foi realizada uma pesquisa exploratória, descritiva, quali-quantitativa, documental, buscando examinar um fenômeno dentro do seu contexto, para tanto, selecionou-se, por conveniência, um frigorífico de abate e processamento de bovinos, localizada no Município de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul, com representatividade tanto no mercado externo, quanto interno.

Os dados foram coletados através de entrevistas semi-estruturadas foram direcionadas ao corpo de profissionais responsáveis pelo departamento de gestão de qualidade e exportação do frigorífico. Como também foram analisados relatórios quantitativos internos da empresa no ano de 2014.

Verificou-se junto ao frigorífico, através da pesquisa realizada que o controle de gestão é de extrema importância para evitar a perda do produto.

Diante dos resultados apresentados pode-se verificar o sistema de gestão da indústria frigorífica da carne bovina. Verificou-se que a gestão ideal é aquela que visa adequado manejo e logística de qualidade, pois estes interferem diretamente no rendimento do produto. É importante enfatizar que a falta de gestão acarreta prejuízo primeiramente ao produtor, já que o frigorífico acaba utilizando para outros fins a carne descartada.

Um dos maiores problemas enfrentados pelos produtores de carne bovina é o escoamento da produção, visto que as estradas não são pavimentadas dificultando o acesso e agilidade de entrega dos animais até o frigorífico, deixando a desejar o incentivo do governo

quanto a proporção que o agronegócio representa na arrecadação financeira Estadual e Municipal, (FILHO, 2010).

Verificou-se junto ao frigorífico que o controle de gestão é de extrema importância para se evitar a perda do produto. Observa-se uma média de 700 abates/dia e o número de contusões, com percentuais de perdas repassadas ao produtor, não variam necessariamente com o número de abates, e sim, somente com a qualidade da gestão e da logística.

Observando-se os gráficos mensais com o número de abates e contusões, verifica-se que em nenhum mês há correlação positiva de maior número de abates com o maior número de contusões, para o que, o percentual de perda de produto no frigorífico na cidade de Bagé é variável, estando portando atribuído a logística e a gestão eficaz do manejo do gado.

De acordo com os autores OLIVEIRA, *et al*, (2008); VELHO *et al*, (2009) e MORITZ & LINHARES, (2010), no sentido da importância da observação de novas demandas relacionadas ao meio ambiente, bem estar animal, responsabilidade social e rastreabilidade, pois entender-se de Gestão de Negócios é primordial para o melhor resultado final, principalmente para o produtor que é o mais lesado financeiramente com as contusões.

O controle de qualidade do produto final é dependente da análise visual, microbiológica e físico-química, uma vez que as empresas não garantem a qualidade do processo e da matéria-prima. A concentração dos esforços no controle da matéria-prima e do processo reduziria a necessidade de inspeção do produto final tornando-o mais confiável.

Na etapa do processo de produção, a limpeza e higienização da planta industrial é um fator que determina qualidade do produto. Isso torna a mão-de-obra um fator chave para assegurar a qualidade da carne. No entanto, a mão-de-obra é apontada como o grande ponto fraco dessa indústria. Condições insalubres de trabalho, baixos salários e falta de estímulo financeiro para melhoria da qualidade do trabalho levam a uma alta rotatividade de mão-de-obra, o que dificulta a capacitação desta e ameaça a qualidade do produto. Frente a isso, as empresas do setor apontam como principal estratégia competitiva o desenvolvimento e capacitação de Recursos Humanos.

Conclui-se que a qualidade da matéria prima depende principalmente do sistema de gestão da indústria frigorífica da carne bovina. Como contribuição este estudo revela importantes aspectos a serem observados: o investimento em treinamentos da equipe de manejo das fazendas e investimento por parte do Estado e Municípios em pavimentação das estradas, para fins de melhoria da logística.

Infere-se que a qualidade do produto será assegurada através de um programa de Gestão da Qualidade que coordene as diversas etapas do processo produtivo da carne bovina, envolvendo seus diversos agentes, desde a obtenção da matéria-prima até o consumidor final.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Decreto nº 30.691/52. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/Mel_e_produtos_apicolas/25RO/App_Riispoa_mel.pdf. Acessado em 07/07/15.

FELÍCIO, P. **Brasil versus Canadá: A crise poderia ter sido evitada.** Revista Com Ciência. Laboratório de Ciências da Unicamp. São Paulo. 2001.

FERNANDES, Fernando Manuel B. **Considerações Metodológicas sobre a Técnica da Observação Participante.** Revista Caminhos da Política da Observação na Análise Participante. Vol. 1. Ago/set. 2011.

FILHO, Albino Luchiari. **Gestão no Campo: Qualidade total na Carne.** Disponível em: <http://www.gestaonocampo.com.br/biblioteca/qualidade-total-da-carne/>. Publicado em 2010. Acessado em 22/06/2015.

FRASER, David. **Compreendendo o bem estar animal: A ciência no seu contexto cultural.** Ed. ISBN. São Paulo. 2012.

SCALCO, Andréia Rossj; MACHADO, João Guilherme F. de. **Cenário Atual da Gestão da Qualidade na Cadeia Produtiva da Carne Bovina.** Revista Informações Econômicas. nº 8, ago. São Paulo. 2009.

SILVA, Késsia Oliveira da. **Simpósio Brasileiro de Bem Estar em animais de Produção.** Departamento de Engenharia e Biosistemas, Área de Construções Rurais e Ambiente. ESALQ, USP, 2010. Disponível em <http://leb.esalq.usp.br/kesia.html>. Acessado em 20/06/2015.

TOLEDO, José Carlos. **Gestão da Qualidade na Indústria Frigorífica da Carne Bovina no Estado de São Paulo.** Atlas. São Paulo. 2009.

_____ Gestão da qualidade na agroindústria. In: Batalha, M. O. (Org.). **Gestão agroindustrial.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS Jairo. **Gestão:** descubra a eficácia de uma gestão de processos. Disponível em: <http://revistapegn.globo.com/Colunistas/Jairo-Martins/noticia/2014/02/descubra-eficacia-de-uma-gestao-por-processos.html>. acessado em 22/07/2015.

PALVARINI, Bruno; *et all.* **Onze ideias para uma boa gestão de processos.** Monografia apresentada ao curso de graduação em Administração da UFPEL. Pelotas-RS. Disponível em: www.planejamento.mg.gov.br/gestao.../gestao...processos/materiais-de-o. Acessado em: 22/07/2015.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E FINANÇAS PESSOAIS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Julio Cezar Franco Ferrari³⁹²
Marilene Vaz Silveira³⁹³

INTRODUÇÃO

O tema educação financeira passou a ser visto e discutido nos últimos anos, como um fator fundamental a fim de garantir melhor qualidade de vida, visando um futuro financeiro saudável e equilibrado. Sendo um requisito extremamente relevante para os indivíduos que estão inseridos dentro do sistema capitalista. Em um sistema onde o acúmulo das riquezas, acontece de forma individual, é necessária a conscientização das pessoas para que saibam dosar seus gastos, minimizando assim a possibilidade de passar por dificuldades financeiras em alguma parte da vida, especialmente na velhice, que é quando a pessoa não tem mais forças para trabalhar e acumular riquezas.

Esta conscientização deve começar desde a infância, quando as jovens estão absorvendo inúmeros conhecimentos que contribuirão para a formação da personalidade e das atitudes do indivíduo adulto. No Brasil a população não possui o hábito de provisionar ou acumular reservas, pois a grande maioria não faz o planejamento necessário, para o futuro. Pois tendo em vista o aumento da expectativa de vida da população, tudo leva a crer que devemos iniciar o quanto antes possível, o processo de aprendizado, onde permita ao aluno, desde cedo, trilhar um caminho mais seguro.

O objetivo deste estudo é avaliar a utilização racional do dinheiro com a metodologia de Finanças Pessoais para os alunos universitários, de uma forma didática e lógica, conceitos que lhe serão comuns ao longo da vida, como por exemplo: poupar, investir, acumular e aplicação financeira, etc. Planejar significa traçar um plano, programar e projetar. O planejamento financeiro significa, tanto para pessoas como para empresas, estabelecer e seguir uma estratégia, visando atingir objetivos. Essa estratégia pode ser voltada para curto, médio ou longo prazo. Desta forma o indivíduo precisa saber antecipadamente as metas que pretende atingir.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A revista Infomoney (2014) aponta que o valor do dinheiro é um item importante na educação financeira dos filhos. Mas para isso, é necessário que este conceito faça parte do cotidiano da criança de uma forma natural, com foco na organização e no planejamento de sua mesada, por exemplo. É a capacidade de saber utilizar o dinheiro como ferramenta para tornar a vida melhor, mais criativa, mais produtiva e mais equilibrada.

Segundo Belinky, (2008) O principal objetivo da educação financeira é proporcionar qualidade de vida, garantindo que tenhamos - hoje e no futuro - a segurança material e as condições para uma vida feliz, com realização profissional e pessoal. "O objetivo é mudar o pen-

³⁹²Bacharel pela Universidade da Região da Campanha – URCAMP.

³⁹³Mestre, Professora e Diretora do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade da Região da Campanha - URCAMP.

samento de acumular cada vez mais dinheiro para a idéia de viver cada vez melhor”, afirma Belinky. Para ele, a grande confusão está em ver o dinheiro como objetivo ao invés de vê-lo como instrumento. “O importante é que a pessoa priorize a satisfação ao consumo. Viver bem não significa comprar mais um celular ou outro carro, e sim aproveitar a vida”, ensina.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Segundo Gitman (2010), diariamente, ao ligarmos a televisão ou abrirmos o jornal, encontramos referências a taxas de juros, discussões sobre o mercado de ações e outras questões relacionadas à administração financeira. Fica claro que esses fatores financeiros exercem uma enorme influência em nossa vida pessoal e profissional, mas nem sempre conseguimos realmente entendê-los.

Conforme Maximiano (2006), “administrar é um processo de tomar decisões sobre objetivos e utilizações de recursos”. “Um bom planejamento pode fazer mais por seu futuro do que muitos anos de trabalho e, em geral, é o diferencial entre sonhadores e realizadores” (MACEDO JR. 2007).

Os primeiros passos para a administração pessoal são organizar e planejar. Conforme Bitencourt (2004), o planejamento é uma técnica administrativa que, através da análise do ambiente de um indivíduo, cria a consciência e ajuda nas decisões de consumo e poupança são influenciadas por diversos fatores.

ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA

Kioyosaki (2000), alerta para a importância da alfabetização financeira. Que, além de aprender e entender as letras, é essencial que se entenda também os números. Um dos pontos importantes na educação financeira é entender a contabilidade. Nesse sentido, saber distinguir um ativo de um passivo e saber que os ricos adquirem ativos e os pobres e a classe média, passivos. E define: “Um ativo é algo que põe dinheiro no bolso e um passivo é algo que tira dinheiro do bolso.”

Para Kioyosaki (2000), “Na contabilidade não importam os números, mas o que os números contam.”. É como as palavras. Não são as palavras, mas as histórias que elas nos contam. A alfabetização financeira nos permite ler os números e estes contam a história.

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Sobre a influência das emoções para as decisões financeiras: Segundo Frankenberg (2000), a primeira delas é aprendida com os acontecimentos da vida, através dos conhecimentos adquiridos e das experiências. Ele cita que somos dependentes de fatores fisiológicos, que pode ser alterado ou influenciado, dependendo das escolhas feitas, e os fatores psicológicos.

MODELO FINANCEIRO

O modelo financeiro de uma pessoa consiste numa combinação dos seus pensamentos, sentimentos e das suas ações em questões de dinheiro. Constitui-se, fundamentalmente, da informação ou programação que a pessoa recebeu no passado, sobretudo quando era criança (EKER, 2006).

Sabemos que algumas sociedades têm formas próprias de pensar sobre o dinheiro e de lidar com ele, enquanto outras fazem isso de um modo diferente. Você acredita que a criança sai do ventre da mãe com as atitudes formadas em relação ao dinheiro ou que ela é ensinada a lidar com ele? Acertou: Toda criança é ensinada a pensar e agir no que diz respeito as finanças. (EKER, 2006)

MODELO DE DINHEIRO

Segundo Eker,(2006), “se existem regras externas para o dinheiro, ha também regras internas.”. As externas envolvem aspectos como conhecimento comercial, administração financeira e estratégias de investimento. Mas não menos fundamental são as regras internas. Elas são formadas de acordo com o modelo financeiro. Este modelo é a ideia que formamos em nossa mente na infância através do que ouvimos e vemos, principalmente dos nossos pais. Mais adiante, será explicado mais profundamente sobre isso.

Segundo Kioyosaki (2000), “As pessoas querem fazer, não querem ser. Esse é o problema. Primeiro você tem que ser uma pessoa rica. Planeje ser rico. Torne-se alfabetizado financeiramente esse é o segredo.”.

PLANEJAMENTO FINANCEIRO

Para revista Você S/A (2014) em um país como o Brasil – onde, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), a expectativa de vida saltou de 42,7 anos, em 1940, para 74,6 anos em 2012, fazer um bom planejamento financeiro tem se tornado cada vez mais importante tanto para garantir a independência financeira no futuro como para viabilizar projetos.

Ainda segundo Você S/A (2014) poupar um décimo dos ganhos é um conselho financeiro bastante difundido no Brasil. Talvez por que para uma população pouco acostumada a fazer reservas, 10% seja melhor do que nada. Mas essa regra só funciona para quem esta em inicio de carreira e recebe pouco. Quando salário aumenta, é preciso subir também a proporção da grana investida, sob o risco de descobrir só lá na frente que, apesar de ter sido disciplinado e seguido uma regrinha básica, os rendimentos são apenas a metade do imaginado.

METODOLOGIA

A pesquisa foi descritiva, utilizando-se o método quantitativo permitindo a obtenção de informações sobre um determinado grupo de universitários, para levantamento do nível de conhecimento e utilização racional do dinheiro.

O estudo foi delineado a partir de um estudo de caso com alunos dos cursos de administração e ciências contábeis da Universidade da Região da Campanha, Campus Bagé/RS. A população envolvida no estudo foram os universitários efetivamente matriculados no 2º semestre de 2014, nos cursos de Administração e Ciências Contábeis da Universidade da Região da Campanha, Campus Bagé/RS.

Considerando-se que no 2º semestre o número de universitários, efetivamente matriculados na Universidade da Região da Campanha, Campus Bagé/RS, segundo informações da Pró-Reitoria Acadêmica foram 240, optou-se por aplicar a fórmula de Barbetta que resultou em uma amostra de 110 universitários que efetivamente responderam a pesquisa,

utilizando um erro amostral de 7%. A coleta de dados foi realizada no segundo semestre de 2014.

Foram utilizados como instrumento de coleta de dados, questionário aplicados aos universitários que foi composto de 16 questões fechadas, ou seja, perguntas objetivas, tendo em vista que se apresenta mais fácil para o público pesquisado responder o que acaba facilitando o estudo, pois, proporciona mais clareza, rapidez e segurança. Os dados foram analisados com a utilização da planilha Excel para tabulação dos resultados e posteriormente apresentados em forma de gráficos. A análise dos dados foi realizada pelo método descritivo, que tem o objetivo de proporcionar informações sumarizadas dos dados contidos no total de elementos da amostra estudada. A resposta, para o problema de pesquisa e os objetivos gerais e específicos, foram obtidos através da analogia e comparação dos dados coletados com o referencial teórico do estudo.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No estudo foi verificado o perfil dos universitários pesquisados, onde 44,5% estão entre 18 e 23 anos, são do sexo masculino 52,7%, 79,1% exerce atividade remunerada com uma renda líquida de R\$1.500,00.

Observa-se que 72/73% dos questionados apontam que satisfazer uma necessidade é a variável mais significativa, isto porque buscam atender aos seus apelos pessoais. Segundo Megliorini, (2010) a habilidade que os indivíduos apresentam de fazer escolhas adequadas ao administrar suas finanças pessoais durante o ciclo de sua vida. Usuários desse tipo de produto, quando devidamente instruídos, têm a capacidade lidar com as questões financeiras do cotidiano e as imprevistas, avaliar o impacto das decisões para a sua vida e a de sua família, compreender seus direitos e suas responsabilidades e ter o conhecimento de fontes confiáveis de consulta.

Nota-se que ao realizar uma compra 64,55% diz comprar por que tem necessidade, 20% por que planejou com antecedência percebe-se que os pesquisados não se preocupam muito em planejar suas compras estando em desacordo com o que diz a revista Dinheiro Inteligente (2014), planejamento financeiro, através de um conjunto de ações, controles e procedimentos, possibilita, entre outras coisas, montar um orçamento, acompanhar as contas, saber se há sobra ou falta de recursos, tomar providências para nivelar o orçamento, no caso de falta, fazer investimentos, no caso de sobra de recursos.

Constatou-se que o grau de curiosidade e interesse que os alunos têm em aprender mais sobre finanças pessoais é extremamente relevante. Nota-se que os resultados foram muito positivos e confirmaram a hipótese do pesquisador ao indicarem que 88,18% dos alunos tem interesse em aprender mais sobre finanças. Para a continuação do projeto este dado é relevante, pois o interesse entre a população que estará sujeita à aplicação da metodologia é ponto chave, uma vez que está diretamente relacionado à possibilidade do alcance dos objetivos propostos. De acordo com Dinheiro Inteligente (2014) fazer projeções financeiras para 20, 30, ou 40 anos não parece algo muito prático. Daí a dificuldade de planejar adequadamente a aposentadoria. Mas talvez esse descompasso entre o sonho de um futuro feliz e a realidade encontrada lá na frente nasça na falta de habilidade em administrar o próprio dinheiro. Pode ser que o segredo esteja em olhar a velhice de outra perspectiva e perceber que poupar e investir são só parte do processo. A alternativa “estudos” foi a mais escolhida, consistindo na única a ultrapassar sessenta pontos percentuais. A segunda alternativa mais citada foi “imóveis”, com 21% de resposta entre os entrevistados.

Quanto à realização de investimentos os entrevistados apresentaram comportamentos levemente distintos, tendo uma leve diferença para o grupo que realiza investimentos, em

parte pode ser explicado pelo nível de rendimentos pessoais auferido pelos alunos que foram o alvo da pesquisa. Segundo Lorenzato (2008) uma vez alcançado este objetivo é hora de rever seus hábitos financeiros e elaborar um plano financeiro de forma a conseguir poupar regularmente - segunda fase da vida financeira. Uma vez que as finanças estejam em dia e em ordem e haja alguma sobra no orçamento, então você está pronto para investir.

A pesquisa apontou entre os alunos entrevistados o conceito e a importância da Educação Financeira, para universitários dos cursos de Administração e Ciências Contábeis, da Universidade da Região da Campanha – URCAMP, pois normalmente se interessam pela educação financeira na época que estão cursando o ensino superior.

Demonstrou que o assunto abordado no estudo somente começa a ter importância quando há um entendimento da necessidade da sua utilização. Ficou demonstrado que através dos objetivos do estudo que: entendeu a importância de finanças pessoais e da importância da Educação Financeira na vida dos indivíduos. Os resultados foram obtidos por meio de pesquisa, onde os entrevistados puderam responder ao questionário proposto, possibilitando assim maior confiabilidade e garantia dos dados obtidos nela. Observou-se ainda que existe sobre o assunto a importância de conhecimento dos aspectos de educação financeira, desde o início na educação infantil.

REFERÊNCIAS

DINHEIROINTELIGENTE

<<<http://www.dinheirointeligente.com.br/website/artigo.asp?cod=1741&idi=1&id=16877>>>

Acesso em: 04/09/2014.

EKER, T. H. **Os segredos da mente milionária**: aprenda a enriquecer mudando seus conceitos sobre dinheiro e adotando os hábitos das pessoas bem-sucedidas. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

FRANKENBERG, Louis. **Seu Futuro Financeiro: você é o maior responsável**, ed. Campos, Rio de Janeiro, 2000.

GUINDANI, Roberto Ari; Martins, Tomás Sparano; Cruz, June Alisson Westarb; **Finanças Pessoais**; Ed. IBPEX dez/ 2008. ISBN: 9788578381370.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira** - 12ª Ed. 2010.

KIYOSAKI, R. T.; LECHTER, S. L. **Independência financeira**: o guia do pai rico. Rio de Janeiro: Campos, 2001. 15 LOGIOIA, Umbelina Cravo Teixeira. **Fundamento do Mercado de Capitais**. Editora Atlas, 2007 São Paulo – SP.

MEGLIORINI, Evandir; VALLIM, Marco Aurélio. **Administração financeira: uma abordagem brasileira**. Ed. 12 - São Paulo: Harbra, 2010.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaro. **Teoria geral da administração: da revolução urbana a revolução digital**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

CIBERCULTURA – A INTERNET COMO ELEMENTO DE FORMAÇÃO SOCIOCULTURAL

Marcela de Vasconcellos Mello Padilha³⁹⁴

A sociedade de hoje está caracterizada como a sociedade cibercultural, ou sociedade da informação. Nunca se enviou ou recebeu tantas mensagens, nos mais diversos formatos e mídias desde o universo tecnológico digital que cresce e sobrevive paralelo, independente e, ao mesmo tempo, diretamente conectado ao mundo real. Há quem diga que o mundo virtual ou cibernético é o retrato fiel do real, porém, mais acessível e recheado de todas as vantagens e facilidades que o físico não permite, como a ausência de distâncias, tempo e limites. Por outro lado, há quem questione a real veracidade e fidelidade deste universo paralelo, que tanto tem influenciado a sociedade atual.

Rudiger (2007) escreve que no final do século XX, a sociedade começa a viver um novo ciclo de transformações tecnológicas.

Após termos substituído a força física do homem pela energia da máquina (primeiro a vapor, depois elétrica), assiste-se pouco a pouco à encampação das capacidades intelectuais por autômatos ou máquinas informacionais. A revolução microeletrônica e a revolução tecnológico-industrial a ela combinada nos levam a considerar o surgimento de uma nova civilização, cujos princípios se ligam cada vez mais aos processos eletrônicos de comunicação. (RUDIGER, 2007, p. 63)

Neste contexto, real e cibernético, a escola surge como instituição milenar que mantém seu perfil tradicional, contudo, é lugar aonde se vê movimentos de busca por uma necessária mudança de paradigmas. Isto porque a mudança e a atualização, características inerentes à evolução humana, se tornaram exigências vitais para a instituição escolar e seus profissionais para que possam acompanhar a velocidade da sociedade da informação.

Atualmente, a máquina perdeu a condição de algo a ser animado, cultuado ou dominado. A máquina, agora, somos nós, algo que nos estrutura, um aspecto de nossa encarnação. Devemos ser responsáveis pelas máquinas: elas não nos dominam ou ameaçam. Somos responsáveis pelos limites: somos o mesmo que elas, e, portanto, elas são algo sujeito à construção e à desconstrução, um terreno onde passou a ser disputada nossa identidade [...] (HARAWAY apud RUDIGER, 2007, p. 75)

Ao trazer à tona a força de palavras como identidade, construção e desconstrução, limites, ou expressões como “a máquina somos nós” e “disputa de identidades”, a autora aponta para uma necessária mudança de atitudes frente ao uso, mero e simplista, das tecnologias que estão postas.

Desta forma, este estudo tem como objetivo geral estabelecer uma reflexão crítica acerca da utilização da internet como uma janela pedagógica entre professores de escolas públicas e particulares de Ensino Fundamental e Médio. Para isso, o eixo metodológico partiu de um aprofundamento teórico em torno do tema, enfocando a relação da Mídia e dos recursos tecnológicos com a Educação, bem como sobre uma observação sobre a escola, professores e alunos frente ao advento da Internet. Aqui, buscou-se a contribuição

³⁹⁴Graduada em Comunicação Social/Jornalismo (Urcamp). Especialista em Docência do Ensino Superior (UGF). Mestre em Ciências da Educação (Udelmar).

de teóricos como Francisco Rüdiger, Pierre Levy, Douglas Kellner, Patrick Charaudeau, Adriana Justin Cerveira Kampff, entre outros. Paralelo, foi realizada uma pesquisa de campo, onde foram aplicados questionários a professores de escolas particulares, estaduais e municipais, de onde foram colhidas uma amostragem de 80 entrevistas. O intuito foi complementar e enriquecer este debate que o projeto pretendeu fomentar, investigando o comportamento de professores que utilizam a Internet como recurso, seja didático ou como fonte de informação, além do caráter interativo, instantâneo e social que a rede oferece. A proposta também buscou observar como estes mesmos professores vêem a atuação da rede mundial na formação sociocultural dos alunos. Portanto, este estudo foi composto por uma pesquisa bibliográfica e investigativa de campo, com análise qualitativa dos dados.

A partir do entendimento de que a cibercultura é a mediadora por excelência de toda e qualquer relação que emana das pessoas, cristalizada como caminho inevitável ao aprimoramento humano em diversos níveis, e para o desenvolvimento tecnológico, parte-se a uma tentativa de melhor lidar com esta realidade cibernética à qual ou se é parte participante, ou mero mediado, ou ator central desta grande construção discursiva encenada/promovida por esta ligação em massa da humanidade.

De um ponto de vista simples e imediatista, este é um processo altamente positivo para a sociedade atual. São inúmeros os elementos capazes de converter a cibercultura em um dos grandes avanços não somente no tema da comunicação social, mas na descentralização do conhecimento, na democratização dos pensares, no acesso a distâncias e culturas nunca antes pensadas, e mais ainda, na rapidez e facilidade em que hoje se descobrem informações, e se acessa pessoas, dados, enfim.

Ao trazer ao debate a visão de Milton Santos (2001), compreende-se que a globalização resulta da evolução tecnológica que o mundo vive desde o tempo das primeiras técnicas, como os instrumentos de uso da agricultura, passando às máquinas industriais e chegando à comunicação de massa e a cibercultura.

Para o autor, vivemos num mundo confuso e confusamente percebido. “Haveria nisto um paradoxo pedindo uma explicação?”, questiona Santos (2001), ao pedir mais que uma resposta, mas ao elevar o pensamento ao nível de um debate mais profundo sobre isso tudo que a sociedade hoje vive.

De um lado, é abusivamente mencionado o extraordinário progresso das ciências e das técnicas, das quais um dos frutos são os materiais artificiais que autorizam a precisão e a intencionalidade. De outro lado, há também, referência obrigatória à aceleração contemporânea e todas as vertigens que cria, a começar pela própria velocidade. Todos esses, porém, são dados de um mundo físico fabricado pelo homem, cuja utilização, aliás, permite que o mundo se torne este mundo confuso e confusamente percebido. Explicações mecanicistas são, todavia, insuficientes. É a maneira como, sobre essa base material, se produz a história humana que é a verdadeira responsável pela criação da torre de babel em que vive a nossa era globalizada. (SANTOS, 2001, p. 17)

Em sua obra *Cibercultura*, Pierre Lévy (1999) impõe o debate sobre o mundo cibernético e a educação, afirmando:

Destotalizado, o saber flutua. Donde vem um violento sentimento de desorientação. Deveremo-nos crispar nos procedimentos e esquemas que garantiam a antiga ordem do saber? Não devemos, ao contrário, dar um pulo e penetrar em cheio na nova cultura, que oferece remédios específicos para os males que a mesma gera? É certo que a interconexão em tempo real de todos com todos é a causa da desordem. Mas ela é também a condição de possibilidade das soluções práticas para os problemas de orientação e aprendizado no universo do saber em fluxo. Com efeito, essa interconexão favorece os processos de inteligência coletiva nas comunidades virtuais, graças a que o indivíduo vê-se menos desprovido frente ao caos informacional. (Lévy, 1999)

O trecho acima revela que a sociedade atual está diante de um complexo sistema de comunicação e informação e que o ciberespaço requer, de fato, atenção crítica e reflexiva. São inúmeros os avanços sociais conquistados a partir da expansão da Internet, principalmente com a descentralização efetiva do conhecimento e com a democratização da cultura. Ainda assim, ao trazer-se o debate para dentro da escola, faz-se necessária a dedicação de um olhar mais atento a este sistema interativo e instantâneo por característica, desconexo e híbrido por natureza, e repleto e infinito de informações a cada clique. Contudo, partindo do viés da Educação, surgem questionamentos como: todo conteúdo e informação são confiáveis? Até que ponto as relações de interação virtual são seguras e saudáveis? A instantaneidade e a facilidade de acesso a bancos de dados ajudam ou atrapalham na construção do conhecimento? Professores estão preparados para o uso da Internet como fonte de informação e como ferramenta didática? Entre muitas outras questões.

E, afinal, que papel possuem as tecnologias no dia a dia da sociedade atual? Aqui se estabelece a necessidade de um entendimento que vai além do mero uso dos recursos tecnológicos como meios para se fazer algo ou, em educação, que sirva como simples suporte ou facilitador na transmissão de conteúdos. Os meios tecnológicos de informação e comunicação devem ser encarados como algo que ultrapassa o campo físico, deixando de ser meros condutores de mensagens, e, finalmente, passam a ser entendidos como elementos determinantes na forma como estas mensagens serão emitidas e, principalmente, compreendidas.

A partir da presença destes mecanismos, a sociedade passa a criar uma concepção de conceitos e ideias muito distinta daquela construção que antecede a era tecnológica. É fato que, desde que as tecnologias existem, e de forma muito rápida se modificam e encontram novidades, o entendimento de homens e mulheres sobre qualquer tema automaticamente sofre alterações.

A questão que norteia esta pesquisa encontra neste universo uma realidade, observada na análise dos questionários: ao que está posto pode-se dizer que ainda falta à maioria dos professores o tão falado olhar crítico sobre as tecnologias de comunicação e informação. Muitos relatos do uso técnico, da pesquisa pura e simples. Observa-se ainda a noção de que o que se tem na Internet se estabelece como verdade. Preocupa. Já que, no geral, fica claro que não há uma preocupação sobre o que se recebe através dos meios tecnológicos e de difusão de informações em massa.

Resulta disso, como probabilidade, que há uma falta de orientação aos alunos de todas as idades, sobre como encarar o advento da tecnologia de comunicação, já que falta ainda esta noção, de maneira muito geral, aos próprios docentes. Sim, é responsabilidade da família a formação de crianças e jovens. Não, professores não possuem a culpa pelos males sociais. Contudo, todos são protagonistas pela construção de uma sociedade melhor, mais cidadã, mais digna e mais elevada. Do contrário, não teríamos porque trabalhar, estudar, buscar o novo.

E o professor, foco desta proposta, é um ser com poderes incalculáveis. Uma figura milenar que ao longo de séculos e séculos sobrevive e, para isso, precisa se reinventar. Profissionais que podem muito ainda neste universo social altamente complexo, desconexo e multifacetado. Professores e professoras carregam em si a magia de fazer transformar, de trazer o que o ser humano tem de melhor em sua essência. Mas precisam estar atentos e entender que o ensinar, o aprender, o acessar, o teclar, o ligar e o desligar não são meras ações técnicas e automáticas. Todas elas são parte de um contexto histórico e social especialmente criado que interfere naquilo que será vivido, sentido e pensado num futuro muito próximo que já, antes mesmo de chegar, estará mudando e se retransformando.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**, Lisboa: Presença Editorial / Martins Fontes, 1980.

CHARAUDEAU, P. **Discursos das Mídias**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

COGO, D.; et al . **Tendências na Comunicação: 4**, Porto Alegre: L&PM, 2001.

FRANCO, M.A; SAMPAIO, C.S. **Linguagens, Comunicação e Cibercultura: novas formas de produção do saber**. Acesso em: 25 Jun. 2014.

KELLNER, D. **A Cultura da Mídia**, Bauru, SP: EDUSC, 2001.

LÉVY, P. **A inteligência coletiva**. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. **Cibercultura**, São Paulo: Editora 34, 1999.

RÜDIGER, F. **Introdução às Teorias da Cibercultura**, 2ª Ed. Porto Alegre: Sulina, 2007

_____; *et al* . **Tendências na Comunicação 2**. Porto Alegre: LP&M, 1997.

SANTOS, M. . **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**, 6ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

TORRES, C. **A Bíblia do Marketing Digital**. São Paulo: Novatec.

O NASCIMENTO DO JORNALISMO NOTICIOSO EM BAGÉ

Cristiane Pereira³⁹⁵
Orlando Carlos Brasil³⁹⁶

Desde o início do jornalismo impresso no Brasil, em 1808, muitas modificações já foram observadas. Entretanto, uma das mais profundas acontece entre o final do século XIX e início do século XX, com o advento do jornalismo informativo/noticioso. A população, diante da modernidade e do crescimento urbano, demandava um fazer jornalístico diferente, com mais variedades de tema, mais objetivo e mais atraente.

Esta pesquisa qualitativa busca mostrar como essas transformações foram assimiladas pelo jornalismo de Bagé, mais especificamente pelo Jornal *O Commercio*, veículo criado em 1894. Buscou-se, então, realizar uma análise temática do diário, além de constatar as mudanças ocorridas no jornalismo escrito a partir das páginas do referido jornal. Para isto, foi realizada uma análise de conteúdo, baseada em Laurence Bardin (2004), de nove edições do jornal *O Commercio*, de abril a dezembro de 1897, disponíveis para consulta no Museu Dom Diogo de Souza.

Segundo José Marques de Melo (2006), o jornalismo informativo se estabelece como categoria hegemônica no século XIX, quando “a imprensa norte-americana acelera seu ritmo produtivo, assumindo feição industrial e convertendo a informação de atualidade em *mercadoria*” (MELO, 2006, p.24). Esta nova fase do jornalismo traz inclusive modificações no seu visual. Conforme Melo (2006), quando a imprensa norte-americana se torna uma indústria de notícias, há uma mudança na paginação e nas formas dos títulos. “Imediatamente começam a modificar a primeira página, introduzindo uma paginação equilibrada, com títulos de duas colunas nas margens do jornal, incluindo também subtítulos e deixando o centro da página somente com texto” (MELO, 2006, p.24).

No Brasil, segundo Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca (2008), no início do século XX, a imprensa começa a sofrer a interferência da modernidade. No mesmo sentido, Marialva Barbosa (2013) destaca que nasce aí a imprensa de grande tiragem, com jornais baratos, com ilustrações, mesclando informação e diversão. Neste novo contexto, a publicidade torna-se peça fundamental.

Além disso, como ocorreu em terras norte-americanas, os jornais brasileiros também sofreram mudanças no conteúdo e na sua ordenação. “Aos poucos delineava-se a distinção entre matéria de caráter informacional ou propriamente jornalística, supostamente neutra e objetiva, e o texto de opinião, que tomava posição e defendia ideias e valores” (MARTINS; LUCA, 2008, p.152).

Barbosa (2013) também acredita que o jornalismo passou, nesta época, por uma drástica transformação em relação à mudança do teor das notícias que eram publicadas e a forma como eram distribuídas nas páginas. Nesta imprensa de massa, em que jornais de grandes centros chegam à marca de 150 mil exemplares, ganham destaque matérias sobre crimes brutais, violência, maus-tratos de crianças (BARBOSA, 2013).

Já no Rio Grande do Sul, como explica Francisco Rüdiger (2003), o nascimento do jornalismo noticioso está ligado à superação da pasquinagem, com a criação do jornalis-

³⁹⁵Professora mestre do Curso de Jornalismo da Urcamp, email:cripereira@hotmail.com

³⁹⁶Professor mestre do Curso de Jornalismo da Urcamp, email:orlando.cb@terra.com.br

mo-partidário. Assim, os velhos tipógrafos associaram-se aos comerciantes e negociantes locais para criar um jornalismo literário independente. Assim, no final do século XIX, o novo jornalismo literário e noticioso especializou-se na difusão de notícias e na discussão de assuntos da atualidade sem compromisso doutrinário.

Entre 1890 e 1920, o jornalismo literário-noticioso teve, pois, seu apogeu. Nesta época, de fato, multiplicaram-se em todo o Estado os jornais comprometidos com esse modelo jornalístico. O ciclo de desenvolvimento econômico-social iniciado em meados do século 19 estava passando por seu auge, e a sociedade encontrava-se em processo de modernização, que afetou o jornalismo em seu conjunto, pelo menos nos maiores centros urbanos (RÜDIGER, 2003, p.63).

Os jornais queriam se afastar do compromisso político-partidário, prezando pela imparcialidade editorial. “Em consequência disso, verifica-se a manifestação cada vez mais comum do princípio da neutralidade nos novos jornais, que visam com isso não somente se subtrair às convenções partidárias, mas promover o interesse geral da sociedade” (RÜDIGER, 2003, p. 61).

Constatou-se que todas as edições do jornal *O Commercio* estudadas possuíam quatro páginas, sendo que a estrutura era praticamente sempre a mesma. A primeira página apresentava mais textos noticiosos, informes institucionais da Prefeitura, artigos assinados geralmente com pseudônimos e folhetins. Sobre estes, destaca-se que oito das nove edições apresentaram. A presença destes folhetins caracteriza este tipo de novo jornalismo, como aponta Barbosa (2013). Já a segunda, a terceira e a quarta página apresentavam quase que na sua integralidade notas a pedido e anúncios, mostrando que a publicidade, apesar de feita de forma ainda rústica, já se destacava. No total das nove edições, contabilizou-se 118 textos não propagandísticos contra 589 anúncios. Destacam-se propagandas de farmácias, hotéis, armazéns e joalherias. Ressalta-se ainda que estes eram somente textos, não havendo ilustrações.

Além disso, a paginação do jornal ainda não era feita de forma equilibrada, como afirma Melo (2006), e nem os títulos são diagramados em duas colunas. Eles continuam com características do layout do jornalismo político-partidário, em uma coluna e com poucas palavras, os chamados títulos-rótulos, como o título *Inspeções*, que aparece nas edições de abril, maio e junho. Também não se observa distinção, na diagramação, entre matéria de caráter informacional e opinativa, indo, em partes, de encontro com a suposta neutralidade e objetividade apresentada por Martins e Luca (2008) como característica deste novo jornalismo noticioso.

Entretanto, é visível que *O Commercio* manifesta um determinado princípio de neutralidade, diariamente, já na capa. Abaixo do nome do jornal aparece “Orgão dos interesses locais”. A frase mostra uma busca da referida folha por se afastar dos compromissos políticos-partidários, de acordo com a tendência da época como afirma Rudiger (2003), já que não se declarava ligada a nenhum partido. Este afastamento também é visível nas matérias, já que poucas abordaram a temática política. Em contrapartida, foi possível selecionar quatro categorias temáticas mais recorrentes: *crimes e fatos sensacionais; revoluções e guerras; eventos culturais e sociais*.

Os *crimes e fatos sensacionais* são os assuntos que mais aparecem nas edições selecionadas. Os crimes vão desde pequenos furtos até homicídios. Um dos exemplos é a notícia “Tríplice Crime”, da edição de julho:

Com este título extrahimos de um jornal da capital uruguaya os seguintes tópicos relectivos ao tríplice crime, 2 assassinatos e um suicídio, de que foi autor e victima um cidadão assás bemquisto de nossa sociedade, onde também conta numeros amigos, o Sr. Serafim I. de Medeiros. (*O Commercio*, 02/07/1897, p.1).

O sensacionalismo também aparece nas páginas de *O Commercio*. Uma notícia curiosa é a divulgação de uma mulher que deu luz a um urso, em Nápoles. Segue o texto, da edição de novembro, com o título *Phenomenal*:

Em Nápoles, num lugar S. João uma senhora deu a luz um pequeno urso branco, morto. A mulher estava grávida há seis meses e foi assistida no monstruoso parto pelo professor Morizani, uma das summidas medicas da universidade. E' o facto attribuido a ter a parturiente visto, a cerca de dois meses dois ursos que um saltimbanco guiava por frente de sua casa (*O Commercio*, 17/11/1897, p.1).

Estes temas, policiais e sensacionais, são os mesmos apontados por Barbosa (2013) como os que ganham espaço neste jornalismo noticioso que estava nascendo, justamente para conquistar um maior número de leitores.

Revoluções e guerras é outro assunto muito recorrente nas edições analisadas. Desde notícias sobre revoluções internas, no Brasil, como a prisão de senhora que mandou carta a Antônio Conselheiro, líder da Guerra dos Canudos³⁹⁷, até notícias sobre a Revolução Uruguaia. Abaixo, notícia que envolve Conselheiro, na edição de setembro, retirada pelo *O Commercio* do Jornal Correio Mercantil, do Rio de Janeiro:

Foi presa hontem no correio desta Capital uma senhora que iria registrar uma carta dirigida a Antonio Conselheiro. Levada à Polícia e ahi interrogada, declarou que a carta continha versos. Parece que a senhora soffre das faculdades mentaes. (*O Commercio*, 16/09/1897, p.2).

Há algumas curiosidades nesta nota. A primeira é o fato de que dias depois da sua publicação, Antônio Conselheiro morre. Além disso, é visível perceber o que muitos historiadores contam: de que a imprensa da época descreve o líder de Canudos como um louco, fanático. Assim, conseqüentemente seus seguidores também, como é o caso da senhora presa. Por fim, o uso de verbos hipotéticos, como “parece”, o que é uma característica de um jornalismo mais interpretativo.

Em muitas edições estudadas também aparecem textos com divulgações de eventos culturais. Um exemplo é a curta nota emitida na edição de outubro: “Chega hoje do Rio Grande a Companhia de Zarzuela da direcção do sympathico artista M. Ponte, devendo estrear no próximo sabbado” (*O Commercio*, 21/10/1897, p.2). Outra nota semelhante aparece na edição de agosto: “A companhia Luso Brasileira levou ante hontem à scena o drama Noites na Índia, de bonito effeito dramatico e perfeitamente encenado pela companhia” (*O Commercio*, 14/08/1897, p.1). Nestas notas percebe-se a emissão de juízos opinativos, inclusive com a utilização de adjetivos, o que destoava ainda da suposta neutralidade do jornalismo noticioso, apesar da temática cultural permitir o uso de apreciações, mas que hoje são encontradas principalmente em críticas. Porém há outras notas essencialmente informativas, como a da edição de dezembro, com o título Circo Casali: “Temos hoje duas funções no circo Casali uma às 3 ½ da tarde e outra às 9 da noite. Estreará nellas a menina Viantina de 2 annos de idade” (*O Commercio*, 25/12/1897, p.2).

Por fim, a temática sociais. São notas informando sobre o movimento da sociedade: pessoas ilustres ou autoridades chegando de alguma viagem, retornando à cidade de Bagé, se mudando de endereço ou partindo para algum outro lugar. Incluímos aqui também as notas de falecimentos. Nos dias de hoje, estas temáticas não apareceriam misturadas ao texto informativo. Os jornais atuais possuem o obituário, dentro do gênero utilitário, e as colunas sociais, dentro do opinativo, em que se enquadrariam as notas aqui destacadas.

Seguem dois exemplos de viagens/mudanças. Uma é a nota da edição de novembro, com o título Dr. Pena: “De Porto Alegre onde fora tratar de pessoa de sua família que se acha enferma, regressou ante-hontem o illustrado medico Dr. Nicanor Peña” (*O Commer-*

cio, 17/11/1897, p.2). A outra é da edição de agosto: “Dr.Lybio Vinhas avisa a seus clientes ter mudado seu consultorio e residencia para a Rua General Netto, nº48” (*O Commercio*, 14/08/1897, p.2). Observa-se que são notas muito curtas e que curiosamente tratam de duas personalidades históricas da cidade, que hoje são nomes de importantes ruas do município.

Ao final desta pesquisa, é possível fazer algumas considerações. Primeiramente, constatou-se que o Jornal *O Commercio* marcou a transição do jornalismo político-partidário para o jornalismo literário-noticioso em Bagé. Esta afirmação deve-se ao fato de alguns aspectos do jornalismo regido pelos interesses partidários terem sido eliminados do fazer jornalístico e alguns aspectos do jornalismo informativo surgirem, agregados com o exercício literário ainda presente nas páginas do diário, principalmente através dos folhetins. Uma das grandes mudanças percebidas foi o enfoque temático, aparecendo principalmente notícias policiais. Entretanto, através da análise, pode-se perceber que não houve grandes modificações na estrutura, na paginação e na linguagem adjetivada dos textos em relação ao jornalismo praticado anteriormente.

Estes dados mostram justamente que o Jornal *O Commercio* iniciou, no final do Século XIX, uma caminhada gradual rumo ao jornalismo informativo/noticioso, um jornalismo que buscava certa neutralidade e objetividade. Assim, esta importante folha abriu caminho para uma imprensa informativa na cidade, aparentemente mais livre das ideologias político-partidárias.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 3.ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BARBOSA, Marialva. **História da Comunicação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2013.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MELO, José Marques de. **Teoria do jornalismo: identidades brasileiras**. São Paulo: Paulus, 2006.

MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. (orgs.). **Gêneros Jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

RUDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1993.

DIREITO

REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E REGIONAIS

Tibério Bassi de Melo³⁹⁸

A disputa entre os entes federados, para atração de investimentos, que são geradores de emprego e renda, foi e ainda é, tão importante a ponto de passar a ser reconhecida como uma “guerra fiscal”. Várias empresas, como a Ford, a Grendene a Azaléia e tantas outras, deixaram nosso Estado para reinstalarem-se em outros, nos quais as condições fiscais eram bem mais vantajosas.

Recentemente o art. 155 da CF, que trata do ICMS, foi alterado pela EC nº87/15, visando acabar com a guerra fiscal entre os Estados. O artigo criou alíquotas internas diferentes de alíquotas externas para a comercialização de mercadorias que saiam do Estado, objetivando reduzir o impacto da diferença fiscal que as 27 (vinte e sete) legislações de ICMS impuseram ao País, até agora.

Em nosso Estado, não há a menor dúvida quanto aos vultosos incentivos fiscais concedidos a grandes empresas nos últimos governos. No entanto, praticamente em sua totalidade, referidos investimentos escolheram instalarem-se na região metropolitana da capital ou no eixo Porto Alegre – Caxias. Com isto, a região da campanha foi tornando-se uma região mais deprimida economicamente, considerando a preponderância das atividades agrosilvopastoris.

Não há a menor dúvida de que nossa região da campanha possui uma topografia e está situada no bioma pampa, que são próprios para este tipo de atividade, que também decorre de seus aspectos histórico-culturais.

Entretanto, estas atividades, como cediço, geram pouco emprego e renda, comparadas a indústria, além de ser fator preponderante na concentração de renda e, consequentemente, na desigualdade social.

Outro aspecto decisivo da opção pela eixo Porto Alegre – Caxias do Sul, é a proximidade do centro consumidor e da Capital do Estado, com todos os seus benefícios. Não só relativos à questão logística, bem como pelo acesso a facilidade de conexões por meio do aeroporto e demais acessos de parcerias com universidades e tantas outras, como bons hotéis, restaurantes, shoppings e tantos outros. No entanto, estes não devem ser os fatores preponderantes nas decisões, pelo menos por parte do Estado, que está atuando em nome do “interesse público”.

O Estado Democrático de Direito brasileiro, em 1988 estruturou seu sistema jurídico a partir dos Direitos Humanos oriundos da Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH – de 1948 e demais Pactos assinados em 1966. Referido perfil de Estado, é de um Estado do Bem Estar Social ou Welfare State, no qual o Estado assume a obrigação, a partir de uma série de direitos fundamentais, de garantir a Dignidade da Pessoa Humana para todos seus cidadãos, sem qualquer preconceito.

Referida estrutura foi atrasada em quarenta anos, devido aos regimes militares que se instalaram na América Latina, bem como no Brasil, no período da guerra fria até o início da última década do século XX.

Quando o Brasil conseguiu sua redemocratização, por meio da CF de 1988, o cenário

³⁹⁸Professor da URCAMP – Mestre em Direito Público pela UNISINOS especialista em Direito Ambiental pela UFPEL; especialista em Direito Econômico e Empresarial pela FGV.

mundial já havia deixado para trás o Estado do Bem Estar Social com o que se passou a chamar de “neoliberalismo”, que visava a redução da participação do Estado na economia e o retorno à preponderância do livre mercado e, agora, a nível global ou globalização econômica.

Nossa Carta Cidadã no entanto, mesmo que com várias alterações promovidas pelo constituinte derivado, principalmente relativas à Ordem Econômica, manteve sua estrutura quanto aos princípios e direitos fundamentais. Manteve, também, os objetivos fundamentais em seu art.3º, dentre eles, a redução das desigualdades sociais e regionais.

Além disso, nossa lei maior também estabeleceu como princípio da ordem econômica do país, a redução das desigualdades regionais e sociais, Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: VII - redução das desigualdades regionais e sociais;

O breve e presente estudo não tem o objetivo de ingressar na seara do significado da Justiça Social, embora ela seja o grande pano de fundo que exigiu, e que ainda exige, a redução das desigualdades regionais e sociais como objetivo da República Federativa do Brasil. Pois, segundo dados estatísticos notórios, nosso país é um dos países com uma das maiores desigualdade do mundo, mas isto não é uma particularidade só do Brasil.

No Brasil, a situação é pior que a mundial. Pois, embora o Brasil seja um dos países mais ricos do mundo, com PIB (Produto Interno Bruto) dentro das dez maiores economias mundiais, a desigualdade social o coloca na frente, apenas de países muito pobres, como Haiti, Camarões, Tailândia e Madagascar, como já foi publicado pelo site desigualdades sociais.

Em nosso Estado, a desigualdade entre Norte mais rico e desenvolvido, com o Sul, mais estagnado, é notória e reconhecida há muitos anos. Entratanto, nenhuma política pública efetiva, foi desenvolvida pelos últimos governos, para solucionar ou mitigar esta desigualdade. Pelo contrário, todas elas, principalmente a de incentivos fiscais, concentraram-se na região metropolitana ou no eixo Porto Alegre – Caxias, como são exemplos claros a GM em Gravataí, a DELL em Eldorado do Sul e tantos outros investimentos.

O fato, no entanto, é de que do ponto de vista legal e administrativo, o Estado pode e deve utilizar-se da função extrafiscal dos tributos para incentivar determinados setores ou regiões. Porém, muito embora a norma constitucional que ora se analisa seja de ordem programática, não pode o Poder Público subverter sua ordem, agindo, ao contrário de buscar reduzir as desigualdades sociais e regionais, aprofundá-las com incentivos fiscais destinados, sempre a mesma região do Estado.

Por outro lado não podemos admitir a teoria de que é do interesse das empresas instalarem-se na região metropolitana ou no eixo Porto-Alegre – Caxias do Sul. Pois, considerando que, como cediço, na esfera do setor público deve reinar a preponderância do interesse público sobre o privado e aquele é indisponível, é o Estado que deve estabelecer as condições e critérios para o incentivo público e não a iniciativa privada. Não fosse desta forma, o Estado estaria contrariando todas as regras de uma República Federativa, por meio da qual o “interesse público” é que justifica sua existência e suas ações.

Na hipótese da Carta Constitucional ter estabelecido como objetivos fundamentais do país, assim como princípio da ordem econômica a redução das desigualdades regionais e sociais, ainda que o Estado não tenha condições financeiras para garantir políticas públicas com este viés, não pode, por outro lado, incentivar ações que determinarão o revés.

Não podemos deixar de considerar, neste caso, que incentivos fiscais, na verdade, além da utilização extrafiscal dos tributos, a partir do qual o Estado interfere na economia, ao mesmo tempo significa transferência de renda daqueles que mantém o Estado com pagamentos de tributos, à iniciativa privada. Isto significa, por óbvio, uma ação totalmente

contrária ao objetivo fundamental de redução das desigualdades sociais, uma vez que é concentrador, ainda mais da renda.

Justificar-se-ia se, e somente se, determinados incentivos fossem concedidos para os investimentos que se instalassem em regiões deprimidas economicamente, pois, senão, trata-se de ação completamente inconstitucional, haja vista que ao arrepio dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

Isto não quer dizer, por outro lado, que o Estado não possa admitir que novas indústrias queiram se instalar nas regiões onde elas entenderem mais vantajosa. Uma vez que vivemos em um Estado de livre comércio e livre concorrência. O que se está afirmando é que o Poder Público não pode conceder incentivos para regiões já desenvolvidas, a despeito dos objetivos traçados pela Carta Constitucional, de redução das desigualdades regionais e sociais. Ou seja, o interesse privado não pode preponderar sobre o interesse público, pelos menos na esfera do Poder Público, no qual a regra é da preponderância do interesse público sobre o privado.

Se, realmente vivemos e temos um Estado Democrático de Direito, o mercado ou o sistema econômico, por mais forte e significativo que seja, não pode ditar as regras a serem adotadas, pelo menos pelo Estado. Pois, do contrário, trata-se da distopia da democracia, na qual o sistema político, representativo ou direto, deixa de decidir pelo interesse público, por força da decisão do sistema econômico.

Do ponto de vista Luhmaniano, há uma corrupção do sistema político pelo sistema econômico, fazendo com que as decisões do sistema político não mais se baseiem em sua lógica da opinião da maioria, mas sim pela decisão da minoria que detém o capital, na lógica do custo/benefício ou lucro/prejuízo. Ou de outro ponto de vista, ainda que o mercado seja importante, o sistema político é o democrático e o sistema econômico é o livre mercado. O sistema político deve operar sob a égide da decisão da maioria, enquanto o sistema econômico deve operar sob a égide da lucro. Se esta lógica for subvertida ou corrompida, como parece estar sendo com um manto de legalidade, não estamos em um Estado Democrático, uma vez que as decisões políticas não podem basear-se na lógica do mercado.

Desta forma, considerando as normas constitucionais já referidas, que determinam ações afirmativas do Poder Público na busca pela redução das desigualdades regionais e sociais, bem como que sua ordem econômica também deverá observar este objetivo como princípio, não há nenhuma justificativa do Estado do Rio Grande do Sul ainda não ter uma política de incentivos fiscais diferenciada para Metade Sul, que é considerada, economicamente deprimida.

Todos os argumentos contrários, além de inconstitucionais, são reveladores da tentativa ou efetividade da corrupção do sistema político pelo sistema econômico, isto é, como já referido, uma distopia da democracia.

REFERÊNCIAS

LUHMANN, Niklas. **Introdução à Teoria dos Sistemas**; tradução de Ana Cristina Arantes Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

JULIOS-CAMPUZANO, Alfonso de, **Constitucionalismo em tempos de globalização**; tradução José Luis Bolzan de Moraes, Valéria Ribas do Nascimento, Porto Alegre: Livraria do Advogado ed., 2009.

MIRANDA, Jorge. **Teoria do Estado e da Constituição**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2009.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. **Direito Administrativo**. 14^a ed.. São Paulo: Editora Atlas. 2002.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 12^o ed.. São Paulo: Malheiros Editores. 1996.

SARLET, Ingo Wolfgang, **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**, 7.ed. rev. Atual., Porto Alegre: Livraria do advogado Ed., 2009.

_____(org). **Constituição, Direitos Fundamentais e Direito Privado**. 2^a.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

_____. **A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional**. 10^a. ed. rev. atual. e ampl., Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2009.

O INSTITUTO DA DESAPOSENTAÇÃO E A DIALÉTICA ENTRE SUA INTERPRETAÇÃO JURÍDICA E O POSICIONAMENTO DA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA, NO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO

Sílvia Pereira de Carvalho³⁹⁹

Júlio Cesar Silva Lucas⁴⁰⁰

O Direito Previdenciário é um ramo do Direito Público surgido da conquista dos Direitos Sociais no fim do século XIX e início do século XX, e tem como objetivo o estudo e regulamentação da seguridade social, motivo pelo qual sofre constantes transformações.

No Direito Previdenciário brasileiro, o instituto da desaposentação é um tema relativamente novo, sendo uma construção predominantemente doutrinária e jurisprudencial, já que inexistente previsão legal acerca do assunto. Há, portanto, uma omissão legislativa quanto ao trato da matéria, ou seja, não há norma autorizadora nem proibitiva, sendo este um dos motivos que gera a dialética a ser apresentada neste trabalho.

Como objetivo geral, tem-se a apresentação do debate existente entre o entendimento da Autarquia Previdenciária e, de outro lado, da doutrina e jurisprudência majoritárias, apontando os principais argumentos utilizados na busca pelo indeferimento ou concessão da desaposentação, respectivamente.

O método de estudo utilizado para se chegar a uma conclusão foi o dedutivo, com técnica de revisão bibliográfica, que consiste basicamente em comparar os entendimentos de vários autores da doutrina, a fim de se obter, ao final, um raciocínio crítico acerca do que fora pesquisado.

Do ponto de vista dos seus objetivos a pesquisa é exploratório-explicativa. Exploratória pelo escopo de proporcionar maior familiaridade com o problema, sob a forma de pesquisa bibliográfica e jurisprudencial. E explicativa porque tem como principal preocupação os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos.

A exploração do assunto justifica-se por ser de alta relevância à população brasileira, em especial aos aposentados pelo Regime Geral de Previdência Social que continuam a exercer atividades laborativas e, portanto, obrigados a permanecer contribuindo para o sistema previdenciário, sob pena de irregularidade.

Por fim, espera-se apresentar, como resultado final, os argumentos utilizados tanto pela doutrina e jurisprudência, quanto pelo Instituto Nacional da Seguridade Social, no que tange à concessão ou indeferimento da desaposentação, respectivamente.

Adentrando no assunto em questão, sabe-se que a previdência social possui caráter contributivo-retributivo e de filiação obrigatória, ou seja, para que um cidadão tenha direito a algum dos benefícios por ela oferecidos, deve – desde que execute atividades lucrativas lícitas - filiar-se ao sistema previdenciário e, a partir de então, passar a contribuir como segurado. É isto que ensinam a Lei de Benefícios da Previdência Social nº 8.213/91, nos seus artigos 1º e 11, bem como o Decreto 3.048/99 no artigo 5º, e, finalmente, a Constituição Federal de 1988 no artigo 201.

³⁹⁹Advogada, Mestranda em Direito pela UNISINOS, especialista em Direito Previdenciário e pós-graduanda em Direito de Família e Sucessões. E-mail silviapcarvalho@gmail.com.

⁴⁰⁰Advogado, Professor da URCAMP no campus de Bagé-RS, Mestre em Direito pela UNISC. E-mail: julioclucas@ibest.com.br

Este enlace entre o segurado e o sistema previdenciário se justifica pelo princípio constitucional da solidariedade, pois a previdência é custeada pelos trabalhadores ativos, pelo governo e pelos empregadores. Assim, há como se prever uma fonte de custeio para cada benefício.

Nessa esteira, sabe-se que um dos benefícios mais almejados pelos trabalhadores é a aposentadoria, que tem previsão constitucional nos artigos 7º, inciso XXIV, e 201, §7º. Além disso, possui previsão em normas infraconstitucionais como nas Leis nº 8.213/91, 8.212/91, Decreto 3.048/99 e Instrução Normativa 45/2010. Tal benefício, por sua vez, pode ser de quatro espécies: por idade, por tempo de contribuição, especial e por invalidez. Cada uma com seus requisitos próprios, mas todas com a necessidade de contribuição prévia.

Ocorre que, em que pese os trabalhadores sonhem em dado momento da vida poder descansar e usufruir da sua aposentadoria dignamente, mantendo o poder aquisitivo de sempre, o reajustamento diferenciado do valor deste benefício em relação à remuneração dos trabalhadores ativos, dentre outros fatores, obrigam muitos aposentados a voltarem ao mercado de trabalho para completar a renda familiar.

No entanto, muito embora o caráter contributivo-retributivo da previdência social, os artigos 11, §3º e 18, §2º da Lei nº 8.213/91 geram conflito ao disporem, respectivamente:

Art. 11. [...]

§3º O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS que estiver exercendo ou que voltar a exercer atividade abrangida por este Regime é segurado obrigatório em relação a esta atividade, ficando sujeito às contribuições de que trata a Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, para fins de custeio da Seguridade Social. **[grifo nosso]**

Art. 18. [...]

§2º O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS que permanecer em atividade sujeita a este Regime, ou a ele retornar, não fará jus à prestação alguma da Previdência Social em decorrência do exercício desta atividade, exceto salário família e à reabilitação profissional, quando empregado. **[grifo nosso]**

Além disso, o artigo 103 do Decreto 3.048/99 garante à aposentada nestas condições o pagamento de salário maternidade.

Ou seja, de acordo com a legislação previdenciária atual, em relação ao aposentado que faz parte do mercado de trabalho, a característica da retributividade por parte da previdência social é deixada de lado pelo fato de o regime de financiamento da previdência ser “inspirado nos princípios da solidariedade e obrigatoriedade, de modo que a contribuição não pressupõe, sempre, uma contraprestação” (ROCHA; BALTAZAR JUNIOR, 2012, p. 111), pois, em que pese o Decreto 3.048/99 garanta o salário maternidade, tal hipótese é rara na prática tendo em vista que, geralmente, a mulher que se aposenta já não tem a idade ideal para uma gestação.

É justamente sobre esta problemática que surge a discussão sobre a desaposentação, pois não há definição se tais contribuições devem ser consideradas para a obtenção de uma aposentadoria mais vantajosa; ou se, em virtude dos artigos acima mencionados, devem apenas integrar o sistema em caráter de solidariedade.

Em virtude da ausência de regulamentação sobre o assunto, vários entendimentos confrontantes surgem, pois, considerando a interpretação jurídica favorável à sua concessão, tem-se que a aposentadoria é um direito individual, disponível, e, portanto, renunciável a qualquer momento. Por outro lado, o Instituto Nacional da Seguridade Social defende ser inadmissível a desaposentação em virtude do disposto no artigo 181-B do Decreto 3.048/99, que veda a renúncia à aposentadoria, pois, caso contrário, haveria ofensa à segurança jurídica e à legalidade dos atos administrativos, com base no artigo 37 da Constituição Federal. Além

disso, defende seu posicionamento invocando o art. 18, §2º da Lei 8.213/91, já transcrito.

À favor da desaposentação, Castro e Lazzari ensinam que:

A desaposentação é o direito do segurado ao retorno à atividade remunerada, com o desfazimento da aposentadoria por vontade do titular, para fins de aproveitamento do tempo de filiação em contagem para a nova aposentadoria, no mesmo ou em outro regime previdenciário (2004, p. 509).

Ainda neste sentido, Rocha e Baltazar dizem:

[...] a desaposentação consiste na desconstituição do ato administrativo de concessão do benefício previdenciário de aposentadoria, tornando novamente disponível o tempo de contribuição ou de serviço – para não incidir na proibição do inciso III do art. 96 – tendo por objetivo a obtenção de um benefício mais vantajoso, seja no regime geral, ou em outro regime próprio (2012, p. 238).

Em sentido contrário, Kravchychyn et al. (2013) explicam que o INSS entende que a aposentadoria é irrenunciável, dado o seu caráter alimentar, e só se extingue com a morte do segurado, transformando-se em pensão por morte caso haja parentes habilitados. Assim, seria um benefício irreversível por ser decorrente de um ato jurídico perfeito e acabado, só podendo ser desfeito pelo Poder Público em caso de erro ou fraude na concessão, nos termos do artigo 5º, XXXVI, da Constituição Federal.

Defendendo a admissibilidade da desaposentação, salienta-se que a irrenunciabilidade está prevista em um Decreto, que é um ato normativo secundário e que não pode criar proibição não prevista em lei, pois de acordo com o artigo 5º. II da Carta Magna, apenas os atos normativos primários é que podem inovar o ordenamento jurídico. Além disso, a aposentadoria é um direito personalíssimo e patrimonial, sendo passível de renúncia a qualquer tempo, portanto (IBRAHIM, 2011).

Acerca do assunto manifestou-se o Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.340.432-RS reconhecendo a desaposentação como renúncia sem que seja necessário devolver qualquer valor já percebido de boa fé em virtude do seu caráter alimentar. No entanto, nos Tribunais Regionais Federais não há uniformidade quanto ao tema. A Turma Nacional de Uniformização, por sua vez, entende que deve haver devolução dos valores já recebidos.

Em relação ao disposto no artigo 18, §2º da Lei 8.213/91, tramita no Supremo Tribunal Federal o Recurso Extraordinário sob o nº 381.367/RS, que trata da inconstitucionalidade da Lei nº 9.528/97, que deu redação ao referido artigo, uma vez que em absoluta discordância com o artigo 201, §11 da Carta Magna, que ensina: “Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e consequente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei”.

Após idas e vindas, suspensões e adiamentos do referido Recurso Extraordinário, atualmente sua decisão encontra-se empatada com dois votos contra proferidos pelos Ministros Teori Zavascki e Dias Toffoli, e dois votos a favor proferidos pelo Ministros Marco Aurélio e Luis Barroso. De qualquer forma, ao que tudo indica, a decisão não tardará muito mais tempo, pois com a nova regra da aposentadoria, conhecida como fórmula 85/95, vários segurados passam a preencher os requisitos e ajuizar demandas.

No entanto, em que pese muito bem argumentada a posição que defende o instituto da desaposentação, deve-se levar em consideração o cenário econômico atual do Brasil. Além disso, trata-se de uma decisão de cunho político, onde prevalece a alegação de que, caso reconhecido o direito a este instituto, inevitável será a crise do sistema financeiro e atuarial, uma vez que os cofres públicos necessitarão desembolsar bilhões de reais para custear os novos benefícios sem que haja a prévia fonte de custeio exigida pela lei previdenciária, pois o valor das contribuições pagas pelos aposentados serviriam, em tese, para custear todo o

sistema previdenciário pelo caráter da solidariedade.

Cumpra salientar, por oportuno, que o julgamento do Recurso Extraordinário acima mencionado estava previsto para agosto de 2014 e foi adiado para o dia 29 de outubro do mesmo ano e, mais uma vez postergado em virtude do pedido de vista da Ministra Rosa Weber, sem data definida para ocorrer.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988.

_____, **Lei nº 8.213, de 21 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF, 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm>. Acesso em: 02.10.2015.

_____, **Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Brasília, DF, 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8212cons.htm>. Acesso em: 02.10.2015.

_____, **Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999**. Aprova o Regulamento da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3048.htm>. Acesso em: 02/10/2015.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de Direito Previdenciário**. 5. ed. São Paulo: LTr, 2004.

IBRAHIM, Fabio Zambitte. **Desaposentação: o caminho para uma melhor aposentadoria**. 5. ed. Niterói: Impetus, 2011.

KRAVCHYCHYN, Jefferson Luis et al. **Prática Processual Previdenciária Administrativa e Judicial**. 4. ed. rev. Atual. – Rio de Janeiro: Forense, 2013.

ROCHA, Daniel Machado da; BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo. **Comentários à lei de benefícios da previdência social**. 11. ed. rev. Atual. Porto alegre: Livraria do Advogado. Editora: Esmafe, 2012.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, RE 381367/RS, Rel. Min. Marco Aurélio, (RE-381367). Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp>>. Acesso em: 02.10.2015.

A JUDICIALIZAÇÃO COMO FORMA DE GARANTIR EFETIVIDADE AO DIREITO À SAÚDE

Juliana Gonçalves de Oliveira⁴⁰¹
João Pedro Gonçalves Quintana⁴⁰²

Embora o direito à saúde esteja inserido em nossa Constituição dentre os Direitos Fundamentais sociais, contando com a regra da aplicabilidade imediata prevista no §1º, do art. 5º da CF, a grande quantidade de demandas judiciais no âmbito da saúde demonstra a existência de uma busca por sua efetivação. A escolha do tema deu-se pela relevância que os direitos fundamentais sociais têm em relação à realização da plena cidadania e na busca da justiça social e diminuição das desigualdades, também, pelas inúmeras ações judiciais em tramitação buscando a efetivação do direito à saúde.

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a questão da judicialização do direito à saúde, verificando se tal direito deve ser analisado apenas pela ótica do direito social, que tem por finalidade diminuir as desigualdades por meio de políticas públicas ou se ele também pode ser encarado de uma maneira mais individualista, se utilizando da sua ligação com o direito à vida e tendo sua efetividade pleiteada em ações judiciais individuais.

A metodologia adotada parte da pesquisa bibliográfica em conjunto com estudos descritivos e pesquisa documental, vez que, após uma análise doutrinária acerca da questão da judicialização do direito à saúde, serão demonstrados exemplos de ações civis públicas ajuizadas com intuito de obter políticas públicas de saúde diante das omissões estatais.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, o direito à saúde pode ser conceituado da seguinte maneira:

A saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doenças ou de enfermidade. Gozar do melhor estado de saúde que é possível atingir constitui um dos direitos fundamentais de todo o ser humano, sem distinção de raça, de religião, de credo político, de condição econômica ou social.

Percebe-se, desde logo, a amplitude do direito à saúde, que abarca, em seu conceito uma série de outros direitos. Dalmo de Abreu Dallari (2004, p.76) exemplifica alguns destes, também fundamentais, direitos, seriam eles: Direito de ser tratado com igualdade e respeito, meio ambiente saudável, condições confortáveis de moradia, básicos cuidados de higiene, boa alimentação, ambiente saudável de trabalho e estudo, entre outros. Na ótica do autor, se o Estado proporcionasse um mínimo de vida saudável, chegaríamos ao ideal de que “as pessoas não cheguem a ficar doentes ou tenham o mínimo de doenças”, o direito a receber assistência médica só seria exigido após a falha do Estado em satisfazer os direitos menores englobados pelo direito à saúde.

Devido a esta relação com tantos outros direitos, temos uma questão de ponderação extremamente complexa, onde está em jogo “o direito à vida e à saúde de uns versus o direito à vida e à saúde de outros”, não havendo “solução juridicamente fácil ou moralmente simples nessa questão” (BARROSO, 2007, p. 91).

⁴⁰¹Advogada, Conciliadora Criminal, Aluna do mestrado em Direito e Justiça Social da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Pós Graduada em Direito e Processo do Trabalho e em Direito Constitucional pela Universidade Anhanguera Uniderp, Bacharel em Direito pela Universidade da Região da Campanha (URCAMP), e-mail: juliana_g.deoliveira@live.com

⁴⁰²Advogado, Pós Graduado em Direito e Processo do Trabalho pela Universidade Anhanguera Uniderp, Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), e-mail: joao_pedro.q@hotmail.com

A condição de fundamental, concedeu, ao direito à saúde, o status de direito subjetivo, oponível contra o Estado. Sempre que a Constituição define um direito fundamental este se torna exigível, inclusive mediante ação judicial, “o Judiciário deverá intervir sempre que um direito fundamental ou não fundamental estiver sendo descumprido” (BARROSO, 2007, p. 96). Entretanto, José Gomes Canotilho (2001, p. 946), adverte que “os juízes não se podem transformar em conformadores sociais” e que deve-se atentar para o fato de que não se pode “obrigar juridicamente os órgãos políticos a cumprir determinado programa de ação”.

Quanto às possibilidades de ação do judiciário, Barroso (2007, p.104) faz a seguinte observação:

onde não haja lei ou ação administrativa implementando a Constituição, deve o Judiciário agir. Havendo lei e atos administrativos, e não sendo devidamente cumpridos, devem os juízes e tribunais igualmente intervir. Porém, havendo lei e atos administrativos implementando a Constituição e sendo regularmente aplicados, eventual interferência judicial deve ter a marca da autocontenção.

O art. 196 da CF garantiu o “acesso universal e igualitário às ações e serviços” para a “promoção, proteção e recuperação” do direito à saúde, logo, trata-se de dever constitucional do Estado em promover, mediante políticas públicas, a efetivação do direito à saúde. Segundo Ingo Wolfgang Sarlet e Mariana Filchtiner Figueiredo (2011, p. 789), a universalidade deste direito não impede diferenciações na aplicação prática, principalmente pelo emprego dos princípios da igualdade material, proporcionalidade e equidade, que justificam discriminações positivas em busca de justiça social, afinal, por ser um direito social, o direito à saúde deve seguir o seu objetivo principal, que é o de reduzir as desigualdades fáticas.

Sem dúvidas o Poder Judiciário pode e deve intervir em casos que digam respeito aos direitos sociais, entretanto, Barroso (2007, p. 106) nos mostra que dentre as várias objeções à judicialização, a principal delas é a questão financeira, denominada de reserva do possível, vez que “os recursos públicos seriam insuficientes para atender às necessidades sociais” e “investir recursos em determinado setor sempre implica deixar de investi-los em outros”.

Por serem direitos subjetivos de prestações relativas a bens materiais, a efetividade dos direitos sociais sempre esbarra na questão da escassez de recursos. Nesse sentido, Sarlet (2008, p. 186) entende que “o ‘fator custo’ de todos os direitos fundamentais, nunca constituiu um elemento, por si só e de modo eficiente, impeditivo da efetivação pela via jurisdicional”. O autor (p. 193), ainda, alega que a reserva do possível tem sido usada pelo Estado como “argumento impeditivo da intervenção judicial” e como uma desculpa para a omissão estatal.

Inicialmente, a doutrina majoritária entendia como acertada a busca pela efetividade do direito à saúde via ações individuais, entretanto, nos últimos anos, vários autores vêm sustentando que o ideal seria a judicialização por meio de ações coletivas, visando a obtenção de políticas públicas em vez de processos individuais. A ação para o fornecimento de medicamentos seria uma ação extremamente individualista, pois os recursos que seriam direcionados à políticas sociais, avaliando custos e benefícios e visando diminuir as desigualdades, acabam privilegiando apenas os que possuem acesso qualificado à justiça, que conhecem seus direitos e podem arcar com o custo de um processo judicial (BARROSO, 2007, p.107).

Sarlet; Figueiredo (2011, p. 807-8), explicam que jamais pode se excluir a possibilidade da tutela individual, que é “inerente e inafastável” do direito à saúde, já que, diretamente ligado ao direito individual à vida, à integridade física e a dignidade humana. Os autores (p. 829), ainda, criticam a ausência de preocupação nas decisões judiciais sobre as suas consequências, sugerindo a criação de varas judiciais especializadas, para uma decisão

mais consciente e responsável, isonômica e racional, evitando a litigância individual descontrolada. Na tentativa de aproximar o judiciário dos casos concretos, o Supremo Tribunal Federal, nos meses de abril e maio de 2009, realizou audiência pública, onde foram ouvidos 50 especialistas em diversas áreas do direito, da saúde e da sociedade.

Por ser um direito social, o principal objetivo do direito à saúde é o de promover a justiça social e a diminuição das desigualdades, logo, a forma mais adequada de pleitear sua efetividade seria por meio de ações coletivas, como a Ação Civil Pública, que seria uma boa opção para combater o atual problema a judicialização individual excessiva no campo do direito à saúde.

O uso do instrumento da Ação Civil Pública para discutir políticas públicas esbarra na alegação de violação do Princípio da separação de poderes, todavia, o alcance das normas sobre direitos fundamentais sociais admitem a intervenção do Poder Judiciário em casos de omissões dos demais Poderes, nas palavras de Barroso (2007, p. 110) “embora não caiba ao Judiciário refazer as escolhas dos demais Poderes, cabe-lhes por certo coibir abusos”.

A fim de demonstrar as possibilidades de obter políticas públicas asseguradoras de justiça social através de ações civis públicas, vejamos alguns exemplos destas ações, pleiteando a construção de hospitais: a)⁴⁰³ Espírito Santo, município de Cachoeiro do Itapemirim; b)⁴⁰⁴ Ceará, município de Juazeiro do Norte; e c)⁴⁰⁵ Pará, município de Tucuruí. Analisando-se os exemplos percebe-se que o único que apresenta algum resultado é o caso do Município de Cachoeiro do Itapemirim, justamente, o único que realizou audiência pública, tentando aproximar o judiciário da realidade do problema da saúde e da escassez de recursos públicos, bem como buscou acordos com o Estado, e vêm inspecionando seu cumprimento, em vez de, simplesmente ordenar que o Estado cumpra uma decisão judicial.

Da análise do presente trabalho ficou claro que o Princípio da Reserva do Possível já não é mais argumento capaz de impedir a aferição do direito à saúde pela via judicial. Não restam dúvidas, que o ideal seria a judicialização por meio das ações coletivas, pois o excesso de demandas judiciais individuais pode levar ao ponto de realocar recursos que eram destinados à políticas públicas que beneficiariam uma coletividade, para satisfazer requerimentos individuais de pessoas, muitas vezes, não tão necessitadas. Ainda, verificou-se que a Ação Civil Pública pode ser utilizada como saída para o problema da judicialização individual excessiva, sem haver violação do Princípio de separação dos poderes.

Ademais, do exame dos exemplos de ações civis públicas, percebe-se que apenas judicializar, mesmo no âmbito coletivo, não garante a efetividade das políticas públicas.

Assim, conclui-se que o caráter universal do direito à saúde pode ser utilizado para legitimar a intervenção do Judiciário nos casos em que o Estado não conseguiu realmente efetivá-lo. Já o caráter igualitário, pode ser visto como argumento contrário à judicialização, pois uma ação individual, por exemplo, beneficia um cidadão específico, em desprezo da coletividade. O ideal, é sempre usar o bom senso e a ponderação de princípios e direitos para se obter o melhor resultado para o caso concreto, visando sempre a realização dos objetivos principais do direito fundamental à saúde, que é o de garantir aos cidadãos uma

⁴⁰³Ação Civil Pública n.º 0000598-97.2014.4.02.5002, ajuizada, em 30/07/2014, pelo Ministério Público do Estado do Espírito Santo e pelo Ministério Público Federal, perante a 2ª Vara Federal da Subseção de Cachoeiro do Itapemirim, Seção Judiciária do Espírito Santo, TRF da 2ª Região, em face da União, do Estado do Espírito Santo e do Município de Cachoeiro do Itapemirim. Foi realizada audiência pública e posteriormente um acordo entre Município e União e a Justiça Federal vem monitorando o cumprimento do acordo.

⁴⁰⁴Ação Civil Pública n.º 0001355-22.2014.4.05.8102, ajuizada em 10/07/2014, pelo Ministério Público Federal, perante a 16ª Vara Federal da subseção de Juazeiro do Norte, Seção Judiciária do Ceará, TRF da 5ª Região, em face da União, do Estado do Ceará e do Município de Juazeiro do Norte. Ainda pendente de sentença.

⁴⁰⁵Ação Civil Pública n.º 0002498-32.2014.4.01.3907, ajuizada, em 03/06/2014, pelo Ministério Público do Estado do Pará e pelo Ministério Público Federal, perante a Vara Federal Única da Subseção de Tucuruí, Seção Judiciária do Pará, TRF da 1ª Região, em face da União, do Estado do Pará e do Município de Cachoeiro do Itapemirim. Determinada a exclusão da União do polo passivo e consequentemente reconhecida a incompetência absoluta da Justiça Federal.

vida saudável, o acesso à saúde e o direito de litigar por seus direitos individuais, mas sem nunca deixar de levar em consideração a questão da justiça e da igualdade social.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. Da falta de efetividade à judicialização excessiva: direito à saúde, fornecimento gratuito de medicamentos e parâmetros para a atuação judícia. **Revista da Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul**. v. 31. n. 66. Porto Alegre: PGE, p. 89-114, 2007.

CANOTILHO, Joaquim José Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 5. ed. Coimbra: Almedina, 2001.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania**. 2.ed. Reform. São Paulo: Moderna, 2004. Capítulo 13, “Direito à saúde”, p. 73-78.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Constituição da Organização Mundial de Saúde**. Nova Iorque, 22 jul. 1946.

SARLET, Ingo Wolfgang. “Os direitos fundamentais sociais e os vinte anos da Constituição Federal de 1988: resistências e desafios à sua efetivação”. **Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica**. v. 6. Belo Horizonte: Fórum, p. 163-206, 2008.

_____; FIGUEIREDO, Mariana Filchtiner. “Algumas considerações sobre o direito fundamental à proteção e promoção da saúde aos 20 anos da Constituição Federal de 1988”. In: Flávia Piovesan; Maria Garcia. (Org.). **Doutrinas Essenciais DIREITOS HUMANOS**. 1. ed. v. 3. São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 775-830, 2011.

POLÍTICAS PÚBLICAS E O INCENTIVO FISCAL PARA OS FUNDOS PARA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Rafael Bueno da Rosa Moreira⁴⁰⁶

O tema políticas públicas possui estreita relação com o direito tributário. Basta analisar que para a execução de uma política pública será necessário o recolhimento de um tributo, pois somente assim será possível o financiamento para a execução de uma determinada política pública. Grande parte das políticas públicas destinadas a infância é realizada no âmbito municipal e necessita de descentralização orçamentária para sua execução. Tal descentralização, na maior parte das vezes depende de tributos. O incentivo fiscal surge como uma alternativa para que se possa executar políticas públicas para a efetivação de direitos humanos para crianças e adolescentes nos municípios.

Mas “o que são políticas públicas”? Souza assevera que não se pode dizer que há uma definição única para o tema, havendo uma pluralidade conceitual:

Assim, do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. Por isso, uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. (2006, p. 25).

Uma política pública tem como finalidades “[...] colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente).” (SOUZA, 2006, p. 26)

Para Fernández haverá a “[...] necesidad de la presencia de una autoridad gubernamental para que podamos afirmar que estamos frente a una política pública” (FERNÁNDEZ, 2006, p. 499). No entanto, as políticas públicas não possuem uma definição clara e definida, mas sim um conjunto de atos, símbolos, decisões ou não decisões, atores públicos, resultados e interações entre políticas distintas (FERNÁNDEZ, 2006, p. 499).

As políticas públicas devem ser analisadas tanto do ponto de vista prático, para “[...] uma melhor compreensão do tema permite uma ação mais qualificada e mais potente, com maior impacto nas decisões atinentes às políticas” (SCHMIDT, 2008, p. 2308), quanto do ponto de vista acadêmico, onde o “[...] interesse pelos resultados das ações governamentais suscitou a necessidade de uma compreensão teórica dos fatores intervenientes e da dinâmica própria das políticas” (SCHMIDT, 2008, p. 2308).

Para análise de uma política pública se deverá verificar distinguindo-se em estudos com orientação descritiva e estudos com orientação prescritiva. Os estudos com orientação descri-

⁴⁰⁶Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela Universidade Anhanguera/UNIDERP, Professor do Curso de Graduação em direito da Universidade da Região da Campanha – URCAMP/Bagé, integrante do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes (GRUPECA/UNISC), do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas de Inclusão Social (UNISC), integrante do Projeto de Pesquisas em Direitos Humanos: desafios no efetivo cumprimento dos direitos de 2ª geração no Brasil (URCAMP) e Coordenador do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos países do MERCOSUL (GEDIHCA/URCAMP). Endereço eletrônico: rafaellmoreira2@yahoo.com.br.

tiva “[...] concentram-se em desenvolver conhecimentos sobre o processo de elaboração das políticas e sobre suas características, com um viés comumente denominado de ‘teórico’” (SCHMIDT, 2008, p. 2309), e os estudos com orientação prescritiva “[...] procuram apoiar os agentes das políticas, identificando obstáculos para seu êxito, indicando alternativas utilizadas em outros ambientes e soluções possíveis” (SCHMIDT, 2008, p. 2309). Estes estudos não poderão ser analisados de maneira isolada, sendo importante a verificação de todos os aspectos, das mais diversas áreas do conhecimento, que, necessariamente devem ser observados quando se estuda políticas públicas. Além disso, uma política pública deve primar para que não haja descontinuidade administrativa, o que ocorre frequentemente, gerando abandono das diretrizes vigentes e a criação de outras, muitas vezes distintas e contraditórias, o que provoca “[...] desperdício de energia política e de recursos financeiros” (SCHMIDT, 2008, p. 2309-2312).

Para analisar uma política pública devem-se verificar as fases que compõem o ciclo político, que são: “Fase 1: Percepção e definição de problemas”; “Fase 2: Inserção na agenda política”; “Fase 3: Formulação”; “Fase 4: Implementação”; “Fase 5: Avaliação” (SCHMIDT, 2008, p. 2316 -2320).

Neste sentido, a primeira fase seria a “Identificación de los problema públicos y su entrada en la agenda”, onde se verificará e estruturará o problema que deve ter caráter público. A segunda fase é a “Formulación de alternativas”, consistindo em verificar opções e alternativas para aquele problema verificado, visualizando custos, consequências e outros fatores que impactem em um projeto, dados técnicos são de suma importância nesta fase. A terceira fase é a “Toma de decisión”, onde se vai se verificar o melhores caminhos, conforme um “modelo de racionalidad absoluta”, escolhendo a alternativa mais adequada, que melhor poderá ser tomada se as fases anteriores forem bem realizadas. A quarta fase seria a fase de “Implementación” de determinada política, que deverá sempre ser otimizada, para evitar desperdícios e gastos desnecessários. Por fim, o autor trata de “La evaluación”, que seria as avaliações de diversas áreas, por meio de seus métodos próprios, das políticas públicas, avaliando, por exemplo, o impacto dos programas, a eficácia e a eficiência destes, dentre outros fatores (FERNÁNDEZ, 2006, p.505-516).

Depois de sua criação as políticas públicas, “[...] desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação” (SOUZA, 2006, p. 26).

No entanto, “[...] há ainda pouca tradição no Brasil de avaliações criteriosas acerca das políticas públicas” (SCHMIDT, 2008, p. 2320), pois as avaliações possuem pouca credibilidade, sendo preciso “[...] criar uma nova cultura, que evidencie que avaliações confiáveis, produzidas por instituições e agências independentes, são uma necessidade para um bom governo e um direito da sociedade” (SCHMIDT, 2008, p. 2320).

No que tange a implementação de políticas públicas, se verifica que “[...] as características e os resultados das políticas estão fortemente associados a estrutura econômica e social de um país, bem como as instituições, aos processos e as lideranças” (SCHMIDT, 2008, p. 2326).

Já se tratando da “Terminación y sucesión de políticas”, destaca-se: “[...] tras la evaluación, se debe optar por la continuidad, la redefinición o el cese de una política o programa público” (FERNÁNDEZ, 2006, p. 516-517), porém na prática mesmo que um programa tenha avaliação negativa ou já se tenha conseguido o objetivo é muito difícil conseguir cancelar um programa, sendo mais habitual a troca de uma política por outra (FERNÁNDEZ, 2006, p. 516-517).

Farah destaca a imagem negativa do Estado e da Administração Pública no Brasil, que é decorrente da ação estatal, das políticas públicas e dos políticos de um modo geral, além disso, após a democratização dos anos 1980 houve uma maior visibilidade da ação governamental, inclusive com a incidência da corrupção. Entretanto, por meio de mudanças internas com ações estatais, essa imagem pode ser transformada, gerando uma “[...] nova

relação entre Estado e sociedade e a redefinição da esfera pública” (2001, p. 120-121).

A descentralização é necessária para “[...] permitir que o programa assuma a feição de cada localidade em que for implantado”, ligado a isso deve haver maior articulação entre governos municipais e diferentes esferas de governo, para que a atuação do município se articule as diretrizes federais com autonomia, melhorando a efetividade do governo. Neste contexto, “[...] a parceria interna ao próprio Estado parece estar ocorrendo sob duas formas: de um lado, através da articulação intersetorial” e de outro “[...] através da articulação inter-governamental, seja esta vertical (entre níveis distintos de governo), seja horizontal (entre governos de um mesmo nível)” (FARAH, 2001, p. 132-136).

A participação popular se destacou na agenda de reforma das políticas sociais na década de 1980. A partir deste marco, foi envolvida a participação popular em diversas propostas de reforma nos setores de política social, como “[...] educação, saúde, habitação assistência social e cultura” (FARAH, 2001, p. 137), se concluindo que “[...] a inclusão de novos atores – da sociedade civil e do setor privado – na formulação, implementação e controle das políticas sociais no nível local assinala uma inflexão importante com relação ao padrão de ação do Estado no campo social no país” (FARAH, 2001, p. 137).

Por meio de políticas públicas, o Estado “[...] retorna para a população as contribuições que ela realiza ao pagar impostos, alíquotas, taxas e tarifas” (SILVA; SOUZA-LIMA, 2010, p. 36), retornos que consistem na solução dos problemas da sociedade. Um dos problemas mais discutidos é a sustentabilidade, sendo o desenvolvimento sustentável um meio determinante para alcançá-la. O desenvolvimento sustentável “[...] pode ser entendido como o cumprimento de etapas para se alcançar a sustentabilidade, por exemplo: condições sustentáveis de ensino, renda, atividade econômica, cultura, espacialidade, política, entre outras” (SILVA; SOUZA-LIMA, 2010, p. 36).

Como o Brasil é uma República, de suma importância é a participação e a atuação dos cidadãos na política, buscando-se um autogoverno do cidadão, com a finalidade de alcançar o bem comum, sem almejar interesses privados em prejuízo dos públicos. O republicanismo permite que os cidadãos de uma sociedade desenvolvam suas vidas com o objetivo de obtenção do maior nível de satisfação de seus desejos, porém nunca com a possibilidade da sujeição de um cidadão às intenções arbitrárias de outro (AGRA, 2005, p. 17-19).

A instituição de uma República se encontra estritamente relacionada a um regime democrático, que é um regime político que permite o “[...] autogoverno por parte dos cidadãos, alicerçado na ideia de cidadania ativa” (AGRA, 2005, p. 69). O republicanismo possui como uma de suas principais características o ideal de que “[...] as decisões políticas são tomadas pela população, depois de amplo debate político que esclareça a temática abordada e permita uma escolha consciente”. Assim, se verifica que a relação entre democracia e republicanismo é muito estreita (AGRA, 2005, p. 69).

Já a instituição de políticas públicas em uma democracia exige todo um processo de construção articulada entre o poder público e a sociedade.

A escolha das políticas públicas em uma democracia é mais demorada; cada decisão, antes de ser tomada, deve ser precedida por intensos debates públicos, que proporcionam à população consciência a respeito dos assuntos que devem ser decididos. Sua vantagem é que quando as escolhas são realizadas, ostentam grau mais intenso de legitimidade que lhes garante sua eficácia. Em regime autoritário, as decisões podem ser tomadas com maior rapidez, entretanto, ao menor sinal de arrefecimento do poder de coerção que o mantém, sua legitimidade dilacera-se, bem como suas condições de governabilidade (AGRA, 2005, p. 72).

Os debates relacionados a uma decisão prosseguem após a finalização primária dos diálogos de modo que sigam constantes os debates, principalmente por parte daqueles que não tiveram o seu posicionamento contemplado, com a finalidade de aperfeiçoar determi-

nada decisão política, pois a contestação “[...] é saudável para uma democracia desde que todos aceitem o resultado adotado e cumpram as leis elaboradas” (AGRA, 2005, p. 73).

Os conselhos de direitos da criança e do adolescente, órgão presente no âmbito federal, estadual e municipal, são os gestores das políticas públicas de atendimento de crianças e adolescentes, que dentre outras finalidades, atuam no enfrentamento ao trabalho infantil. Estes órgãos são os gestores do “Fundo para Criança e Adolescente” (BRASIL, 1991).

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) tem diversas atribuições:

Art. 2º Compete ao Conanda:

I - elaborar as normas gerais da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, fiscalizando as ações de execução, observadas as linhas de ação e as diretrizes estabelecidas nos arts. 87 e 88 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

II - zelar pela aplicação da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

III - dar apoio aos Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, aos órgãos estaduais, municipais, e entidades não governamentais para tornar efetivos os princípios, as diretrizes e os direitos estabelecidos na Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990;

IV - avaliar a política estadual e municipal e a atuação dos Conselhos Estaduais e Municipais da Criança e do Adolescente;

VII - acompanhar o reordenamento institucional propondo, sempre que necessário, modificações nas estruturas públicas e privadas destinadas ao atendimento da criança e do adolescente;

VIII - apoiar a promoção de campanhas educativas sobre os direitos da criança e do adolescente, com a indicação das medidas a serem adotadas nos casos de atentados ou violação dos mesmos;

IX - acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária da União, indicando modificações necessárias à consecução da política formulada para a promoção dos direitos da criança e do adolescente;

X - gerir o fundo de que trata o art. 6º da lei e fixar os critérios para sua utilização, nos termos do art. 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

XI - elaborar o seu regimento interno, aprovando-o pelo voto de, no mínimo, dois terços de seus membros, nele definindo a forma de indicação do seu Presidente.

(BRASIL, 1991).

O conselho atuará na elaboração e na execução da proposta orçamentária da União, auxiliando no planejamento financeiro para a execução das políticas públicas de atendimento e de promoção direitos humanos de crianças e de adolescentes.

O Fundo para Crianças e Adolescente conta com: “contribuições ao Fundo Nacional referidas no art. 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990”; “recursos destinados ao Fundo Nacional, consignados no orçamento da União”; “contribuições dos governos e organismos estrangeiros e internacionais”; “o resultado de aplicações do governo e organismo estrangeiros e internacionais”; “o resultado de aplicações no mercado financeiro, observada a legislação pertinente”; e “outros recursos que lhe forem destinados.” (BRASIL, 1991).

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê em seu artigo 260, a possibilidade de que os contribuintes, pessoas físicas ou jurídicas, façam doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, de modo que os valores doados sejam integralmente deduzidos do imposto de renda:

Art. 260 - Os contribuintes poderão efetuar doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, distrital, estaduais ou municipais, devidamente comprovadas, sendo essas integralmente deduzidas do imposto de renda, obedecidos os seguintes limites:

I - 1% (um por cento) do imposto sobre a renda devido apurado pelas pessoas jurí-

dicas tributadas com base no lucro real; e
II - 6% (seis por cento) do imposto sobre a renda apurado pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste Anual, observado o disposto no art. 22 da Lei no 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

§ 1o-A. Na definição das prioridades a serem atendidas com os recursos captados pelos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, serão consideradas as disposições do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar, bem como as regras e princípios relativos à garantia do direito à convivência familiar previstos nesta Lei.

§ 2º Os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfãos ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal.

§ 3º O Departamento da Receita Federal, do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, regulamentará a comprovação das doações feitas aos fundos, nos termos deste artigo.

§ 4º O Ministério Público determinará em cada comarca a forma de fiscalização da aplicação, pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos incentivos fiscais referidos neste artigo.

§ 5o A destinação de recursos provenientes dos fundos mencionados neste artigo não desobriga os Entes Federados à previsão, no orçamento dos respectivos órgãos encarregados da execução das políticas públicas de assistência social, educação e saúde, dos recursos necessários à implementação das ações, serviços e programas de atendimento a crianças, adolescentes e famílias, em respeito ao princípio da prioridade absoluta estabelecido pelo caput do art. 227 da Constituição Federal e pelo caput e parágrafo único do art. 4o desta Lei. [...] (BRASIL, 1990).

É importante destacar que as doações para o fundo não desobrigam a destinação, pelos entes federados, de recursos destinados às políticas públicas destinadas a infância. Portanto, o crédito arrecadado por meio de doação é um valor suplementar para o cumprimento das políticas públicas de atendimento de crianças e adolescentes no âmbito federal, estadual, distrital ou municipal.

Para incentivar o desenvolvimento das políticas públicas de atendimento destinadas à infância, a União possibilitou deduções ao imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas. O imposto de renda é um tributo de competência privativa da União. Se tratando de competência, pode-se concluir que se trata de um poder/dever. Poder por ser o titular de uma determinada incumbência. Dever por ter obrigações de contrapartida aquele poder, devendo satisfazer os anseios públicos. Portanto, há o poder para garantir o dever público de satisfação de necessidades. (BERTI, 2003, p. 13-15)

Se tratando da divisão de competências no Estado brasileiro, há uma descentralização de poderes/deveres no âmbito tributário nacional, havendo tributos de competência exclusiva, privativa, comum ou concorrente, entre os entes Federados, ou seja, União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme o constante na Constituição Federal. Em decorrência de tais competências poderão surgir conflitos (BERTI, 2003, p.31-33).

O “Uso extrafiscal dos tributos”, não visa, essencialmente, prover o Estado com o seu custeio. A extrafiscalidade tem por finalidade estimular ou desestimular comportamentos, “de acordo com os interesses prevalentes da coletividade, por meio de uma tributação progressiva ou regressiva, ou da concessão de benefícios e incentivos fiscais”. A extrafiscalidade seria a utilização “[...] de um tributo com o fim de prestigiar certas situações tidas como social, política ou economicamente valiosas, atingindo assim, objetivos distintos daqueles arrecadatários a fim de preservar valores importantes [...]”. É a garantia dos interesses do Estado, do público sobre o particular (BERTI, 2003, p. 34-37).

Em consequência, muitos fundos municipais poderão ser beneficiados com um auxílio

de doações de imposto de renda por parte dos contribuintes. Essas doações são parcelas importantes para o desenvolvimento das políticas públicas de atendimento intersetoriais aos direitos da criança e do adolescente nos municípios, sendo geridas pelos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente (CUSTÓDIO; MOREIRA, 2015, p. 39-41). Assim, se verifica a importância da destinação destes recursos para garantir os direitos fundamentais da criança e do adolescente com prioridade absoluta.

REFERÊNCIAS

AGRA, Walber de Moura. **Republicanismo**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

BERTI, Flávio de Azambuja. **Impostos: Extrafiscalidade e Não-confisco**. Curitiba: Juruá, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: 05 jul. 2014.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069compilado.htm> Acesso em: 05 jul. 2014.

_____. **Lei n. 8.242. 1991**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8242.htm> Acesso em: 05 jul. 2014.

CUSTÓDIO, André Viana; VERONESE, Joseane Rose Petry. **Trabalho Infantil Doméstico**. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____; MOREIRA, Rafael Bueno da Rosa. **Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes: Reflexões Contemporâneas no Contexto do Brasil da Argentina e do Uruguai**. Editora Multideia, 2015.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 119-144, jan./fev. 2001.

FERNANDEZ, Antoní. Las Políticas Públicas. In: BADIA, Miquel C. (organizadores). **Manual de Ciencia Política**. 3ª ed. Madrid: Tecnos, 2006, p. 495-517.

SCHMIDT, João Pedro. Exclusão, Inclusão e capital social: o capital social nas ações de inclusão. In: LEAL, R.; REIS, J. R. Direitos sociais e políticas públicas 6. Santa Cruz: Edunisc, 2006, p. 1755-1786.

_____. Para entender as políticas públicas: aspectos conceituais e metodológicas. In: REIS, Jorge Renato dos; LEAL, Rogério Gesta (organizadores). **Direitos Sociais e Políticas Públicas: Desafios Contemporâneos. Tomo 8**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008, p. 2307-2333.

SILVA, Christian L.; SOUZA-LIMA, José E. **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**, São Paulo, 2010, p. 35-89; 117-160.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão de literatura**. Revista Sociologias. Porto Alegre. July/dec-2006.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: COMPARTILHANDO SILÊNCIOS

Lourdes Helena Martins da Silva⁴⁰⁷

INTRODUÇÃO

Apesar da consagração dos direitos fundamentais da mulher desde a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, ainda hoje não se alcançou uma condição de efetiva isonomia nas relações entre homens e mulheres.

Embora se possa falar em muitos avanços legislativos no sentido da construção de uma igualdade de gênero, exemplificando-se com a Constituição Federal Brasileira de 1988 que expressamente consagrou a igualdade entre homens e mulheres, bem como, o novo Código Civil de 2002, dentre outras, ainda se vivem relações de gênero hierarquizadas

Os dados sobre a violência praticada contra a mulher, no Brasil, especificamente, são bastante alarmantes revelando que muitas são as vítimas de violência conjugal de algum tipo (física, psicológica, patrimonial, sexual ou moral). A edição da Lei Maria da Penha, em agosto de 2006 contemplou várias figuras jurídicas para garantia da integridade das vítimas de violência conjugal, simplificando o procedimento para adoção de medidas protetivas.

Entretanto, a questão da violência conjugal como decorrente da violência de gênero continua invisível para a maior parte das vítimas, que não tem a percepção de que seu problema é apenas um aspecto de um dilema de dimensão coletiva.

Assim, é importante analisar a violência de gênero a partir da identificação de significados e percepções dentro que privilegiam o masculino com a valorização da manutenção da família.

OBJETIVOS

Este trabalho pretende discutir, a partir da dinâmica do delito passional, a questão da violência de gênero e a imposição de significados e percepções nos indivíduos criados por um habitus que privilegia o masculino, tomando-se como ponto de partida as narrativas da mãe e do companheiro de uma vítima fatal de homicídio passional e de uma vítima e um agressor cujo processo ainda está tramitando. Conceitua-se gênero violência de gênero e habitus, estudando-se a Lei Maria da Penha apontada como um significativo avanço legislativo para o enfrentamento deste problema social. Pretende-se, ainda, identificar se na experiência cotidiana de vida conjugal dos casos analisados, havia ou não episódios que pudessem se caracterizar como de violência.

METODOLOGIA

Trabalha-se com estudo de casos em uma análise qualitativa.

A escolha de um dos casos referidos no presente trabalho parte do fato de o ano de 2006⁴⁰⁸ ter sido o ano em que foi editada a Lei Maria da Penha e também o período em

⁴⁰⁷Especialista em Criminologia, Mestre em Ciências Sociais, Docente da URCAMP, Bagé, lecionando disciplinas de Direito Constitucional, Direito Processual Constitucional e Direito Processual Penal, lhm@jfrs.gov.br, whatsapp (53)91126413

⁴⁰⁸Notícia disponível em: < <http://www.jornalminuano.com.br/noticia.php?id=21650&data=&volta=1>, > acesso em 11/11/2007.

que o número de homicídios passionais foi bastante expressivo⁴⁰⁹ na cidade de Bagé, uma cidade tradicionalista do centro-oeste do Estado do Rio Grande do Sul. Em um universo de dez casos havidos⁴¹⁰, referentes a modalidade consumada desses delitos, quatro deles eram homicídios praticados com violência doméstica. Essas quatro vítimas de homicídios com motivação passional eram mulheres que foram mortas por seus companheiros.

Um dos autores da ação homicida que foi analisado neste estudo espontaneamente, ofereceu-se para falar sobre o que havia acontecido enquanto cumpria pena. A mãe da vítima, depois de entender a proposta de estudo, considerou relevante compartilhar sua dor para que outras pessoas pudessem não passar pelo mesmo sofrimento que vivia sua família depois do trágico desfecho da história de amor vivido pela filha. O outro caso estudado aconteceu no final do ano de 2014, tratando-se de tentativa de homicídio e o processo ainda está tramitando. Considerou-se necessário trabalhar com um caso mais recente para que fosse possível estabelecer uma comparação.

REFERENCIAL TEÓRICO

Falar de gênero envolve a percepção da articulação de duas ideias:

(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder...o gênero é uma primeira maneira de dar significado as relações de poder. Seria melhor dizer o gênero é um primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado (SCOTT, 1990, p.14).

O gênero é campo onde o poder se articula, estabelecendo referências que estruturam a percepção da vida social. Na estruturação da vida social são definidos papéis sociais a serem desempenhados. As relações de poder aí estabelecidas conferem significados àqueles papéis sociais.

As relações de poder não são tidas como uma coisa única, estanque, mas como relações, processos, onde o poder está presente (FOUCAULT, 2007).

Para que se possa analisar a construção sociocultural do gênero e entender o processo de hierarquização estabelecido, com o privilégio do masculino, é de se indagar, segundo Foucault (2007, p.182) sobre: "...como funcionam as coisas ao nível do processo de sujeição ou dos processos contínuos e ininterruptos que sujeitam os corpos, dirigem os gestos, regem os comportamentos, etc".

As percepções subjetivas individuais estão pré-constituídas nos indivíduos a partir do habitus, que, segundo Bourdieu (2006, p.100), são: "disposições subjetivas inculcadas nos indivíduos, esquemas de percepção e de interpretação do mundo". A ordem se perpetua através desses esquemas de representação dos objetos/sentidos e reprodução do mundo revelados nas práticas sociais que repetem um arranjo onde há a divisão social entre os sexos, com predomínio do masculino (BOURDIEU, 2006).

Nas relações de gênero estão presentes relações de poder estabelecidas entre sujeitos, onde a violência é apenas um dos seus efeitos- manifestação da tentativa de limitação do poder e da liberdade (IZUMINO, 2004). Violência pode ser entendida, tomando-se o conceito de Chauí (2000, p.336): "(...) como exercício da força física e da coação psíquica a fim de obrigar alguém a fazer alguma coisa contra sua vontade, seus interesses e desejos".

⁴⁰⁹Pesquisa realizada no Arquivo Municipal de Bagé ao Jornal Correio do Sul a

⁴¹⁰Apesar de o número de homicídios apresentar uma escalada crescente neste Município, o ano de 2006 foi o que apresenta maior número de casos com motivação passional, desde 2000 até 2014.

Mesmo que atualmente possa-se identificar alterações nos papéis sociais masculino/feminino, com a participação da mulher no mercado de trabalho fora da esfera do lar, como afirmam Wadi; Ramão(2006): "(...)as modificações nos papéis de gênero não significam o desaparecimento das desigualdades entre os sexos".

A mulher, vítima dessa violência, mantém-se, muitas vezes, nesses relacionamentos conflituosos, pelo fato de valorar positivamente a família, estando associada ao fato de estar historicamente relacionada a ela (NADER, 2007).

No Brasil em 2006 foi editada a Lei Maria da Penha pretendendo enfrentar o problema da violência doméstica (DIAS, 2012) concretizando o compromisso do Brasil assumido na seara internacional (BIANCHINI; MAZZUOLI, 2009). Esta lei, como destaca Dias(2012), introduziu, no direito brasileiro, a questão de gênero no Direito Brasileiro, conceito este que foi trazido das ciências sociais para esta área. Pretende proteger a mulher da violência doméstica e intrafamiliar:

Tal espécie de violência, de conformidade com FÁBIO PEREIRA ANGELIM, é vista como um processo social, judicial, interpessoal e pessoal de interpretação de um relacionamento íntimo e agressivo. Por ser processo, a violência contra a mulher não pode ser resumida a um episódio isolado de agressão. Por ser social, não permite seja compreendida senão por meio de uma análise mais abrangente, que inclui o papel que à mulher é reservado na sociedade (BIANCHINI; MAZZUOLI, 2009, p.5).

RESULTADOS

Pelos relatos, no homicídio consumado, constatou-se que a mãe da vítima entregara sua filha para o agressor, transferindo a ele a responsabilidade pelo sustento da família, já que na fala da genitora, o homem deve cuidar da mulher, revelando uma família estruturada em padrões machistas, hierárquicos e assimétricos na relação de gênero, onde o homem é visto, com naturalidade, como detentor do poder (SEGALIN; CAMINI, 2005). A sogra nem sempre compartilhava de todos os detalhes sobre a violência praticada pelo genro agressor, mas sabia que o casal discutia bastante e tinha desentendimentos. Para ela, pelo menos até o trágico final, essas discussões não eram relevantes pois a manutenção do casamento era um valor maior a ser preservado. Na sua fala destacava o fato de o final do relacionamento importar em duplo ônus: final da possibilidade concreta da formação de uma família pela filha e no ônus de ampará-la financeiramente.

Várias foram os episódios que culminaram em agressões à vítima na tentativa de homicídio e os familiares e amigos também compartilhavam desse sofrimento.

Em ambos casos, percebeu-se que a violência sofrida pelas vítimas, estava presente na vida afetiva com os agressores. Essa violência era, de alguma forma, ocultada da família, mas também compartilhada pelo grupo familiar, que sabia das manifestações de violência moral e física. A tentativa de preservação da família e o medo das agressões esteve presente mesmo depois que as vítimas abandonaram seus agressores. O ciclo da violência foi mantido até as agressões chegarem ao seu ápice.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cotidiano das relações afetivas os papéis sociais masculino/feminino hierarquizados são constantemente reforçados pelo silêncio das mulheres e de suas famílias durante o processo de repetição dos atos de violência. O silêncio é mantido pelas vítimas e suas famílias porque compartilham valores advindos de inculcações adquiridas a partir de um habitus que institui uma ordem social, estabelecendo preceitos favoráveis ao masculino.

REFERÊNCIAS

BIANCHINI, Alice; MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Lei de violência doméstica e familiar contra mulher (Lei Maria da Penha): constitucionalidade e convencionalidade.** In: Atualidades Jurídicas: Revista eletrônica do Conselho Federal da OAB, v.5, p. 2-22, 2009.

BOURDIEU, P. **Poder Simbólico.** 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2006.

CHAUI, M. **Convite à Filosofia.** São Paulo, Editora Ática, 2000.

DIAS, M.B. **A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.** 3. Ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

IZUMINO, W.P. **A violência contra a mulher no Brasil: acesso à Justiça e a construção da cidadania de gênero,** 2004. Disponível em: <www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel12/WaniaPasinatolzumino.pdf> Acesso em: 28/02/08,

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder.** 23. ed., Rio de Janeiro: Graal, 2007.

_____, **História da Sexualidade I: a vontade de saber,** 12. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1997.

JORNAL CORREIO DO SUL, acervo depositado no Arquivo Municipal de Bagé.

JORNAL MINUANO, Disponível em:< www.jornalminuano.com.br,>Acesso em: 05/03/2008 e <http://www.jornalminuano.com.br/VisualizarNoticia/14701/homem-e-presos-apos-tentar-matar-ex-companheira-.aspx>, acesso em 22/10/2015.

NADER, M.B.**Violência sutil contra as mulheres: Manifestações históricas.** Disponível em: <www.fazendogenero7.ufsc.br/st_39.html - 41k,> Acesso em: 14/02/2008.

RELATOS de C.M.F.M ,C.R.T, M.S.C e D.O.N

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Porto Alegre: UFRGS, Revista Educação e Realidade,1990, p.5-22.

WADI, Y; RAMÃO. F. **Mudanças nos padrões de gênero e nos julgamentos dos crimes passionais na Comarca de Toledo/PR (1954-2000): uma abordagem comparativa, 2006.** Disponível em: < www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/W/Wadi-Ramao_39.pdf,> Acesso em: 02/03/2008.

